COLÓQUIO SOBRE AS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA

COLÓQUIO SOBRE AS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA

Ministério das Relações Exteriores
Departamento da África e Oriente Próximo
Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais
Instituto Rio Branco

SUMÁRIO

Apresentação..... 9
Ministro Pedro Motta Pinto Coelho
Présentation 17
Presentation 25

Embaixador Osmar Vladimir Choffi
Palavras do Secretário-Geral das Relações Exteriores 31
(no período de 29.11.2001 a 02.01.2003)

Palavras do Decano do Grupo de Embaixadores Africanos e
Embaixador do Cameroun (francês) 35
Embaixador Martin Mbarga Nguele - Tradução 39

Programa do Colóquio..... 43

PRIMEIRA PARTE..... 47

A Ação Social e Cultural

a) A Legitimação da Renda Básica em Países em
Desenvolvimento: o caso do Brasil ou A resposta está sendo
soprada pelo vento..... 49
Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

b) Assistência Humanitária Emergencial e de Médio Prazo.
Reconstrução Nacional.
O Caso Angolano. Novo tema na agenda externa brasileira..... 71
Professor João Batista dos Mares Guia

c) Situação Humanitária em Angola..... 81
Embaixador Alberto Correia Neto

d) Afinidades Brasil-África na Cultura, Esporte e Turismo..... 93
Deputado Aldo Rebelo

SEGUNDA PARTE..... 99

A Política

a) As Áfricas e suas ordens políticas: entre o otimismo e o pessimismo..... 101
Professor Luiz Henrique Nunes Bahia

b) A Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD) no contexto internacional..... 125
Professor José Flávio Sombra Saraiva

c) O encontro estratégico: a União Africana, o Plano NEPAD e o novo discurso internacional 143
Professor Wolfgang Döpcke

d) Unpacking Nepad. Africa´s knight or Her eternal abyss..... 185
Abrindo o NEPAD. O Cavaleiro da África ou seu abismo eterno..... 197
Embaixador Mbulelo Rakwena

e) Comentários (Francês)..... 209
Embaixador Lahcène Moussaoui
Tradução 221

TERCEIRA PARTE 233

Cooperação Econômica, Comércio e a Geo-economia africana

a) Desenvolvimento sustentável e o contexto geo-econômico africano.....235
Doutor Demétrio Magnoli

b) Processos de Integração e Grupos de Interesse diferenciados: UA, CEDEAO/ECOWAS, COMESA, SADC, CPLP, ZOPACAS..... 253
Professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão

c) As Atividades da Petrobrás na África..... 271
João Carlos Araújo Figueira

QUARTA PARTE 283

A Cooperação

a) Cooperação Técnica: realidade e perspectivas no continente africano;
Um caso especial: cooperação com os Palops..... 285
Alexandre Prestes Silveira

ANEXOS

Anexo I..... 295
Pronunciamentos de autoridades brasileiras sobre as relações Brasil-África

Anexo II..... 297
Quadro Histórico do Intercâmbio Comercial Brasil-África 1970-2002

Anexo III..... 298
Relação das Embaixadas brasileiras na África

Anexo IV..... 302
Relação das Embaixadas africanas no Brasil

Anexo V..... 304
Relação de Instituições Regionais Africanas

Anexo VI..... 307
Comentários do Sr. Daniel Yaw Adjei, Embaixador de Gana

Anexo VII..... 309
Notas do Sr. Mohamed Matri, Embaixador da Líbia

APRESENTAÇÃO

Pedro Motta Pinto Coelho

Os textos incluídos neste volume foram apresentados durante o Colóquio sobre as Relações Brasil-África, ocorrido em 5 de dezembro de 2002, no Instituto Rio-Branco (IRBr), em Brasília. Trata-se de iniciativa do Departamento da África e Oriente Próximo (DAOP), do Ministério das Relações Exteriores, com o apoio do Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais (IPRI), da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), bem como do próprio IRBr. O Colóquio, que contou com a participação do Grupo de Embaixadores africanos sediados em Brasília, cumpriu dupla função: (1) proporcionar levantamento preliminar do temário que deverá estar na base do "Fórum Brasil-África: Política, Cooperação e Comércio", previsto para maio de 2003, além de permitir a identificação de entidades e personalidades no Brasil mais diretamente interessadas em assuntos africanos; e (2) promover debate, ainda que inicial, sobre aspectos relacionados com a preparação do Fórum.

Também de iniciativa do DAOP/MRE, a idéia do Fórum decorre da verificação de que se faz oportuno um exame das relações Brasil-África, com vistas à sua atualização e intensificação. Tal proposta, de reavaliar as relações Brasil-África, objeto de temática cada vez mais densa, variada e extensa, responde a uma série de estímulos, de um e outro lado do Atlântico. Notam-se novos e alentadores desenvolvimentos no cenário africano, tais como a consolidação da democracia em alguns países (citaria, à guisa de exemplo mais recente, a posse, em fins de dezembro de 2002, como Presidente do Quênia, do oposicionista Mwai Kibaki, em eleições incontestadas e que guardam significativo paralelismo com a recente mudança no quadro político brasileiro com a posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva), marcante crescimento econômico em outros, esforços de boa governança, resolução de conflitos e as iniciativas da criação da "União Africana" (UA) e da "Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano" (NEPAD).

Tais desenvolvimentos atestam que a África trava uma luta na busca de soluções novas e sustentáveis para dificuldades crônicas como pobreza, epidemias, educação e infra-estruturas deficitárias, deficiência institucional, conflitos regionais, dívida externa, deterioração dos termos de troca no comércio internacional e baixo índice de investimento externo direto.

Da parte do Brasil, cumpre oferecer, ao novo governo que tomou posse em janeiro, subsídios atualizados para a formulação de uma política para a África consistente com a dimensão sul/sul da política externa brasileira e com a sólida tradição de nossas relações com os países daquele continente. Os elementos de uma política solidária, realista e abrangente com respeito à África devem emergir de um amplo debate, onde se recolheriam as contribuições de segmentos interessados da sociedade brasileira, que pretendemos reunir no "Fórum Brasil-África: Política, Cooperação e Comércio". Nele se espera, igualmente, a contribuição de participantes estrangeiros, em especial africanos.

Reunindo número expressivo de participantes, o Colóquio Brasil-África, de 05 de dezembro de 2002, foi, por assim dizer, uma "primeira chamada" a setores interessados da sociedade, por parte do Ministério das Relações Exteriores, órgão do governo responsável pela execução da política externa brasileira, para o tratamento da temática africana, em seu conjunto. Outras iniciativas, entretanto, têm ocorrido, tanto no âmbito do Itamaraty, como o "Seminário sobre Perspectivas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)", realizado em maio de 2002, em preparação para a IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, celebrada em 31 de julho e 1º de agosto de 2002, em Brasília; ou o seminário internacional "Brasil e África: o lugar da NEPAD", promovido pela Universidade de Brasília-UNB, em 22 de outubro de 2002.

No Colóquio de dezembro, objeto da presente publicação, foram apresentados, do ponto de vista substantivo, trabalhos muito interessantes nas áreas política, econômica e social. Como era intenção do Colóquio, foi enfatizada a temática da NEPAD e da União Africana(UA), inclusive pelos Embaixadores africanos, que participaram ativamente dos debates, do que resultou um melhor conhecimento

das duas iniciativas e uma avaliação, ainda que necessariamente preliminar, do seu potencial em termos de propiciar a retomada do desenvolvimento pelo continente africano e para as relações da África com outros países em desenvolvimento.

A respeito da NEPAD, vale menção à ocorrência de controvérsia, naturalmente não dirimida, sobre como deveria ser interpretada: se como uma proposta genuinamente africana, reflexo dos interesses e da vontade dos países do continente—ponto de vista defendido pelo Embaixador da África do Sul—,ou como uma "africanização das propostas liberais ocidentais", numa "apropriação do novo discurso internacional hegemônico, igualmente perceptível no campo dos valores políticos e sociais como democracia, direitos humanos e boa governança".

De uma forma geral, as expectativas são positivas, ainda que se tenha verificado algum ceticismo a respeito de aspectos específicos, tais como o "African Peer Review Mechanism (APRM)" e de uma participação mais ampla da comunidade africana como um todo e não apenas de alguns poucos países no mecanismo, dada sua natureza voluntária. Observou-se ainda expectativa no sentido de se poder dimensionar adequadamente, no médio e longo prazo, alcance dos avanços democráticos ocorridos no continente e da exigência de democracia e boa governança, bem como de transparência em matéria fiscal e orçamentária, constante tanto da NEPAD quanto da UA.

No campo econômico, verificou-se a existência de espaços significativos para o trabalho em matéria de cooperação, aumento do comércio de bens e serviços e de investimentos. O fato gerador seria a tendência à pacificação na África, considerada como uma condicionante importante do crescimento econômico e, portanto, das oportunidades na área comercial e da cooperação econômica. Angola é um exemplo, mas o movimento não se restringe àquele país. No debate, houve concordância com a tese de que o principal obstáculo para o desenvolvimento africano não é econômico, mas político. Na medida em que os países encontram a estabilidade pela pacificação, dos quais são exemplo Moçambique e, mais recentemente, Angola, apresentam-se condições favoráveis ao crescimento.

Outro fato levantado foi a importância do comércio Brasil-África, que alcançou, em 2001, US$ 5.313 bilhões, conforme foi ressaltado pelo Secretário-Geral em sua alocução na abertura do Colóquio. O intercâmbio tem-se mostrado crescente nas duas direções, tendo as exportações brasileiras, a título de exemplo, aumentado 16,8% nos últimos 10 meses. Nigéria e Angola, com 35,8% e 26% respectivamente, mostraram os maiores índices, no que toca ao aumento do fluxo de comércio. O amplo déficit na balança comercial, sobretudo com países exportadores de petróleo, gera, portanto, oportunidades que cabe aproveitar. Em contexto paralelo, foi dado destaque aos investimentos realizados pela Petrobras na prospecção e produção "off shore" de petróleo em países como Angola, Nigéria e Guiné Equatorial. A parceria Brasil-África, no que toca à questão do comércio, precisa estar voltada também para a defesa, no plano internacional, de uma política de acesso a mercados, e não somente de preços.

Na área social, detectaram-se possibilidades de intensificar a presença brasileira na África, pois trata-se de campo em que o Brasil pode prestar importante contribuição (combate à AIDS, formação profissional, capacitação técnica, etc.) e mesmo marcar sua atuação com iniciativas que poderiam rapidamente integrar-se à dinâmica moderna das sociedades africanas, como a transferência da experiência brasileira de coleta de lixo nos grandes centros urbanos para cidades como Luanda ou de organização de creches de vizinhança.

Sobre a temática social, cabe destacar a palestra do Senador Eduardo Suplicy, em que fez defesa de sua conhecida tese do direito do cidadão a uma renda mínima, objeto do livro "Renda de Cidadania - A Saída é pela Porta", publicado no corrente ano. Como sublinhou, trata-se de proposta que já vem sendo, de alguma maneira, incorporada em programas tais como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e outros, e cuja inspiração está sendo aproveitada em Moçambique, por exemplo. O tema tem sido igualmente estudado por entidades não-governamentais e outras instituições africanas.

A questão das necessidades de assistência humanitária emergencial e de longo prazo por parte de vários países africanos, em especial de Angola, foi examinada durante o Colóquio. O Embaixador

de Angola fez exposição específica a respeito da situação humanitária em seu país. Em outro plano, contudo, mereceu ressalvas a assistência alimentar prestada por países desenvolvidos para desfazerem-se de estoques de produtos alimentícios. Houve preocupação abrangente quanto ao caráter detrimental que este tipo de ajuda pode adquirir, ao desvirtuar as condições do mercado interno, provocando até a desorganização de processos produtivos na área agrícola.

A respeito dos organismos regionais e de grupos de interesse diferenciados, houve comentários no sentido de que é um desafio seu fortalecimento, em virtude dos elos ainda muito firmes mantidos pelos países com as antigas metrópoles e do isolamento —dada a precariedade da infra-estrutura de comunicações e transporte— de uns em relação aos outros, o que permite que, em certas circunstâncias, se sobreponham ao processo integrativo os choques de interesse entre países francófonos e anglófonos. Segundo opiniões expressadas, a crescente presença dos EUA na África pareceria favorecer uma moderação dessas disputas. Haveria interesse em maior interação com instituições como o BAD, a SADC, considerada um organismo leve e flexível, e o Conselho para a Paz e Segurança da África Central (COPAX), por meio do qual Angola poderá vir a desenvolver papel regional relevante.

O Colóquio permitiu identificar, para além das relações especiais e de busca de oportunidades –tendências marcantes na política brasileira para a África na década de 1990–, preocupação consensual de que a África seja observada de maneira mais abrangente ou sistêmica. Sem dúvida, relações especiais sempre existirão, como são os casos da CPLP e das relações bilaterais com países de maior significado na balança comercial brasileira. A complexidade da realidade africana e sua interação com a vasta gama de interesses da política externa brasileira, inclusive no plano multilateral, demandariam linhas de ação a partir de uma visão mais integrada ou sistêmica da África.

Em termos de propostas objetivas a respeito das relações Brasil-África, foram debatidos, com diferentes graus de ênfase, os seguintes aspectos:

- intensificação da cooperação sul-sul, com destaque para as áreas jurídica, da gestão pública, da reforma das instituições do

Estado, da agricultura e da saúde;

- ampliação dos contatos empresariais, com vistas ao estímulo à formação de "joint-ventures";

- intensificação das relações bancárias;

- exame dos meios e modos de facilitar o transporte e reduzir seus custos no intercâmbio Brasil-África;

- prevalência da noção de que as relações não devem ser apenas vistas pelo prisma plano comercial;

- fortalecimento do diálogo político como forma de expandir o conhecimento mútuo das respectivas realidades;

- ampliação da ação política com vistas à pacificação e resolução de conflitos, inclusive com a transferência da experiência brasileira e sul-americana, por meio de projetos de integração física e de cooperação em áreas de fronteiras;

- a noção de que a CPLP não se restringe apenas à cooperação, mas tem importante papel político a desempenhar e pode constituir-se em instrumento significativo para o desenvolvimento da ação empresarial;

- a convicção de que há espaço, que deve e pode ser aproveitado, para "iniciativas inteligentes e assertivas", com o aproveitamento daquilo que um autor chama de "brechas estruturais" em foros tais como o FMI ou Banco Mundial, e que dizem respeito à revisão crítica ora feita por tais organismos de suas políticas e dos modelos aplicados aos países do sul;

- a conveniência de estabelecerem-se redes e canais de consulta e debate, mais ou menos informais, que permitam constante intercâmbio de informações e de idéias entre os setores interessados por temas africanos, no Brasil.

Tais elementos propositivos, bem como o caráter exploratório do Colóquio constituirão, sem dúvida, estímulo importante para o amplo debate que se pretende com o "Fórum Brasil-África: Política,

Cooperação e Comércio", previsto para fins de maio de 2003. São ademais coerentes com a longa tradição da política externa brasileira com relação à África, e que hoje se projeta na busca de um diálogo maduro e de um maior conhecimento mútuo das respectivas realidades.

PRÉSENTATION

Ministro Pedro Motta Pinto Coelho

Les textes compris dans ce volume ont été presentés pendant le Colloque sur les Relations Brésil-Afrique, qui s´est tenu le 5 décembre 2002, au Institut Rio Branco, l´académie diplomatique brésilienne, à Brasilia. Une iniciative du Departement de l´Afrique et du Proche Orient, du Ministère des Relations Extérieures, le Colloque, qui a conté avec la participation du Groupe des Ambassadeurs Africains residents à Brasilia, a accompli la double fonction de: (1) effectuer un premier relevé des thèmes que seront la base du "Forum Brésil/Afrique: Politique, Coopération et Commerce", prevu pour le mois de mai 2003, et des instituitions et personnalités plus directement intéressées aux affaires africaines; (2) promouvoir un débat, quoique rapide, sur les aspects attachés à la préparation du Forum.

Aussi une initiative du DAOP/MRE, l´idée du Forum découle de la verification qu'est opportun un examen des relations Brésil-Afrique, visant à son intensification. Telle proposition, de réévaluer les relations Brésil-Afrique, object d´un ensemble de thèmes toujours plus dense, varié et étendu, répond a une série de stimulus, d´une e d´autre rive de l´Atlantique. On note de nouveaux et positives développements au scénario africain, tels que la consolidation de la démocratie en nombreux pays (je citarai, à guise d´exemple plus récent, la prise de pourvoir, à la fin de décembre 2002, comme Président du Kenya, du candidat de l´opposition Mwai Kibaki, en des elections incontestées e qui gardent significatif paralelisme avec le récent changement dans le cadre politique brésilen avec la prise de pourvoir du Président Luiz Inácio Lula da Silva), marquante croissance économique en d´autres, des efforts pour la bonne gouvernance, la résolution de conflits et les initiatives de la création de l´Union Africaine (UA) et du Nouveau Partenariat pour le Développement de l´Afrique" (NEPAD).

Ces développements attestent que l´Afrique est engagée dans un combat à la recherche des nouvelles solutions pour des difficultés croniques comme les épidémies, la pauvreté, l´éducation et les infrastructures déficitaires, le défault institutionnel, les conflits regionaux, la dette externe, la détérioration des termes d´echange dans le commerce international, les bas niveaux de l´investissement direct étranger.

De la part du Brésil, il faut offrir au nouveau gouvernement qui a pris le pouvoir en janvier, des subsides actualisés pour la formulation d´une politique pour l´Afrique consistente avec la dimension sud-sud de la politique extérieure brésilienne et avec la solide tradition de nos relations avec les pays de ce continent-là. Les éléments d´une politique solidaire, réaliste et globale au sujet de l´Afrique doivent émerger d´un ample débat, où soient recueillies des contributions des segments interessés de la société brésilienne, qu´on pretend réunir au "Forum Brésil-Afrique: Politique, Coopération et Commerce". On y attend aussi la contribution des participants étrangers, en spécial des africains.

Reunissant un nombre expressif de participants, le Colloque Brésil-Afrique, du 5 décembre 2002, a été, dans ce contexte, pour ainsi dire un "premier appel" aux secteurs interessés de la societé de la part du Ministère des Relations Extérieures, organe du Gouvernement responsable pour l´éxécution de la politique extérieure brésilienne, pour l´examen de l´ensemble de thèmes africains. D´autres initiatives, toutefois, ont eu lieu, à l'Itamaraty, comme le "Séminaire sur les Perspectives de la Communauté des Pays de Langue Portugaise – CPLP", tenu en mai 2002, en préparation de la IV Conférence de Chefs d´État et de Gouvernement de la CPLP, celebrée le 31 juillet et le 1er aôut 2002, à Brasilia ; où le seminaire international "Brésil-Áfrique: la place du NEPAD", promu le 22 octobre 2002, par l´Université de Brasilia – UnB.

Au Colloque de décembre, object de la présente publication, des travaux très intéressants touchant les domaines politique, économique et social ont été présentés. Conformément au but du Colloque, l´emphase a été placée sur le thème de la NEPAD et de l´Union Africaine (UA), y compris par les ambassadeurs africains, qui

ont activement participé aux débats, ce qui a permis une meilleure connaissance de deux initiatives et une évaluation, nécessairement préliminaire, de leur potentiel en termes de reprise du développement dans le continent africain et des relations de l'Afrique avec d'autres pays en voie de développement.

Sur l'interprétation de la NEPAD, mentionnons une controverse qui n'a naturellement pas été réglée: s'agit-il d'une proposition véritablement africaine et reflétant les intérêts et la volonté des pays du continent – point de vue de M. l'Ambassadeur d´Afrique du Sud – ou d'une "africanisation des propositions libérales occidentales", dans une "appropriation du nouveau discours international hégémonique, également perceptible dans le domaine des valeurs politiques et sociales telles que la démocratie, les droits de l'homme et la bonne gouvernance".

De façon générale, les expectatives sont positives, bien qu´on ait pu percevoir une bonne dose de scepticisme à propos d'aspects spécifiques tels que "l'African Peer Review Mechanism(APRM)" et de l'ample participation à ce mécanisme de la communauté africaine dans son ensemble, et non de quelques pays seulement, vu sa nature volontaire. On a pu observer aussi de l'expectative concernant la possibilité d'avoir une dimension precise des progrès démocratiques survenus sur le continent, ou même de l'exigence de démocratie et de bonne gouvernance, ainsi que de la transparence fiscale et budgétaire, qui figurent dans la NEPAD autant que dans l'UA.

Dans le domaine économique, on a pu vérifier l'existence d'espaces significatifs pour le développement de la coopération et l'augmentation du commerce de biens et de services et d´investissements. Cela est rendu possible par la tendance à la pacification de l'Afrique, considérée comme une condition importante pour la croissance économique et donc les affaires commerciales ou la coopération économique. L'Angola en est un exemple, mais cette tendance ne se restreint pas à ce seul pays. Les participants ont convenu que le principal obstacle au développement de l'Afrique n'était pas économique, mais d'ordre politique. Dans la mesure où la paix apporte la stabilité aux pays (Mozambique et Angola), ils connaissent des conditions favorables à la croissance.

L'importance des échanges commerciaux entre le Brésil et l'Afrique, qui ont atteint 5.313 milliards de dollars en 2001, a été soulignée notamment par le Secrétaire Général dans son discours d'ouverture. Les échanges augmentent dans les deux directions. A titre d´exemple, les exportations brésiliennes ont augmenté de 16,8% au cours des dix derniers mois. Le commerce avec le Nigeria et l'Angola, avec 35,8% et 26% de croissance respectivement, a présenté les taux les plus élevés. Le grand déficit de la balance commerciale, notamment avec les pays exportateurs de pétrole, crée des opportunités dont il convient d'en profiter. Parallèlement, les investissements effectués par Petrobras dans la prospection et la production "offshore" de pétrole dans des pays comme l'Angola, le Nigeria, la Guinée Equatoriale et la Zambie ont été soulignés. Le partenariat Brésil-Afrique dans le domaine commercial doit s'orienter aussi vers la défense, au niveau international, d'une politique d'accès aux marchés, et pas seulement de prix.

Dans le champ social, des possibilités d´intensification de la présence brésilienne en Afrique ont été détectées. Il s'agit en effet d'un domaine dans lequel le Brésil peut apporter une contribution importante (lutte contre le sida, formation professionnelle, capacitation) et même marquer sa présence de façon intégrée dans la société africaine, au moyen d'actions objectives telles que le transfert de l'expérience brésilienne dans le domaine du ramassage des ordures dans les grands centres urbains pour des villes comme Luanda ou dans le domaine des crèches de quartier.

Au sujet des questions sociales, soulignons la conférence de M. le Sénateur Eduardo Suplicy, dans laquelle il put défendre sa thèse bien connue du droit des citoyens à un revenu minimum, exposée dans son livre Renda de Cidadania - A Saída é pela Porta [Revenue de Citoyenneté - la Sortie est par la Porte], publié l'année dernière. M. Suplicy a rappelé que cette proposition était déjà appliquée sous forme de bourses scolaires ou alimentaires dans certains pays, tels que le Mozambique. L'idée a aussi été étudiée par des organisations non gouvernementales et d'autres institutions africaines.

La question des besoins d'aide humanitaire d'urgence et à long terme à plusieurs pays africains, et notamment à l'Angola, a été examiné

pendant le Colloque. M. l'Ambassadeur d'Angola a même présenté un travail et fait un exposé sur la situation humanitaire dans son pays. D´un autre côté, néanmoins, l'assistance alimentaire fournie par des pays développés pour se défaire de leurs stocks de produits alimentaires a fait l'objet de critiques. De nombreuses préoccupations ont été formulées quant aux dommages que ce type d'aide peut provoquer, en bouleversant les conditions du marché interne et en provoquant même la désorganisation des processus productifs dans le secteur agricole.

Concernant les organismes régionaux et les divers groupes d'intérêts differenciés, il a été commenté que leur faiblesse provenait de l'existence de liens encore très forts entre les pays africains et les anciennes métropoles, ainsi que de l'isolement de ces pays les uns envers les autres. Les conflits d'intérêts entre pays francophones et anglophones en arrivent même dans certaines circonstances à empêcher le processus d'intégration. La concurrence entre la CEDEAO et la CPLP (Guinée Bissau) dans le domaine de l'action politique a d'ailleurs été mentionnée. La perspective d'une présence accrue des Etats-Unis en Afrique permet d'espérer une diminution de ces conflits. Il faudrait une plus grande interaction avec des institutions telles que la Banque Africaine de Développement-BAD, la Communauté pour le Développement de l'Afrique Australe-SADC, considérée comme un organisme souple et léger, et le Conseil pour la Paix et la Sécurité de l'Afrique Centrale (COPAX), dans lequel l'Angola pourrait jouer un rôle régional.

En outre des relations spéciales et de la recherche d'opportunités – tendances marquantes de la politique africaine du Brésil pendant les années 90 – le Colloque a permis d'identifier un consensus sur la nécessité de voir l'Afrique de façon plus ample ou globale. Les relations spéciales continueront sans doute à exister, comme dans le cas de la CPLP et des relations bilatérales avec les pays les plus importants pour la balance commerciale brésilienne. La complexité de la réalité africaine et son interaction avec la vaste gamme des intérêts de la politique extérieure brésilienne, y compris sur le plan multilatéral, exigeraient des lignes d'action conçues à partir d'une vision plus intégrée et globalisée de l'Afrique.

Comme propositions objectives concernant les relations Brasil-Afrique, les aspects suivants ont été abordés avec divers degrés d'emphase:

- intensification de la coopération sud-sud, notamment dans le domaine juridique, de la gestion publique, de la réforme des institutions de l´Etat, de l´agriculture et de la santé;

- augmentation des contacts entre entreprises dans le but de stimuler la formation de "joint-ventures";

- intensification des relations bancaires;

- examen des moyens et des modes de faciliter le transport et d'en réduire le coût dans le cadre des échanges Brésil-Afrique;

- prévalence de la notion que les relations ne doivent pas se limiter au domaine commercial;

- renforcement du dialogue politique comme façon d'augmenter la connaissance mutuelle des réalités respectives;

- élargissement de l'action politique visant à la pacification et à la résolution des conflits, y inclus le transfert de l'expérience brésilienne et sud-américaine, par moyen de projets d'intégration physique et de coopération dans les zones frontières;

- la notion que la CPLP ne se restreint pas à la coopération, mais qu´elle possède un rôle politique important et peut constituer un instrument significatif pour le développement de l' action des entrepreneurs;

- la conviction qu'il a de l'espace, qu' on doit et peut en profiter, pour des "initiatives intelligentes et affirmatives", avec le profit de ce qu'un auteur appelle les "brèches structurelles" en des organisations telles que le FMI ou la Banque Mondiale, et qui concernent la révision critique en train d'être faite par ces organismes des politiques et modèles appliqués aux pays du Sud;

- l'intérêt d'établir de réseaux et cheneaux de consultation e débat,

plus ou moins informels, por l'echange constante d'informations et d'idées entre les secteurs interessés par les thèmes africains au Brésil.

Ces éléments propositifs, aussi bien que le caractère exploratoire du Colloque constutieront, sans doute, um important stimulus pour l'ample débat que pretend le "Forum Brésil-Afrique: Politique, Coopération et Commerce", prevu pour la fin mai 2003. Il sont en plus coherents avec la longue tradition de la politique extérieure brasilienne pour l'Afrique, et qu'aujourd'hui se lance à la recherche d'un dialogue mûr et d'une plus grande connaissance mutuelle des réalités respectives.

PRESENTATION

Pedro Motta Pinto Coelho

The papers included in this volume were presented during the Colloquium on Brazil-Africa Relations, held on December 5, 2002, at the Rio Branco Institute (IRBr), the Brazilian diplomatic academy, in Brasilia. It was a initiative of the Department of Africa and Near East (DAOP) of the Ministry of External Relations (MRE), with the support of the International Relations Research Institute (IPRI), the Alexandre de Gusmão Foundation (FUNAG), as well as the Rio Branco Institute itself. The Colloquium, which benefited from the participation of the Group of African Ambassadors in Brasilia, had a twofold purpose: (1) to draft a basic agenda for the "Brazil-Africa Forum: Policy, Cooperation, and Trade," scheduled for May 2003, and establish a list of Brazilian entities and personalities more closely involved with African affairs; and (2) to discuss, however briefly, aspects related to the Forum's preparation.

An initiative of DAOP/MRE, the very idea of the Forum derives from the conclusion that it is time to reexamine the relations between Brazil and Africa, aiming at its updating and intensification. The proposal of revaluing these relations, which encompass a dense, varied and ever broadening range of themes, responds to a series of *stimuli*, from both margins of the Atlantic. New and positive developments in the African scene can be noted, such as the consolidation of democracy in some countries (I would mention, for instance, the inauguration, by the end of December 2002, of former oppositionist Mwai Kibaki as President of Kenya, after legitimate and uncontested elections, in a context that has some parallelism with the recent changes in Brazilian politics, with the election of President Luiz Inácio Lula da Silva), accelerated economic growth in others, good governance efforts, conflict resolution advances and the launching of both the African Union (AU) and the New Partnership for Africa's Development (NEPAD).

These developments show that Africa holds an open struggle in search of new and sustainable solutions to chronicle difficulties such as poverty, epidemics, deficient education and infra-structure, institutional weaknesses, regional conflicts, external debt, the deterioration of the terms of trade and low direct foreign investment.

It is also the moment to offer the new Brazilian government, which took office in January 2003, updated inputs and information for the formulation of a policy towards Africa consistent with the South-South dimension of the Brazilian foreign policy and our solid tradition of relations with the countries of that continent. The elements of a realist, encompassing and solidarity- oriented policy towards Africa should emerge from a broad debate, by means of which the contributions of the interested sectors of Brazilian society would be collected. We intend to gather these groups in the "Brazil-Africa Forum: Politics, Cooperation and Trade". Contributions from foreign participants, in particular Africans, are expected as well.

With an expressive number of participants, the Colloquium on Brazil-Africa Relations constituted, so to say, a "first call" by the Ministry of External Relations, the governmental authority responsible for the execution of the foreign policy, for the interested sectors to handle with African issues from a global viewpoint. Other initiatives, however, have been taking place, both in Itamaraty, as the Seminar on the Perspectives of the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP), held in may 2002, as a preparatory event to the IV Conference of Head of States and Government of the CPLP, held in July 31st and August 1st 2002, in Brasilia; and outside, as the International Seminar Brasil and Africa: the Place of Nepad, promoted by the University of Brasilia, in November 22nd.

In the Colloquium of December, subject of the present publication, very interesting works were presented, from a substantive point of view, in the political, economic, and social areas. As intended, the Colloquium emphasized the theme of the New Partnership for Africa's Development-NEPAD and of the African Union-AU, which was reiterated by the African Ambassadors. This led to a better knowledge of the two initiatives and to a preliminary evaluation of

their potential for making possible a resumption of development on the African continent and for Africa's relations with other developing countries.

With respect to NEPAD, mention should be made to the unresolved controversy as to whether it should be interpreted as a genuinely African proposal reflecting the interests and viewpoints of the African continent —as advocated by the South African Ambassador– or as an "Africanization of Western liberal proposals," in an "appropriation of the hegemonic international discourse, which is equally noticeable in the field of political and social values such as democracy, human rights, and good governance."

In general, expectations are positive, despite a good measure of skepticism about specific issues, such as the African Peer Review Mechanism (APRM) and greater participation by the African community as a whole and not only by just a few countries in the mechanism in view of its voluntary nature. Great expectations were expressed regarding the possibility of a precise evaluation, in the medium and long terms, of the impact of the democratic progress made on the continent and of the requirement of democracy and good governance, as well as fiscal and budgetary transparency, pursuant to both NEPAD and AU.

In the economic field, it became clear that there is significant room for work in the area of cooperation, increased trade in goods and services, and investment. The enabling factor would be the trend to pacification in Africa, considered a major requirement for economic development and thus for opportunities in the areas of trade and economic cooperation. Although Angola is an example, the trend is not restricted to it. During the discussions, there was agreement that the main obstacle to African development is not economic but political. As soon as countries find stability owing to pacification –as in Mozambique and, more recently, in Angola— conditions conducive to development are created.

Another fact highlighted was the importance of trade between Brazil and Africa, which totaled US$ 5,313 billion in 2001, as pointed out by the Secretary-General in his opening address to the Colloquium.

Trade has grown in both directions. Brazilian exports, for instance, grew by 16.8 percent in the last ten months. Nigeria and Angola, with 35.8 percent and 26 percent, respectively, showed the highest trade increase figures. The large balance deficit, particularly vis-à-vis oil-exporting countries, thus provides opportunities that should be taken advantage of. In a parallel context, emphasis was given to Petrobras's investments in offshore oil prospecting and production in countries such as Angola, Nigeria and Equatorial Guinea. The Brazilian-African partnership, as far as trade is concerned, should be geared to the defense, at the international level, not only of a price policy, but of a market access policy as well.

In the social area, possibilities were seen for enhancing Brazil's presence in Africa, as this is a field in which Brazil may offer a major contribution (combating Aids, professional training, capacity building, etc.), as well as operating more closely integrated with African modern society through objective initiatives such as the transfer of the Brazilian experience in trash collection in large urban centers to cities such as Luanda or in the organization of neighborhood nurseries.

With respect to social issues, Senator Eduardo Suplicy's lecture should be mentioned. In it he expounded his well-known thesis of a citizen's right to a minimum income, the subject of the book titled *Renda de Cidadania-A Saída é pela Porta* [Citizenship's income: the way out is through the door]. As he stressed, this proposal is being incorporated, to a certain extent, into programs, such as family school grants and food grants among other programs, which are being adopted in certain cases by other countries, including Mozambique. This subject has been also considered by African nongovernmental organizations and other entities.

During the Colloquium, the need for long-term emergency humanitarian assistance to several African countries, particularly to Angola, was discussed. The Angolan Ambassador presented a work specifically exposing the humanitarian situation in his country. However, reservations were also made to food aid provided by developed countries to get rid of stocks of food products. There was general concern about the detrimental character this type of assistance

may have, as it distorts domestic market conditions, to the point even of disorganizing productive processes in the agricultural area.

With respect to regional organisms and different interest groups, it was commented that their strengthening and consolidation is yet a challenge, owing to the still strong ties of the countries to their former metropolises and to their isolation –given the precarious communication and transport infra-structure– from one another. Under certain circumstances, the interactive process is hampered by the shock of interests between French-speaking and English-speaking countries. The possibility of greater U.S. presence in Africa raises expectations that these disputes will decrease. There might be an interest in greater interaction with institutions such as the African Development Bank (BAD), the Southern Africa Development Community (SADC), which is considered an agile, flexible organism, and the Central African Council for Peace and Security (COPAX), by means of which Angola may eventually play a relevant regional role.

Other than special relations and the search for opportunities —salient traits of Brazil's foreign policy toward Africa in the 1990s— the Colloquium allowed the identification of a common agreement that Africa should be seen from a comprehensive or sistemic perspective. There is no doubt that special relations will always exist, such as in the case of the CPLP and bilateral relations with countries of greater import for the Brazilian trade balance. The complexity of African reality and its interaction with the wide range of interests of Brazil's foreign policy, including on the multilateral level, would require lines of action based on a more integrated or sistemic view of Africa.

In terms of objective proposals pertaining to Brazilian-African relations, the following issues were discussed, with varying emphasis:

- intensification of South-South cooperation, particularly in the areas of law, public administration, reform of State institutions, agriculture, and health;

- expansion of entrepreneurial contacts, with a view to encouraging joint ventures;

- intensification of banking relations;

- consideration of means and ways to facilitate transportation and reduce costs of Brazilian-African trade;

- prevalence of the notion that relations should not be seen only from a mercantile perspective;

- strengthening of the political dialogue as a way of increasing mutual knowledge of respective realities;

- expansion of political action aimed at pacification and resolution of conflicts, including the transfer of the Brazilian and South American experience of physical integration and cooperation projects in border areas; and

- the notion that the CPLP does not limit itself to cooperation but has a major political role to play and may become a significant instrument for the development of entrepreneurial action.

- The conviction that there is room which can and should be used for "intelligent and assertive initiatives", depending on the good use of what an author calls "structural breaches" in forums such as the IMF and the World Bank, and that relate to the critical review of policies and models presently in course in those organisms;

- The convenience of establishing informal networks and consultation and debate channels that allow a constant exchange of information and ideas between the sectors interested in African themes in Brazil.

The propositive elements, as well as the exploratory character of the Colloquium will constitute an important stimulus to the open debate we expect to have in the "Brazil-Africa Forum: Politics, Cooperation and Trade", due to happen by the end of May 2003. They are also coherent with the long tradition of the Brazilian foreign policy towards Africa, which today projects itself in search of a mature dialogue and of greater mutual knowledge.

Palavras do Embaixador Osmar Chohf, então Secretário-Geral das Relações Exteriores, na cerimônia de abertura do Colóquio sobre as Relações Brasil-África

Brasília, 05 de dezembro de 2002

Excelentíssimo Senhor Embaixador Martin Mbarga Nguele, Decano do Grupo dos Embaixadores Africanos em Brasília;

Excelentíssimo Senhor Senador Eduardo Suplicy;

Excelentíssimo Senhor Embaixador Gilberto Saboia, Subsecretário-Geral de Política Bilateral;

Ministro João Almino, Diretor do Instituto Rio Branco;

Ministro Pedro Motta Pinto Coelho, Diretor-Geral do Departamento da África e Oriente Próximo;

Demais Embaixadores do Grupo Africano;

Demais autoridades e participantes do Colóquio

É com grande satisfação que inauguro, aqui no Instituto Rio Branco, este Colóquio sobre as Relações Brasil-África. Damos início hoje a um processo abrangente de reflexão sobre o relacionamento do Brasil com o continente africano, que deverá culminar no "Fórum Brasil-África: Política, Parceria e Comércio", previsto para maio de 2003.

Gostaria de agradecer ao Grupo de Embaixadores Africanos em Brasília pela iniciativa de juntos realizarmos este evento, bem como o empenho do Departamento da África e Oriente Próximo deste Ministério, do Instituto Rio Branco e do Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais em sua organização. Agradeço ainda o apoio prestado pelo Ministério da Educação, por meio de sua agência de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e a presença de todos os participantes, que, estou certo, muito poderão contribuir para o sucesso deste encontro.

O Brasil nunca deixou de reconhecer os interesses convergentes que o aproximam da África. Para além do fundamental contributo à formação da cultura e do povo brasileiro, compartilhamos com os países africanos o anseio por uma ordem internacional mais equânime e por uma realidade de maior justiça social. Não é por outra razão que, mesmo nos momentos de crise econômica e incertezas políticas que atingiram os dois lados do Atlântico, pudemos sempre contar com o apoio mútuo em debates e eleições nos múltiplos foros internacionais, da ONU à Organização Mundial do Comércio.

Hoje, quando se começa a vislumbrar o início de um processo promissor de estabilização e retomada do crescimento no continente africano, o Brasil encontra-se em posição relativamente confortável para dar um salto rumo a uma maior aproximação com a África. O momento é propício para a revalorização de nosso diálogo político, bem como para o aumento e diversificação de nossas trocas comerciais com os países africanos e investimentos naquele continente.

Assistimos neste ano ao nascimento da União Africana, e temos acompanhado com interesse os desdobramentos da Nepad (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África). A iniciativa tem mobilizado de maneira notável os governos africanos e a comunidade internacional, preocupados em encontrar soluções sustentáveis para os problemas que afligem o continente. A Nepad – um dos temas de análise neste Colóquio – abre perspectivas para um maior engajamento brasileiro na busca do desenvolvimento africano, dentro de uma orientação pragmática que, sem ignorar os compromissos brasileiros para com a África, enxerga também as oportunidades reais que o continente nos oferece.

Nos últimos anos, o Governo brasileiro já vinha intensificando os laços com a África, sobretudo na área da cooperação técnica, particular mas não exclusivamente com os países de expressão portuguesa. Com esse espírito, numerosas missões foram realizadas a diferentes países africanos, nas mais variadas áreas do conhecimento, dentre elas as da educação, saúde, agricultura, meio ambiente e formação e capacitação profissional, num esforço que envolve, além do Ministério das Relações Exteriores e sua Agência de Cooperação

Técnica, outros órgãos da administração pública e variadas instituições brasileiras de excelência. Temos buscado compartilhar com nossos irmãos na outra margem do Atlântico as melhores práticas brasileiras, como por exemplo nossa bem sucedida experiência no combate à AIDS. Sem que o esperássemos, acumulamos assim larga disposição favorável junto a nossos parceiros africanos, cujo impacto indireto em outras áreas do relacionamento é cada vez mais sensível.

Os programas de redução ou perdão da dívida africana, tanto no Clube da Paris quanto bilateralmente, também refletem o esforço do Governo em corresponder às expectativas da sociedade brasileira, solidária às dificuldades enfrentadas pelos povos irmãos. A valorização do diálogo interregional, por meio da presença brasileira na Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul e, especialmente, na Comunidade de Países de Língua Portuguesa, demonstra a existência de um amplo universo de interesses comuns. Nas Nações Unidas a participação do Brasil no tratamento dos temas africanos revela disposição de contribuir ativamente para a resolução dos problemas do continente. Nosso compromisso com os povos africanos tem resultado, desde 1960, no envio de mais de 7.000 brasileiros como membros de missões de paz das Nações Unidas.

Também no campo econômico-comercial pode-se verificar a crescente relevância da África para o Brasil, o que apenas aponta para o grande potencial ainda a ser explorado. O volume total das trocas comerciais entre o Brasil e os países africanos chegou a quase 5,5 bilhões de dólares em 2001, superando em muito os valores alcançados nos anos 80, quando a África chegou a responder por quase 8% das exportações brasileiras. Tal volume faz do continente, a despeito de obstáculos como um certo desconhecimento mútuo ou a insuficiência de ligações aéreas e marítimas, uma das regiões mais dinâmicas no conjunto de nosso comércio exterior.

Apenas a título de exemplo, vale mencionar o fato de a Nigéria ser hoje o principal fornecedor de petróleo para o mercado brasileiro, ou ainda a forte presença de grande empresas brasileiras, como a Petrobras e a construtora Norberto Odebrecht, no promissor mercado angolano. Recordo também que o Mercosul e a África do Sul vem

dando importantes passos rumo a uma maior aproximação, em negociações que, a partir do próximo ano, envolverão também os demais países da SACU (União Aduaneira da África Meridional), como Namíbia e Botsuana.

Queremos fomentar o diálogo com as diversas regiões da África, com vistas a aproveitar ao máximo as especificidades de cada ambiente. A intensificação dos laços com os processos de integração em curso – COMESA, SADC e ECOWAS – seria de todo proveitosa para ambos os lados. Do mesmo modo, temos buscado a revitalização dos nossos contatos com o Norte da África, região com a qual mantemos um comércio ainda deficitário. Nesse sentido, cabe recordar a recente reabertura da Embaixada do Brasil em Túnis.

Senhoras e Senhores,

O crescente envolvimento da academia, das organizações não-governamentais, de instituições públicas e privadas, do empresariado, do movimento negro, de parlamentares e partidos políticos nos processos que permeiam a elaboração da política externa brasileira tem também sido decisiva para encorajar o Brasil a explorar novas possibilidades de projetos e parcerias com a África. Tal envolvimento democrático confere legitimidade aos esforços do Itamaraty para reforçar os laços brasileiros com os países africanos, e assegurará sua continuidade no Governo que em breve se inicia.

As relações Brasil-África são um imperativo estratégico. Este Colóquio, estou seguro, servirá não apenas para reafirmar a potencialidade destas relações, reconhecida tanto pelo Brasil quanto pelos países africanos, mas para indicar novos caminhos para sua retomada.

Allocucution de S.E.M Martin Mbarga Nguele Ambassadeur du Cameroun Doyen du Groupe Africain

Je voudrais avant tout, au nom du Groupe des Ambassadeurs et Chefs de Mission Diplomatique Africains accrédités à Brasilia, remercier le Département Afrique et Proche Orient du Ministère des Relations Extérieures, et ses Institutions, l´Institut Rio Branco, le Ministère de l´Education et de la Culture, pour avoir organisé le présent colloque et pour nous avoir associé aux travaux.

Il convient de le souligner: l´organisation de ce Colloque, alors que nous sommes en pleine période de transition gouvernementale, est une manifestation évidente de l´intérêt porté aux relations entre le Brésil et l´Afrique, deux entités que l´Histoire, la Culture, la Géographie ont intimement liées.

Mais, malgré ces convergences naturelles, il faut constater, pour le déplorer, que l´Afrique reste encore peu connue au Brésil; toutes les statistiques révèlent que les échanges - tous les échanges - ne sont pas au nieau où ils devraient l´être, d´où l´intérêt à changer les choses, remettre les pendules à l´heure, afin de faire une réalité de ce qui pourrait être un modèle de la coopération Sud-Sud.

Il vrai que çà et là, l´on entend souvent des voix pessimistes s´élever pour denier à l´Afrique toute chance d´avenir; cet Afro-pessimisme devient chez ceux-là une vraie doctrine, ne retenant que les problèmes du Continent, en occultant ses réussites et ses capacité. Pour eux, l´Afrique est condamnée à jamais.

Certes, l´Afrique a des problèmes, mais quel continent, quel pays au monde n´en a pas? Au fond, l´on semble souvent ignorer que la plupart des pays africains n´ont à peine que 40 ans de souveraineté nationale et que le chemin parcouru en si peu de temps est considérable et plein d´espoir.

Le cours de l´Histoire est irréversible, et si parfois on peut l´influencer, nul ne peut l´arrêter. Pensez donc à tous ces évènements

qu´on avait cru en leur temps définitifs et éternels :

- qui aurait pu croire à l´abolition de l´esclavage, cette tragédie qui a vidé l´Afrique de ses ressources humaines?

- qui aurait pu croire à l´indépendance des pays africains lors du Congrès de Berlin qui, en 1884, a consacré le partage de l´Afrique entre les puissances coloniales?

- qui aurait pu croire à l´éradication de la politique d´apartheid en Afrique du Sud?

- qui aurait pu croire à la chute du Mur de Berlin?

Mais, tout cela est arrivé, et même si l´Afrique a encore du chemin à parcourir pour son développement économique et son intégration politique, il s´agit d´une fin inéluctable comme la marche de l´Histoire.

Si l´Afrique porte souvent un regard critique sur les anciennes puissances coloniales qui refusent d´endosser leurs responsabilités historiques, il ne faudrait pas y voir une contradiction avec l´appel qu´elle lance à la Communauté Internationel dans sa quête des voies et moyens pour accroître son développement, mais, au contraire, la revendication pour un partenariat plus juste et équilibré.

L´Afrique n´a pas besoin de modèle steréotypé. Elle bouge et lutte. Aujourd´hui encore, l´Europe se construit politiquement et économiquement, les Amériques poursuivent des négociations pour des ensembles plus viables.

Comment en serait-il autrement pour le Continent Africain avec ses 700 millions d´âmes dont 400 millions de consommateurs potentiels?

Notre Continent cherche aussi à accroître son unité politique et économique, en toute responsabilité, en toute connaissance de ses capacités; et la naissance de l´Union Africaine et le lancement du programme du Nouveau Partenariat pour le Développement Economique del´Afrique, s´inscrivent dans cette dialectique.

Ce partenariat estime que la coopération Sud-Sud est une des voies de succès, et dans cette conception, le BRÉSIL a sa place naturelle.

En considération de cette large prise de conscience collective, pourquoi tout ce qui concerne l´Afrique doit donc continuer à être singulier?

Nous pensons qu´avec un peu plus de volonté politique et la conjugaison de nos efforts, nous pourrions mieux comprendre et faire connaître l´Afrique, ce Continent qui a tant souffert, plus que tous les autres.

L´avènement du nouveau Gouvernement qui met l´accent sur le changement pourrait alors nous amener à espérer que cette orientation se traduira par un renforcement des relations entre le Brésil et l´Afrique.

C´est dans ce contexte que le Forum Brésil-Afrique prévu l´an prochain pourra être considéré comme une étape importante pour le renforcement de ces relations.

C´est là, à notre regard, l´opportunité de ce Colloque dont l´un des buts est d´apporter plus de clarté aux relations multi-sectorielles entre le Brésil et l´Afrique, deux entités appelées à marcher ensemble vers le rendez-vous universel du donner et du recevoir.

Je souhaite plein succès aux travaux du Colloque et vous remercie pour votre attention.

Alocução de sua excelência o senhor Martin Mbarga Nguele, Embaixador do Cameroun, decano do Grupo Africano

Colóquio sobre as relações brasil-África

Instituto Rio Branco, 5 de dezembro de 2002

Gostaria, em primeiro lugar, em nome do Grupo de Embaixadores e Chefes de Missão Diplomática Africanos credenciados em Brasília, de agradecer ao Departamento da África e Oriente Próximo do Ministério das Relações Exteriores, e às suas instituições, ao Instituto Rio Branco, e aos Ministérios da Educação e da Cultura, por terem organizado este colóquio e por ter-nos associado a seus trabalhos.

Convém sublinhar que a organização deste Colóquio, num momento em que estamos em pleno período de transição governamental, é uma manifestação evidente do interesse de que são alvo as relações entre Brasil e África, duas entidades intimamente ligadas pela História, pela Cultura e pela Geografia.

Entretanto, apesar destas convergências naturais, é preciso constatar, a fim de deplorá-lo, o fato que a África ainda permanece pouco conhecida no Brasil; todas as estatísticas revelam que as trocas – todas as trocas – não estão no nível em que deveriam estar. Daí advém o interesse em mudar essa situação, em reajustar os relógios, a fim de tornar realidade algo que poderia ser um modelo da cooperação Sul-Sul.

É verdade que, aqui e ali, freqüentemente ouvimos erguerem-se vozes pessimistas, negando à África qualquer oportunidade de futuro. Nesses indivíduos, este Afro-pessimismo torna-se uma verdadeira doutrina, lembrando apenas os problemas do Continente e ocultando seus êxitos e suas capacidades. Para eles, a África está condenada para todo o sempre.

É certo que a África tem problemas, mas qual continente, qual país do mundo não os apresenta? No fundo, freqüentemente se parece ignorar que a maioria dos países africanos tem apenas quarenta anos de soberania nacional, e que o caminho percorrido em tão pouco tempo é considerável e cheio de esperança.

O curso da História é irreversível e, se às vezes pode-se influenciá-lo, ninguém pode interrompê-lo. Pensemos em todos esses eventos que eram tidos, na sua época, como definitivos e eternos:

- Quem poderia crer na abolição da escravatura, esta tragédia que drenou os recursos humanos da África?

- Quem, por ocasião do Congresso de Berlim que, em 1884, consagrou a partilha da África entre as potências coloniais, poderia crer na independência dos países africanos?

- Quem poderia crer na erradicação da política de apartheid na África do Sul?

- Quem poderia crer na queda do Muro de Berlim?

Entretanto, tudo isso ocorreu. E, mesmo se a África ainda tem um caminho a percorrer no que se refere a seu desenvolvimento econômico e à sua integração política, trata-se de um fim inelutável como a marcha da História.

Se a África freqüentemente dirige um olhar crítico para as antigas potências coloniais, que se recusam a endossar suas responsabilidades históricas, isso não deveria ser visto como uma contradição com o apelo que o Continente lança à Comunidade Internacional, em sua busca por modos e meios para aumentar seu desenvolvimento, mas sim, ao contrário, como a reivindicação por uma parceria mais justa e equilibrada.

A África não necessita de modelos estereotipados. Ela luta e está em transformação. Ainda hoje, a Europa se constrói política e economicamente, e as Américas desenvolvem negociações com vistas a conjuntos mais viáveis.

Como poderia ser diferente para o Continente Africano, com seus 700 milhões de habitantes, dos quais 400 milhões são consumidores em potencial?

Nosso Continente busca também aumentar sua unidade política e econômica, com toda a responsabilidade e com pleno conhecimento de suas capacidades; e o nascimento da União Africana e o lançamento do programa da Nova Parceria para o Desenvolvimento Econômico da África inscrevem-se nesta dialética.

Essa parceria estima que a cooperação Sul-Sul é uma das vias de sucesso; nessa concepção, o Brasil tem seu lugar natural.

Em consideração a essa ampla conscientização coletiva, por que tudo o que se refere à África deve continuar a ser singular?

Acreditamos que, com um pouco mais de vontade política e com a conjugação de nossos esforços, poderíamos melhor compreender e fazer conhecer a África, esse Continente que tanto sofreu, mais que todos os outros.

O advento do novo governo, com seu enfoque nas mudanças, poderia então levar-nos a esperar que essa orientação se traduzirá por um fortalecimento das relações entre o Brasil e a África.

É neste contexto que o Fórum Brasil-África, previsto para o próximo ano poderá ser considerado como uma etapa importante para o fortalecimento dessas relações.

Em nossa opinião, essa é a oportunidade deste Colóquio, que tem como um de seus objetivos esclarecer melhor as relações multissetoriais entre o Brasil e a África, duas entidades chamadas a caminhar juntas para o encontro universal do dar e do receber.

Desejo pleno sucesso aos trabalhos deste Colóquio e agradeço-lhes por sua atenção.

COLÓQUIO SOBRE AS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA
Brasília, 5/dezembro/2002

Instituto Rio Branco

PROGRAMA

5 de dezembro, quinta-feira

09:00 - Sessão de Abertura
local: Auditório Embaixador João Augusto de Araujo Castro

Abertura:
Secretário-Geral das Relações Exteriores,
Embaixador Osmar Vladimir Chohfi

Decano do Grupo Africano e Embaixador do Cameroun,
Martin Mbarga Nguele

10:00-10:40 – Primeira Mesa
local: Sala Joaquim Nabuco

A Ação Social e Cultural

Moderador: *Ministro Pedro Motta Pinto Coelho*
Diretor-Geral do Departamento da África e Oriente Próximo, Ministério das Relações Exteriores

a) A Legitimação da Renda Básica em Países em desenvolvimento: o caso do Brasil ou
A resposta está sendo soprada pelo vento
Expositor: **Senador Eduardo Matarazzo Suplicy**
Senado Federal

b) Assistência Humanitária Emergencial e de Médio Prazo. Reconstrução Nacional.
O Caso Angolano. Novo tema na agenda externa brasileira
Expositor: **Professor João Batista dos Mares Guia**

c) Situação Humanitária em Angola
Expositor: **Embaixador Alberto Correia Neto**
Embaixador da República de Angola

Debatedor:

Doutor Carlos Alves Moura
Presidente da Fundação Palmares

11:00-12:30 – Segunda Mesa
local: Sala Joaquim Nabuco

A Política

Moderador: *Ministro Carlos Henrique Cardim*
Diretor-Geral do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

a) As Áfricas e suas ordens políticas: entre o otimismo e o pessimismo
Expositor: **Professor Luiz Henrique Nunes Bahia**
Universidade Veiga de Almeida (UVA)

b) A Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD) no contexto internacional
Expositor: **Professor José Flávio Sombra Saraiva**
Universidade de Brasília (UnB)

c) O encontro estratégico: a União Africana, o Plano NEPAD e o novo discurso internacional
Expositor: **Professor Wolfgang Döpke**
Universidade de Brasília (UnB)

d) Abrindo o NEPAD. O cavaleiro da África ou seu abismo eterno
Expositor: **Embaixador Mbulelo Rakwena**
Embaixador da República da África do Sul

Debatedores:

Embaixador Lahcène Moussaoui
Embaixador da República Argelina Democrática e Popular

Doutor Roberto Martins
Presidente da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

14h30-16h00 – Terceira Mesa
local: Sala Joaquim Nabuco

Cooperação econômica, Comércio e a geo-economia Africana

Moderador: *Ministro João Almino de Souza Filho*
Diretor-Geral do Instituto Rio Branco

a) Desenvolvimento sustentável e o contexto geo-econômico africano;
Expositor: **Doutor Demétrio Magnoli**
Doutor em Geografia Humana pela FFLCH - USP

b) Processos de integração e grupos de interesse diferenciados:
UA, CEDEAO/ECOWAS, COMESA, SADC, CPLP, ZOPACAS
Expositor: **Professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão**
Professor Titular da Universidade de São Paulo (USP)

c) Atividades da Petrobras na África
Expositor: **João Carlos Araújo Figueira**
Gerente Executivo de Exploração e Produção Internacional da Petrobras

Debatedores:

Embaixador Abdelmalek C. Ghazouani
Embaixador do Reino do Marrocos

Embaixador Valdemar Carneiro Leão
Diretor-Geral do Departamento Econômico, Ministério das Relações Exteriores

Secretário Evaldo Freire
Divisão de Operações de Promoção Comercial, Ministério das Relações Exteriores

16h30-18h00 – Quarta Mesa
local: Sala Joaquim Nabuco

A COOPERAÇÃO

Moderador: *Ministro Pedro Motta Pinto Coelho*
Diretor-Geral do Departamento da África e Oriente Próximo, Ministério das Relações Exteriores

a) Cooperação Técnica: realidade e perspectivas no continente africano;
Um caso especial: a cooperação com os Palops.
Expositor: **Alexandre Prestes Silveira**
Agência Brasileira de Cooperação

Debatedor:

Embaixador Mario Augusto Santos
Chefe da Assessoria Internacional do Ministério de Minas e Energia

PRIMEIRA PARTE

A Ação Social e Cultural

A Legitimação da Renda Básica em Países em Desenvolvimento: o caso do Brasil[1]
ou
A resposta está sendo soprada pelo vento

Eduardo Matarazzo Suplicy[2]

Em palestra sobre o desenvolvimento da idéia de uma Renda Básica Incondicional proferida no dia 17 de agosto de 2002, na Universidade de São Paulo, o Professor Phillipe Van Parijs afirmou que a introdução de um programa como esse, em países continentais como o Brasil, deve ser feito de forma gradual.

Logo após a palestra, em entrevista concedida à Folha de S. Paulo, Van Parijs respondeu a pergunta acerca da viabilidade da introdução do programa como sendo um direito à cidadania para todos os brasileiros. E tal programa pode ser implementado a partir de 2005 – ao final da primeira metade do mandato do próximo Presidente da República – conforme proposta contida em Projeto de Lei que apresentei no Senado Federal em dezembro de 2001.

Van Parijs ilustrou sua resposta com uma parábola[3]. Recentemente, ele estava em um parque em Montevidéu, no Uruguai,

---

[1]. Texto apresentado no IX Congresso Internacional da BIEN (Basic Income European Network) em Genebra, Suíça, em 12-14 de setembro de 2002. Este trabalho foi utilizado como referência na palestra do Senador Eduardo Matarazzo Suplicy no *World Summit on Sustainable Development and Basic Income Grant* realizado em Johannesburg, África do Sul, em agosto de 2002.

[2] Senador (PT-SP), Professor de Economia na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas e Ph.D em economia pela Michigan State University.

[3] A entrevista do Professor Phillipe Van Parijs concedida a Marcelo Billi foi totalmente gravada, mas quando publicada pelo jornal Folha de São Paulo, em 26 de agosto de 2002, página B6, com o título *Filósofo propõe renda mínima para todos*, esta parábola foi omitida. A resposta de Van Parijs para a questão da factibilidade do meu projeto de lei para a implementação da renda básica em 2005 foi a seguinte:

Precisamos de uma pessoa que esteja à frente do seu tempo, que diga para as pessoas o quanto se pode avançar. Se você disser às pessoas que um projeto de renda básica para o Brasil só será um projeto realista em 2025, nada vai acontecer. Você precisa dizer que é para amanhã para que as coisas andem.

e viu um uma bonita escultura de bronze de um gaúcho em um carro de boi. *"O carro estava inclinado e atolado. Para sair do atoleiro fazia-se necessário muito esforço. Mas também fazia-se necessário, para prevenir que atolasse novamente, que uma pessoa fosse à frente do carro, orientando-o no caminho a seguir. Esta pessoa é o Eduardo".*

Achei a história comovente e estimulante. De fato, muita coisa aconteceu no Brasil desde 1991, quando apresentei – e foi aprovado pelo Senado Federal – o projeto de Lei que introduziria um programa de renda mínima na forma de um imposto de renda negativo. Na elaboração deste projeto tive a colaboração de Antonio Maria da Silveira, que em 1975 introduziu na literatura acadêmica brasileira a proposta de imposto renda negativo.

No projeto está previsto que todos os homens ou mulheres com 25 anos ou mais, com renda mensal abaixo de R$ 450,00, terão o direito a receber um complemento de renda igual a 30% (ou até 50%, dependendo da disponibilidade de recursos e da evolução do programa) da diferença entre este valor e sua renda pessoal. Em 16 de dezembro de 1991, após quatros horas de debates, o Senado brasileiro aprovou a proposição com voto favorável de todos os partidos. Apenas quatros senadores, num universo de 81, se abstiveram. Neste dia, o líder do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), hoje presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, se referiu à proposta como uma utopia realista e com os pés no chão. O Senado contribuiu para torná-lo realidade encaminhando-o à Câmara dos Deputados, onde, todavia, apesar do parecer favorável do seu relator, Deputado Federal Germano Rigotto (PMDB/RS), permanece sem ser analisado há mais de 10 anos. Se o projeto já estivesse em execução, o programa teria sido implementado gradualmente, a partir de 1995 até 2002, tendo iniciado pelas pessoas com 60 anos ou mais no primeiro ano, 55 anos ou mais no segundo ano e assim por diante. Hoje, todos os residentes do país, com 25 anos ou mais, já teriam acesso a este direito, e estaríamos estudando a possibilidade de estendê-lo para as pessoas a partir dos 18 anos.

De fato, o Executivo federal exerce uma influência significativa na montagem da agenda das matérias a serem apreciadas pelo Congresso

Nacional, mas nunca realizou nenhum movimento no sentido de levar essa proposição a votação. No entanto, a discussão em torno da introdução do Programa de Garantia de Renda Mínima, com o objetivo de erradicar a pobreza, estimulou a idéia da transferência de renda para famílias pobres com crianças em idade escolar, desde que estas estivessem efetivamente freqüentando a escola. Importantes para esse objetivo foram as contribuições de José Márcio Camargo, Cristovam Buarque, José Roberto Magalhães Teixeira e outros, que são relatadas detalhadamente em meu livro *Renda de Cidadania: A saída é pela Porta* [4].

Em 1995, tiveram início algumas experiências pioneiras de transferência de renda, primeiro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, onde o prefeito Magalhães Teixeira implantou o *Programa de Garantia da Renda Familiar,* e depois no Distrito Federal, onde o governador Cristovam Buarque introduziu o *Programa Bolsa-Escola*. Nos dois casos, as famílias com renda mensal inferior a ½ salário mínimo *per capita* tinham direito a receber um complemento de renda enquanto suas crianças em idade escolar estivessem freqüentando as aulas. Em Campinas, o benefício familiar foi definido como a quantia necessária para completar a metade de um salário mínimo vezes o número de membros da família; no Distrito Federal ele foi definido como um salário mínimo, independente do tamanho da família. De lá para cá, muitas administrações municipais, tais como Ribeirão Preto, São José dos Campos, Belém, Mundo Novo, Belo Horizonte, Piracicaba, Jundiaí, Blumenau e Caxias do Sul, dentre outras, instituíram programas semelhantes, que diferem entre si apenas na forma de se calcular o benefício, mas são fundamentados no mesmo princípio.

Como resultado dessas experiências, entre 1995 e 1996 novos Projetos de Lei foram apresentados na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, como o de Nelson Marchezan (PSDB), Ney Suassuna (PMDB) e Renan Calheiros (PMDB), que propuseram programas de renda mínima associados ou não à educação.

Em agosto de 1996, Phillipe Van Parijs esteve no Brasil a convite da Universidade de São Paulo (USP) e da Pontifícia

[4] SUPLICY, Eduardo Matarazzo (2002) *Renda de Cidadania. A saída é pela porta*. São Paulo: Cortez Editora/Fundação Perseu Abramo.

Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), ocasião em que o acompanhei em encontro com o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Nessa oportunidade, o Professor Van Parijs afirmou que a implantação de programas de renda vinculados à educação era um passo positivo no caminho da introdução de uma garantia de renda mínima para todos. Existem boas razões para relacionar esses programas com investimento em capital humano. O Deputado Nelson Marchesan, que também estava presente nesse encontro, usou o argumento de Van Parijs inúmeras vezes com o objetivo de estimular o Executivo Federal a coordenar, no Congresso Nacional, a aprovação da Lei Federal nº 9.533. Ela autorizou o Governo Federal a financiar 50% dos recursos destinados a programas municipais de garantia de renda mínima associados a atividades sócio-educativas. O benefício familiar foi definido de forma muito modesta e o programa foi introduzido gradualmente, expandindo-se das áreas pobres para as mais ricas.

Em abril de 2001, o Presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei n.º 10.219, denominando-a de Lei José Roberto Magalhães Teixeira, em homenagem ao primeiro prefeito que implementou a idéia em Campinas-SP, falecido em 1997. Essa Lei autoriza o governo federal a estabelecer convênios com todas as administrações municipais brasileiras para adotar programas de renda mínima associados à educação ou Programas de Bolsa-Escola. Segundo essa lei, os municípios são responsáveis pela administração do programa e o Executivo federal é o responsável pela provisão dos recursos monetários.

O programa está sendo implementado rapidamente no Brasil, especialmente quando consideramos as dimensões continentais do país. De acordo com Israel Luiz Stal, Secretário Executivo desse programa executado pelo Ministério da Educação (MEC), em agosto de 2002, dos 5561 municípios brasileiros 5536 já tinham firmado convênios com a União. Estão registradas no programa Bolsa-Escola cerca de 5,1 milhões de famílias. O Orçamento Geral da União de 2002 alocou em torno de R$ 2 bilhões para cobrir os custos do programa. O Secretário Executivo informa que, desse total, R$ 1,6 bilhão devem ser gastos com benefícios familiares, acrescidos de aproximadamente R$ 100 milhões com despesas administrativas. Após o início do

programa, verificou-se, na maioria dos municípios, um incremento de cerca de 20% no número das famílias que preenchem os requisitos da lei e, portanto, são suas potenciais beneficiárias. O governo espera que ao final de 2002 o programa atinja 5,7 milhões de famílias.

A cada três meses, as administrações municipais informam à coordenação federal do programa a freqüência das 8,6 milhões de crianças registradas. Caso a criança não apresente uma freqüência de no mínimo 85% nas aulas ministradas, o recebimento do benefício é suspenso por três meses. Vale notar que se em uma mesma família há duas crianças registradas e uma não atingiu a freqüência exigida, a interrupção do benefício é realizada apenas para um filho. No último trimestre, 60.000 crianças foram excluídas temporariamente do programa. Esse mecanismo tem contribuído significativamente para reduzir a evasão escolar.

Entrevistas com as famílias assistidas pelo programa indicam que essas pessoas estão felizes por terem, pela primeira vez em suas vidas, um cartão magnético que pode ser usado no supermercado, por exemplo. Em junho de 2002, o governo federal anunciou a criação do Cartão do Cidadão e do Cadastro Único dos Programas Sociais. Eles serão formados, numa primeira etapa, por todos os programas de transferência de renda que existem nos vários organismos federais, tais como a Bolsa-Escola, a Bolsa-Alimentação, a Bolsa-Renda, o Programa de Erradicação de Trabalho Infantil – PETI, o Agente Jovem, e o Auxílio Gás. Na segunda etapa, os benefícios sociais estabelecidos pela Constituição de 1988 (a Previdência Rural, o Benefício de Prestação Continuada e a Renda Mensal Vitalícia)[5] também integrarão o Cartão e o Cadastro.

Enquanto o Ministério da Educação administra o Bolsa Escola, o Ministério da Saúde administra o Bolsa-Alimentação. Este programa foi criado em 2001 com o objetivo de transferir R$ 15, R$ 30 ou no máximo R$ 45 por mês para famílias com renda mensal menor que ½

[5] IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada); SEDH/MJ (Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça) e MRE (Ministério das Relações Exteriores) (2002) *A Segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação no Brasil.* Brasilia, IPEA.

salário mínimo e com 1, 2 ou mais crianças com até seis anos de idade ou mães grávidas com problemas nutricionais. Em agosto de 2002, o programa envolvia 675 mil famílias, beneficiando 3,5 milhões de pessoas, incluindo 2,7 milhões crianças e 800 mil mães grávidas, abrangendo 3.032 municípios ou 80% das administrações municipais. O dispêndio total do programa atinge o montante de R$ 300 milhões.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, do Ministério da Previdência e Assistência Social, transfere mensalmente R$ 25,00 na zona rural e R$ 40,00 nas áreas urbanas para as famílias que moram em regiões com grave incidência de trabalho infantil penoso. Das famílias beneficiadas exige-se que retirem suas crianças de 7 a 14 anos dessas atividades e as enviem para a escola, que funciona em jornada ampliada. Neste ano de 2002, o programa registra 720 mil crianças com um dispêndio em torno de R$ 235,8 milhões.

O programa Jovem Agente, do Ministério da Previdência e Assistência Social, transfere mensalmente R$ 65,00 para jovens de 15 a 17 anos de famílias em situação de risco que, em contrapartida, devem freqüentar a escola e engajar-se em trabalhos comunitários. Aproximadamente 40.000 jovens são atendidos por esse programa e seu dispêndio será de R$ 51,9 milhões em 2002.

O programa Bolsa-Renda, administrado pelo Ministério da Integração Nacional, transfere mensalmente R$ 60,00 para famílias pobres que vivem em situações emergenciais e requer que as crianças dos beneficiários em idade escolar estejam freqüentando a escola. Famílias com 4 ou mais membros recebem R$ 120,00 por mês. Os benefícios totalizarão R$ 253,3 milhões e abrangerão 900 mil agricultores, em 2002.

O programa Auxílio-Gás, administrado pelo Ministério das Minas e Energia, transfere mensalmente R$ 15,00 para famílias pobres, incluindo aquelas beneficiadas por outros programas. 5,7 milhões de pessoas estão nesse programa e o dispêndio contabilizado, em 2002, atinge R$ 900 milhões.

O Ministério da Previdência e Assistência Social também administra o Benefício de Assistência Continuada (BAC) que transfere mensalmente recursos da ordem de um salário mínimo para pessoas idosas ou pessoas que necessitam de cuidados especiais ou com deficiência física e para as famílias com renda abaixo de ¼ do salário mínimo *per capita,* que não recebam outro benefício do mesmo Ministério ou o Seguro-Desemprego. O programa abrange 1,3 milhão de inválidos ou de pessoas que necessitam de cuidados especiais e cerca de 740.000 idosos protegidos pelo Seguro Social. O total gasto com esses programas totaliza, em 2002, cerca de R$ 3,7 bilhões.

Finalmente, o Ministério da Previdência e Assistência Social transfere, mensalmente e de forma permanente, um salário mínimo para pessoas idosas, viúvas, em recuperação de acidentes de trabalho ou doentes, e que tenham trabalhado em atividades rurais em regime de economia familiar, na condição de portadores de "Segurados Especiais" da Previdência Social. Há 7,3 milhões de aposentados e pensionistas e o total de recursos previstos para 2002 contabilizam R$ 15,3 bilhões.

Totalizando os dispêndios de todos os programas citados, chegamos ao valor de R$ 22,4 bilhões em 2002. No entanto, como poderemos evitar que o já citado Cartão do Cidadão seja o símbolo da não-cidadania e da exclusão, como vaticinou Antonio Delfim Netto no jornal *Folha de S. Paulo*[6]? Hoje, após refletir muito sobre qual a melhor forma de garantir uma renda para todos, após interagir com todos os membros da BIEN[7] após ler os trabalhos de Phillipe Van Parijs, Guy Standing, Clauss Offe, Tony Atkinson, James Tobin, James Edward Meade, entre outros, estou convencido de que a melhor resposta a essa indagação será a implementação de uma renda incondicional ou de uma renda cidadã que atinja a todos eqüitativamente e

[6] Em 29 de maio de 2002.

[7] A minha primeira participação nesse fórum foi no V Congresso Internacional realizado em Londres, em 1994, também estive presente no VI Congresso ocorrido em Viena, 1996, não pude comparecer ao VII Congresso em Amsterdã porque estava em campanha eleitoral para o Senado Federal, mas voltei a participar no VIII Congresso em Berlim.

independentemente da origem da pessoa, da raça, idade, estado civil ou condição socioeconômica[8]

É importante registrar que hoje no Brasil existem várias administrações municipais que executam programas de garantia de renda mínima relacionados às oportunidades educacionais, com benefícios mais generosos do que os definidos pela lei federal, o que é perfeitamente possível. O município pode usar os recursos federais para o programa definido pela lei federal e complementá-lo segundo os critérios municipais. Isso também pode ocorrer nos Estados onde o Governador e a Assembléia Legislativa desejem definir um novo desenho do programa para todas as municipalidades. Inúmeras cidades, principalmente as administradas pelo Partido dos Trabalhadores, têm programas melhores, como a cidade de São Paulo, hoje administrada pela prefeita Marta Suplicy. Em outubro de 2000, em Berlim[9], no VIII

[8] VAN PARIJS, Philippe (2001). *What's Wrong with a Free Lunch?* Foreword by Robert M. Solow. New Democracy Forum Series. Boston, Beacon Press; (1995). *Real freedom for all: what (if anything) can justify capitalism?* Oxford, Oxford University Press; (1994). "Au delà de la solidarité. Los fondements éthiques de l'Etat-providence et de son dépaassement". *Futuribles*, Revista Mensal, nº 184, fevereiro, pp 5 - 29; (ed.) (1992). *Arguing for basic income: ethical foundations for a radical reform.* London, Verso; (1991). *Qu'est-ce qu'une société juste? Introduction à la pratique de la philosophie politique*, Paris, Le Seuil ("La Couleur des idées").

STANDING, Guy (1999). *Global labour flexibility: seeking distributive justice.* New York, Ed. St. Martins Press.

OFFE, Claus (1998). "O novo poder". *Veja*, São Paulo, 04 de Abril; (1992); "A Non-productivistic design for social policies". In.: VAN PARIJS, Philippe (ed.) (1992). *Arguing for basic income: ethical foundations for a radical reform* London, Verso. ATKINSON, Anthony .B. (1998) *Poverty in Europe.* New York, Blackwell Publishers; (1995) *Public economics in action: the basic income/flat tax proposal.* The Lindahl lectures. New York,Oxford University Press.

TOBIN, James (1965). "On the Economic Status of the Negro". *Daedalus* 94(4), Fall 1965, 878-98; (1970). "Raising the Incomes of the Poor". In: GORDON, K. (ed.) (1970). *Agenda for the Nation.* Washington, DC, rookings Institution.; (1987). *Policies for Prosperity: Essays in a keynesian mode.* Cambridge,MA, The MIT Press.

MEADE, James Edward (1935). "Outline of economic policy for a labour govemment". In: HOWSON, S. (ed.) (1988). *The collected papers of James Meade.* Volume I, Employment and Inflation. London, Unwin Hyman; (1989*). Agathotopia: the economics of partnership.* Aberdeen, Aberdeen University Press.; (1993). *Liberty, equality and efficiency. Apologia pro Agathotopia Mea.* London, Macmillan Press; (1995). *Full employment regained? An agathotopian dream.* Cambridge, Cambridge University Press

[9] Cidade sede do VIII International Congress of the Basic Income European Network- BIEN. Neste encontro apresentei o texto *Em Direção a uma Renda de Cidadania.*

Congresso Internacional da BIEN, afirmei que Marta estava próxima da vitória no pleito eleitoral para a Prefeitura de São Paulo – pois naquele momento liderava as pesquisas eleitorais – e que deveria iniciar a implantação do Programa de Garantia de Renda Mínima caso fosse eleita. Após sua posse em 2001, ela efetivamente o fez.

Hoje, a cidade de São Paulo, a maior do Brasil, tem cerca de 14 milhões de habitantes, sendo que, desse total, 178.590 famílias estão assistidas pelo programa de renda mínima. Famílias com renda mensal inferior a ½ salário mínimo *per capita* e com filhos entre 6 e 15 anos freqüentando a escola têm o direito de receber um complemento de renda de valor igual a 2/3 da subtração entre as parcelas correspondentes ao número de membros da família vezes a metade do salário mínimo, e a renda familiar. O programa está sendo ampliado para atender em torno de 300.000 famílias. A prefeitura contemplou primeiro as famílias pobres, onde se verificava as maiores taxas de desemprego e de violência criminal e as menores rendas *per capita.* Após um ano e meio de vigência, os resultados positivos são evidentes nas localidades onde o programa foi implementado. É grande a presença das crianças na escola, observou-se um incremento na atividade econômica dessas áreas, com conseqüente redução da criminalidade.

Algumas abordagens detalhadas e abrangentes dos efeitos desses programas estão sendo preparadas. Maria Ozanira Silva e Silva e Lena Lavinas, que pesquisam há muitos anos as experiências de renda mínima, também apresentaram trabalhos no IX Congresso Internacional da BIEN, com importantes contribuições ao tema. Ademais, Maria Ozanira, com outros pesquisadores, está organizando um seminário de avaliação de todas as experiências de renda mínima no Brasil, que ocorrerá em novembro de 2002, em Campinas-SP.

No Brasil, teremos um pleito eleitoral muito importante, nos dias 6 e 27 de outubro – caso o segundo turno torne-se necessário – para presidente da República, governadores, senadores, deputados federais e estaduais. Até agora, Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do Partido dos Trabalhadores à presidência da República, lidera todas as pesquisas eleitorais. Em seu plano de governo, há um capítulo denominado Inclusão Social, que dá destaque para as Políticas de

Garantia de Renda Mínima como um dos meios para a erradicação da fome. Está registrado que o governo da coalizão liderada pelo PT irá implementar os seguintes itens programáticos: a complementação da renda das famílias pobres com filhos até 15 anos em todos os programas municipais; a adoção de bolsas de estudos para jovens entre 15 e 25 anos oriundos de famílias pobres, permitindo que essas pessoas completem seus estudos intermediários e superiores; a garantia de uma renda mínima para todos os trabalhadores desempregados entre 22 e 50 anos de idade, de modo que possam exercer uma atividade profissional qualificada na comunidade – isso será feito através do pagamento do seguro desemprego para os trabalhadores do mercado formal e através de um benefício para os aqueles do mercado informal – e finalmente o programa Nova Oportunidade, destinado aos desempregados entre 51 e 66 anos de idade. Nesse mesmo capítulo está registrado que o Programa de Erradicação da Fome será implementado imediatamente, com a distribuição do "cartão alimentação" para todas as famílias pobres para que possam comprar os alimentos de que necessitam.

É importante também ressaltar que o plano de governo de Lula afirma que a renda mínima na sua proposta de governo deve ser vista como uma etapa para a implementação – quando a restrição fiscal permitir – da Renda Básica de Cidadania.

Nos comícios recentes de sua campanha presidencial, Lula afirma que a questão que mais preocupa os brasileiros é a relacionada ao emprego, e o que dá mais orgulho a um homem ou a uma mulher é trabalhar e receber os recursos necessários para sua sobrevivência com dignidade. No Brasil de nossos sonhos, segundo Lula, nenhum prefeito terá que distribuir cestas básicas ou uma renda mínima para as famílias mais pobres. Por conseguinte, todos deverão ter o direito a um emprego com um salário decente, sendo que as políticas econômicas devem ter este objetivo como alvo.

Devemos ver a concessão de uma renda mínima como uma humilhação para as pessoas? De forma nenhuma, especialmente se compreendermos este problema como Thomas Paine, em *Agrarian Justice* (1795), onde afirma que a renda mínima não deveria ser vista como

uma caridade, mas sim como um direito[10]. Todas as pessoas devem ter o direito de participar da riqueza da nação e da terra. Conseqüentemente, renovo a minha proposta para que renomeemos a *Bien* para *Basic Income Earth Network*.

Igualmente importe é entender, principalmente para os países em desenvolvimento da América Latina, África ou Ásia, que a introdução dos programas de Renda Básica ou Renda de Cidadania é compatível com o incremento da competividade das economias nacionais.

Os países desenvolvidos criaram vários desenhos de Crédito Fiscal por Remuneração Recebida[11], de salário família e de programas de garantia de renda mínima. Isso significa que em cada país a sociedade decidiu incrementar os impostos (tributos, taxas etc.) o suficiente para aumentar os salários dos trabalhadores de modo que sua renda total fosse superior ao nível de pobreza estabelecido nesses países. Tais instrumentos ampliam o grau de liberdade dos trabalhadores, melhorando seu poder de barganha – pois assim não necessitam aceitar qualquer atividade econômica para sobreviver. Ao mesmo tempo, as empresas estão cientes de que os trabalhadores têm um complemento de renda na forma de crédito fiscal ou de renda mínima. Sendo assim, a renda mínima estaria ampliando o grau de exploração dos trabalhadores? Na realidade, do ponto de vista dos trabalhadores é muito melhor existir esse programa de renda mínima, que lhes dá um maior poder de barganha, mas mais do que isso. Se é verdade que as

[10] PAINE, Thomas (1796). *Agrarian Justice*. In: FONER, P.F. (ed.) (1974). *The life and major writings of Thomas Paine*. Secaucus, NJ, Citatel Press.

[11] Este é um programa cuja forma de calcular o benefício está baseada na situação financeira dos beneficiários. O seu valor varia inversamente aos valores dos rendimentos dos indivíduos ou das famílias. Por exemplo, na medida em que a renda do beneficiário aumenta, o valor do benefício reduz-se; e quando ocorre a redução desses rendimentos, o valor do benefício sofre um incremento. A Renda Mínima de Inserção (*Revenu Minimum D´insertion* - RMI), na França, e o Crédito Fiscal por Remuneração Recebida (*Earned Income Tax Credit* - EITC), nos Estados Unidos, são exemplos desse programa. A RMI garante que toda pessoa de 25 anos ou mais, cuja renda não atinga 2.600 francos, tem o direito a um complemento de renda.

O EITC confere a todo trabalhador que tenha uma família e uma renda inferior a determinado patamar (de US$ 30 mil dólares anuais, no caso de duas ou mais crianças) o direito de receber uma quantia em dinheiro que lhe permita alcançar uma renda maior e assim superar a sua condição de pobreza.

empresas ampliaram a oferta de empregos em função da existência da renda mínima ou dos programas de crédito fiscal, logo qual será o efeito final sobre o mercado de trabalho? A resposta é um incremento da oferta de empregos pelas empresas e o aumento dos salários, como está claramente demonstrado por Samuel Britain em *Capitalism with a human face* (1965)[12].

Este tema ainda não está presente no debate brasileiro, nem entre as autoridades federais, estaduais ou municipais. Apenas alguns poucos, como Márcio Pochmann, Secretário de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade do Município de São Paulo, e Ana Fonseca, Coordenadora do Programa de Renda Mínima do Município de São Paulo, começaram a discutir essa questão seriamente. Eles têm analisado os efeitos dos programas sociais (Renda Mínima, Bolsa-Trabalho, Começar de Novo, Programa Solidariedade, São Paulo Confia) implantados na cidade e a melhor forma de aperfeiçoá-los[13].

Uma vez que compreendamos que todos os brasileiros têm o direito a uma Renda Básica incondicional, da mesma forma que todo cidadão possui o direito de visitar o Parque Ibirapuera, na cidade de São Paulo, ou de nadar nas águas da praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, vamos também compreender que a Renda Básica significará a ampliação da liberdade e da dignidade no sentido descrito por Amartya Sen em *Desenvolvimento como Liberdade* (1999) onde ele diz que, para um país ser realmente desenvolvido, esse país deve proporcionar um maior grau de liberdade para todos os seus habitantes[14].

Durante os anos noventa, quando tomei conhecimento da idéia de uma Renda Básica para todos, minha primeira reação foi de querer garantir esse direito para os pobres na forma de um imposto de renda negativo, como está proposto no projeto de Lei que apresentei em 1991. Entretanto, atualmente estou completamente convencido de que

---

[12] BRITTAIN, Samuel (1995). *Capitalism with a Human Face*. Aldershot, Edward Elgar.

[13] POCHMANN, Marcio (org.) (2002) *Desenvolvimento, trabalho e solidariedade. Novos caminhos para a inclusão social*. São Paulo: Cortez Editora. e PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E SOLIDARIEDADE (2002) *Programas Sociais da Prefeitura de São Paulo: avaliação preliminar*. São Paulo, mimeo.

[14] SEN, Amartya (1999).*Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo,Companhia das Letras, 2000

com os modernos sistemas computacionais será mais simples e racional estender a todos o mesmo direito de receber uma modesta renda. O rico também terá direito a essa renda, entretanto irá contribuir mais do que receberá. A burocracia será minimizada. Qualquer tentativa de estigmatização dos beneficiários do programa será eliminada. As pessoas saberão, previamente, que uma modesta e crescente renda será destinada a cada membro da família e será paga nos próximos 12 meses e nos anos seguintes.

Um exemplo dessa idéia foi introduzido em 1976 pelo governador Jay Hammond, do estado americano do Alasca, quando propôs à Assembléia Legislativa que destinasse 50% dos royalties originários dos recursos naturais, principalmente os do petróleo, para um fundo de propriedade de todos os residentes no estado. A idéia foi aprovada por um *referundum* popular. Decidiu-se também que os recursos do Fundo Permanente do Alasca seriam aplicados no mercado financeiro, em ações de empresas do Alasca e de outras companhias americanas no exterior, e em ativos reais. Desde então, cada morador do estado registrado no Fundo recebe todo ano, no mês outubro, dividendos que, em 2001, foram de aproximadamente US$ 1,850.00[15].

Nos últimos anos, em minhas palestras sobre a renda de cidadania, sempre explico que este debate já estava presente na obra de Bertrand Russell *Os caminhos para a liberdade* (1918)[16]. Seria esse benefício um incentivo à inatividade? O que faremos com as pessoas que têm uma tendência inevitável para o ócio? Digo que não devemos pensar muito sobre essas pessoas, pois elas são poucas. Há muitas atividades importantes, como cuidar de crianças e idosos, que nem sempre remuneradas. Há também inúmeros trabalhos relevantes para a humanidade que não são reconhecidos pelo mercado, mas mesmo assim continuam sendo produzidas e são muito relevantes, como os trabalhos de Franco Modigliani e Vincent Van Gogh. A Constituição Brasileira, assim como a da maioria das nações, reconhece o direito à propriedade privada. Isso implica que reconheçamos legítimo que os proprietários do capital recebam aluguéis, juros e lucros. A Carta Magna,

[15] Um total de aproximadamente R$ 5.550,00, com a taxa de câmbio de R$/US$ 3,00.

[16]. RUSSELL, Bertrand (1918) *Os caminhos para a liberdade: socialismo, anarquismo e sindicalismo* Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

no entanto, não obriga que essas pessoas trabalhem. Mas em geral eles trabalham, bem como suas crianças vão a escola. Por quê? Porque é da natureza humana a busca da prosperidade e do progresso. Bem, se permitimos que os ricos recebam uma renda sem trabalhar, porque não devemos permitir que todos, ricos e pobres, recebam uma renda, mesmo que modesta? É uma pergunta muito simples. Tão simples como o fato de que as pessoas saem de suas casas pela porta, como foi dito por Confúcio no *Livro das Explicações e Respostas,* resgatado por Guy Standing[17]. Por isso é que o subtítulo do meu livro *Renda de Cidadania* é *A Saída é pela Porta*.

Tenho certeza de que, se tivéssemos introduzido a Renda de Cidadania no Brasil, não teríamos razão para que o poeta popular Patativa do Assaré escrevesse a maravilhosa canção Triste Partida, que foi gravada em 1966, pelo cantor nordestino Luiz Gonzaga:

Triste Partida
Patativa do Assaré

"Eu vendo meu burro
Meu jegue e o cavalo
Nós vamos a São Paulo
Viver ou morrer
[…]

Pois logo aparece
Feliz fazendeiro
Por pouco dinheiro
Lhe compra o que tem
[…]

Meu Deus, meu Deus
Faz pena o nortista
Tão forte, tão bravo

[17] CONFÚCIO. *O livro das explicações e respostas em 20 capítulos.* São Paulo: Landy Livraria e Editora, 2001

Viver como escravo
No Norte e no Sul"

Se no Brasil a renda básica já fosse uma realidade, os jovens das periferias de todas as cidades do Brasil não necessitariam estar cantando o *rap* O Homem na Estrada, dos Racionais MC's, composta por Mano Brown. A canção, que significa muito para os jovens, diz:

Homem na Estrada

Mano Brown, dos Racionais MCs,

"Um homem na estrada recomeça sua vida.
Sua finalidade: a sua liberdade.
Que foi perdida, subtraída;
e quer provar a si mesmo que realmente mudou,
que se recuperou e quer viver em paz.
Não olhar para trás, dizer ao crime: nunca mais!
Pois sua infância não foi um mar de rosas, não.
Na Febem, lembranças dolorosas, então.
Sim, ganhar dinheiro, ficar rico, enfim.
Muitos morreram sim, sonhando alto assim,
me digam quem é feliz, quem não se desespera,
vendo nascer seu filho no berço da miséria!
Um lugar onde só tinham, como atração, o bar,
e o candomblé pra se tomar a bênção.

Esse é o palco da história que por mim será contada.
O homem na estrada.
Equilibrado num barraco incômodo, mal acabado e sujo,
porém, seu único lar, seu bem e seu refúgio.
Um cheiro horrível de esgoto no quintal,
por cima ou por baixo, se chover será fatal.
Um pedaço do inferno, aqui é onde eu estou.
Até o IBGE passou aqui e nunca mais voltou.
Numerou os barracos, fez uma pá de perguntas.
Logo depois esqueceram, filhos da puta!

Acharam uma mina morta e estuprada,
deviam estar com muita raiva.
'Mano, quanta paulada!'.
Estava irreconhecível. O rosto desfigurado.
Deu meia-noite e o corpo ainda estava lá.
Coberto com lençol, ressecado pelo sol, jogado...
O IML estava só dez horas atrasado!

Sim, ganhar dinheiro, ficar rico, enfim!
Quero que meu filho nem se lembre daqui,
tenha uma vida segura.
Não quero que ele cresça com um "oitão" na cintura
e uma "PT" na cabeça.
E o resto da madrugada sem dormir, ele pensa
o que fazer para sair dessa situação?
Desempregado, então.
Com má reputação.
Viveu na detenção.
Ninguém confia não.
... e a vida desse homem para sempre foi danificada.
O homem na estrada...
O homem na estrada…

Amanhece mais um dia e tudo é exatamente igual.
Calor insuportável, 28 graus.
Faltou água, já é rotina, monotonia.
Não tem prazo pra voltar, hã! já fazem cinco dias!
São dez horas, a rua está agitada,
uma ambulância foi chamada com extrema urgência.
Loucura, violência exagerada!
Estourou a própria mãe, estava embriagado.
Mas bem antes da ressaca ele foi julgado.
Arrastado pela rua o pobre do elemento,
o inevitável linchamento, imaginem só!
Ele ficou bem feio, não tiveram dó.

Os ricos fazem campanha contra as drogas
e falam sobre o poder destrutivo delas.
Por outro lado, promovem e ganham muito dinheiro
com o álcool que é vendido na favela.
Empapuçado ele sai, vai dar um rolê.
Não acredita no que vê, não daquela maneira,
crianças, gatos, cachorros disputam palmo a palmo
seu café da manhã na lateral da feira!
Molecada sem futuro, eu já consigo ver:
só vão na escola pra comer, apenas, nada mais!
Como é que vão aprender?
Sem incentivo de alguém, sem orgulho e sem respeito,
sem saúde e sem paz.

Um mano meu tava ganhando um dinheiro,
tinha comprado um carro,
até rolex tinha!
Foi fuzilado à queima roupa no colégio,
abastecendo a playboyzada de farinha!
Ficou famoso, virou notícia,
rendeu dinheiro aos jornais, hu!, cartaz à polícia
Vinte anos de idade, alcançou os primeiros lugares...
superstar do Notícias Populares!

Uma semana depois chegou o crack,
gente rica por trás, diretoria!
Aqui, periferia, a miséria é de sobra.
Um salário por dia garante a mão-de-obra.
A clientela tem grana e compra bem,
tudo em casa, costa quente de sócio.
A playboyzada muito louca até os ossos!
Vender droga por aqui, grande negócio!
Sim, ganhar dinheiro, ficar rico, enfim,
Quero um futuro melhor, não quero morrer assim,
num necrotério qualquer, como indigente,
sem nome e sem nada...
O homem na estrada.

Assaltos na redondeza levantaram suspeitas.
Logo acusaram a favela para variar,
E o boato que corre é que esse homem está,
com o seu nome lá na lista dos suspeitos,
pregada na parede do bar.
A noite chega e o clima estranho no ar,
e ele sem desconfiar de nada, vai dormir tranqüilamente,
mas na calada cagüetaram seus antecedentes,
como se fosse uma doença incurável,
no seu braço a tatuagem, DVC, uma passagem , 157 na lei...
No seu lado não tem mais ninguém.
A Justiça Criminal é implacável.
Tiram sua liberdade, família e moral.
Mesmo longe do sistema carcerário,
te chamarão para sempre de ex-presidiário!
Não confio na polícia, raça do caralho!
Se eles me acham baleado na calçada,
chutam minha cara e cospem em mim! É...
Eu sangraria até a morte...
Já era, um abraço!
Por isso a minha segurança eu mesmo faço.

É madrugada, parece estar tudo normal.
Mas esse homem desperta, pressentindo o mal,
muito cachorro latindo.
Ele acorda ouvindo barulho de carro e passos no quintal.
A vizinhança está calada e insegura,
premeditando o final que já conhece bem.
Na madrugada da favela não existem leis,
talvez a lei do silêncio,
a lei do cão talvez.
Vão invadir o seu barraco, é a polícia!
Vieram pra arregaçar, cheios de ódio e malícia!
Filhos da puta, comedores de carniça!
Já deram minha sentença e eu nem tava na "treta"!
Não são poucos e já vieram muito loucos!

Matar na crocodilagem, não vão perder viagem.
Quinze caras lá fora, diversos calibres,
e eu apenas com uma "treze tiros" automática.
Sou eu mesmo e eu, meu Deus e o meu orixá.
No primeiro barulho, eu vou atirar.
Se eles me pegam, meu filho fica sem ninguém!
E o que eles querem: mais um "pretinho" na Febem!
Sim, ganhar dinheiro, ficar rico enfim,
a gente sonha a vida inteira e só acorda no fim,
minha verdade foi outra, não dá mais tempo pra nada..."

(tiros)

(Trecho radiofônico:
'Homem mulato aparentando entre 25 e 30 anos é encontrado morto na estrada do M'Boi Mirim sem número. Tudo indica ter sido acerto de contas entre quadrilhas rivais. Segundo a polícia, a vítima tinha vasta ficha criminal'...).

Tenho certeza de que a instituição de uma Renda Básica Incondicional é um instrumento de política econômica que está entre os mecanismos que são consistentes com o objetivo de se construir uma sociedade justa e organizada, como recomendado por Paul e Greg Davidson em *Economics for a Civilized Society* (1988)[18]. Outros instrumentos são a reforma agrária, o estimulo às cooperativas, a expansão das instituições de microcrédito, a expansão da educação, saúde e assistência social etc. A implementação desses mecanismos leva em consideração os valores que foram sintetizados por Martin Luther King Jr. em 1963[19]:

[18] DAVIDSON, Greg e DAVIDSON, Paul (1988) *Economics for a civilized society*. London:Macmillan.

[19] KING Jr., Martin Luther. (1997). *Where do we go from here: chaos or community?* New York, Harper Row. 1967. A resposta está sendo soprada pelo vento.

Quantas vezes precisarão um homem olhar para cima até que finalmente ele possa ver o céu?
Sim, quantos ouvidos precisarão o homem ter até que finalmente possa ouvir o povo chorar?
Sim, quantas mortes precisarão haver até que finalmente se perceba que muitas pessoas já morreram?
A resposta, meu amigo, está sendo soprada pelo vento.
A resposta está sendo soprada pelo vento.

> Eu tenho um sonho que um dia todo o vale será elevado, todo morro e toda montanha será rebaixada, os lugares acidentados serão tornados planos, os lugares tortuosos serão tornados retos e a glória do Senhor será revelada e todos, juntos, verão isto acontecer.
>
> Esse será o dia em que todas as crianças de Deus serão capazes de cantar com um novo sentido – "Meu país é de você; doce terra da liberdade; de você eu canto; terra onde meus pais morreram, terra do orgulho dos peregrinos; de todos os lados das montanhas, deixai a liberdade soar"- e se for para a América se tornar uma grande nação, isto preciso se tornar uma verdade
>
> E quando nós deixarmos a liberdade soar, quando nós a deixarmos soar em todas as vilas e vilarejos, em todas as cidades e estados, nós poderemos ver mais depressa a chegada do dia em que todas as crianças de Deus – homens negros e homens brancos, judeus e gentis, católicos e protestantes – serão capazes de se darem as mãos e cantarem as palavras daquele velho hino espiritual negro, "Finalmente a liberdade; finalmente a liberdade; graças a Deus todo poderoso, nós somos finalmente livres".

Certamente a Renda Básica é um dos principais instrumentos de política econômica que deveria estar no centro das negociações dos principais conflitos sociais que estão ocorrendo em várias nações do mundo. A Renda de Cidadania poderia ser também um tópico importante nas discussões de integração das áreas econômicas. A Renda Básica é uma solução tão óbvia quanto o fato de sabermos que a melhor saída é pela porta. Nós podemos também dizer, como Bob Dylan o fez na canção, que a resposta está pairando ao vento (*blowin' in the wind*[2020]

> **Blowin' In The Wind**
> Bob Dylan
>
> *How many roads must a man walk down*
> *Before you call him a man?*
> *Yes, 'n' how many seas must a white dove sail*

Before she sleeps in the sand?
Yes, 'n' how many times must the cannon balls fly
Before they're forever banned?
The answer, my friend, is blowin' in the wind,
The answer is blowin' in the wind.

How many years can a mountain exist
Before it's washed to the sea?
Yes, 'n' how many years can some people exist
Before they're allowed to be free?
Yes, 'n' how many times can a man turn his head,
Pretending he just doesn't see?
The answer, my friend, is blowin' in the wind,
The answer is blowin' in the wind.

How many times must a man look up
Before he can see the sky?
Yes, 'n' how many ears must one man have
Before he can hear people cry?
Yes, 'n' how many deaths will it take till he knows
That too many people have died?
The answer, my friend, is blowin' in the wind,
The answer is blowin' in the wind.

É muito importante que, em países como o Brasil e a África do Sul, esteja crescendo o interesse pelo uso da Renda Básica, com a compreensão de que ela é compatível com a sustentabilidade do desenvolvimento econômico. De acordo com o último Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, de 2002, o Brasil e a África do Sul estão classificados em 4º e 6º lugares entre os países de maior desigualdade social, com um Índice de Gini, respectivamente, de 60,7 (1998) e 59,3 (1993-94), e com uma renda *per capita* de US$ 7,625.00 e US$ 9,401.00. Segundo o Índice de Desenvolvimento Humano, da mesma instituição, estas nações estão classificadas nas posições de 73º e 107º. A implementação de um programa de Renda Básica nessas nações pode constituir-se em uma etapa significativa

para atingir os objetivos de erradicação da pobreza e de diminuição da desigualdade social, permitindo que as pessoas possam viver com maior dignidade e liberdade.

Assistência Humanitária Emergencial e de Médio Prazo. Reconstrução Nacional. O caso de Angola. Novo tema na agenda externa brasileira. *

João Batista dos Mares Guia

"Desejo agradecer ao Ministro Pedro Motta pelo convite, para mim muito honroso, para participar desse Colóquio; cumprimentar os senhores componentes da mesa, e manifestar a alegria de rever o meu bom e grande amigo Roberto Martins.

Tive a oportunidade, a convite da Fundação Eduardo Santos, de visitar Angola no mês de agosto passado. Visitei a cidade de Namibi, capital da Província de Namibi, para falar sobre educação para um público bastante heterogêneo, em uma experiência muito rica. O que quero apresentar brevemente são impressões e sugestões. As primeiras, por serem impressões, não são sistemáticas, o que não quer dizer que não mereçam críticas pelos muitos prováveis equívocos; quanto às sugestões aqui apresentadas, que nem chamaria de recomendações, por não conhecer, de modo suficiente, a realidade angolana, são eventualmente passíveis de contestação por risco de inadequação.

A primeira impressão forte, afora a emoção - me causou forte emoção a experiência de conhecer Angola, deixando em mim o desejo de muitas vezes voltar a Angola e de conhecer a África -, como sociólogo e com formação em ciência política, foi de estar presenciando uma situação que já foi descrita na literatura clássica como o dilema hobbesiano. Hobbes, no Leviatan, descreve, de maneira puramente conceitual, abstrata - ele escrevia como um matemático que demonstra um teorema -, que a guerra é uma propriedade do estado de natureza, precisamente porque, nesse estado, as pessoas não confiam entre si e

* transcrição da palestra proferida no Colóquio sobre as Relações Brasil-África , em 5 de dezembro de 2002

* *referia-se à Presidência Fernando Henrique Cardoso, ainda em curso

*** referia-se ao Professor Roberto Martins, Presidente do IPEA

não tem como criar relações de confiança entre si, até o ponto em que, abdicando de suas prerrogativas, inclusive de fazer a guerra, e todos compartilhando a paixão forte, fundamental e comum do medo da morte violenta - que a todos coloca em condição de igualdade, do príncipe ao camponês -, entregam suas prerrogativas de tomar decisões, inclusive de fazer a guerra, a um terceiro, o Leviatan. O Leviatan, na impossibilidade das partes promoverem a paz e a confiança mútua, recolhe tudo o que era prerrogativa natural das partes, mas assegura às partes, que abdicaram de suas vontades e de sua capacidade de decisão, que elas terão confiança mútua.

Onde está o dilema? O dilema está no fato de que um terceiro, para ser constituído como promotor da paz, ele mesmo faz parte do mesmo dilema que ele quer resolver, porque ele mesmo vive o problema de organizar a confiança mútua para fazer a instituição Estado funcionar. E, além disso, nada garante, porque ser humano algum por mais generoso e solidário que seja é um abdicante de seus interesses, que o Estado não deserte de seus compromissos e procure outros interesses próprios, traindo assim os interesses coletivos que jurou zelar e fazer cumprir. Esse é um dilema de todos os Estados que ainda não experimentaram uma cultura democrática e a construção de instituições democráticas. Mesmo os países da América Latina que já vêm vivendo, especialmente nos últimos anos, uma experiência democrática mais construtiva e mais promissora, não estão rigorosamente isentos desse dilema, uma vez que não há ainda no continente experiências de democracias consolidadas.

Por que isso me veio a mente? Porque Angola saiu recentemente de uma guerra civil de vinte e cinco anos. É como se estivesse testemunhando, séculos depois, aquilo que Hobbes imaginou apenas como uma hipótese abstrata, lógica e teórica. E saiu dessa guerra, promovendo uma pacificação interna que me pareceu - trata-se de impressão - um exemplo notável de zelo estratégico e de competência política estratégica, na medida em que absorveu a UNITA, e detém um aparelho de Estado que conseguiu formar, logo após a guerra, um exército unificado, absorvendo a oficialidade daquela organização. Isso é notável. Mas, após vinte e cinco anos anos de guerra, não se poderia esperar que houvesse um padrão de sociabilidade típico de sociedades

democráticas; não é o caso. Entretanto, a própria guerra civil colocou algo que pode ser visto, ao mesmo tempo, como uma grave ameaça no pós-guerra, mas também como uma provável oportunidade, a ser bem utilizada a curto, médio e a longo prazo.

A guerra contribuiu, de certo modo, para que as pessoas, se não se desfizessem, pelo menos colocassem de lado os fortes referenciais de solidariedade e identidade plânica e territorial, e se deslocassem do interior de suas províncias, passando, em grande parte, a se concentrar nas capitais provinciais e na capital do país. Luanda tem hoje cerca de três milhões de habitantes, tendo sido preparada para menos de um milhão de habitantes. Vi a mesma coisa acontecer na periferia de Namibi, já entrando na área do deserto: as migrações e os deslocamentos em função dos riscos que a guerra trouxe e, após a guerra, que as minas instaladas nos territórios das províncias centrais também trouxeram.

Esses deslocamentos trazem, no sofrimento que implicam, uma oportunidade de mudança, sem que se desfaça o padrão de sociabilidade resultante da agregação das pessoas pelo clã e da eventual comunicação entre clãs consangüíneos em um dado território, que é um padrão de relações sociais não universal, de não cooperação ampla, e que não aponta na direção da criação de capital social, da formação de sociedade civil e da constituição, portanto, de democracia.

O encontro de angolanos de distintos clãs e de distintas regiões do país em territórios urbanos provavelmente induz, até por contigüidade geográfica, a possibilidade de outro tipo de relações, que eu não chamaria de universalistas, mas cosmopolitas, de interação das pessoas entre si em nível interpessoal e em nível de grupo. Por mais que as pessoas de uma dada província se agrupem nas cidades em função das suas afinidades eletivas, das suas identidades, elas estão, entretanto, ao lado de outros agrupamentos, que, de certa forma, expressam a geografia humana do país inteiro. Essa é uma enorme oportunidade de se criar, ao lado do padrão clássico tradicional de sociabilidade, novas formas de sociabilidade no contexto urbano. Mas o risco é maior do que a oportunidade. Porque persistirá, por muito tempo, a pobreza inenarrável, que pude observar subindo da cidade

baixa de Luanda em direção ao platô, ao longo de 8 quilômetros de extensão, daquelas aglomerações, que muito me lembraram - me causaram forte impacto - aquelas que vislumbrei, quando visitei o Haiti pela primeira vez, saindo do aeroporto em direção às colinas onde estavam os bairros franceses da antiga elite colonial. É muito impressionante o que se vê. Existe a oportunidade, mas existe também enorme risco. Na falta de oportunidades, de coesão comunitária, na ausência do Estado como provedor de políticas públicas de saúde e de educação como bases fundamentais para uma sociabilidade mais estável, essa agregação de muitos diferentes, que, em princípio, é propícia à multiculturalidade, à pluralidade, à multietnicidade, pode degenerar em algo próximo do estado de natureza.

Então, tudo em Angola me pareceu muito urgente, emergencial, mesmo para ontem. Fazer, entretanto, juízo de valor me pareceria impróprio, para não dizer tolice. Ver com olhos de um branco, ocidental, latino-americano da elite brasileira, não me parece muito prudente. Entre outras coisas porque pude, em conversas com pessoas muito sábias de Angola, especialmente com o governador da Província de Namibi, ouvir o seguinte diagnóstico sobre o que hoje se passa na África do Sul: sob Mandela - na minha opinião, ele e Ghandi são dois dos três grandes homens históricos do século XX, e não tenho nenhuma dúvida em dizer isso - e após Mandela, a África do Sul, que pôs fim ao apartheid racial, mantém e amplia o apartheid econômico. Os detentores de riqueza na África do Sul são os mesmos brancos de sempre. A condição da cor não os desqualifica, mas é muito impressionante que, com o fim do apartheid racial, permaneça e se amplie o apartheid econômico, em que pesem todos os notáveis esforços do grande presidente americano contemporâneo, Clinton, que viu isso, entendeu isso e tentou induzir empresas americanas investidoras na África do Sul a abrir o seu capital à participação de empreendedores e empresários negros sul-africanos. Eu ouvi isso de um membro culto, de grande prestígio político, ex-chefe militar, da elite angolana atual, que me disse ainda: "o nosso dilema é o seguinte: como formar uma Nação? Como criar instituições - esta é sua expectativa, de acordo com que me indicou - democráticas, universalistas, se nós não formos capazes de criar um empresariado nacional e um mercado nacional? Agora, vamos formar um empresariado nacional e um mercado nacional com os brancos

americanos; com os brancos europeus; ou com os brancos sul-americanos? Ou temos que assumir esse desafio histórico de constituirmos um empresariado nacional angolano capaz de formar um mercado, de produzir empregos, de contribuir para a formação de novos padrões de sociabilidade, de mudar o Estado angolano?"

Eu fiz uma pergunta, imaginando, de certa forma, a resposta. O formato atual do Estado angolano me sugere um pouco o estado mercantilista dos séculos XVII e início do século XVIII europeus, onde tudo era monopólio do Estado e toda atividade econômica se fazia, por decisão do Estado, através de concessões. O Estado angolano seria receptivo, suficientemente permeável, a que se pudesse formar um empresariado angolano, fortalecendo a iniciativa econômica individual, a constituição de grupos econômicos ou o Estado angolano tenderia a agir como um grande polvo no sentido de exercer o monopólio, ainda que induzindo a atividade da iniciativa privada? Pois tudo, de certa forma, emana do Estado e não poderia ser diferente no contexto angolano, após vinte e cinco anos de guerra civil.

Outra pergunta que fiz ao governador foi a seguinte: vendo pelo foco da educação, a respeito do que li um pouco para entender minimamente o que se passa em Angola, impressionou-me a forte presença da tradição legal-burocrática do Estado português, que também tivemos e, de certo modo, ainda temos no Brasil. E se temos muito menos e, na minha opinião heterodoxa - está um pouco fora de moda, em certos círculos acadêmicos no Brasil, fazer certos tipos de diagnósticos -, tenderemos a não ter, o governo responsável pela mais formidável mudança cultural neste país após a abolição da escravatura, que permitiu a quebra do insulamento burocrático no Estado brasileiro, dos corporativismos dominados por uma burguesia burocrática parasitária, que jamais entendeu o que é risco, investimento, inovação, competitividade, foi o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Está fazendo** a mais profunda e fecunda construção democrática que este país jamais experimentou, eliminando resquícios sociais e culturais de um "feudalismo", que estava presente no aparelho de Estado brasileiro sob a forma monopolista de uma burguesia burocrática de Estado, que dominava a política habitacional, os créditos, as estatais, e, por meio de anéis de interesse, a maioria dos

Ministérios no Brasil. E fazia um jogo pesado de clientelas como um mercado de falsos agentes competitivos. Tudo isso estamos, agora, vivendo como mudança, como transição. Esse diagnóstico que faço não é consensual. Mas não tem problema. Deixa que o tempo mostre juntamente com a reflexão. E vai mostrar muito mais cedo do que muitos céticos e críticos possam imaginar.

No caso angolano, impressionou-me especificamente o Ministério da Educação. Pareceu-me, Senhor Embaixador, muito mais um invólucro que contém cinco Ministérios concorrentes e incomunicáveis entre si, o que, a meu juízo, torna impossível a formulação de uma política pública universalista. Então, temos essas dificuldades. Diante desse quadro, que pode ser uma descrição razoável ou uma descrição nada razoável do contexto angolano, não adianta usar a imaginação à busca de grandes estratégias os caminhos. Esse é um papel para os angolanos. Eles é que encontrarão e trilharão os seus próprios caminhos. Algumas coisas de alcance curto, mas de visão de futuro larga; de custo baixo, mas de impactos sociais fundamentais, parece-me que podem ser feitas a curtíssimo prazo e a começar já.

O enfoque das propostas ou sugestões que vou apresentar baseia-se na teoria do capital social, segundo a qual, fundamentalmente, civismo anterior é causa de civismo posterior, que é causa de desenvolvimento sócio-econômico. Também, o desenvolvimento sócio-econômico anterior é causa do posterior. Mas causa de boa governança é somente civismo. Onde há civismo e desenvolvimento social e econômico, nós temos um ciclo virtuoso de produção e reprodução de boa governança. Experimentamos, na sociologia e na ciência política dos anos 50 e 60, a hegemonia ideológica das famosas teorias da modernização, que nada conseguiram explicar, simplesmente porque pensavam a democracia como circulação entre as elites. Esqueceram-se da nação, esqueceram da sociedade, esqueceram, em última análise, do povo.

Essa é a concepção. Qualquer proposta, então, deve estar impregnada, a meu juízo, da perspectiva de futuro, de formação de capital social, no sentido de focos de lealdade, de solidariedade, de nova sociabilidade, mas também de capacidade empreendedora no campo econômico que possa, com apoio do Estado, mas agindo no

mercado como agentes não- estatais, promover o desenvolvimento, políticas públicas, padrões de sociabilidade, organização autônoma da sociedade, capacidade empreendedora, mercado e assim por diante.

Uma proposta que me pareceu razoável. De cada dez crianças e adolescentes angolanos, sete a oito não têm nenhuma oportunidade atual de escolarização. No entanto, quantos e quantos são os/as jovens talentosos, com espírito de iniciativa, que mostraram ousadia em múltiplas oportunidades, e que poderiam - tendo oportunidade, algum treinamento ou aperfeiçoamento - mostrar-se empreendedores, formarem grupos e agirem numa direção desejada. Por exemplo: crianças de 0 a 3 anos. Já se conhece hoje, com base inclusive em pesquisas muito recentes, a importância fundamental da estimulação precoce da motricidade, das formas de desenvolvimento da linguagem, inclusive corpórea, e da sociabilidade entre as crianças. Não poderiam grupos de jovens ou de adultos, em cada local, por grupamento de crianças, formarem - e esta é uma experiência bem sucedida nas comunidades populares das cidades grandes e médias brasileiras e em alguns países da América Latina - o que chamamos de creches ou parvulárias e tornarem-se responsáveis pelo cuidado das crianças de 0 a 3 anos? Quanto custaria? A adaptação de um prédio simples e pequeno, a capacitação de três ou quatro pessoas, que seriam remuneradas por intermédio de alguma instituição governamental, para cuidarem de um número determinado de crianças em tempo integral. Isso tem custo baixo e impacto enorme sobre as famílias, especialmente no caso de famílias comandadas por mãe solteira, para que esta possa ir à busca de outras oportunidades, uma vez que o cuidado básico da sua criança estaria sendo garantido.

Não proponho que o Ministério ou algum nível de governo local faça. Baseio-me na experiência local que temos. Na cidade onde vivo, Belo Horizonte, está generalizada; desde as vovós crecheiras até homens, mulheres e jovens tomam a iniciativa, criam e registram em cartório uma sociedade limitada ou organização social para poder receber recursos públicos, cobrem o custeio, remuneram-se segundo um padrão previamente acertado e cumprem uma função social notável. Trata-se de uma instituição da sociedade, organizada na linha do capital social, que cumpre uma função do Estado, mas de modo não-

governamental. Ao mesmo tempo, como um exemplo frutífero, estão sinalizando que é possível iniciativas de mesmo gênero para fins diferenciados, proporcionando a formação de capital social e o surgimento de jovens empreendedores.

A mesma coisa poderia ser feita para pré-escola. Com algum treinamento, orientação e um suporte de avaliação também se poderia criar e gradualmente espalhar pelo país, a começar das grandes cidades e das capitais provincianas, uma rede de atendimento pré-escolar às crianças de 4 a 6 anos. Não falo do ensino chamamos fundamental, porque depararíamos com o problema muito mais grave das dificuldades atuais de provisão de professores para as escolas, haja vista que, de sessenta mil jovens angolanos que queriam ingressar na 1ª série do ensino médio no ano 2000 apenas dois mil tiveram vaga. Isto porque estavam onde estavam as escolas e onde estavam os professores. Então, é necessário, simultaneamente, um amplo e contínuo trabalho de formação de professores. Mas, certamente, com modulações diferenciadas das modulações mais acadêmicas, porque a educação em Angola é um caso de urgência, de emergência de curtíssimo prazo. Mas também há que construir qualidade, vendo o horizonte de médio e de longo prazo.

Essa foi a idéia que me pareceu mais fecunda. Haveria outras. Por exemplo, em Belo Horizonte - inclusive você *** estava na administração municipal na ocasião - a cidade encontrou uma estratégia brilhante para limpar todo o centro da cidade e o anel de bairros que o circundam, onde estão as classes de maior nível de renda, de grande quantidade de papelão, plásticos, vidros, metais e coisas desse tipo. No Brasil hoje, quem literalmente limpa os grandes centros urbanos e o seu entorno são os chamados catadores de papel. Em Belo Horizonte, aconteceu a experiência pioneira da formação da primeira associação, em forma de cooperativa, de catadores de papel. É um sucesso, inclusive do ponto de vista de emprego, renda, coesão, organização de capital social, pois tira o grupo de um contexto de miséria e o coloca em posição, por assim dizer, de pelo menos pobreza remediada.

É claro, portanto, que existem muitos outros exemplos, mas o que mais me chamou a atenção e que me parece mais factível para, no

curtíssimo prazo, se começar a fazer em Angola é exatamente esse atendimento às crianças de 0 a 3 e de 4 a 6, mobilizando jovens angolanos de escolaridade média, com algum treinamento e capacitação, apoio governamental, para iniciarem, com custos baixos, esse atendimento. Isso poderia ser, em um nível molecular mais espalhado, um exemplo edificante de como é possível, com poucos recursos, boa iniciativa e muita criatividade, iniciar a formação de capital social, podendo até serem introduzidas algumas regras, como, por exemplo, os grupos formados para fazerem a gestão e a prestação desse serviço serem, se viável, se não for, no presente momento, uma utopia, multiétnicos.

E, para finalizar, sensibilizou-me extraordinariamente visita que fiz à Fortaleza de São Jorge - creio ser este o nome - onde existe a estátua do navegador Diogo Cão e, dentro do prédio, de formato retangular, com certeza a mais espetacular azulejaria portuguesa fora de Portugal, só que quase toda destruída, embora seja possível a restauração. Embora não seja um assunto de urgência e emergência do ponto de vista social, é um patrimônio da humanidade. É de uma beleza incomparável e, creio que, nessa perspectiva de relações frutíferas entre Brasil e África e, em especial, Brasil-Angola, o assunto mereceria ser visto como uma prioridade cultural tanto de Angola, como da humanidade, pelo Brasil, que tem excelente *know how* nessa área, por meio, por exemplo, da Fundação Roberto Marinho, como também por Portugal, que tem instituições do gênero especializadas em restauração de azulejaria,

Peço desculpas, Embaixador, se os comentários e as sugestões não forem pertinentes. Mas foi, dentro do meu limite, o que pude observar e formular e, como declaração de intenção, dizer da minha paixão pelo seu país.

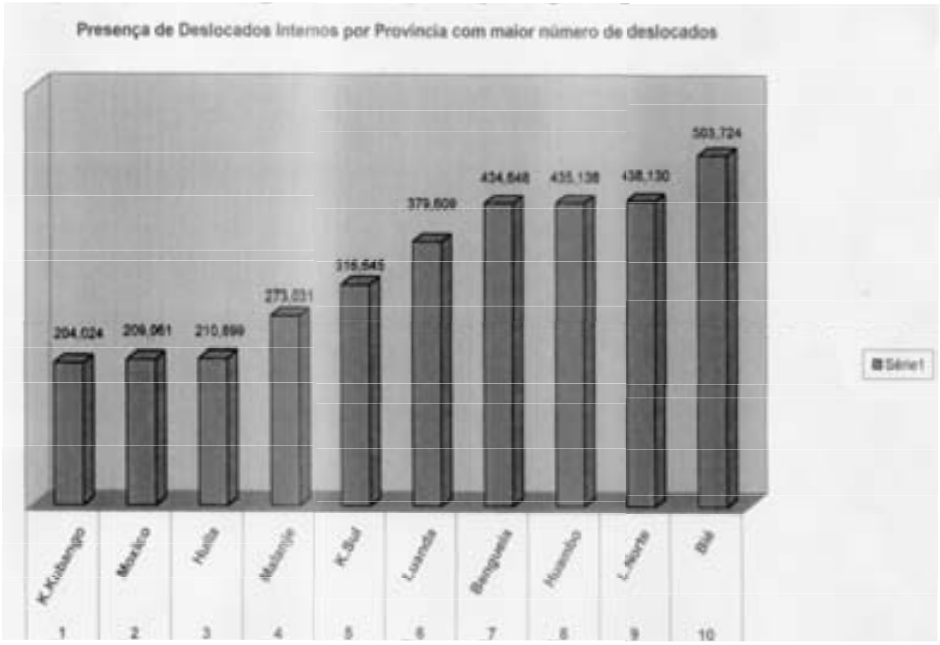
Muito obrigado."

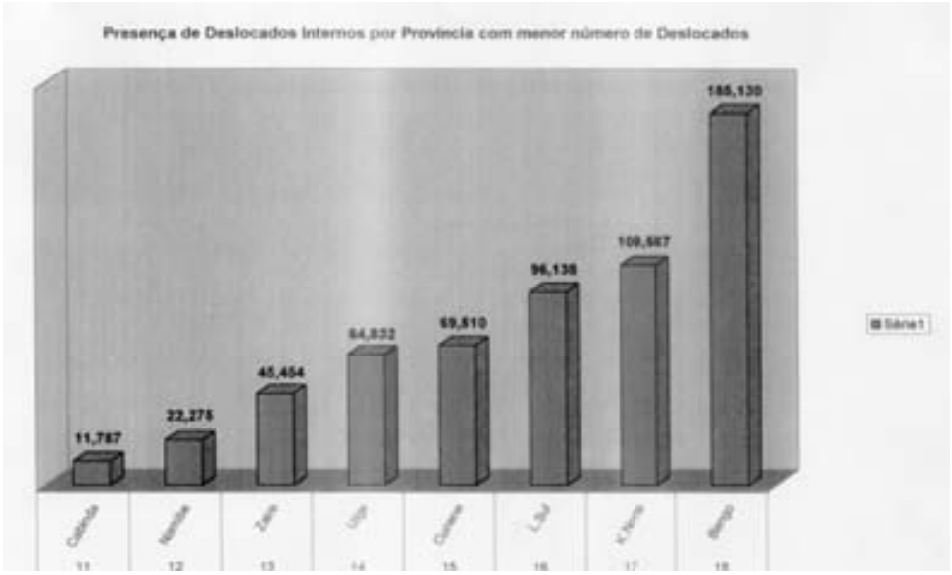


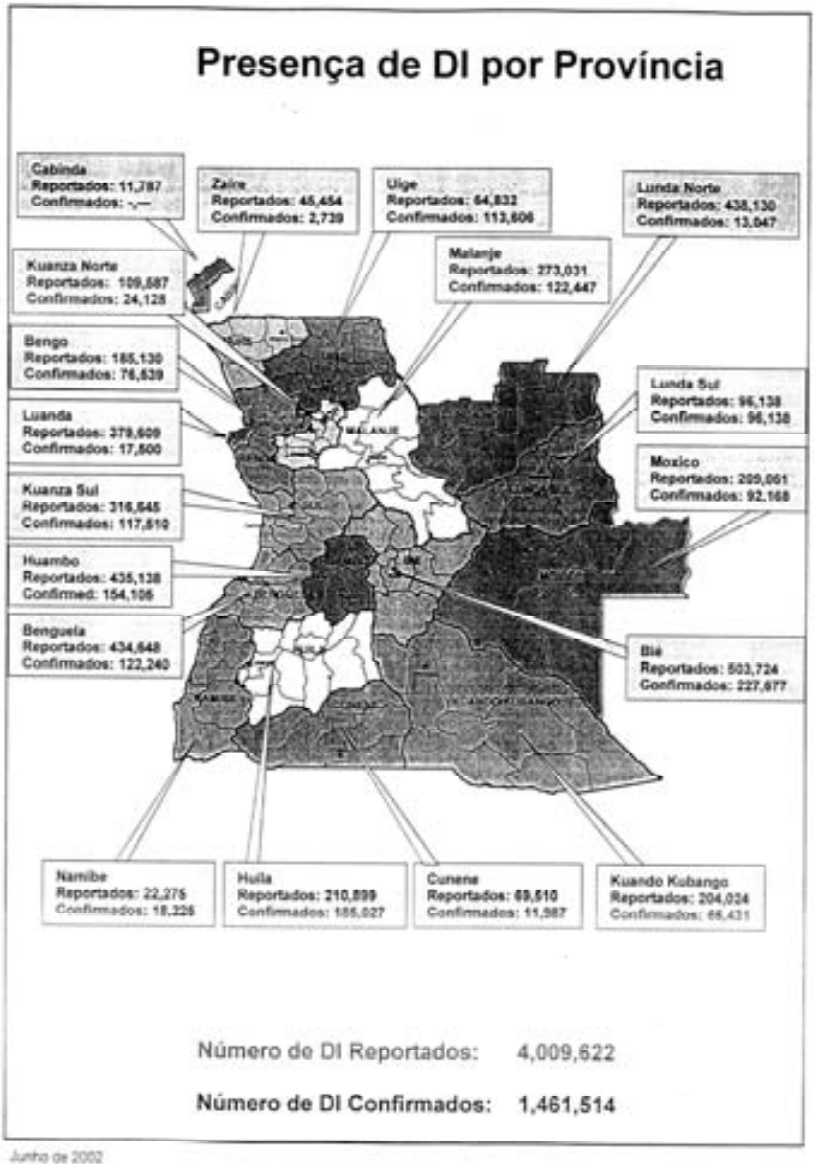
EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE ANGOLA NA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SITUAÇÃO HUMANITÁRIA EM ANGOLA

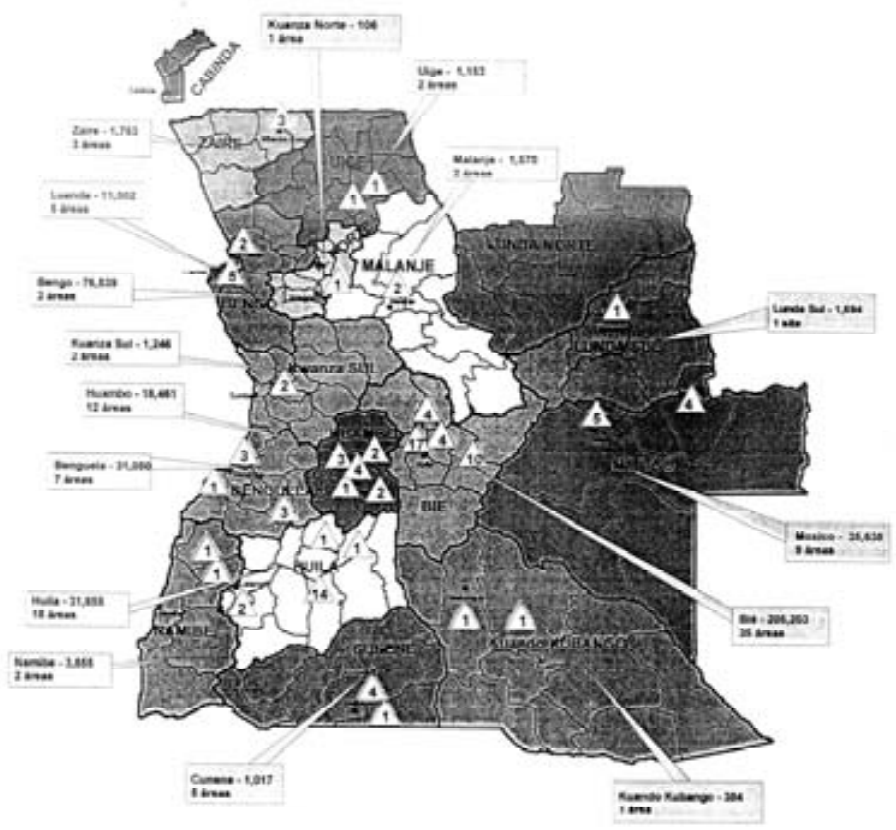
Dezembro/2002


Presença de Deslocados Internos por Província com maior número de deslocados
204.024
209.061
210.899
273.031
316.545
379.609
434.648
435.138
438.130
503.724
K.Kubango
Moxico
Huíla
Malanje
K.Sul
Luanda
Benguela
Huambo
L.Norte
Bié
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
Série1


Presença de Deslocados Internos por Província com menor número de Deslocados
11,787
22,275
45,454
64,832
69,810
96,138
109,567
185,130
Cabinda
Namibe
Zaire
Uíge
Cunene
L.Sul
K.Norte
Bengo
11
12
13
14
15
16
17
18
Série1

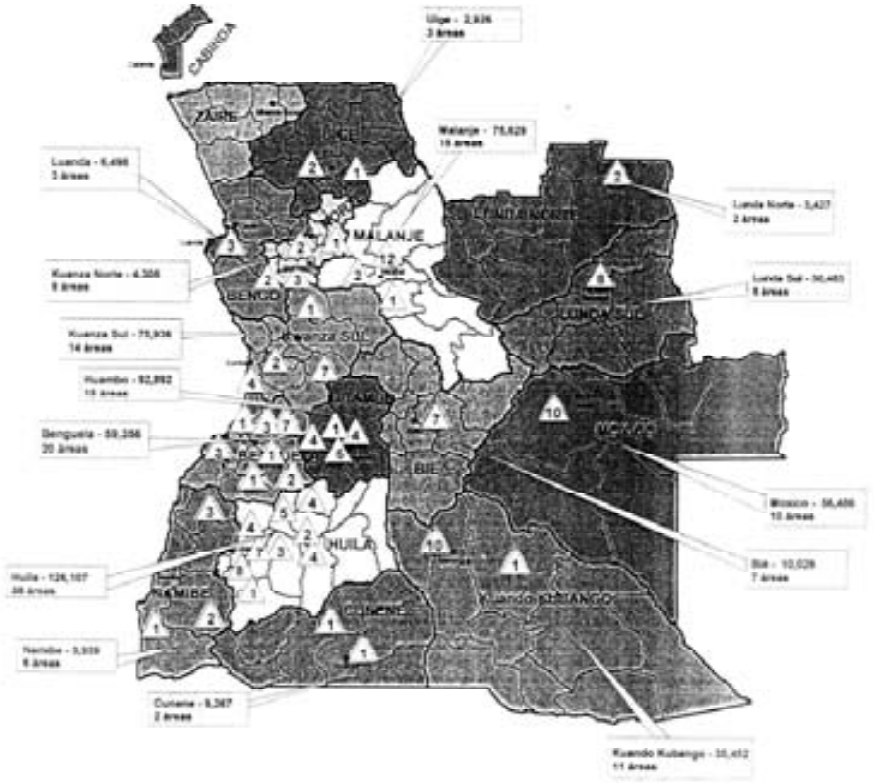

Presença de DI por Província
Cabinda
Reportados: 11,787
Confirmados: -,—
Zaire
Reportados: 45,454
Confirmados: 2,739
Uige
Reportados: 64,832
Confirmados: 113,606
Lunda Norte
Reportados: 438,130
Confirmados: 13,047
Malanje
Reportados: 273,031
Confirmados: 122,447
Kuanza Norte
Reportados: 109,587
Confirmados: 24,128
Bengo
Reportados: 185,130
Confirmados: 76,839
Luanda
Reportados: 379,609
Confirmados: 17,500
Lunda Sul
Reportados: 96,138
Confirmados: 96,138
Moxico
Reportados: 209,061
Confirmados: 92,168
Kuanza Sul
Reportados: 316,645
Confirmados: 117,610
Huambo
Reportados: 435,138
Confirmed: 154,106
Benguela
Reportados: 434,648
Confirmados: 122,240
Bié
Reportados: 503,724
Confirmados: 227,677
Namibe
Reportados: 22,275
Confirmados: 18,226
Huila
Reportados: 210,899
Confirmados: 186,027
Cunene
Reportados: 69,510
Confirmados: 11,587
Kuando Kubango
Reportados: 204,024
Confirmados: 66,431
Número de DI Reportados: 4,009,622
Número de DI Confirmados: 1,461,514
Junho de 2002

DI em Campos e Centros de Transito



422,526 DI em 106 áreas

DI Reassentados



592,829 DI em 162 áreas

Avaliação Rápida das Necessidades Críticas (RACN)

Propósito: O objectivo da RACN consistia em avaliar as condições e identificar as necessidades críticas das populações vulneráveis a viver em áreas anteriormente inacessíveis às agências humanitárias internacionais durante a guerra.

Locais: Com base na informação dos parceiros no terreno, a OCHA identificou inicialmente 41 áreas onde era suspeito existir necessidades críticas. As equipas de avaliação realizaram avaliações rápidas em 28 destes locais em 12 províncias durante Abril e Maio. Em consequência dos constrangimentos logísticos e de minas, foram canceladas avaliações em 13 dos 41 locais inicialmente planeados.

Resultados Preliminares

- Cerca de 815.000 pessoas das quais 164.000 são Dls, vivem nos 28 locais avaliados.
- Mais de 28.500 Dls vivem em campos em seis locais e 1.300 vivem em condições inaceitáveis em edifícios e armazéns abandonados em três locais.
- As condições humanitárias mais críticas existem em áreas onde havia insegurança generalizada e lavras destruídas durante as operações militares.
- Em todos os locais avaliados, as pessoas mais vulneráveis são as viúvas, crianças separadas e portadores de deficiência física.
- As populações começaram a retornar aos locais de origem de aproximadamente 35% dos locais avaliados.
- A administração do Estado está presente em todos os locais avaliados, com departamentos sociais representados em 80% das áreas avaliadas.

Resultados Preliminares

- Durante os primeiros seis meses de 2002, o Governo forneceu alguma assistência às populações em 65% dos locais avaliados.
- Em 70% das áreas avaliadas, as populações enfrentam ou estão em risco de vir a enfrentar a insegurança alimentar.
- As populações carecem de quantidades adequadas de sementes e utensílios agrícolas em todos os locais avaliados.
- Em mais de metade dos locais avaliados, a taxa de desnutrição no seio dos Dls e residentes atingiu níveis alarmantes, com taxas médias de desnutrição severa e moderada a atingir pelo menos 10% e 25%, respectivamente.
- Em pelo menos cinco locais, as taxas de mortalidade alcançaram níveis alarmantes, com uma média de duas a seis pessoas em cada 10.000 a morrer diariamente.
- As taxas de mortalidade materno-infantil alcançaram níveis de emergência na maioria das áreas avaliadas.
- A cobertura da vacinação é baixa na vasta maioria dos locais avaliados.

Resultados Preliminares

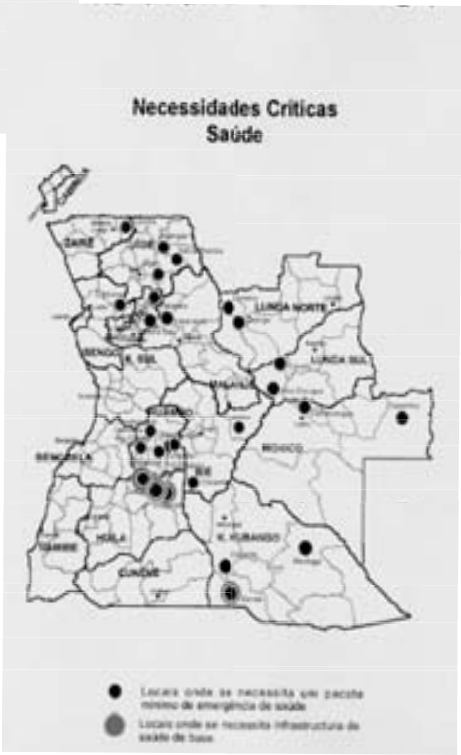
- As instalações para cuidados pré e pós-natal e serviços de parto são inadequados ou inexistentes em todos os locais avaliados.
- Mais de 95% da população nos locais avaliados não têm acesso à água potável segura.
- Aproximadamente 50.000 famílias precisam urgentemente de bens não alimentares, particularmente cobertores.
- Mais de 60% de crianças em idade escolar não participam em actividades de aprendizagem organizadas.
- Pelo menos 600 salas de aula precisam de ser reabilitadas e afigura-se necessário a construção de instalações adicionais para 100.000 estudantes.
- Entre 70% e 90% das populações nos locais avaliados não possuem documentação.
- Aproximadamente 3.000 crianças estão separadas das suas famílias em pelo menos 13 locais.
- A existência de minas constitui um problema em quase todos os locais avaliados, excepto três.

Necessidades Críticas

- Assistência alimentar nalgumas áreas
- Medicamentos essenciais e pacotes mínimos de cuidado médico
- Programas de alimentação nutricional
- Campanha de vacinação
- Bens não alimentares essenciais
- Intervenções de água




Necessidade Criticas
Nutrição
ZAIRE
UIGE
BENGO
LUANDA
LUNDA NORTE
LUNDA SUL
MOXICO
BENGUELA
HUILA
CUNENE
KUANDO KUBANGO
Locais com as taxas de desnutrição severa e moderada atingindo mais de 10% e 25% respectivamente


Necessidades Criticas
Saúde
ZAIRE
LUNDA NORTE
LUNDA SUL
MOXICO
BENGUELA
HUILA
CUNENE
K. KUANDO
Locais onde se necessita um pacote mínimo de emergência de saúde
Locais onde se necessita infraestructura de saúde de base


Necessidades Criticas
Água e Saneamento
ZAIRE
UIGE
BENGO
LUANDA
LUNDA NORTE
LUNDA SUL
MOXICO
BENGUELA
HUILA
CUNENE
KUANDO KUBANGO
Áreas de primeira prioridades para intervenções de água e saneamento ambiental
Áreas de segunda prioridade para intervenções de água e saneamento ambiental


Necessidades Criticas
Educação
ZAIRE
UIGE
BENGO
LUANDA
LUNDA NORTE
LUNDA SUL
MOXICO
BENGUELA
HUILA
CUNENE
KUANDO KUBANGO
Locais prioritários para intervenções de educação


Necessidades Críticas
Educação
ZAIRE
URGE
ZAMBIA
LUNDA NORTE
LUNDA SUL
MOXICO
BENGUELA
HUILA
CUNENE
KUANDO KUBANGO
Locais prioritários para intervenções de educação


Necessidades Críticas
Protecção
ZAIRE
URGE
ZAMBIA
LUNDA NORTE
LUNDA SUL
MOXICO
BENGUELA
HUILA
CUNENE
KUANDO KUBANGO
Locais com elevadas concentrações de crianças separadas e órfãs



Ações Prioritarias

- Atender necessidades críticas
- Elaborar e implementar os Planos de Emergência Provinciais para Reassentamento e Regresso (PEPARR)
- Iniciar a primeira fase de Regresso antes da próxima campanha agrícola de Julho - Agosto.
- Iniciar asegunda fase de Regresso durante 2003

Afinidades Brasil-África na Cultura, Esporte e Turismo

Aldo Rebelo[1]

De acordo com os geólogos que defendem a teoria das placas tectônicas, a América do Sul e a África eram um mesmo continente. Em um extraordinário movimento de deslizamento, separaram-se há 65 milhões de anos. O vazio entre as duas partes foi ocupado por um grande lago de água salgada, o Oceano Atlântico. Mas o Brasil e a África ainda estão próximos. São muitas as proximidades, a maioria delas conseqüência do tráfico de escravos que trouxe dois milhões de africanos para o Brasil entre os séculos dezesseis e dezenove.

Na construção do Brasil não há nada mais marcante e produtivo do que a presença africana. Quem carregou nos ombros o formidável ciclo do açúcar? Quem cavou as pedras das minas gerais e criou o ciclo do ouro, que além da portentosa riqueza unificou as várias partes do Brasil pela primeira vez em um mercado interno interligado a lombo de burro e lombo de escravo? Que mãos levantaram as paredes das igrejas e esculpiram o barroco da Bahia e de Ouro Preto? Quem foi a força motriz do espetacular ciclo do café, com suas lavouras sem fim, ferrovias e os palácios coloniais?

Meus amigos, a gente visita um desses neoclássicos casarões dos barões do café do século dezenove em Vassouras, Valença, Bananal, Areias, no Vale do Paraíba, e percorre aqueles salões de paredes ricamente decoradas e de assoalho de largas tábuas de madeira de lei, aquelas imensas cozinhas e enormes mesas das salas de jantar, e se admira de tanta grandeza. Ao mesmo tempo, sentimos uma inquietação. Moravam ali o barão do café e sua família. Mas eles não faziam trabalho físico. Quem fazia uma casa daquela funcionar? Não havia água encanada nem banheiros, nem energia elétrica. Vinte a quarenta escravos é que lhe davam vida e funcionalidade. Cozinheiras, lavadeiras,

[1] O Deputado Aldo Rebelo é Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

passadeiras, costureiras, babás, amas de leite, moleques carregadores de água, de lenha e de tudo que tivesse de ser carregado... Outras centenas deles cultivavam quilômetros de lavoura de café, produziam alimentos, tratavam do gado, cuidavam das oficinas, fabricavam ferramentas naqueles pequenos reinos agroindustriais. (Produziam até as correntes que os mantinham cativos.)

Estavam em toda parte, nos salões e nas alcovas, sempre a serviço do senhor. E testemunhavam tudo, participavam de tudo, da vida íntima à vida pública dele e de sua família. Sem seu negro do lado, um branco não era ninguém. Conforme o padre Antonil, o escravo era "os pés e as mãos de seus senhores". Acontecia de um senhor analfabeto recorrer à capacidade de escrita e de cálculos de seu escravo. Os negros de religião muçulmana eram particularmente bem preparados, alfabetizados. Vieram para o Brasil como escravos, técnicos em minas, artífices de ferro, de ferramentas, comerciantes de panos.

Por tudo isso é que Gilberto Freyre dizia ter sido a contribuição do negro mais importante para a formação do Brasil do que a do europeu. De fato, a cada passo no Brasil se topa com a África, uma África modificada, temperada pelo índio, pelo português, por outros europeus, árabes e asiáticos. Entretanto, aqui está nossa África brasileira: Aleijadinho, Zumbi, Pelé, Machado de Assis, Pixinguinha, Ronaldo e Ronaldinho Gaúcho, Luis Gama, José do Patrocínio, Dorival Caimy, Xica da Silva, Jackson do Pandeiro, Zizinho, Gilberto Gil, Elza Soares, Didi... Melhor parar. Poderíamos ficar aqui por horas enumerando nomes e ainda assim cometeríamos injustiças.

Junto com os índios, os africanos ocuparam-se de adoçar o áspero português de Portugal. Gilberto Freyre exemplifica: "as Antônias ficaram Dondons, Toninhas, Totonhas; as Teresas,Tetés; os Manuéis; Manés; os Franciscos, Chicos, Chiquinhos, Chicós; os Pedros, Pepés; os Albertos, Bebetos, Betinhos. Isto sem falarmos das Iaiás, Ioiôs, das Sinhás, das Manus, Calus, Bembéns, Dedés, Marocas, Gegês."

Eis algumas outras palavras de origem africana que Milton Nascimento e Fernando Brandt converteram na música "Brasil, aprende a ser negro":

Vatapá, farofa, abaré
carajé, caruru, angu
Mingau, canjica, tutu
Feijoada e mocotó

Banguela, batuque, banzé
Caçula, cochilo, cafuné
Macumba, mandinga, ebó
Quitute, quindim de Iaiá

Tonin, Tetê, Dondon
Neném, sinhá, papá
Maínha, bambanho, mimi
Pipi, bumbum.

Por falar em música, aí temos o samba, o frevo, o chorinho e o carnaval. Isso é autenticamente brasileiro. Mas se a gente assiste a um documentário sobre a música do Mali ou do Senegal, reconhece ali as raízes africanas que foram para o Brasil e já também as raízes brasileiras que fizeram o caminho inverso através do Atlântico. No começo, eram atabaques e tantãs produzindo o batuque. Juntaram-se às maracas e chocalhos dos índios. E já se tinha um contraponto. Com a viola e o cavaquinho portugueses, teve-se a melodia. E chegamos ao samba, ao chorinho e a toda a diversidade melódica da música popular brasileira.

O candomblé e a umbanda caminham há séculos em paralelo com a religião católica e, ao mesmo tempo, deram e receberam contribuições dela. Os escravos negros, seja para escapar da repressão a seus cultos, seja porque identificavam seus deuses com os santos católicos, construíram relações sincréticas como aquela em que Iemanjá, a senhora dos mares, é Nossa Senhora da Conceição ou Nossa Senhora dos Navegantes... E assim, na religião como em outras situações, foram praticando aquilo que Gilberto Freyre qualificou como uma forma sutil, delicada e inteligente para conseguir, sem aspereza, dominar seus dominadores. Dizia: "*No Brasil, o negro não foi colonizado, foi colonizador*".

Em meio à religiosidade, a enorme criatividade inventiva. As lendas e histórias contadas pelas mucamas, e que assombraram as crianças por séculos, costumam apresentar animais gigantescos com poderes sobrenaturais, que se transformam em todos os seres, das pedras ao vento e à chuva, ao homem e aos bichos; animais com membros humanos dotados de superpoderes, e gênios, muitos gênios.

Não resisto a dizer que o capítulo das comidas é dos mais saborosos. Os africanos contribuíram para a culinária brasileira com o leite de côco, o azeite de dendê, a pimenta malagueta, o feijão preto e o quiabo, a galinha de Angola, cheiros verdes. Modificaram pratos portugueses, substituíram ingredientes. Difundiram o inhame, a cana-de-açúcar. Ensinaram o vatapá, o caruru, mugunzá, acarajé, angu, pamonha, quibebe (carne seca refogada na abóbora, com dendê e cheiro verde). Com o feijão preto que trouxeram e as partes do porco que o senhor desdenhava (couro, patas, rabo, orelhas) criaram na senzala uma das maiores glórias nacionais, a feijoada.

Uma síntese das três culturas é a moqueca (vem do quimbunda *mo'keka*) capixaba (do tupi *kapi'xawa*), da culinária de Vitória, Espírito Santo. Temperos portugueses e africanos combinam-se com o urucum dos índios para cozinhar o peixe em panelas de barro artesanais feitas por descendentes de uma tribo local.

Dos jogos de capoeira, das rodas de samba, das gafieiras, dos pagodes, lambadas e do carnaval ao futebol foi um passo. Introduzido no Brasil pelos ingleses, o futebol foi entusiasticamente assimilado. Mas os negros só podiam assistir, não eram admitidos dentro do campo. Entretanto, nas equipes das fábricas e de outras empresas iam aparecendo jogadores negros e mulatos muito bons, que acabaram conquistando um espaço. Mas a maioria de jogadores ainda era de brancos. E abusavam da violência contra os atletas negros, porque perder a bola para um negro era considerado humilhante. Por isso é que eu disse que da capoeira e do samba para o futebol foi apenas um passo. Os negros não eram loucos de revidar às agressões. Para evitar o contato físico e as pancadas dos brancos, trouxeram a ginga, o negaceio, o "balanço" das suas danças e lutas para o futebol.

Eu acredito só parcialmente nessa lenda. Certamente os jogadores brancos deviam abusar da violência contra os negros. Eles tinham de cuidar-se para evitar os choques. E usaram sua ginga para isso. Mas também acho que esse modo de jogar futebol como que praticando uma dança faz parte de seu modo de ser. A pancadaria estimulou os dribles e os saltos acrobáticos, os movimentos sutis com a bola. Mas, antes de tudo, esse era o jeito negro de jogar. É o que acabou dando ao futebol brasileiro esse seu estilo diferenciado, único.

Vemos lampejos desse futebol-arte também nos times africanos. Há algum tempo já assistimos aos grandes progressos do futebol entre os povos da África. Eles adoram Pelé, conhecem pelo nome os grandes jogadores brasileiros, acompanham nossos jogos e estão jogando cada vez melhor, como já mostraram as seleções de Camarões e do Senegal em diversos campeonatos internacionais.

Os africanos também são grandes corredores. Por sinal, há anos os atletas africanos vencem a nossa corrida de São Silvestre, em São Paulo, no primeiro dia do ano. Aos atletas brasileiros, apesar de sua "africanidade", têm restado apenas os outro lugares na fita de chegada.

Tudo o que eu disse foi para mostrar como, apesar do Atlântico entre nós, o Brasil e África continuam próximos. E, à medida que nossos países se desenvolvem, vamos tendo oportunidades de nos aproximarmos ainda mais. Relativamente poucos brasileiros vão à África e poucos africanos vêm ao Brasil. Tendo a África um litoral imenso e belo, banhado pelo Atlântico e pelo Índico, grandes cidades, rios, montanhas, e regiões interiores magníficas, a fauna mais impressionante do planeta, ao par de enorme diversidade e riqueza cultural, seu potencial turístico é incomensurável. O intercâmbio turístico entre o Brasil e os países atlânticos da África é uma possibilidade real e comercialmente viável, inclusive devido à proximidade. Basta dizer que Alagoas está mais perto de Angola do que de Manaus... E já existem condições turísticas bem estruturadas em vários países, como, por exemplo, a África do Sul. Parece que até agora apenas as agências turísticas deixaram de fazer a pergunta: "por que não?" Cabe também ao Estado brasileiro examinar as potencialidades econômicas e culturais do intercâmbio turístico com a África, como forma de aproximar ainda

mais o Brasil dos povos irmãos africanos. Embora o deslizamento das placas tectônicas continue afastando o Brasil da África, à média de 7 centímetros por ano, cabe a nós reforçar sempre as pontes que nos unem pelo sangue, pela cultura, admiração mútuas.

SEGUNDA PARTE

A Política

AS ÁFRICAS E SUAS ORDENS POLÍTICAS: ENTRE O OTIMISMO E O PESSIMISMO

Luiz Henrique Nunes Bahia

1. Este trabalho busca mostrar como um continente, hoje composto de países livres e independentes, vive há mais de cinco décadas a frustração de não conseguir estabelecer as condições mínimas de uma poliarquia.[1] É fundamental esclarecer que, na lógica da ação social predominante nas sociedades complexas, haverá sempre uma macrotroca política efetivada entre dirigentes e dirigidos, que viabiliza a troca de mercado e, conseqüentemente, o funcionamento da economia.[2]

Ao mesmo tempo, a lógica contemporânea da globalização impõe a emergência de política global que se traduz em: a) no crescimento da internacionalização e transnacionalização da política, governança e autoridade; b) na proliferação de regimes regulatórios internacionais e transnacionais; c) na governança multilateral; d) na emergência de elementos de lei cosmopolita[3]; e) e, talvez, no surgimento de uma nova ordem neo-medieval.

A política global tem convivido com processo crescente de violência organizada mundial, onde pode-se constatar o crescimento armado de todos os países do mundo.[4]

[1] Vale lembrar que as oito garantias institucionais são: liberdade para constituir e integrar-se em organizações, liberdade de expressão, direito de voto, acesso a cargos públicos, possibilidade de líderes políticos competirem através de votação, fontes alternativas de informação, eleições livres e isentas, existência de instituições capazes de viabilizar a política do governo. Ver a esse respeito Robert Dahl (1971) e Arend Lijphart (1999).

[2] Ver, a respeito, Luiz Henrique Bahia (2002).

[3] "A lei cosmopolita refere-se àqueles elementos da lei – embora criados pelos Estados – que criam poderes e constrangimentos, e direitos e deveres, que transcendem os direitos do Estado-Nação e que tem conseqüências nacionais de longo alcance. Elementos de tal lei definem e procuram proteger os valores humanitários básicos." (*Global Transformations*, página 70).

[4] A ordem mundial militar contemporânea pode traduzir-se em termos de geopolítica, com as quatro seguintes características: Rivalidade global, segurança/defesa cooperativa, rivalidade e competição entre estruturas cooperativas institucionalizadas e superposição regional e complexidade de segurança global.
No que diz respeito ao sistema de transferência de armas, o mundo contemporâneo pode ser caracterizado pela intensificação da dinâmica mundial de armamentos; expansão da escala e volume do comércio de armas; transnacionalização da produção de armas; e comercialização do comércio de armas em um mercado global regulado. (*Global Transformations*, página 134).

É dentro desse contexto geral de política global e violência organizada que devemos entender as Áfricas contemporâneas.

2. O projeto euro-americano de implantação de democracias representativas no período pós-colonial levou a África como um todo a se constituir em uma região de alta instabilidade política. Essa história contemporânea reforça a convicção de que modelos ideais não são implementáveis em sociedades que não vivenciaram um longo processo de amadurecimento político. Não basta educar uma elite modernizadora sem que a sociedade tenha produzido cultura política capaz de defender esses ideais democráticos. Esse processo só se dá quando as forças sociais e econômicas conseguem transpor suas dificuldades culturais e políticas naturais de um subdesenvolvimento histórico.

O colonialismo marcou a história da África e hoje a modernização com os novos estados nacionais busca com relativo sucesso manter equilíbrio político a despeito das diferenças religiosas, étnicas e tribais. Entender essas diferenças se torna fundamental para perceber que não há um continente africano integrado, mas sim um somatório de unidades sociais e políticas em dispersão e que cristaliza conflitos ao longo das últimas décadas. Não será possível jamais analisar a ordem política da África como um todo, e o esforço deste trabalho foi no sentido de buscar o que de há de comum entre as diferentes Áfricas. O que há de permanente e mais duradouro nesses sistemas políticos extremamente enfraquecidos pelas suas divergências internas. Os quadros-resumos que veremos nas próximas páginas espelham, da melhor forma possível, o passado recente do continente africano e deles podemos extrair algumas conclusões:

I. na década 1990-2000, houve um crescimento razoável do número de estados nacionais onde a democracia está em construção;

II . redução dos conflitos internos e externos em diversos países, mas é possível constatar ondas cíclicas com sístole e diástole de crises;

III. manutenção de violação dos direitos humanos em diversos

estados nacionais e a inclusão das Áfricas na produção e intermediação de drogas para o mundo consumidor das mesmas; e

IV. como conseqüência das crises militares, internas e externas, as Áfricas mantêm-se como grandes compradoras de armamentos.

Caberia ainda esclarecer que as ciências sociais e, em especial, a ciência política, trabalham intensamente com a criação de tipologias e de classificações. É de conhecimento geral que na elaboração dessas tipologias há uma síntese do mundo real que contem valores e entendimentos do próprio observador. Portanto, as classificações apresentadas nos quadros-resumos decorrem de literatura européia e norte-americana - com todos os seus valores e entendimentos - citada na bibliografia.

Quadro I – Resumo das Formas de Governo, Sistemas de Governo e Tipo de Representação						
África - 1993						
País	**Forma de governo**		**Sistema**		**Representação**	
	Autoritário	Democrático	Presidencial	Parlamentar	Proporcional	Majoritário
África do Sul	x					
Angola*		x	x			
Argélia	x					
Benin		x	x		x	
Botsuana		x	x		x	
Burkina Faso	x					
Burundi		x	x		x	
Cabo Verde*		x	x			
Camarões	x					
Chade	x					
Comoros	x					
Congo	x					
Costa do Marfim*		x		x		
Djibuti	x					
Egito	x					
Etiópia	x					
Gabão	x					
Gâmbia	x					
Gana		x	x		x	
Guiné	x					
Guiné-Bissau	x					
Guiné-Equatorial	x					
Lesoto	x					
Libéria	x					
Líbia	x					
Madagascar		x		x	x	
Malavi	x					
Mali	x					
Marrocos	x					
Maurício*		x		x		
Mauritânia	x					
Moçambique	x					
Níger		x		x	x	
Nigéria	x					
Quênia		x	x		x	
Rep.Centro-Africana	x					
Ruanda	x					
Seicheles	x					
Senegal		x	x		x	
Serra Leoa	x					
Somália	x					
Suazilândia	x					

Fonte: Banks, Arthur S. (ed.) Political Handbook of the World: 1994-1995. New York: CSA Publications, 1994.Banks, cit.
Elaboração: LEEX - ver a respeito publicação de Santos, W. na bibliografia anexa.

* - informação sobre representação não disponível.

Quadro II: Resumo da Ordem Política das Diferentes Áfricas (Situação Contemporânea)				
Região	**País**	**Forma de Governo**	**Sistema de Governo**	**Especificidades de Ordem Política**
Magreb	Argélia	República. O islamismo é a religião oficial. Democracia em Construção.	Presidencialista, embora o exército desempenhe um papel predominante. Uma Assembléia plural de 380 membros foi eleita em 05/06/1997, e um Conselho Nacional de 144 membros, em dezembro de 1998, consolidou o novo corpo institucional do país.	Agitações políticas e massacres. Desrespeito aos direitos humanos*.
	Líbia	Unitária. Oficialmente, "Estado das Massas". Governo Autoritário.	Regime militar.	
	Marrocos	Reino. Governo Autoritário.	Monarquia Constitucional "de direito divino"	
	Mauritânia	República Unitária e Governo Autoritário.	Oficialmente civil, através da dissolução do Comitê Militar de Salvação Nacional (CMSN) e a organização de eleições presidenciais (janeiro de 1992 e dezembro de 1997)	
	Tunisía	República Unitária. Governo Democrático.	Fortemente presidencialista	
África Saheliana	Burkina Faso	República Parlamentar. Democracia em Construção.	Presidencialismo	Desrespeito aos direitos humanos.
	Chade	República Parlamentar. Democracia em Construção.	Presidencialismo	Desrespeito aos direitos humanos.
	Malí	República Parlamentar. Democracia em Construção.	Presidencialismo	
	Níger	República Unitária. Governo Democrático.	Semi-presidencialismo	Cooperação internacional com a União Européia.
África Extremo-Ocidental	Cabo Verde	República Unitária. Governo Democrático.	Parlamentarismo	Reforma do Estado e Processo de Privatização.
	Gâmbia	República. Governo Democrático.	Parlamentarismo, com uma nova Constituição aprovada por referendo em 08/08/1996.	Desrespeito aos direitos humanos.
	Guiné	República. Democracia em Construção.	Presidencialismo	Desrespeito aos direitos humanos
	Guiné-Bisau	República	Parlamentarismo. Multipartidarismo desde meados de 1991.	

* Desrespeito aos direitos humanos: torturas, assassinatos, violência política e prisões arbitrárias.

	Libéria	República	Presidencialismo	Desrespeito aos direitos humanos
	Senegal	República. Governo Democrático.	Presidencialismo, com multipartidarismo	
	Serra Leoa	República	Democracia	Violação dos direitos humanos
Golfo de Guinea	Benín	República - Democracia em Construção.	Presidencialismo	Eleições c/ corrupção.
	Costa do Marfim	República	Parlamentarismo	Conflitos étnicos e regionais. Maioria muçulmana. Prisões políticas.
	Ghana	República. Democracia em Construção.	Presidencialismo	Consciência democrática em desenvolvimento.
	Nigéria	República Federal (36 estados). Democracia em Construção com forte influência militar.	Democracia	Violação dos direitos humanos.
	Togo	República. Governo Autoritário.	Presidencialismo	
África Central	Camarões	República Descentralizada. Democracia em Construção.	Semi-presidencialista multipartidário.	Violação dos direitos humanos.
	República Centro-Africana	República. Democracia em Construção.	Presidencialismo multipartidário.	Violação dos direitos humanos.
	Congo-Brazzaville	República. Democracia.	Presidencialismo multipartidário.	
	República Democrática do Congo (Kinshasa)	República. Governo Autoritário.	Presidencialismo designado.	Conflitos internos. Violação dos direitos humanos.
	Gabão	República. Democracia em Construção.	Presidencialismo multipartidário.	Insegurança política e partidária. Crescente oposição de caráter social.
	Guiné Equatorial	República. Democracia em Construção.	Presidencialismo monopartidário (Partido Democrático da Guinéa Equatorial – PDGE).	Violação dos direitos humanos e prisões políticas.

	Santo Tomé y Príncipe	República. Democracia.	Parlamentarismo multipartidário	
África Oriental	Burundi	República. Governo Autoritário.	Presidencialismo	Instabilidade de fronteiras e violação dos direitos humanos.
	Quênia	República (membro da Comunidade das Nações). Democracia em Construção.	Presidencialismo multipartidário	Perseguição política.
	Ruanda	República. Governo Autoritário.	Presidencialismo (com forte participação militar). As atividades políticas dos partidos, emboram fossem toleradas durante a tomada do poder pela Frente Patriótica Ruandesa – FPR, em julho de 1994, a partir de fevereiro de 1995 já não estavam mais autorizadas.	Violação dos direitos humanos.
	Tanzânia	República (formada pela união de Tanganika e Zanzíbar). Democracia.	Presidencialismo multipartidário (um partido amplamente majoritário)	
África Oriental (cont.)	Uganda	República Unitária, descentralizada, que reconhece a existência dos antigos reinos (restaurados pela Constituição de 1995). Existem reivindicações federalistas, sobretudo na região norte.	Presidencialismo do tipo populista (regime do "Movimento" – Movimento de Resistência Nacional) semelhante a uma "democracia de base" sem partidos. Este regime foi prorrogado mediante um referendo (por ampla maioria), em julho de 2000, embora as pressões a favor do multipartidarismo sejam cada vez mais fortes.	Violação dos direitos humanos. Corrupção eleitoral nas últimas eleições.
África do Nordeste	Eritréia	República Unitária, aguardando a elobaração de uma constituição. Governo Autoritário.	Presidencialismo monopartidário	Prisões por razões políticas. Prisões arbitrárias. Julgamentos sumários.
	Etiópia	República Federal. Governo Autoritário.		
	Somália	República.	Governo parlamentar nacional de transição.	Diferentes políticos controlam setores do país. Conflito permanente. Pena de morte.
	Djibuti	República. Governo Autoritário.	Presidencialismo.	
Vale do Nilo	Egito	República. Democracia.	Presidencialismo pluripartidário.	

	Sudão	Sistema Federal cuja realidade política é fortemente questionada. Regime Autoritário.	Ditadura que impõe um sangrenta guerra civil, sobretudo no sul, estando proibida toda atividade política além das instituídas oficialmente.	Violação dos direitos humanos. Pena de morte. Prisões arbitrárias.
África Sul-Tropical	Angola	República. Democracia em Construção.	Semi-presidencialista	Busca da reconciliação nacional.
	Malavi	República. Democracia em Construção.	Presidencialismo Parlamentar	
	Moçambique	República. Democracia em Construção.	Presidencialismo Plural	
	Zâmbia	República. Democracia em Construção.	Presidencialismo Multipartidário	
	Zimbábue	República. Democracia em Construção.	Presidencialismo	Violação dos Direitos Humanos. Prisões políticas.
África Austral	Botsuana	República com uma Assembléia Nacional e uma Câmara Executiva composta pelas 8 principais etnias. Democracia em Construção.	Presidencialismo Multipartidário Parcial	
	Lesoto	Monarquia. Governo Autoritário.	Monarquia Parlamentar, multipartidarista (desde 1993). Sistema transitório que compreende o governo e a autoridade política provisória (órgão multipartidário) desde novembro de 1998.	
	Namíbia	República. Democracia em construção.	Parlamentarismo multipartidário com uma partido dominante (a SWAPO, Organização Popular do Sudoeste Africano), que representa dois terços do Parlamento.	
	República Sul-Africana	República Unitária. Democracia.	Misto de Presidencialismo e Parlamentarismo	Criminalidade, miséria, greves, corrupção da classe dirigente.
	Suazilândia	Monarquia (Rei Mswati III, desde abril de 1986). Governo Autoritário.	Monarquia parlamentar. O multipartidarismo está proibido desde 1973.	Violação dos direitos humanos. Prisões políticas.
Oceano Índico	Comoros	República Federal. Governo Autoritário.	Presidencialismo	Predomínio do Islamismo.

	Madagascar	República. Democracia.	Presidencialismo	Hegemonia partidária da Aliança pela Renovação de Madagascar (AREMA).
	Ilhas Maurício	República	Democracia Parlamentarista, com hegemonia da Aliança entre MSM/MMM (Movimento Socialista de Maurício/Movimento Militante de Maurício).	
	Reunião	Departamento ultra-marino francês.		
	Seicheles	República. Governo Autoritário.	Presidencialismo	Governo com baixa legitimidade.

Fonte: El estado del mundo, Human Rights Watch World Report 2001 e Amnesty International Report 2002

Quadro III - Resumo dos Conflitos Externos e Problemas Transnacionais		
Região	**País**	**Situação Atual**
Magreb	Argélia	Parte da região sudeste é reivindicada pela Líbia. A Argélia apóia o exilado Fronte Polisário do Oeste do Saara e rejeita a administração marroquina do Oeste do Saara.
	Líbia	Rebeldes do Chade da região de Aozou residem na Líbia. A Líbia reivinvidica cerca de 19.400 Km^2 do Níger, assim como também parte do sudeste da Argélia, através de disputas atualmente em suspenso.
	Marrocos	Produtor ilegal de haxixe. Tráfico que vem se intensificando nos mercados doméstico e internacional de drogas. Carregamentos de hachiche principalmente destinados à Europa Ocidental. Ponto de passagem para a cocaínia proveniente da América do Sul e destinada à Europa Ocidental.
	Mauritânia	nenhum
	Tunisía	nenhum
África Saheliana	Burkina Faso	Duas vilas estão sendo disputadas com Benin.
	Chade	A Comissão do Lago Chade exorta os signatários, Camarões, Chade, Níger e Nigéria, para que ratifiquem o acordo de delimitação da região do lago, onde ocorrem conflitos armados com frequência. A Nigéria solicita e o Chade rejeita a redemarcação da fronteira, a qual não possui uma demarcação clara em alguns setores, o que vem causando vários incidentes fronteiriços. Rebeldes do Chade provenientes de Aouzou residem na Líbia.
	Malí	nenhum
	Níger	Níger e Benin apelaram ao ICJ para resolver a disputa do Ete e 14 ilhas menores no Rio Níger, que nunca foi delimitado. O triponto Benin-Níger-Nigéria permanece sem delimitação. A Comissão da Bacia do Lago Chade conclama os signatários, Camarões, Chade, Níger e Nigéria, para que ratifiquem o acordo de delimitação da região do lago, onde ocorrem conflitos armados com frequência. A Líbia reivindica cerca de 19.400 km2 no norte de Níger, embora a disputa atualmente esteja em suspenso.
África Extremo-Ocidental	Cabo Verde	Utilizado como ponto de transferência de drogas ilegais, que vão da América Latina e Ásia para a Europa Ocidental.
	Gâmbia	nenhum
	Guiné	Intensas incursões através das fronteiras efetuadas por combatentes da Frente Unida Revolucionária de Serra Leoa, pelo Exército da Libéria e mercenários, entre setembro de 2000 e março de 2001, vitimaram mais de centenas de milhares de civis e militares de Guiné. As fronteiras permanecem fechadas a maior parte do tempo.
	Guiné-Bissau	Começaram novamente, desde o início de 1999, os combates entre os seguidores do presidente Vieira e os soldados amotinados do general Mané, a despeito de vários cesar-fogo. As tropas senegalesas, que intervieram em 1998, foram substituídas, em janeiro, por um contingente do Ecomog (Força de Intervenção Oeste-Africana). Separatistas senegaleses desrespeitam o comércio legal de fronteira contrabadeando, roubando gado entre outras atividades ilegais.
África Extremo-	Libéria	Ponto de transferência para a heroína do sudeste e sudoeste da Ásia e da cocaína da América do Sul para os mercados da Europa e Estados

	Senegal	Os combates entre tropas senegalesas e pró-independência de Casamance, há dezesseis anos, vem provocado a morte de milhares de pessoas. Ponto de transferência para a heroína do sudeste e sudoeste da Ásia em direção aos mercados da Europa e Estados Unidos. Cultivador ilegal de maconha.
	Serra Leoa	A Força de Intervenção Oeste-Africana (Ecomog), dirigida pela Nigéria, restabeleceu no poder, em fevereiro de 1998, o presidente Kabbah, o qual havia sido deposto por um golpe militar. Embora os combatentes da Frente Revolucionária Unida (RUF) conseguissem invadir a capital, em janeiro de 1999, eles foram expulsos, mas não sem antes causarem milhares de vítimas. O conflito atual em Serra Leoa originou levas de refugiados para os países vizinhos Guiné e Libéria.
Golfo de Guiné	Benín	Ponto de transferência para os narcóticos associados às organizações de tráfico da Nigéria e destinados a maior parte das vezes para a Europa Ocidental e os Estados Unidos.
	Costa do Marfim	Produtor ilegal de maconha, a maioria para consumo local. Ponto de transferência da heroína proveniente do sudoeste e sudeste da Ásia para a Europa e ocasionalmente para os Estados Unidos. Ponto de transferência para a cocaína da América Latina destinada para a Europa e África do Sul.
	Ghana	Produtor ilegal de maconha para o comércio internacional de drogas. Grande centro de passagem para a heroína do sudoeste e sudeste da Ásia e, em menor medida, para a cocaína da América do Sul destinada para a Europa e os Estados Unidos.
	Nigéria	A região do Delta, principal zona petrolífera, estava na iminência de uma guerra civil latente, diante da nova investidura do presidente Obasanjo, novamente eleito. Ponto de passagem para a heroína e a cocaína destinada aos mercados da Europa, Leste da Ásia e América do Norte. Porto de refúgio para os narcotraficantes nigerianos que operam no mundo inteiro.
	Togo	Centro de passagem para os traficantes nigerianos de heroína e cocaína.
África Central	Camarões	Questionamentos sobre as disputas das fronteiras terrestres e marítimas entre Camarões e Nigéria foram apresentados ao ICJ. As disputas são motivadas pela península de Bakasi, onde conflitos armados continuam a ocorrer, pela ilha de Bouram no Lago Chade, pela fronteira marítima e a zona econômica do Golfo de Guiné, que envolve também a Guiné Equatorial. A Comissão da Bacia do Lago Chade conclama os signatários Camarões, Chade, Níger e Nigéria a ratificarem o tratado que delimita a região do lago, onde ocorrem frequentes conflitos armados.
África Central (cont.)	República Centro-Africana	nenhum

	Congo-Brazzaville	As operações de "limpeza" na capital causaram centenas de mortes desde dezembro de 1998. O país já havia passado por dois princípios de guerra civil, em 1994 e 1997, com vários milhares de mortos de cada vez. Seus três principais dirigentes comportam-se como "senhores da guerra", com suas milícias, os "ninjas", "cobras" e "cocos". A maioria da fronteira do Rio Congo com a República Democrática do Congo está indefinida (nenhum acordo foi atingido sobre a divisão do rio ou suas ilhas, exceto na área Stanley Pool/Pool Malebo).
	República Democrática do Congo (Kinshasa)	A RDC acaba de sofrer um forte abalo com o genocídio de Ruanda. A rebelião dos baniamulengues no leste, desde agosto de 1998, converteu-se em uma guerra que envolveu os exércitos de sete países da região e diversos grupos armados. Várias tentativas de por fim ao conflito fracassaram. O país é produtor ilegal de maconha, a maioria para consumo interno.
	Gabão	Disputa de fronteira marítima com a Guiné Equatorial, por causa de desacordo sobre a soberania das ilhas na Baía de Corisco.
	Guiné Equatorial	Intensas incursões através da fronteira por parte dos combatentes da Frente Revolucionária Unida de Serra Leoa, forças dissidentes de Guiné, o exército da Libéria e mercenários, entre setembro de 2000 e março de 2001, vitimaram mais de 1.500.000 civis e militares de Guiné. Suas fronteiras permanecem quase sempre fechadas.
	Santo Tomé y Príncipe	nenhum
África Oriental	Burundi	A guerra civil entre o exército dominado pela minoria tutsi e a rebelião hutu causou mais de 200.000 vítimas desde outubro de 1993. Negociações de paz desenvolvem-se desde junho de 1998. As sanções econômicas impostas pelos países da região cessaram em janeiro passado. Os Tutsi, os Hutu e outros grupos étnicos em conflito, rebeldes políticos e várias forças do governo continuam lutando na região dos Grandes Lagos, ultrapassando as fronteiras do Burundi, da República Democrática do Congo, de Ruanda e Uganda.
	Quênia	Cultivo disperso de pequenos tratos de maconha. País de trânsito para a heroína do sul da Ásia destinada à Europa e a América do Norte. Metaqualone proveniente da Índia também atravessa rumo á África do Sul.
África Oriental (cont.)	Ruanda	No poder desde o genocídio dos tutsis, em 1994, que produziu mais de meio milhão de vítimas, a Frente Patriótica Ruandesa não conseguiu pacificar o conjunto do território. A guerrilha huntu, no norte, diminuiu a pressão depois da intervenção das tropas ruandesas em conjunto com os rebeldes congoleses. Os Tutsi, os Hutu e outros grupos étnicos em conflito, rebeldes políticos e várias forças do governo continuam lutando na região dos Grandes Lagos, ultrapassando as fronteiras do Burundi, da República Democrática do Congo, de Ruanda e Uganda.
	Tanzânia	Papel crescente no embarque da heroína do sudoeste e sudeste da Ásia e da cocaína da América do Sul destinados aos mercados da África do Sul, Europa e Estados Unidos e do metaqualone sul-asiático

	Uganda	Bastante "intervencionista", o regime do presidente Yoweri Museveni enfrenta os rebeldes do Exército de Resistência do Senhor, ao norte, e já tentou liquidar os grupos armados organizados no oeste, empregando tropas e rebeldes de Kivu, no antigo Zaire. Kampala e Jartum acusam-se reciprocamente de apoiar suas respectivas rebeliões. Os Tutsi, os Hutu e outros grupos étnicos em conflito, rebeldes políticos e várias forças do governo continuam lutando na região dos Grandes Lagos, ultrapassando as fronteiras do Burundi, da República Democrática do Congo, de Ruanda e Uganda.
África do Nordeste	Eritréia	Os dois países, dirigidos por antigas frentes de libertação "irmãs", disputam entre si centenas de quilômetros quadrados na fronteira. Os combates, desde maio de 1998, causaram vários milhares de mortos. Eles começaram novamente em fevereiro deste ano, após várias tentativas de mediação sem resultado. A Eritréia aderiu, em princípio, ao plano de paz da OUA, em 27/02/99, após a derrota de suas tropas em Badmé. Eritréia e Etiópia concordaram totalmente com a decisão, de abril de 2002, da comissão que estabelece a redemarcação da fronteira, o motivo da guerra entre ambas durante 1998-2000. A missão das Nações Unidas na Etiópia e Eritréia (UNMEE) monitorará as atividades dentro da zona temporária de segurança, de 25 km de extensão, estabelecida na Eritréia, até que a demarcação e a retirada das minas estejam completos. O Iêmen reafirmou seu direito tradicional de pesca nas ilhas cedidas à Eritréia sob determinação do ICJ.
	Etiópia	Os dois países, dirigidos por antigas frentes de libertação "irmãs", disputam entre si centenas de quilômetros quadrados na fronteira. Os combates, desde maio de 1998, causaram vários milhares de mortos. Eles começaram novamente em fevereiro deste ano, após várias tentativas de mediação sem resultado. A Eritréia aderiu, em princípio, ao plano de paz da OUA, em 27/02/99, após a derrota de suas tropas em Badmé. Centro de passagem para a heroína originária do sudoeste e sudeste da Ásia e destinada à Europa e a América do Norte, assim como para a cocaína destinada aos mercados no sul da África. Cultiva qat (khat) para uso local e exportação regional, principalmente para o Djbuti e a Somália (legal em todos os três países).
África do Nordeste (cont.)	Somália	O país, oito anos depois da queda do regime do general Siyad Barré, continua sendo um campo de batalha entre facções rivais. Ele não possui governo central. A Somalilândia, ao norte, proclamou sua independência. A região do noroeste segue o mesmo caminho. O processo de reconciliação continua em ponto morto. A maior parte da metade meridional da fronteira com a Etiópia é uma linha administrativa temporária. No Ogaden, os estados regionais mantém diversos tipos de relações conflitantes com o Governo de Transição Nacional, sediado em Mogadício, com as facções beligerantes na região de Puntland e a região dissidente e economicamente estável da "Somalilândia". O Djubi mantem laços econômicos e acordos de fronteira com a liderança da "Somalilândia", embora suporte politicamente o Governo de Transição Nacional da Somália, sediado em Mogadício. O contrabando de armas e as atividades dos rebeldes Oromo forçam o controle de fronteira rígido com o Quênia.
	Djibuti	Djbuti mantem laços econômicos e acordos de fronteira com a liderança da "Somalilândia", embora suporte politicamente o Governo de Transição Nacional, sediado em Mogadício.

Vale do Nilo	Egito	Ponto de passagem para a heroína e o ópio do sudoeste e sudeste da Ásia, destinados para a Europa, África e os Estados Unidos. Ponto de parada para os mensageiros nigerianos.
	Sudão	A guerra civil confronta, desde o início dos anos 80, o regime islâmico de Jartum e os rebeldes sulistas, que defendem a minoria animista ou cristã. Este conflito, um dos mais sangrentos do continente, com pelo menos 1 milhão de vítimas, causou fome no sul. O Sudão concordou, em 2002, em demarcar a fronteira inteira com a Etiópia. Tanto o Egito quanto o Sudão reivindicam a administração de áreas triangulares que se extendem de norte a sul na fronteira determinada pelo Acordo de 1899, ao longo do paralelo 22 (o "Triângulo Hala'ib" ao norte é o maior, com 20.580 km2). Em 2001, os dois países concordaram em discutir uma "área de integração" e retirar as forças militares das áreas em disputa. Desde os tempos coloniais, a fronteira administrativa do Quênia extendeu-se além da fronteira estabelecida no tratado para dentro do Sudão, criando o "Triângulo Ilemi".
África Sul-Tropical	Angola	O país, desde sua independência, em 1975, não conheceu mais do que 5 anos de uma paz precária. O tratado de Lusaka (1994) deveria ter posto fim aos 20 anos de conflitos, que já causaram meio milhão de mortes e deixaram um dos mais vastos campos minados do mundo. Desde janeiro de 1999, as forças governamentais e os rebeldes da UNITA recomeçaram a guerra. Quatro anos de esforços da ONU revelaram-se inúteis. Hoje, após a morte de Jonas Savimbi, existem condições reais para uma possível pacificação de Angola.
	Malavi	Malavi e Tanzânia mantém uma disputa quase sempre latente sobre a fronteira no Lago Niasa (Lago Malavi) e local atual da fronteira histórica do turbulento rio Songwe.
África Sul-Tropical (cont.)	Moçambique	Ponto de transferência localizado no sul da África para o haxixe e a heroína do sul da Ásia e para a cocaína da América do Sul, provavelmente destinados para os mercados da Europa e da África do Sul. Produtor de maconha (para consumo local) e metaqualone (exportada para a África do Sul).
	Zâmbia	Ponto de transferência para quantidades modestas de metaqualone, pequenas quantidades de heroína e cocaína destinadas para o Sul da África e possivelmente Europa. Centro regional de lavagem de dinheiro.
	Zimbábue	Ponto de trânsito para a maconha africana, a heroína, o mandrax e as metanfetaminas provenientes do sul da Ásia e destinados para os mercados da África do Sul e do Europeu.
África Austral	Botsuana	nenhum
	Lesoto	Os embates entre militares golpistas, tropas sul-africanas e de Botsuana causaram centenas de vítimas.
	Namíbia	nenhum

	República Sul-Africana	Ponto de transferência para a heroína, haxixe, maconha e possivelmente cocaína. O consumo de cocaína está crescendo. O maior mercado mundial do ilegal metaqualone, usualmente importado ilegalmente da Índia através de vários países do Leste da África. Cultivo ilegal de maconha.
	Suazilândia	Suazilândia continua a pressionar a África do Sul para que esta ceda as terras etnicamente povoadas pelos Suazi na região de Kangwane, situada na província de KualaZulu-Natal, que em passado remoto faziam parte do Reino Suazi.
Oceano Índico	Comoros	A ilha de Anjuan declarou sua secessão em agosto de 1997, embora sua "independência" não tenha sido reconhecida por nenhum governo. As tentativas para reintegrar a ilha ao seio de Comoros fracassaram. Duas facções armadas enfrentam-se na ilha desde dezembro de 1998. O país reinvidica Maiote, administrada pela França. A ilha de Anjuan (Nizuani) foi levada a se separar de Comoros depois de recente golpe militar.
	Madagascar	Produtor ilegal de maconha (variedades cultivadas e selvagens) utilizada principalmente para consumo doméstico. Ponto de transferência para heroína.
	Ilhas Maurício	Consumidor modesto e ponto de transferência da heroína do sul da Ásia. Pequenas quantidades de maconha são produzidas e consumidas localmente.
	Reunião	nenhum
	Seicheles	Reivindica o arquipélago de Chagos (Reino Unido - administrado pelo Território do Oceano Índico Britânico).

Fonte: The World Factbook (2002) e Geopolítica do Caos (1999).

3. Uma breve história dos conflitos que se sucederam a partir das independências ilustra o real dilema entre o otimismo e o pessimismo que vive a maioria dos estados nacionais africanos.

A independência começou a partir de 1960. O separatismo e os conflitos regionais triunfaram. Sem cair no panafricanismo, a dependência do exterior se ampliou com a guerra fria. Muitas das rebeliões não foram mais que conflitos ou delegação entre os Estados Unidos e a União Soviética. Alguns tentaram a solução marxista com o socialista revolucionário (Guiné, Tanzânia, Gana, Egito, Mali, Congo, Argélia), mas esses projetos derivaram normalmente em ditaduras individuais ou de partido único.

Na maioria dos casos perdurou o clientelismo em relação à antiga potência tutelar e a situação atual do continente é amplamente devedora da ordem política instaurada na época colonial: fronteiras traçadas em vazios relativos, predomínio do Islã até o norte e a partir de Sahel, censura entre os países anglófonos, francófonos e lusófonos; permanência da Zona Franca; persistência da gestão rentável das economias nacionais; importância dos espaços costeiros e das cidades em detrimento das zonas rurais.

Com a crise dos estados a violência ganhou terreno, caracterizando de maneira equivocada o conjunto do continente. Porém é certo que numerosos golpes de estados e rebeliões, ao criarem o caos, reduziram a ajuda ao desenvolvimento que foi substituída por atos meramente humanitários e tem causado desgastes nas relações com as entidades provedoras de fundos. As incertezas sobre o futuro do ex- Zaire e o caos do Congo-Brazzaville, se opõe, não obstante a emergência de novas polaridades em torno da Nigéria, África do Sul e Costa do Marfim. Ao mesmo tempo, a África do Norte, isolada do resto do continente pelo Saara, parece inscrever-se na órbita da Comunidade Européia.

Em nosso entendimento a revolução africana seguiu, para o bem ou para o mal, o curso da história da Argélia: breve euforia após a independência, instauração de partido único ou tomada de poder pelos militares, forte estatização da economia e ampla esperança de democratização, seguidas de uma restauração autoritária sobre um

fundo de crise de identidade e de violência. No futuro, a questão reside em se saber se o continente vai se inspirar ainda mais no exemplo sul-africano ou continuar com múltiplos focos de enfrentamento e instabilidade política, interna e regional.

Na África a guerra fria chegou a seu fim no ano da queda do muro de Berlim com assinatura, em dezembro de 1998, na sede da ONU, de acordos que permitiram o acesso da Namíbia à independência em troca da retirada das tropas cubanas de Angola. Desde então o fato sobressalente da evolução africana foi o surgimento de potências regionais e de estratégias políticas locais para preencher o vazio deixado pela retirada dos rivais da guerra fria e mais tarde da França, principal potência neocolonial.

O slogan - África para os africanos - se situa nesses fatos, servindo de senha do discurso de despedida aos ocidentais somente interessados no acesso às riquezas do subsolo(minerais e petróleo), e das matérias-primas agrícolas (madeira, café, cacau, algodão), assim como aos mercados de infra-estrutura e de telecomunicações.

Ao propor o comércio no lugar da ajuda, o mundo exterior converte o desenvolvimento da África em um problema interno que, como um paradoxo, acharia a sua solução na mundialização.

O nível mediador das relações bilaterais entre estados soberanos se dissolve, ao passo que a constituição de grandes conjuntos em escala mundial - fundamentalmente a União Européia, principal sócio comercial e provedor de fundos de ajudas – obriga as Áfricas a integrações regionais.

4. Os fatos apresentados nos quadros-resumos revelam que o número de democracias formais aumentaram em todo o continente africano, no entanto, essas taxas continuam sendo dominadas por falsos marcos, como a segurança de se ter "eleições multi-partidárias", restringidas enquanto liberdades substantivas são subestimadas. Fraudes pesadas, irregularidades processuais sérias, retiradas de partidos de oposição e boicotes tem persistido. Processos eleitorais manipulados, que pareciam projetados para assegurar vitória para titulares, continuam sendo uma fonte profunda de tensões e crises.

Durante 1998, a controvérsia relacionada à eleição conduziu a crises em Lesoto, Togo e Mali. Embora as peças principais da democracia tivessem sido instaladas pela região — haviam partidos políticos, eleições, parlamentos, ministérios da justiça, abundância de jornais e um número crescente de mídia eletrônica — a habilidade para assegurar o respeito pelos direitos humanos e o cumprimento da lei tem sido de difícil execução.

Em países como Angola, Burkina Fasso, Camarões, Chade, Costa do Marfim, Guiné Equatorial, Gabão, Gâmbia, Guiné Bissau, Quênia, Níger, Tanzânia, Togo, Zâmbia e Zimbábue, onde a paisagem política havia sido dominada historicamente por estruturas de partido único, um legado de controle político dominante, restrições para entrada e participação na vida política e regulamento excessivo persistem, até mesmo em países que já haviam superado o sistema de partido único. Promessas para tratar os competidores políticos em uma mesma base que os partidos hegemônicos é de valor prático limitado, e os partidos de oposição permanecem em desvantagem significativa. Países com um longo legado de controle estatal intrusivo requerem enorme esforço e benevolência para desembaraçar o emaranhado de leis e regulamentos que continuam a envolver a mídia e a sociedade civil e impedir a oposição política.

Há exceções para provar a regra. O processo de transição democrática na África do Sul exemplifica que a democracia representativa pode ser instalada a despeito das dificuldades e tensões internas. Embora o governo conduzido pelo Congresso Nacional Africano tenha falhado em agir efetivamente em algumas áreas, e tenha permanecido desordenadamente sensível à críticas, as principais reformas do sistema de justiça e de segurança continuam, assim como os esforços para aumentar o respeito pelos direitos de mulheres e crianças e aumentar o acesso à terra e à água, e, com menos sucesso, à educação. Existem outras histórias de sucesso. A democracia estável de Botsuana e Maurício resiste em meio às turbulências da região. No Senegal, uma combinação de incerteza política, insurreição e uma intervenção militar controversa em Guiné Bissau selou seu rumo e o país parece de alguma forma ter perdido seu status como líder regional. Os recém-democratizados, Benin, Gana, Malauí, Mali e Moçambique seguem seu curso, embora às vezes em uma estrada acidentada. Todas

essas histórias de sucesso analisadas em conjunto, constituem as reais balizas de esperança que podem servir de exemplo para o resto de África.

5. A linguagem da teoria dos jogos nos ajuda a entender o processo de construção do continente africano, bem como a lógica dos atores no mundo globalizado.[*] "

A matriz abaixo mostra a relação entre país colonizador e país colonizado com os diferentes momentos de sua história. Durante o período colonial o jogo é de reciprocidade entre a hegemonia do colonizador e a obediência do colonizado. A cooperação universal (C°, C°) é a estratégia dominante.

Após alguns anos de colonização passamos a ter duas possibilidades de equilíbrio (D°, C°) ou (C°, D°). Vale dizer, ora o colonizador deserta e impõe a sua vontade, ora o colonizado deserta e sofre as conseqüências da deserção. A história dos países está cheia de momentos que exemplificam essas duas situações.

Como resultado final, a lógica é da guerra(s) de independência quando ambos desertam (D°, D°).

País colonizado

País colonizador: C°	País colonizador: D°
C° , C°	C°, D°
D° , C°	D°, D°

[*] Hipóteses lógicas possíveis:
C° C° - Cooperação universal (Pareto Superior)
D° D°- Deserção universal (Sub-ótima)
C° D°- Cooperação unilateral
D° C°- Deserção unilateral

C°, C° Período colonial inicial. (solução – Pareto ótimo)

C°, D° Período colonial com equilíbrios instáveis. (ex.: jogo da galinha)

D°, C°

D°, D° Guerra(s) de independência. (ex.: jogo do dilema do prisioneiro)

Ainda do ponto de vista lógico, pode-se analisar o momento contemporâneo com estados nacionais independentes.

Relações Externas

País independente

Países limítrofes	C°	D°
C°	C°, C°	C°, D°
D°	D°, C°	D°, D°

Soluções possíveis do jogo:

a) Guerras de fronteiras (D^{∞}, D^{∞}), expressa a estratégia dominante do dilema do prisioneiro onde inúmeros exemplos contemporâneos marcam as Áfricas.

b) Possibilidade de ocorrer as soluções (C^{∞},D^{∞}) ou (D^{∞},C^{∞}). (ex.: jogo da galinha)

País independente

Grandes Potências e Organizações Internacionais	C°	D°
C°	C°, C°	C°, D°
D°	D°, C°	D°, D°

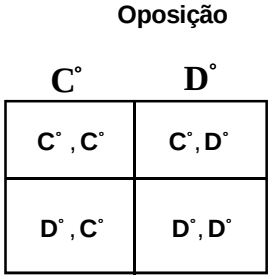
Soluções possíveis do jogo:

a) Possibilidade de cooperação no mundo moderno onde a estratégia dominante é (C^{∞},C^{∞}) – Pareto ótimo.

b) A globalização política em convivência com a violência armada e organizada pode produzir como resultado (C^{∞},D^{∞})/(D^{∞},C^{∞}).

Com o processo de globalização a possibilidade (D^{∞}, D^{∞}), tende a ser pouco provável

Relações Internas
(Países Democráticos parcialmente instáveis)



Soluções possíveis do jogo:

a) Possibilidade pouco remota (C∞, C∞): a história das Áfricas revela que a democracia é muito frágil e todos os governos são questionados pela oposição.

b) As opções (C∞, D∞) e (D∞, C∞) caracterizam a sístole e a diástole mais comuns das Áfricas contemporâneas.

c) A opção (D∞, D∞) é característica das guerras civis que também marcam o continente africano.

6. A conclusão que podemos extrair dos dados examinados a respeito da África contemporânea fortalece a tese de que o ideal da construção de um continente forjado pelas diversas organizações internacionais, como a Organização da Unidade Africana (OUA), ou mesmo pelas organizações não governamentais, encontra-se distante de sua plena realização. Os blocos regionais sucumbem às instabilidades políticas internas e às guerras de fronteira, ficando a democracia reduzida a uma formalidade sem significado real. Os regimes autoritários permanecem expressando a verdade histórica de que culturas políticas não podem ser implementadas como modelos acabados, importados do exterior, para nações sem o devido grau de desenvolvimento cultural, econômico e social. O desrespeito aos direitos humanos, assim como a crescente produção e consumo de drogas, são características adicionais da vida política africana. As Áfricas, assim como a América Latina, precisam entender que o processo de globalização ou de mundialização envolve acordos multilaterais que permitem o fortalecimento de todos os países em desenvolvimento.

Bibliografia

LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

ALBIÑANA, Antonio (Ed.). *Geopolítica do caos.Le Monde Diplomatic*, ed. Espanhola.Barcelona, Ed. Debate S. A ., 1999.

BAHIA, Luiz Henrique. *O Poder do Clientelismo. Raízes e Fundamentos da Troca Política*, Ed. Renovar, 2002.

DAHL, Robert. Polyarchy: *Participation and Opposition. New Haven*, Yale University Press, 1971.

FARREL, M. David. *Electoral systems. A comparative introduction.China*, palgrave, 2000.

FOUNOU-TCHUIGOUA, Bernard. *Crise africana. Alternativas. Lisboa*, Ed. Dinossauros, 1997.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). *Africa do Sul. Visões brasileira.* Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre Gusmão, 2000.

HELD, David; **MACGREW**, Anthony; **GOLDBLATT**, David; **PERRATON**, Jonathan. *Global Transformations. Stanford*, Stanford university Press, 1999.

LIJPHART, Arend. *Patterns of democracy*. New Haven and London, Yale Univers.Press, 1999.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Votos e partidos. Alamanaque de dados eleitorais*: Brasil e outros países. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, Faperj, 2002.

RELATÓRIOS E ANUÁRIOS

- **African Unification Front (AUF)**. At.: http:// www.africanfront.com/research.php

- **Amnesty International Report 2002 – Africa – regional summary**.

At.: http://web.amnesty.org/web/ar2002.nsf/regAFR/regAFR?OpenDocument

- **BBC News**. **Africa**. **Country profile**. At.: http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/africa/country_profiles/

- **BBC News**. **Africa**. **Timeline**. At.: http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/africa/

- **CIA - The World Factbook 2002**. At.: http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/so.html

- **Democratization. Tem map of freedom 1999**. At.: http://www.personal.psu.edu/users/d/a/das292/democratization.html

- **El estado del mundo**. Anuário econômico geopolítico mundial. Madrid, Ed. Akal, 2002.

- **Human Rights Watch World Report 2001: Africa Overview**. At.: http://www.hrw.org/wr2k1/africa/index.html

- **Relatório sobre o desenvolvimento humano. O Estado num mundo em transformação**. Washington, Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial, 1997.

- **World development Report 200/2001**. Attacking Poverty. Oxford, University Press, World Bank, 2000.

A Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD) no contexto internacional

José Flávio Sombra Saraiva

> "NEPAD means African leadership and African ownership. This is an idea Brazil wishes do commend and support."
>
> (Palavras do Chanceler Celso Lafer na Reunião Plenária de Alto Nível da 57 AGNU sobre a NEPAD. Nova Iorque, 16 de setembro de 2002)

Um Plano Marschall para a África?

A Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD) foi lançada ao contexto internacional, em Abuja (Nigéria), em outubro de 2001, em meio a declarações contundentes de Chefes de Estado e de Governo de todo o continente, a exporem convicções elevadas acerca do novo papel da África no início do século XXI. Ao reivindicarem a capacidade de construção do seu futuro, as lideranças africanas estavam atraindo para si a responsabilidade de superação do grau marginal de inserção ao qual o continente foi submetido na década de 1990. Buscar um lugar menos subsidiário na globalização pareceria ser o argumento central na seleção de talentos em torno do desenho da nova estratégia do continente.

Apresentado ao mundo como o novo caminho - mais sedimentado política, ideológica e culturalmente nas bases das sociedades africanas - a NEPAD não se confundiria, para seus formuladores, com experimentos anteriores como foram o Plano de Ação de Lagos de 1980 ou mesmo o Programa Africano de Recuperação Econômica de 1986. Teria a NEPAD um caráter novo, mais abrangente, a aproximá-lo ao Plano Marschall, de reedificação depois das guerras, de costura dos tecidos esgarçados da economia e da política africanas.

O primeiro parágrafo do documento oficial de apresentação da NEPAD, conforme sua redação indica, estabelece essa dimensão de responsabilidade das lideranças:

> "Esta Nova Parceria para o Desenvolvimento da África é uma promessa dos líderes africanos, baseada numa visão comum e numa convicção firme e partilhada de que eles têm a missão urgente de erradicar a pobreza e colocar os seus países, individual e coletivamente, na via do crescimento sustentável e do desenvolvimento e, ao mesmo tempo, de participarem ativamente na economia mundial e na vida política. O Programa é igualmente, baseado na determinação dos africanos de se livrarem a si próprios e o continente dos males do subdesenvolvimento e da exclusão num mundo em globalização."[1]

A avaliação do tempo histórico africano, na linguagem dos gestores da NEPAD, desemboca no empobrecimento - legado do colonialismo, da Guerra Fria e dos mecanismos do sistema econômico internacional, geratrizes das desigualdades estruturais do continente e das insuficiências nas políticas encetadas pela maioria dos Estados africanos modernos. A esse diagnóstico, nas hostes da teoria dependentista e das teorias críticas da economia política global, agrega-se aberta oposição à integração periférica da África pela via da provisão de mão-de-obra barata e de matérias-primas.

A culpabilidade dos fatores exógenos pelo atraso africano é amenizada, na linguagem dos teóricos da NEPAD, pela percepção de que houve também causalidades endógenas, gestadas no processo de formação do Estado nacional. Reconhece-se que, nos anos das independências, os Estados africanos estavam marcados pela falta de pessoal qualificado e pela fraca classe capitalista, o que teria resultado no enfraquecimento do processo de acumulação. O texto fala por si:

[1] NEPAD, documento oficial, 2001, introdução, parágrafo 1.

> "A África pós-colonial herdou estados fracos e economias disfuncionais que foram agravados ainda por uma liderança franca, pela corrupção e má-governança em muitos países. Esses dois fatores, conjugados às divisões causadas pela Guerra Fria, minaram o desenvolvimento de governos responsáveis em todo o continente."[2]

A esse diagnóstico - agregados outros fatores mais recentes como a incapacidade da África em tirar proveito do processo globalização e a ausência de instrumentos necessários para a injeção de fundos privados no processo produtivo africano – corresponde o desafio político das lideranças: a construção de um novo patamar para a inserção internacional do continente nas próximas décadas. Para avançar o desafio monumental necessários seriam, nas primeiras avaliações dos defensores da NEPAD, uma soma igualmente monumental. Volumes da de recursos da ordem de 12% do PIB da África, aproximadamente US$ 64 bilhões, cuja disponibilidade se faria especialmente por intermédio dos investimentos externos privados nas economias africanas, mas também pela via do cancelamento de dívidas, da assistência financeira direta do Ocidente, especialmente por operações via Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, bem como pelo aumento das exportações.

Tendo a democracia como seu eixo transversal, a NEPAD teria o objetivo-síntese, no campo da cidadania e da tranqüilidade social, de forma a ser instrumento para consolidar a democracia e de engendrar a adequada gestão econômica no continente. Para tal, as lideranças africanas estariam engajadas no envolvimento societal, na inclusão do povo no processo, na promessa de que, ao final do dia, a promoção da paz, da estabilidade, da democracia e do trato econômico eficiente sejam as marcas de uma nova África.

A idéia do envolvimento da sociedade civil é um ponto alto na formulação da NEPAD. À vontade política dos líderes deve corresponder a exortação das sociedade africanas, na "sua

[2] Idem, parágrafo 22.

diversidade", como explicitado no parágrafo 55 do texto oficial de 2001, no sentido de que se mobilizem para por fim à marginalização do continente.

Esses aspectos apenas reforças o esforço de protagonismo africano na gestação da NEPAD. O sentido de responsabilidade na construção do futuro, em tempos turbulentos com os de hoje, é o traço que une a diversidade de visões e interesses que presidem a iniciativa. O impacto do lançamento da NEPAD, no interior do continente, na abertura de uma debate público acerca da sua oportunidade e dos seus limites, vem animando a discussão em vários setores sociais, nos diferentes países.

Otimistas referem-se ao novo marco como uma reação construtiva das lideranças africanas em tempos difíceis. Pessimistas a classificam como apenas uma obra de retórica vazia ou um belo exercício de marketing político de lideranças africanas como aquela exercida pelo presidente sul-africano Thabo Mbeki, pelo presidente Wade, do Senegal, ou mesmo pelo presidente Obasanjo, da Nigéria. Outros acusam a NEPAD de, realizando um diagnóstico crítico acerca da causas do atraso africano, insistirem em saídas econômicas para o atraso por meio de medidas liberalizantes e privatistas a gerarem a própria ampliação do atraso.[3]

De qualquer forma, mesmo no ambiente das observações céticas de alguns setores internos das sociedades africanas e de analistas internacionais interessados nos assuntos africanos, o impacto da NEPAD na sociedade internacional se fez presente em diferentes formas e ocasiões desde o final de 2001.

Em certa medida, a NEPAD não viria a ser uma novidade extraordinária para aqueles que, dentro e fora do continente, vinham observando a movimentação das diplomacias africanas, especialmente da sul-africana, nigeriana, argelina, senegalesa e egípcia nos anos anteriores. Há mesmo uma forte contribuição de projetos anteriores - como o African Renaissance do final dos anos 1990, como os mais

[3] Ver, por exemplo, a leitura cautelosa em relação às possibilidades da NEPAD em DÖPCKE, Wolfgang, "Há salvação para a África? Thabo Mbeki e seu New Partnership for African Development", *Revista Brasileira de Política Internacional*, 45(1), 2002, pp. 146-155.

recentes Plano Omega, do Senegal, e o Millennium Partnership for the African Recovery Programme (MAP), da África do Sul, e da fusão de ambos no New African Initiative, bem como nas incursões da Comissão Econômica para a África (ECA) – no ensaio da construção gradual de um nova política de desenvolvimento para a África.

A NEPAD é, nesse sentido, tributária desse diálogo anterior, visível na Cúpula de Lusaka, de julho de 2001, na adoção da NAI como uma das estratégias africanas que levariam à conformação conceitual e empírica da presente NEPAD. Esse, em certa medida, foi o coração do compromisso político da Cúpula de Lusaka, diante seu papel aglutinador incontestável.

De outubro de 2001 ao presente, a NEPAD vem construindo seu próprio caminho, ainda que seu lançamento tenha coincidido com um ambiente internacional menos generoso do ponto de vista da oferta de pacotes internacionais de apoio ao desenvolvimento. As resultantes política do pós-11 de setembro, diante do deslocamento do eixo diplomático de temas sociais e de desenvolvimento para temas como o do combate ao terrorismo internacional tornaram a cena internacional mais egoísta e com menor permissibilidade ao encontro com projetos com as características da NEPAD. A contração econômica em vários países centrais, matrizes essenciais ao financiamento dos projetos da NEPAD, também agregou condicionalidades impertinentes à vontade política das elites africanas.

Assim mesmo, a NEPAD está sobre as mesas de discussão e vem despertando interesse internacional, inclusive no Brasil. Quase um ano depois de lançada, a iniciativa foi objeto de tratamento especial em sessão especialmente dedicada ao tema do desenvolvimento na África. Em Nova Iorque, no dia 16 de setembro de 2002, no contexto da Reunião Plenária de Alto Nível da Qüinqüagésima-sétima Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, o Brasil reconhecia como algo positivo, por meio do seu chanceler, a iniciativa africana:

> "NEPAD is one of these reasons for optimism. For it embodies the recognition that Africa itself holds the key to its own development.

> It is an African-born initiative based on a profound understanding of the daily realities of the continent. Moreover, it contains mutually reinforcing aspects that allow for the creation of a virtuous circle of socio-political inclusion, development and peace. NEPAD also offers new opportunities with regard to development assistance. Resources to support NEPAD could be usefully channeled through multilateral institutions to foster triangular as well as South-South cooperation."[4]

Um pouco depois, ainda no Brasil, uma primeira avaliação sistemática da NEPAP se fazia para um público mais amplo. No contexto do Seminário Internacional "Brasil e África: o lugar da NEPAD", no Auditório da Reitoria da Universidade de Brasília, em 22 de outubro de 2002, declarava o Embaixador da Nigéria, Joseph S. Egbuson, ao fazer sua convocação à participação do Brasil na iniciativa africana:

> "In turn we acknowledge an assertive agenda of closer ties with Afrcia in the throes of independence and the pragmatic tilt of the seventies and eighties as both sides were plagued by economic difficulties, uncertainty and adaptation. In this breath, we believe that Brasil should be participating actively in the African Continent recovery process symbolized in the New Partnership for African Development (NEPAD)."[5]

O entusiasmo com que as lideranças africanas, no continente e fora dele expressam o projeto da NEPAD, vem gerando, simultaneamente, uma extraordinária expectativa no seio da

[4] BRASIL-MRE, Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores na Reunião Plenária de Alto Nível da 57 AGNU sobre a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), Nova Iorque, 16 de setembro de 2002.

[5] EGBUSON, J. S. "Brazil and Africa: Opportunities and Challenges", Seminário Internacional Brasil e África: o lugar da NEPD. Universidade de Brasília, 22 de outurbro de 2002, p. 3.

comunidade internacional, em espaços não apenas governamentais, mas também de organizações não-governamentais e grupos organizados das sociedades. Esse sentido promissor pela iniciativa africana vem sendo reconhecido em várias ocasiões. Desde 2001, no contexto da Cúpula dos países do Grupo dos 8, em Gênova, os países fortes vêm promovendo esse reconhecimento. Da mesma forma, em 2002, tanto o Banco Mundial quanto o FMI vêm anotando positivamente os avanços africanos na NEPAD. Especialmente os aspectos atinentes a seu financiamento ganham força nas discussões dos foros multilaterais das Nações Unidas, como a UNCTAD, e no seio das instituições da tecnoburocracia internacional.

Programa de Ação: a NEPAD e a busca do desenvolvimento sustentável na África

Depois de três capítulos iniciais que tratam dos temas como a relação entre a pobreza e a prosperidade, a vontade política dos líderes africanos e o apelo aos povos africanos pelo engajamento na idéia da NEPAD, o coração do documento de Abuja é seu Programa de Ação. Visionário em sua missão, impetuoso em seus objetivos, audacioso em suas metas, o Programa de Ação sugere, na verdade, uma estratégia ampla, a incluir o roteiro prático de movimentos empíricos e conceituais no sentido da criação de condições para o desenvolvimento sustentável no continente, em bases capitalistas, associada à rede de interesses e de valores das sociedades complexas.

Os objetivos foram claramente postulados e traduzem a ambição política dos seus gestores: crescimento econômico de 7% anual durante os próximos 15 anos, a redução pela metade da taxa de pobreza absoluta até 2015 e a matrícula de todas as crianças nas escolas no mesmo período. Caracteriza o texto sua clareza, a apresentação escorreita e objetiva dos problemas e de suas formas de superação.

A NEPAD é apresentada como uma estratégia de longo prazo, mas a tratar dos problemas que afligem o continente no curto tempo, por meio de um caminho sustentável ao desenvolvimento, apropriado e dirigido pelos africanos. Prioridades estruturadas nos longo e médio

prazos se cruzam com as de curto prazo, nas mais diferentes áreas. O objetivo estratégico de longo prazo está claramente postulado:

> "Erradicar a pobreza em África e colocar os países africanos, individual e coletivamente, na via do crescimento e desenvolvimento sustentáveis e estancar, desta forma, a marginalização de que a África é objeto no processo de globalização."[6]

Curiosa e positivamente, de forma inédita em planos africanos de desenvolvimento, aparece o tema do gênero nos objetivos de longo prazo, em especial pela via da promoção do papel da mulher em todas as atividades. A esse objetivo estratégico se juntam metas específicas como a redução da mortalidade materna em três quartos até 2015 e o acesso para todos dos serviços da saúde de reprodução até a mesma data.

Para o alcance de seus objetivos, o Programa de Ação está ancorado em um tripé estratégico, a envolver:

- as condições para o desenvolvimento sustentável;

- as prioridades setoriais;

- a dimensão da mobilização de recursos.

No primeiro pé, para cada iniciativa específica – em campos como a paz e a segurança ou a democracia e a governança política – correspondem medidas concretas como a promoção de condições de longo prazo para o desenvolvimento e a segurança, a construção de capacidade das instituições africanas para tal desafio bem como a institucionalização dos compromissos para com os valores fundamentais da NEPAD. No âmbito da paz e da segurança, essas medidas se traduzem na busca de meios para fortalecer as instituições regionais e sub-regionais existentes, especialmente em quatro áreas, a saber:

- prevenção, gestão e resolução de conflito;

[6] NEPAD, documento oficial, 2001, parágrafo 67.

- instauração, manutenção e imposição da paz;

- reconciliação, reabilitação e reconstrução pós-conflito;

- combate a proliferação ilícita de armas pequenas, armas ligeiras e de minas anti-pessoal.

Os aspectos relativos à democracia e à governança política ganham relevo na NEPAD. Reconhece-se que o desenvolvimento não é possível na ausência de uma verdadeira democracia, respeito aos direitos humanos, à paz e ao bom governo. A NEPAD assume o respeito aos padrões mundiais da democracia e afiança o pluralismo político. Reconhece a necessidade de sistemas multi-partidários e dos sindicatos bem como a organização periódica de eleições abertas e democráticas. Bem sabem aqueles que militam nos estudos das instituições políticas africanas, dentro e fora da África, o quanto esse desafio é ainda longínquo nas paragens continentais, muito embora desejada por tantos africanos, do povo e da elite.

Para a consecução desse o objetivo, a NEPAD prevê o estímulo a cinco reformas institucionais como meios para a formação de talentos e de criatividade política na nova geração de líderes. São, a saber:

- serviços administrativos e civis;

- fortalecimento do controle parlamentar;

- promoção da participação na tomada de decisões;

- adoção de medidas efetivas para combater a corrupção e apropriação indevida de bens públicos;

- reformas judiciais.

O segundo conjunto de iniciativas desse primeiro pé da NEPAD relaciona-se à economia e ao Estado. Segundo os formuladores da NEPAD, para a garantia do desenvolvimento sustentável, o Estado ainda tem seu lugar. Está claro no texto oficial da NEPAD:

> "O Estado tem um papel muito importante a desempenhar no crescimento e

> desenvolvimento econômicos e na implementação dos programas de redução de pobreza." [7]

Cientes de que a realidade é bem diferente no continente, que na maioria dos casos os Estados africanos estão fragilizados não apenas por razões externas ou de erosão da capacidade dos Estados em geral na formulação de políticas públicas na área social, mas também por causas endógenas como a corrupção e o nepotismo, e que muitos países africanos não detêm capacidade para desempenhar um papel mais ativo nessa área, mesmo quando os recursos estão disponíveis; os formuladores do NEPAD vêm pondo ênfase na idéia de construção de capacidades com vista a melhorar a gestão econômica e financeira pública, bem como a chamada "governança corporativa".[8]

Daí as ações concretas previstas, algumas delas já em curso no ano de 2002, a saber:

- a formação de equipes de trabalho dos Ministérios das Finanças e dos Bancos Centrais dos países africanos, com responsabilidade e autonomia para a revisão das práticas nas áreas da economia e da governança corporativa, com a tarefa específica de sugerir formulações e recomendações acerca de padrões e códigos apropriados aos setores público e privado;

- a apresentação dessas recomendações ao Comitê de Implantação, constituído pelos Chefes de Estado, em prazo de seis meses a um ano;

---

[7] Idem, parágrafo 86. Vale lembrar que, nesse caso, o tema do combate à pobreza não é um assunto isolada da pauta internacional dos países africanos. O governo que tomará posse no Brasil no início de 2003 tem entre seus objetivos centrais o tema do combate à pobreza. A ênfase aos programas sociais vem sendo um ponto de convergência de vários dos governos da América Latina, com se observa na próxima liberação de mais de US$ 6 bilhões para o Brasil, de fundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para financiamento de programas sociais nos próximos anos . Como afirmou recentemente seu presidente Enrique Iglesias, "os programas sociais do novo governo coincidem com as preocupações do BID no combate à pobreza", apud *Correio Braziliense*, " BID elogia reconstituição do Mercosul", 3 de dezembro de 2002, p. 9.

[8] NEPAD, documento oficial, Abuja, 2001, parágrafos 86 a 88.

- o Comitê de Implantação dará alta prioridade ao tema da gestão das finanças públicas, a serem seguidas pelos países e avaliados os mesmos em tempo a ser estabelecido caso a caso;

- a mobilização de recursos, a cargo do Comitê de Implantação, no sentido da promoção de talentos aptos ao exercício da boa governança, por meio de estruturas sub-regionais e regionais existentes, de forma a racionalizar custos e aproveitar a capacidade instalada de organizações já em funcionamento.

Essas ações têm um objetivo muito claro, nas concepções que emanam dos formuladores da NEPAD: o de reduzir o fosso existente entre a África e os países desenvolvidos, a fim de melhorar a capacidade do continente de competir internacionalmente e permitir sua participação no processo de globalização.[9]

Um segundo base do tripé estratégico do Programa de Ação corresponde ao campo das iniciativas específicas em campos precisos a articular, conceitualmente, os princípios políticos e econômicos do primeiro pé. São prioridades setoriais apresentadas em torno de 7 unidades interligadas, a saber:

- a redução do *gap* de infra-estrutura, especialmente no campo das tecnologias de informação e de comunicação (TICs);

- o investimento no desenvolvimento de recursos humanos, a incluir o combate à pobreza e à fuga de cérebros;

- a ação no campo da saúde e na superação do fosso educacional;

- a mobilização da agricultura e contra os entraves às exportações africanas;

- a iniciativa ambiental;

- a valorização da cultura não apenas como um enfeito de bolo;

- a promoção das plataformas científico-tecnológicas por meio das conexões transfronteiriças, particularmente na biotecnologia e nas ciências naturais.

[9] Idem, parágrafo, 95.

Cada uma dessas 7 unidades merece atenção especial na NEPAD, por meio do detalhamento de ações que são gradualmente apresentadas em cada áreas. No caso da infra-estrutura, o sentido amplo do termo é conferido ao texto oficial da NEPAD, desde as estradas, rodoviárias, aeroportos, portos, ferrovias, vias navegação, água, saneamento, energia até aos meios das tecnologias da informação e da comunicação (TIC). Os objetivos nessa área são claramente apresentados em torno da melhoria do acesso, da disponibilidade e viabilidade dos serviços de infra-estrutura para responder às necessidades das empresas e da mobilização das populações; da promoção da cooperação e do comércio regional por meio do desenvolvimento de estruturas transfronteiriças; do incremento do investimento financeiro na infra-estrutura de forma a reduzir os riscos enfrentados pelos investidores privados; e da reunião de conhecimentos e capacidadaes adequadas na área de tecnologia e da engenharia com vista à instalação, manutenção e operação de redes "duras" de infra-estrutura na África.[10]

A ênfase dada à área de tecnologias de informação e comunicação (TICs) se justifica, segundo os formuladores da NEPAD, segundo a lógica de formação gradual de um mercado comum e de uma União Africana (UA), a beneficiarem-se essas iniciativas do acesso à revolução tecnológica da informação na consecução de seus objetivos estratégicos, além das facilidades de promoção do comércio intra-regional e da utilização das TICs como instrumentos para facilitar a própria comunicabilidade da África com o mundo, a dar mais densidade à vontade de aceleração da integração do continente à economia global.

Daí o elenco de objetivos, com prazos e metas definidas em torno dos seguintes pontos, a saber:

- duplicar a teledensidade para duas linhas por 100 pessoas até 2005, com um nível adequado de acesso às residências;

- baixar os custos e melhorar a qualidade dos serviços;

- aumentar a velocidade de acesso;

[10] Idem, parágrafo 102 e seguintes.

- investir na formação de jovens estudantes, por meio da qualificação na área das TIC, de engenheiros a programadores e especialistas em "software";

- desenvolver projeto de "software" com conteúdo local, adaptado às bases culturais africanas.

A iniciativa sobre o desenvolvimento dos recursos humanos, a incluir o combate à pobreza e à fuga de cérebros, também incorpora o tema da educação e da saúde. Nos dois primeiros casos, os objetivos se orientam na direção:

- da transversalidade do tema da pobreza em todos os programas e prioridades da NEPAD, tanto nas políticas macro-econômicas quanto nas políticas setoriais;

- da atenção especial à redução da pobreza entre as mulheres;

- da capacitação dos mais pobres nas estratégias de redução da pobreza, especialmente as mulheres;

- do apoio às estratégias de redução da pobreza no nível multilateral, em especial no âmbito das ações do Banco Mundial e na abordagem da Estratégia de Redução da Pobreza associada à iniciativa do perdão das dívidas dos HIPCs (Países pobres altamente endividados);

- da inversão da fuga de cérebros em "ganhos de cérebros";

- da criação de condições para para permanência, no continente, de capacidades em áreas essenciais e estratégicas para o desenvolvimento da África;

- da criação de canais de contatos para o aproveitamento dos conhecimentos dos africanos da diáspora no projeto de desenvolvimento do continente africano.

Ao concluir essa segunda parte do texto, ainda que parcial no que se refere à impressionante e abrangente proposta contida no encaminhamento da NEPAD, e mesmo consciente de que há outros capítulos essenciais na apresentação do 205 parágrafos que compõem

proposta – como aqueles atinentes à mobilização dos recursos, às iniciativas concernentes ao fluxo dos capitais e ao acesso a mercados, bem como das motivações da NEPAD de vincular a África a uma nova parceria global nutrida pelo estabelecimento de um inédito relacionamento com os países industrializados e organizações multilaterais – fica a impressão de que há certa originalidade no projeto e confiança na expressão de vontade legítima das lideranças africanas em por o continente em outro patamar do desenvolvimento.

A vontade de arrancar a África do estágio em que se encontra, pelo menos para uma possibilidade de desenvolvimento comparável aos níveis da América Latina, é a linha que perpassa a nova iniciativa africana. Apesar de grandiosa e visionária, ela é mais realista que o Plano de Lagos, como mais realista foi o Mercosul, em seu nascedouro, em relação a outros planos ambiciosos de integração no espaço latino-americano.

As intenções dos formuladores da NEPAD – se as de fazer da África mais uma vez o experimento de um novo ciclo de subordinação aos centros hegemônicos ou se as de incluir o continente na era da globalização pela via da valorização das suas possibilidades e potencialidades criativas próprias, a vislumbrar o avanço democrático, a distribuição da riqueza e a autonomia cidadã de suas populações – não posso julgá-las de forma apriorística.

Desejaria crer nas intenções e nas vontades políticas de cada chefe de Estado e de governo, de cada intelectual africano, de cada diplomata africano. Mas também desejaria crer que o discurso derrotista, tanto dentro da África quanto fora dela, tivesse um pouco mais de boa vontade para com o destino da África pois ela não terá seu *devir* endemicamente subordino à lógica da alienação.

O gesto das lideranças africanas pode ser lido de várias formas. Algumas dessas formas estarão disponíveis nas próprias leituras que se farão nesse seminário. A desse modesto analista da política internacional, há mais de duas décadas interessado nos temas africanos, é a de que sempre há possibilidades de reverter o ciclo de retração e desespero em favor do avanço e da esperança. Essa lição temos aprendido no Brasil, saindo de onde saímos, há apenas pouco mais de

cem anos da escravidão odiosa e das elites indiferentes. O futuro que um dia meus ancestrais desejaram para o Brasil também desejaria para a África. Daí o otimismo cauteloso que sugiro ser o melhor caminho de avaliação da NEPAD.

A NEPAD ainda terá que provar muita coisa. Contém dificuldades de origem. Os remédios para as doenças africanas podem não ser as melhores, mas há um caminho que está sendo trilhado e que não podemos ficar de fora, sob a pena de depois ser acusados de também contribuirmos a perpetuar as dificuldades do continente a qual estamos ligados de forma umbilical, nas formas que falamos, na maneira de nos encostarmos nas paredes, na fala, na forma de ser.

O Brasil e a NEPAD: entre a eqüidistância estratégica e o otimismo cauteloso

Os últimos parágrafos da parte anterior situam o espaço de reflexão do autor. Vejo pouca utilidade na eventual eqüidistância estratégica do Brasil em relação aos desdobramos da NEPAD. Já pagamos um elevado preço pelo silêncio prolongado nas relações atlânticas do Brasil. Não é ingênua a imaginação de que uma política africana, com uma área de interesse e de acompanhamento cooperativo da NEPAD, poderia ser posta em marca, apesar dos constrangimentos do momento, diante dos meios escassos, mas a superar o afastamento político e intelectual em relação ao outro lado do espaço do Atlântico Sul.

O ambiente que se descortina, ante da mudança de governo no Brasil a partir de janeiro de 2003 – mudança essa que certamente não implicará em transformações radicais nos caminhos bem traçados, historicamente, pela diplomacia de Estado do Brasil – é positivo para a realização de certas correções de rumo. A oportunidade para debater a NEPAD - no Parlamento nacional e nas universidades, no governo e nas empresas, para fazê-la mais conhecida, no contexto de uma gradual retomada de mais vida na política africana do Brasil - é ímpar e necessária.

Tem se deixado adormecer, lenta mas efetivamente, um cabedal interno de conhecimento sobre a África. Encantados alguns

formuladores de política exterior do Brasil pelos pólos do poder global, abandonaram eles uma das matrizes que confere identidade à inserção do Brasil no mundo: a relevante, estratégica, e que confere identidade, política africana do Brasil. A erosão do modelo universalista de inserção internacional do Brasil substituiu a África pelo Mercosul, quando o ideal teria sido manter a África e abrir a brecha do Mercosul. A história recente desse último processo de integração está a demonstrar, em sua dificuldades do momento, que teria sido necessária a permanência de um canal de comunicação mais vivo com os países ribeirinhos africanos.

Para tal teriam sido necessárias visões mais largas e generosas acerca das necessidades internas e das possibilidades abertas no plano externo. A retomada, nos últimos anos, mesmo sem explícito estímulo governamental, de uma crescente pauta comercial com os países africanos – como o que se verifica em relação à Nigéria (com a qual o Brasil chega à marca de quase US$ 1 bilhão de intercâmbio comercial nos últimos anos) – demonstra o quanto teria sido necessária manter uma plataforma de operação na região.

O retorno está sendo caro, do ponto de vista material, e ainda tíbio, sob o ângulo das vontades políticas envoltas no processo decisório. Algumas iniciativas, no âmbito da NEPAD, já foram tomadas, de forma positiva pelo Brasil e foram recentemente sublinhadas pelo chanceler Celso Lafer:

"Brazil has adopted, since 1996, a debt alleviation policy with regard to African countries that contributes to the success of initiatives such as NEPAD. In recent years, we have written off more than US$ 1 billion in debts in the hope of fostering, within our possibilities, development in Africa."[11]

Algo está sendo realizado pelo Brasil, mas ainda é insuficiente e empírico, sem uma dimensão estratégica e sem uma atitude concertada com a África. O lançamento de um gesto mais direto de ação nas paragens africanas é urgente e não deve ser apenas um ato de fé na africanidade brasileira, mas o resultado de dois cálculos: um político e outro econômico.

[11] BRASIL-MRE. Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores na Reunião Plenária de Alto Nível da 57 AGNU sobre a NEPAD. Nova Iorque, 16 de setembro de 2002.

Politicamente, uma política africana ativa serve para reforçar a idéia de que o Brasil ainda tem um projeto cooperativo Sul-Sul, em bases modernas, a engendrar alguma liderança nas novas rodadas de negociação de temas globais, na reformulação do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, na busca de parcerias estratégicas ao Sul. Uma política africana bem concertada com seus parceiros do outro lado, organizados agora em torno de projetos como o da NEPAD e da União Africana, pode constituir instrumento de barganha na vontade de reorientação do eixo diplomático de temas egoístas e pouco interesse para o Brasil – como o do terrorismo – para outros, mais construtivos e de interesse mútuo do Brasil e dos países da NEPAD, como o desenvolvimento sustentável e a cooperação Sul-Sul.

Do ponto de vista econômico, o relançamento de uma política africana serviria de elemento constitutivo no esforço do redesenho da inserção internacional do Brasil, em nítida crise de identidade. Em contraste com o modelo de inserção internacional marcado pelo triunfalismo liberal, que levou países vizinhos ao abismo político e civilizacional, a África serviria ao Brasil ao movimento de aproveitamento de brechas estruturais no financiamento internacional de projetos de desenvolvimento ao Sul e ao reforço de reconstrução de um modelo de inserção internacional de bases mais nacionais e voltado para o desenvolvimento interno sustentável, gerador de mais empregos para seus nacionais e mais produtivista que financista.

Essas revisões levariam, pelo menos, a quatro movimentos relevantes, com boa ressonância junto aos países do NEPAD, com possibilidades de reciprocidade e resultados conceituais, de prestígio; e práticos, de parcerias rentáveis com a África nas próximas décadas. São, a saber:

- a promoção de uma nova concepção no tratamento da política africana do Brasil, por meio da retomada da uma "política global para o continente" (embora não nos moldes da década de 1970 e 1980), mas a substituir o limitado enfoque das "opções seletivas", registro da década de 1990;[12]

[12] A crítica do modelo das "opções seletiva" na África foram por mim desenvolvidas em livro sobre a matéria: SARAIVA, José Flávio S. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira*. Brasília, Editora da UnB, 1996. Ver, no livro, seu capítulo 6: "A política africana dos anos 1990: opções seletivas", pp. 217-239.

- a criação de um grupo de contato estratégico direto do Brasil, a envolver não apenas diplomatas, mas os mais variados setores com experiência local, empresarial e intelectual na África, com os grupos estratégicos africanos e também internacionais que trabalham nos projetos da NEPAD, no sentido do enfileirar posições e contribuições mútuas no que se refere à exploração de "brechas estruturais" no processo de negociação de financiamentos a projetos a serem apreciados pela tecnoburocracia internacional;

· a valorização de uma dimensão infra-estrutural – no plano da inteligência, por meio do estímulo ao estudo acadêmico e aplicado acerca das novas possibilidades criadas na África por iniciativas como a NEPAD e a União Africana; e no plano material, por meio da forja de certa coalizão empresarial-governamental no sentido da exploração concertada de ações estratégicas, com resultados para os dois lados, em projetos de desenvolvimento na África

· a valorização gradual, por meio da aproximação política da concertação, dos distintos processos de integração sub-regionais em curso nos dois lados do Atlântico, em torno da idéia de um "espaço comum" (assemelhado ao que se vem buscando na América do Sul) – de relevância econômica, voltado para a celebração da paz e da democracia, mas igualmente de desenvolvimento social, econômico e político – no Atlântico Sul, de forma mais dinâmica e mais viva que a ZPCAS;[13]

Em outras palavras, na abordagem do Brasil em relação à NEPAD, comprometido com o Brasil, prefiro o otimismo cauteloso, de fins, e o ceticismo de método, ao pessimismo de fins. Essa é uma das pontes que nos ligam à África: a crença nas possibilidades de reconstruir a História, para fazê-la melhor em futuro não tão mediato.

[13] Esses pontos, e vários outros, estão mais desenvolvidos em artigo recentemente publicado: SARAIVA, José Flávio S. "A política externa de Lula: a dimensão africana", *Revista Brasileira de Política Internacional*, 45 (2), 2002, pp. 5-25.

O encontro estratégico: a União Africana, o Plano NEPAD e o novo discurso internacional

*Wolfgang Döpcke**

1. Introdução[1]

Na virada do século, surgiram dois amplos projetos estratégicos, que visavam abordar, de uma maneira radical e inovadora, tanto a inserção internacional africana e as relações intra-africanas quanto o desenvolvimento econômico e social do continente: a União Africana (UA) e o Plano "Nova Parceria para o Desenvolvimento da África" - NEPAD. A União Africana foi lançada no dia 9 de julho de 2002, em Durban, na África do Sul, como a sucessora da Organização de Unidade Africana (OUA), extinta nesta ocasião. O plano NEPAD foi apresentado em 2001 e cooptado pela cúpula de Chefes de Estado africanos em Lusaka, em julho deste ano, como a principal estratégia econômica do continente.

As duas iniciativas, ao se apresentarem como projetos genuinamente africanos para enfrentar os problemas atuais do continente, contribuíram para lançar a África, repentinamente, de volta às atenções da opinião pública e dos círculos governamentais no Ocidente. Quais são as origens destas duas iniciativas e quais as ligações e vínculos entre elas? Neste trabalho, argumenta-se que, embora ambos os projetos representassem inicialmente abordagens distintas, e até concorrentes entre si, eles experimentaram subseqüentemente um processo de aproximação que chegou a criar vínculos institucionais, mesmo sendo estes frágeis. Ademais, e muito

* Departamento de História-UnB.

[1] Este trabalho foi apresentado no Colóquio Relações Brasil-África, no Instituto Rio Branco no dia 5 de dezembro de 2002. O autor agradece as sugestões e críticas feitas pelos participantes deste evento, especialmente as pertinentes observações dos senhores Embaixadores Lahcene Moussaoui, da Argélia, e Mbulelo Rakwena, da República da África do Sul.

mais significativo, existe outra interface entre os dois projetos: o compromisso com a democracia, os direitos humanos e a boa governança, e as resultantes questões de ingerência no âmbito dos Estados africanos. Os dois projetos abandonaram, embora ainda com muita ambigüidade, os pressupostos consagrados da antiga Organização de Unidade Africana e o princípio chave das relações intra-africanas: aquele de absoluta soberania e de não-interferência no espaço político doméstico dos Estados. O compromisso assumido com os valores do novo discurso internacional e avanços na direção de permitir ingerência africana no continente representam um elemento verdadeiramente inovador dos dois projetos. Mas é também exatamente acerca deste assunto, como se argumenta neste trabalho, onde se articulam maiores resistências entre os Estados africanos, resistências que arriscam a realização de ambos os projetos ainda nas suas fases iniciais.

2. A União Africana

2.1. Da Organização de Unidade Africana à União Africana

A Organização de Unidade Africana, a predecessora da AU, foi fundada no dia 25 de maio de 1963, em Addis Abeba, e permaneceu inalterada na sua estrutura e nos seus objetivos declarados durante quase trinta anos.[2] O caminho da OUA para a UA teve seu início na década de 1990 e durou mais de dez anos. Mas, embora tivesse ficado evidente, especialmente depois do fim da bipolaridade mundial, de que o continentalismo africano tinha que se transformar para enfrentar os velhos e novos desafios do continente, somente em 1999 a idéia da criação de um órgão completamente novo ganhou forma concreta. Certas iniciativas de reforma do órgão existiram até antes disto. Já em 1986, com a adoção da Carta Africana sobre Direitos Humanos e dos Povos, e a criação de uma comissão para implementação de respectivas políticas, a OUA tinha reconhecido a necessidade de ampliar o seu escopo de atuação, postura que, entretanto, só existia no papel e que

[2] Todos os relevantes documentos da história da OUA, bem como aqueles da nova UA, se encontram no site: http://www.iss.co.za/African_facts/RegOrganisations/issnewcd.html. Outro site com documentos relevantes sobre a OAU, a UA e principalmente a primeira cúpula da organização em Durban é: http://www.au2002.gov.za/

não tinha nenhum impacto na prática da organização. As mudanças institucionais começaram em 1991, ainda esporadicamente e sem claro rumo definido. Neste ano, a crise de identidade que a OUA estava sofrendo há alguns anos, e a sensação da sua inutilidade, levou-a a um ato de puro desespero na cúpula de Abuja. Declarou-se, nesta ocasião, a fundação da Comunidade Econômica Africana, com o - plenamente não-realista - objetivo de realizar um mercado comum africano nos próximos 30 anos. Três anos depois, após a ratificação pelo número suficiente de países, este tratado entrou em vigor, porém somente no papel.[3]

O terceiro elemento de uma suposta reforma aconteceu com a adoção do Mecanismo para Prevenção, Administração e Solução de Conflitos na cúpula de 1993 em Cairo, abandonando, na teoria, a postura de passividade institucional em relação aos conflitos no continente. Mais uma vez, esta ampliação do espectro de atuação da organização não demonstrou nenhuma repercussão na prática e virou também letra morta. Mesmo assim, estas inovações no estatuto da OAU se integraram como elementos chaves na União Africana.

Os passos concretos de criação da UA iniciaram-se a partir de 1999, quando o Coronel Kadafi da Líbia, numa tentativa de quebrar o isolamento e as sanções que o seu país estava sofrendo em conseqüência do atentado contra a aeronave da PanAm sobre Lockerbie e de alcançar uma posição de destaque e liderança internacionalmente, que lhe foi negada no mundo árabe, descobriu o pan-africanismo como veículo das suas ambições. A cúpula da OUA em Argel em julho de 1999 aceitou um convite, feito pela Líbia, de realizar uma assembléia extraordinária para discutir uma reforma institucional da OAU. Nesta reunião em Sirte na Líbia, generosamente financiada, bem como outros eventos no caminho para a UA, por este país, Kadafi surpreendeu os presentes com a proposta de re-acordar os velhos sonhos do pan-africanismo e de levar a África no caminho para uma verdadeira união política e econômica. *União* ("union") em vez de *unidade* ("unity") passou a ser a direção do continentalismo africano de agora.

[3] http://www.oau-oua.org/: The African Economic Community. http://www.au2002.gov.za/, Documents and Speeches: Treaty establishing the African Economic Community (AEC).

A Declaração de Sirte (9.9.1999) foi aprovada e, a partir daí, o processo de criação da UA ganhou fôlego. Neste documento, já se encontram alguns dos principais objetivos e soluções institucionais da nova organização. Destacou-se a necessidade de um continentalismo africano revigorado para enfrentar tanto os desafios da inserção internacional do continente quanto os problemas que surgem entre os Estados africanos, como os conflitos armados. Recorreu-se aos instrumentos e instituições já estipulados no tratado sobre a Comunidade Econômica África de 1991 (Banco Central Africano, União Monetária Africana, Tribunal de Justiça Africano, Parlamento Pan-africano) e aos grupos de integração econômica regional para implementar a UA num período mais curto do que estava previsto no Tratado de Abuja.[4]

A cúpula de 2000 em Lomé, Togo, aprovou o Ato Constitutivo (*Constitutive Act of the African Union*) e em mais uma reunião extraordinária em Sirte, em março de 2001, foi formalmente decidida a criação da UA. Com a ratificação do Ato pela Nigéria - como o 36º. Estado assinante - no dia 26 de abril de 2001, a UA entrou legalmente em existência. A cúpula em Lusaka, em julho de 2001, discutiu sobre aspectos de implementação e decidiu adotar um processo de transição de um ano. Finalmente, a recente reunião dos Chefes de Estado em Durban, (8.-10.7.2002) não somente representou a primeira cúpula da nova organização, mas também acrescentou importantes alterações ao seu estatuto. Outro *input* institucional na UA veio da Conferência sobre Segurança, Estabilidade, Desenvolvimento e Cooperação na África (CSSDCA), o chamado "processo africano de Helsinki", que tem as suas origens intelectuais no início dos anos 1990 (Kampala Declaration) e que foi reativada dez anos mais tarde, quando se reuniu pela primeira vez a nível ministerial em Abuja em 2000.[5]

[4] http://www.au2002.gov.za/; Key documents. Official documents related to the OAU and AU process, OAU documents : Sirte Declaration, 9 Sep 1999.

[5] South Africa, Department of Foreign Affairs; Background on the African Union and the New African Initiative, http://www.gov.za/. Kornegay, F.; Beyond the OAU: Afican Union or Afro-Jamahiriya?, igd . . http://www.au2002.gov.za/; Key documents, Official documents related to the OAU and AU process. OAU documents: Sirte declaration, 9 Sep 1999. Addis Ababa Council of Ministers, Mar 2000 (Decision on Implementation of Sirte Declaration). Lomé Summit, Jul 2000 (Decision on the AU and PAP). Sirte Extra-Ordinary Summit Report and Decisions, Mar 2001. Lusaka Summit, Jul 2001 (Decision on the Implementation of the Sirte Summit Decision on the AU). AU Constitutive Act, 11 Jul 2000. PAP Protocol, 2 Mar 2001. Africa moves to launch a Conference on Security, Stability, Development & Co-operation in Africa (CSSDCA) (Kampala document).

2.2. Os princípios e a estrutura da União Africana

Quais são os princípios da nova organização e quais as diferenças em relação à predecessora? A UA não é nada mais do que a OUA com novas roupas, como se comentou na imprensa africana?[6]

Em termos dos objetivos declarados, a UA reafirma todos aqueles da extinta OUA - com exceção da erradicação de "todas as formas do colonialismo", tarefa que foi considerada como realizada -, e acrescenta novos itens que deveriam refletir tanto os novos desafios do continente africano quanto o novo discurso internacional e seus valores. Mantém-se, de um lado, a adesão ao princípio de soberania e não-interferência nos assuntos internos dos Estados africanos. De outro, atribui-se menos importância a este próprio princípio, na medida em que a UA se submete ao ideário do novo discurso internacional que condena governos não-democráticos e não-parlamentares.

Assim como a OUA, a União Africana define entre as suas prioridades a promoção de unidade e solidariedade entre os Estados africanos, a defesa da soberania, integridade territorial e independência destes, e a representação e defesa de posições africanas nos palcos da política internacional.

A UA supera a OUA, em termos de seus propósitos e finalidades, principalmente em três campos.[7] Em primeiro lugar, assume compromisso explícito com a promoção de instituições e princípios democráticos, participação popular, Estado de direito, *good governance*, justiça social, direitos humanos e igualdade entre os sexos. Condena e rejeita mudança de governos através de meios não-constitucionais. Em segundo lugar, atribui mais relevância à manutenção da paz, segurança e estabilidade no continente, destacando a proibição da utilização de força e ameaça nas relações interestaduais, enfatizando os princípios de co-existência pacífica de um lado, e promovendo maior cooperação na área de segurança - até a concepção de uma política de defesa

[6] "AU - the OAU in Disguise", Zimbabwe Independent (Harare), August 9, 2001.

[7] AU Constitutive Act, Lomé, 11 Jul 2000, art. 3 (objetivos) e art. 4 (princípios).

continental - de outro. Em terceiro lugar, redefine a natureza e o caráter da idéia de "unidade", compreendido agora como um veloz processo de crescente integração política e sócio-econômica, através da harmonização e coordenação entre os grupos de integração regional. De fato, *unidade* é substituída por *união* como objetivo do continentalismo africano.

Em termos institucionais, a União Africana difere fundamentalmente da extinta OUA. A nova estrutura, como observam os analistas, parece ser modelada no exemplo da União Européia atual e surpreende pela sua complexidade e pelo seu gigantismo. A UA prevê, no seu Ato Constitutivo, a criação de nove categorias de instituições. O órgão supremo é a Assembléia da União, composta pelos chefes de Estado e de governo, com amplos poderes para decidir sobre questões de grande relevância e princípio. Como segundo órgão, foi instituído o Conselho Executivo, uma reunião dos Ministros das Relações Internacionais. Este órgão deveria se reunir com mais freqüência que a Assembléia, e embora tenha poder de decisão sobre uma série de assuntos, mais técnicos do que políticos, responde à Assembléia como órgão decisório, e monitora a implementação das suas decisões. Subalterno ao Conselho Executivo, com a função de preparar o seu trabalho, foi prevista a criação de um Comitê Permanente de Representantes. O Ato Constitutivo prevê também a criação de sete Comitês Técnicos Especializados (CTEs), compostos por ministros ou outros nomeados e sendo subordinados ao Conselho Executivo. Além destes três órgãos, cujas prerrogativas já estão esboçadas, o Ato Constitutivo prevê a criação de cinco novos órgãos que, de um lado, representariam o cerne institucional da União, como veículo de integração, mas cujas funções e poderes, entretanto, ainda não foram inteiramente definidos. Estes são a Comissão, sendo o secretariado da União, o Parlamento Pan-africano, o Conselho Econômico, Social e Cultural, o Tribunal de Justiça, e as Instituições Financeiras (o Banco Africano, o Fundo Monetário Africano, o Banco de Investimento Africano).[8]

[8] AU Constitutive Act, Lomé, 11 Jul 2000, art. 5-22.

A esta estrutura já perfeita de integração a cúpula em Durban juntou mais duas instituições de suprema relevância: o Conselho de Paz e Segurança, órgão de segurança coletiva, e o *African Peer Review Mechanism* (APRM), instrumento trazido do Plano NEPAD para a UA, para automonitorar o desempenho governamental dos Estados africanos.

Portanto, em somente pouco mais de dois anos, e com pouco envolvimento das suas sociedades, os Estados africanos chegaram a criar, porém ainda somente "no papel", instituições de integração continental extremamente avançadas que ultrapassam em muitos aspectos aquelas da atual União Européia. Como se explica este repentino surto de integração continental?

2.3. Os momentos históricos do continentalismo africano: 1963 e 2002 comparados

Para entender melhor o significado da fundação da UA, vamos inicialmente comparar os dois momentos históricos do continentalismo africano: 1963 (criação da Organização de Unidade Africana) e 2002 (fundação da União Africana). Em 1963, quando a Organização de Unidade Africana foi inaugurada pelos 32 países africanos então independentes, dois conceitos diametralmente opostos se chocaram. Um destes foi a idéia de uma *união africana*, representado pelo ganês Nkrumah, que implicava o abandono da soberania dos Estados individuais e, com isto, a superação da *balkanização* do continente africano, herdada do colonialismo. O outro conceito manifestou-se na tendência, majoritária, de respeitar e fortalecer os Estados soberanos e de demonstrar unidade (*unity*) na coordenação e harmonização das políticas junto ao resto do mundo. Ambas as tendências invocaram a herança pan-africanista. Entretanto, a tendência hegemônica de *unidade* profundamente abandonou o ideário pan-africanista, enquanto no continentalismo de Nkrumah se misturaram a ortodoxia pan-africanista com objetivos oportunistas e pragmáticos.

O Pan-africanismo, como filosofia, pensamento e programa político tem as suas origens na diáspora negra, especialmente no Caribe

e na América do Norte, já no século XIX.[9] Era principalmente um fenômeno do mundo anglófono e, apesar de estabelecer vínculos ocasionais com o Brasil ou com a África francófona, sempre manteve este enfoque.[10] Não era também um movimento de massa, mas reuniu uma pequena elite intelectual na diáspora, na Europa e nas colônias da África Ocidental. O Pan-Africanismo tinha como um dos seus referenciais principais a união dos africanos, seja "racial", cultural ou no sofrimento como escravos, seres humanos discriminados ou sujeitos coloniais. Pensadores e ativistas, como Marcus Garvey em Nova York, consideraram a África como *home land* de todos os negros e sonhavam com a independência de toda a África e a criação dos "Estados Unidos da África", uma idéia que profundamente influenciou o líder nacionalista e primeiro Chefe de Estado de Gana, Kwame Nkruma.

Enquanto as primeiras manifestações do Pan-africanismo, desde o Primeiro Congresso Pan-africanista em 1900, referiam-se ao conjunto dos negros, seja na diáspora seja na própria África, o enfoque, e com isto o referencial da unidade, deslocou-se gradualmente para a África. Entre 1957, com a independência de Gana, e em 1963, ano da formação da Organização de Unidade Africana (OUA), o pan-africanismo entrou em uma nova fase. Estes cinco anos de relações interafricanas caracterizaram-se por muita volatilidade, tensão e múltiplas competições entre os Estados africanos recém-libertados. Nesta fase, estes Estados chegaram a se dividir em três blocos (que foram, na época, chamados de Estados radicais, moderados e conservadores).

O pensamento mais radical, representado pelo "Grupo de Casablanca" e liderado por Nkrumah, antecipou a UA de Durban: queria

[9] Veja: Asante, S.K.E. & Chanaiwa, D.: Pan-Africanism and regional integration, em: *UNESCO General History of Africa*, vol. VIII: Africa since 1935 (ed. A. Mazrui), cap. 24, pp. 724-744, Paris (UNESCO) 1993. Decraene, P.: *O Pan-Africanismo*, São Paulo (Difusão Européia do Livro) 1962. Geiss, I.: *The Pan-African Movement*, London (Methuen) 1968. Legum, C.: *Pan-Africanism: A Short Political Guide*, New York (F.A. Prager) 1962. Duffield, I.: Pan-Africanism since 1940, em: Crowder, M. (org.): *Cambridge History of Africa*, vol. 8, from 1940 to ca. 1975 (CUP) 1984. Chime, S.: The Organization of African Unity and African Boundaries, em: Widstrand, C.G. (org.); *African Boundary Problems*, Uppsala (The Scandinavian Institute of African Studies), 1969. Wallerstein, I.: *The Politics of Independence: an Interpretation of Modern African History*, New York, 1971. Esta parte é desenvolvida a partir de: Döpcke, W.; A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v.42, n.1, p.77-109, 1999.

[10] Nascimento, E.L.: *Pan-Africanismo na América do Sul*, Petrópolis (Vozes), 1981.

um Parlamento Interafricano, uma política exterior comum, um alto comando militar pan-africano, e um mercado africano comum, com moeda única e Banco Central.[11] Inicialmente, este pequeno grupo de Estados radicais enfrentou um maior conjunto de Estados conservadores, que consistia das 12 recém-independentes ex-colônias francesas, firmando-as sob o nome da instituição de cooperação funcional por eles formada (*Union Africaine et Malgache*, UAM), e também sob o nome da cidade (Brazzaville), onde se deu a segunda conferência deste grupo.

Os pontos principais de dissenso entre os dois grupos eram a política acerca da crise do Congo e da luta armada pela independência da Argélia. Mas, atrás destas divergências aparentes na política, existiam diferenças mais profundas sobre o caráter de inserção internacional dos novos Estados africanos e sobre suas relações com as ex-potências coloniais. Os Estados do grupo de Brazzaville seguiram uma política de colaboração, que baseava-se nos laços políticos, econômicos e culturais entre a França e as novas classes dirigentes da África.[12] Unidade africana para este grupo significava a cooperação entre Estados soberanos, o respeito absoluto ao *status quo* territorial e a adesão ao princípio de não-interferência na política interna dos países vizinhos. Mas, na prática política, as elites dos Estados conservadores não se deixavam guiar pela pureza ideológica, mas permitiam que o alinhamento internacional na bi-polaridade da Guerra Fria anulasse os princípios de anticolonialismo e de respeito à integridade territorial dos seus vizinhos, solenemente postulados na Carta da OUA. Estes Estados não somente *de fato* tomaram partido da França na luta anticolonial na Argélia, mas foram eles também que questionaram a integridade do Congo, mostrando uma atitude mais conciliatória junto ao regime separatista, mas pró-ocidente, de Tshombe em Katanga, e hesitando dar apoio inequívoco ao Primeiro ministro Lumumba.[13] Depois, em 1968, alguns Estados francófonos ainda apoiaram a secessão biafriana da Nigéria.

[11] Veja entre outros: Nkrumah, K.: *Africa must Unite*, New York 1963. Walraven, *op.cit*. Thompson, W. S.: *Ghana's Foreign Policy 1957-1966,* Princeton (Princeton UP), 1969.

[12] Veja: Walraven, *op.cit*.

[13] Touval, S.: *The Boundary Politics of Independent Africa*, Cambridge (Mass.), Havard Uni Press, 1972, p. 72.

O pequeno grupo dos Estados radicais ficou até mais isolado quando, em maio de 1961, os Estados moderados (entre eles Nigéria e Libéria) juntaram-se à UAM, formando o chamado Grupo de Monróvia.[14] O respeito ao *status quo* territorial e à não-interferência na política doméstica foram os pontos principais de consenso neste grupo. Nkrumah, com sua visão de um continentalismo radical, ficou crescentemente isolado. A posição pan-africana de rendição de parte da soberania dos Estados, em favor de um Governo em comum no continente, não recebeu apoio, nem de alguns Estados mais radicais como a Guiné.

O isolamento das posições pan-africanas radicais, junto com o encaminhamento dos conflitos na Argélia e no Congo e uma mudança na política do Ocidente acerca da secessão de Katanga, contribuiu para uma reconciliação e um *rapprochement* entre diversos Estados, culminando na formação da Organização de Unidade Africana (OUA) em 1963. O novo consenso sacrificou os últimos resíduos da tradição pan-africana. Ao contrário de afirmações românticas e da retórica da própria OUA, que inserem a organização na tradição do pensamento pan-africano[15], o sucesso da reconciliação entre os Estados dependia da rejeição dos princípios pan-africanos e da mútua reafirmação dos Estados africanos como autônomos, independentes e iguais membros do sistema internacional de Estados. A OUA, argumenta Walraven, não nasceu a partir das idéias do Pan-africanismo, "but expressed the drive for inter-African reconciliation and aspirations to a world role and equality of status with other state elites."[16]

A formação da OUA não somente representou uma clara rejeição da revisão das fronteiras coloniais por uma perspectiva de integração, mas também aceitou a "balkanização" do continente.[17] Como conseqüência, a OUA transformou-se no "sindicato" dos

[14] Para as resoluções dos encontros dos blocos veja: Apendix documentário de: Legum, *op.cit*.

[15] Ver entre outros: Touval, *Boundary Politics*, op.cit.

[16] Walraven, *op.cit*., p. 148. Walter Rodney, conceituado historiador da África, alerta sobre o fato de que a OAU representa a continuação do sistema colonial de divisão do continente africano: "The existing African régimes have helped create the illusion that the OAU represents the concretization of African unity. The OAU is the principle instrument which legitimizes the 40-odd mini-states visited upon us by colonialism.", citado em: Duffield, I.: Pan-Africanism since 1940, em: Crowder, M. (org.): *Cambridge History of Africa*, vol. 8, from 1940 to ca. 1975, CUP 1984, p. 117.

dirigentes africanos, como criticou o ex-Presidente de Tanzânia, J. Nyerere. Outros autores comparam a OUA com a Santa Aliança na Europa do início do século XIX.[18] A OUA abandonou o espírito rebelde do pan-africanismo e tornou-se um instrumento conservador de sobrevivência de regimes e das suas classes dirigentes. O tema principal da cúpula de Adis Abeba, da Carta da organização e da cúpula do Cairo, isto é, a defesa da soberania, da integridade territorial, da independência dos Estados africanos, e o princípio de não-interferência nos assuntos internos dos países - junto à renúncia radical da idéia de qualquer união supra-nacional - virou *raison d'être* do conjunto do Estados africanos durante os quase quarenta anos da existência da OUA. O resto era ou mera retórica (como as contínuas referências à herança pan-africanista), ou louváveis porém ineficazes posturas ideológicas (em relação ao colonialismo de Portugal e aos regimes do apartheid e da Rodésia), ou manifestações sem seriedade (como as diversas excursões para o campo da política econômica e do desenvolvimento).

Esta defesa decidida da soberania jurídica[19] dos Estados africanos trouxe certos benefícios na inserção internacional dos Estados africanos, especialmente, como argumenta Clapham, nos primeiros anos críticos depois da independência.[20] O desempenho pelo princípio de soberania absoluta, muitas vezes denominada de soberania *vestfaliana*,[21] articulava-se bem com o discurso internacional da Guerra Fria, cujos principais protagonistas apoiavam a manutenção do sistema de Estados africanos. Porém, os interesses das superpotências, bem como aqueles

[17] Proceedings of the Summit Conference of Independent African States, Addis Ababa, May 1963, citado em: Ajala, A.: The Nature of African Boundaries, em: *Afrika Spektrum*, 83, 1983, p. 184.

[18] Person, Y.: L'Afrique noire et ses frontières, em: *Revue française d'études politiques africaines*, 1972, p 18, 1972

[19] Para os conceitos de soberania jurídica repetitivamente empírica e a aplicação destes conceitos no contexto africano, veja: Jackson, R.H. & Rosberg, C.G.; *Sovereignty and Underdevelopment: Juridical Statehood in the African Crisis* , 1986. Clapham, Chr.; Rethinking African States, *African Security Review*, vol. 10, No. 3, 2001. Clapham, Christopher S.; *Africa and the International System: the Politics of State Survival*, Cambridge, CUP 1996. Para uma crítica deste conceito veja: Grovogui, S.N.; Sovereignty in Africa: Quasi-Statehood and Other Myths in International Theory, em: Dunn, K.C. & Shaw, T. (orgs.); *Africa's Challenge to International Relations Theory*, Basingstoke (Palgrave) 2001.

[20] Clapham, *Africa*, op.cit., p. 111.

dos Estados africanos na política regional ou como conseqüência de alinhamento, criaram vários momentos de abandono na prática dos princípios solenemente jurados. Além de nortear aspectos importantes nas relações intra-africanas, a OUA desempenhou também um papel relevante na representação do continente junto aos órgãos multilaterais e frente aos países ocidentais. Esta estratégia de harmonização da política exterior dos Estados africanos, estimulada e representada pela OUA, viveu seu apogeu nos anos 1970, quando o terceiro-mundismo politizado chegou a ter um certo impacto no sistema internacional.[22] Surpreendentemente, nos inúmeros discursos de despedida da OUA e da justificativa da necessidade de um novo órgão, não se fez referência a esta função fundamental da organização em torno do regime de soberania jurídica. Referiu-se principalmente ao fim do colonialismo na África e do regime do apartheid, reiterando que com isto a OAU teria alcançado o seu principal objetivo. É importante ressaltar que, embora o combate ao colonialismo e ao racismo tivesse sido destacado retoricamente entre os objetivos da OUA, a efetiva contribuição da organização pela libertação das colônias portuguesas, do Zimbábue, da Namíbia e da África do Sul foi, na prática, muito limitada. A ajuda mais significativa à luta anticolonial e antiapartheid foi o apoio diplomático dado pela OUA aos movimentos de libertação no sentido de elevá-los internacionalmente ao status de verdadeiros representantes dos povos dos seus países.

O momento histórico da criação da OUA em 1963 caracteriza-se, de um lado, pela importância da Guerra Fria e suas repercussões na política africana e pelas incertezas em torno dos Estados africanos recém-criados. De outro lado, o início dos anos 1960 distingue-se também por um profundo otimismo, tanto no que concerne ao futuro

[21] Soberania *vestfaliana*, embora pouco ligada ao próprio Tratado de Paz de Vestfalia de 1648, normalmente refere-se à norma internacional da exclusão de atores externos do território de um outro Estado e das suas estruturas de poder e autoridade. Ver entre outros: Krasner, St.; *Sovereignty. Organized Hypocracy*, Princeton UP 1999. É importante ressaltar que muitos autores rejeitam a idéia de que a noção de uma soberania absoluta teria historicamente guiado o sistema internacional. Argumentam que se trata de um mito, e que a ingerência em assuntos "internos" fazia parte das relações de poder e subjugação nas relações entre Estados. Assim, a relativização do conceito de soberania depois do fim da Guerra Fria representaria pouca novidade.

[22] Nweke, G.; *Harmonization of African Foreign Policies, 1955-1975: the Political Economy of African Diplomacy*, Boston (African Studies Centre) 1980. Krasner, St. D.; *Structural Conflict, The Third World Against Global Liberalism*, Berkeley, L.A., London (Uni of Cal. Press) 1985.

papel da África na comunidade internacional quanto no que se refere ao potencial desenvolvimento do continente. Porém, a adesão ao princípio de soberania absoluta e de não-interferência nos assuntos internos excluiu sistematicamente questões sobre a natureza do regime defendido e da sua legitimidade e garantiu a proteção internacional de todo tipo de regime autocrático no continente.

À primeira vista, o ambiente internacional no momento da criação da UA apresenta-se radicalmente diferente daquele dos anos 1960. Enquanto durante o período da Guerra Fria as contradições entre discurso e prática, e a sustentação de regimes não-democráticos pelo sistema de Estados africanos não provocaram muitos questionamentos nos altos escalões da política internacional, um novo discurso, valorizando democracia, direitos humanos e *good governance*, oriundo do ocidente após o fim da bipolaridade, exerce crescente pressão em cima dos Estados africanos. Esta insistência das potências ocidentais nos supostos novos valores de convivência mundial, embora não muito uniforme e consistente, representa - aliada à hegemonia do ideário neoliberal e às tendências econômicas, geralmente descritas pelo conceito de globalização - as novas determinantes da inserção internacional do continente africano. A isso junta-se uma profunda desilusão sobre o caminho da África nos últimos quarenta anos, seja no campo da sua inserção econômica e política (que se resume em marginalização), seja em relação ao seu desenvolvimento social e econômico e seus processos políticos. Ainda mais, parece que as tendências de democratização, seguindo o fim da Guerra Fria, encontram-se em estagnação.[23]

[23] O Human Development Report da FUND argumenta, que "while the long-term and recent trends have been impressive, the slight drop in measured democracy in Sub-Saharan Africa and South Asia in the second half of the 1990s reflects the fact that the "third wave" of democratization seems to have stalled. Of the 81 countries that have taken steps in democratization, only 47 are considered full democracies. Many others do not seem to be in transition to anything or have lapsed back into authoritarianism—or conflict, as in the Democratic Republic of Congo, Sierra Leone and others. This has been especially common in Sub-Saharan Africa and Central Asia. In Belarus, Cameroon, Togo, Uzbekistan and elsewhere, one-party states have allowed elections but ended up permitting only limited opening for political competition. Most of these "limited" democracies suffer from shallow political participation, where citizens have little trust in their governments and are disaffected from politics, or the countries are domin ated by a single powerful party or group despite formal elections." HUMAN DEVELOPMENT REPORT 2002. Deepening democracy in a fragmented world. Published for the United Nations Development Programme (UNDP), New York Oxford, Oxford University Press, 2002. p.15.

Entretanto, embora o ambiente mundial dos dois momentos da fundação da OUA e da UA, seja radicalmente distinto, e embora o otimismo sobre o futuro africano tivesse dado lugar a uma profunda desilusão e a um afro-pessimismo, observam-se certas semelhanças no que concerne às relações interafricanas.

Primeiro, em ambos os momentos, a questão do Congo e os conflitos referentes a esta região ficam no centro das preocupações dos Estados africanos. Da mesma maneira como a guerra, as intervenções e a secessão no Congo no início dos anos 1960 chegaram a condensar e simbolizar os perigos que os jovens Estados africanos enfrentaram depois das suas independências, o sistema cleptocrático do Zaire/RDC, a pilhagem e desintegração deste país, as múltiplas intervenções na guerra civil e as matanças em massa das populações chamam a atenção para os desafios do continente na época pós-Guerra Fria.

Em segundo lugar, nos dois momentos, penetraram assuntos de *hidden agendas* as questões de princípio. Embora exista, sem dúvida, uma grande diferença em termos da trajetória política, da convicção e do compromisso ideológico entre o Kwame Nkrumah e a sua luta pela União Africana no início dos anos 1960, de um lado, e a - surpreendente - dedicação pan-africanista do Coronel Kadafi no final da década dos anos 1990 de outro, observam-se muitos pontos em comum na atuação entre os dois estadistas. Ambos usam a idéia pan-africanista para se projetarem como lideranças na política africana continental. No caso de Nkrumah, o prestígio continental e a criação da imagem de um "salvador" da África, via pan-africanismo, vinculava a questão da legitimidade interna do regime à política exterior ganense. Ademais, a *hidden agenda* de Nkrumah incluía também itens muito concretos, como as reivindicações irredentistas contra o país vizinho de Togo. Enquanto, apesar desta *hidden agenda,* deve-se admitir a existência de uma certa consistência ideológica na postura política de Nkrumah. No caso de Kadafi, a manipulação e instrumentalização do ideário pan-africanista por objetivos alheios parece evidente. A Líbia tem recentemente investido pesadamente, em termos políticos e financeiros, na sua política africana e no projeto da UA.[24] Desde a cúpula extraordinária

[24] Huliarias, A.; Qadhafi's comeback: Libya and sub-Saharan Africa in the 1990s, in: *African Affairs*, 100, 2001, pp. 5-25.

da OUA em Sirte em 1999, a Líbia bancou diversos encontros continentais em prol da União Africana e comprou aliados, apoiando além de financeiramente, com infra-estrutura e assistência policial, as lutas pela sobrevivência no poder de vários regimes, principalmente na África Austral.[25] Construiu uma inteira "aldeia" no seu país para, supostamente, sediar permanentemente a UA e o parlamento pan-africano.[26]

A Líbia não dispõe de uma tradição pan-africana na sua política exterior e sempre buscou realizar os seus projetos de unidade ou união política no mundo árabe do Próximo Oriente e na África do Norte. Ademais, a política africana líbia, durante os últimos vinte anos, sistematicamente violou as letras e o espírito da OAU (por exemplo, no princípio da não-interferência) e desempenhou um papel obscuro e divisório, apoiando, muitas vezes, os regimes e movimentos mais sangrentos e ditatoriais do continente.[27] Da mesma forma, os valores assumidos e declarados pela UA (constitucionalidade, democracia, direitos humanos) chocam-se diretamente com a realidade interna do regime de Kadafi, um dos regimes mais autoritários do mundo atual. A nova política africana do regime líbio iniciou-se quando o mundo árabe e a Liga Árabe reagiram com muita reserva aos pedidos de apoiar o país contra as sanções decretadas pelas Nações Unidas a partir de 1992.[28] É evidente que o investimento pesado em prol dos ideais pan-africanistas, serve para a Líbia principalmente como instrumento com o objetivo de quebrar o isolamento internacional deste país em função do seu suposto envolvimento com atos terroristas e para satisfazer o aparentemente infatigável desejo do seu Chefe de Estado de se projetar como liderança internacional. Deveria servir também, como é mostrado adiante, como palco de um terceiro-mundismo renovado, na tentativa de transformar a briga entre a Líbia e os Estados do Ocidente em um conflito ideológico mais abrangente entre a África e estes Estados.

---

[25] The Chronicle (Malawi), 14.8.2001.

[26] Accra Mail, 8.7.2002.

[27] Ogunbadejo, O.; Qaddafi and Africa's International Relations, in: *Journal of Modern African Studies*, 24,1, pp. 33-68, 1986. Somerville, Keith, *Foreign military intervention in Africa*, London (Pinter) 1990.

[28] Huliarias, *op.cit*., p. 12.

Kadafi teve bastante êxito nesta estratégia. Ele não somente ganhou um amplo palco para suas encenações espetaculares em nome do continentalismo africano, especialmente na África Austral, mas conseguiu também extrair declarações de apoio e solidariedade africana nas suas brigas muito particulares com a comunidade internacional.[29] Porém, a tentativa líbia de tornar-se a liderança na UA, e supostamente sua luta pela presidência do novo órgão, foi interceptada muito habilmente pela África do Sul, país que ironicamente, sob a Presidência de Nelson Mandela, empenhou-se bastante para quebrar o cerco em torno da Líbia e reintegrar este país na comunidade de Estados.

Em terceiro lugar, em ambos os momentos históricos, a comunidade dos Estados africanos não se apresentava unânime sobre questões cruciais da inserção internacional do continente. Aí, fricções e tensões eram perceptíveis tanto entre Estados supostamente mais radicais e mais moderados, quanto entre os Estados anglófonos e francófonos. Entretanto, na ocasião da fundação da UA, o dissenso não se refere à questão unidade ou união (*unity* ou *union*), mas sublimemente ao significado prático destes princípios e à questão da ingerência africana.

As fricções entre os Estados anglófonos e francófonos da África, embora ainda visíveis no final do século XX, são articulados de forma menos virulenta do que na primeira década da independência africana. Na ocasião da fundação da UA, elas concentraram-se, de uma maneira difusa, na questão da liderança continental da África do Sul e do seu Presidente Mbeki, e, concretamente, em duas questões: na pessoa do diplomata Amara Essy e no reconhecimento e admissão ou não do governo de Marc Ravalomanana de Madagascar junto à UA.[30] Essy, um ex-secretário das relações internacionais da Costa do Marfim, tinha sido eleito como secretário-geral interino da OAU na cúpula de Lusaka em 2001. Apoiado por um forte lobby francófono, ele venceu os outros candidatos, depois de nada menos do que oito turnos de votação. Todas

[29] Decisions adopted by the Fifth Extraordinary Session of the Assembly of Heads of State and Government of the OAU/AEC, 1-2 March 2001, Sirte, Great Jamahiriya, EAHG/ Dec.1(V). Huliarias, op.cit.

[30] MFI/Radio France Internacional, 3.7.2002 (allAfrica.com); "Francophones, Anglophones: Going beyond old Divisions".

as tentativas sul-africanas na cúpula em Durban, de substituir Essy, fracassaram frente à postura firme da África ocidental francófona.[31]

O segundo item que causou tensão entre os blocos "lingüísticos", a atitude dos Estados africanos junto ao governo em Madagascar, é mais complexo. A administração de Ravalomanana afirmou-se depois de meses de conflito e tumultos, logo após as últimas eleições, contra o regime de Didier Ratsiraka como novo governo em Madagascar. Muitas tentativas de conciliação entre os dois lados por Estados africanos foram frustradas. Ravalomanana chegou a ser reconhecida pelas potências ocidentais, mas foi rejeitada como governo legítimo por muitos Estados africanos, sob a alegação de ter alcançado o poder de uma maneira "não-constitucional".[32] O presidente do Senegal, Wade, que tinha se empenhado na negociação de um acordo entre os dois partidos de Madagascar, esforçou-se bastante em Durban para que o novo regime de Ravalomanana fosse reconhecido pela UA. A Nigéria, principalmente, se opôs, sob o argumento de que a nova ética, embutida no ato constitutivo da UA, poderia barrar da organização regimes que chegaram ao poder com meios "não-constitucionais". Acusou o Senegal de seguir as ordens da França e relembrou os Estados africanos no sentido de atender os interesses do continente, em vez daqueles das ex-potências coloniais. Na réplica, o Presidente Wade acusou os líderes dos países africanos anglófonos de representar - em vez da África - o "C*ommonwealth* e a Igreja Anglicana".[33] O Presidente Wade perdeu esta briga, muito embora os seus adversários tenham oferecido uma solução viável para o impasse em Madagascar.

3. O surgimento do Plano NEPAD

Entretanto, semelhante ao momento da fundação da OUA em 1963, quando os Estados conservadores anglófonos e francófonos aliaram-se para rejeitar as propostas radicais de Gana, o choque dos blocos

[31] allAfrica.com, 11.7.2201. Financial Gazette (Harare), 11.7.2002. MFI/Radio France Internacional, 3.7.2002 (allAfrica.com); "Francophones, Anglophones: Going beyond old Divisions".

[32] The Herald (Harare); "Obasanjo Dresses Down Senegalese Leader at AU", 12.7.2002.

[33] allAfrica.com, "AU Summit Closes on Uncertain Note", 10.7.2002. Mail & Guardian, "A Babelaas for Africa", 12.7.2002.

lingüísticos em Durban foi transcendido e atenuado por uma fricção mais significativa, que refere-se principalmente ao modo e aos termos da inserção internacional da África no mundo pós-Guerra Fria. Estas diferenças manifestam-se tanto em relação à UA quanto ao plano *New Partnership for African Development* – NEPAD. Embora as duas iniciativas tenham origens bem distintas, elas aproximaram-se nos últimos dois anos: a NEPAD virou uma espécie de plano "oficial" de desenvolvimento da UA, e algumas instituições da NEPAD, como o sistema de "peer review", vão ser adotadas pela UA. A NEPAD e a UA avançaram juntas como os principais instrumentos e instituições de inserção da continente africano no ambiente internacional pós-Guerra Fria.

A NEPAD tem as suas raízes principalmente na África do Sul.[34] Surgiu sob o nome de "African Renaissance", como conceito norteador da nova política africana da África do Sul. No final dos anos 1990, Mbeki chegou a concretizar a filosofia da *African Renaissance* num plano de desenvolvimento continental, intitulado *Millennium Partnership for the African Recovery Programme* – MAP.[35] Associaram-se ainda à MAP os Presidentes da Nigéria, Obasanjo, e da Argélia, Bouteflika e do Egito, Mubarak, transformando-a numa iniciativa multilateral, ancorada nos principais pólos de poder do continente.

Simultaneamente, o Presidente Wade do Senegal, também um dos líderes reconhecidos da África, tinha desenvolvido seu próprio plano para o desenvolvimento continental, intitulado de *Omega Plan.*[36] Para terminar a concorrência entre os dois planos e as fricções diplomáticas decorrentes, eles foram fundidos em um, batizado agora de *New African Initiative* – NAI.[37] A reunião dos Chefes de Estados

[34] Para NEPAD ver: Döpcke, W.; A África e seu salvador? A *New Partnership for African Development* de Thabo Mbeki, *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 45, 2002.

[35] United Nations Economic Commission for Africa; Compact for African Recovery. Operationalising the Millennium Partnership for the African Recovery Programme, Addis Ababa, 20.4.2001. O site da United Nations Economic Commission for Africa oferece os textos integrais de todos os planos: http://www.uneca.org/

[36] Republic of Senegal. One People – One Goal – One Faith. Omega Plan for Africa. Prepared by H.E. Mr. Abdoulaye Wade, s.d.

[37] Republic of South Africa, Department of Foreign Affairs; A New African Initiative: Merger of the Millennium Partnership for African Recovery Programme (MAP) and Omega Plan, julho de 2001. Embora trate-se formalmente de uma mesclagem dos dois planos, o texto da *New African Initiative* reflete principalmente as idéias e as formulações da MAP sulafricana.

africanos em Lusaka em julho de 2001 adotou formalmente a *New African Initiative*, inaugurando-a como a principal estratégia da futura UA, em tempos de globalização, para recuperar economicamente o continente e redefinir sua inserção internacional, especificamente as relações de assistência financeira com o Ocidente. Daqui para frente, o plano foi novamente batizado, mas sem mudar muito o conteúdo, como *New Partnership for African Development* – NEPAD.[38]

Institucionalmente, o plano progrediu também desde o seu lançamento. Ganhou um Secretariado (sediado na África do Sul), um Comitê Dirigente, um Comitê de Implementação, composto por 15 Chefes de Estado (agora sendo 20), e cinco grupos de tarefa (cada um chefiado por um país africano) para identificar e implementar projetos nas cinco áreas de enfoque do plano: segurança e paz; governabilidade econômica; infra-estrutura; padrões financeiros e bancários; agricultura e acesso aos mercados.

O plano foi recebido com aplausos e elogiado principalmente pelos governos ocidentais, as Instituições Financeiras Internacionais e a maioria dos governos africanos. O plano é visionário, corajoso e com metas bem audaciosas: busca alcançar, entre muitos outros objetivos, um crescimento econômico de 7% anual durante os próximos 15 anos para o continente africano, a redução pela metade da taxa de pobreza absoluta até 2015 e a matrícula de todas as crianças em escolas primárias no mesmo período.

Com a *African Renaisssance* e a NEPAD os seus inventores pretendem recuperar a iniciativa no discurso da inserção internacional do continente, iniciativa que havia sido perdida nos anos 1980 juntos às instituições financeiras, aos governos ocidentais e também a atores não-estatais, como as ONGs. A NEPAD conseguiu isto de forma muito impressionante. A ofensiva diplomática de Mbeki dentro de pouco tempo catapultou a NEPAD nos palcos internacionais e agora influencia profundamente o discurso internacional sobre o continente. Porém, este destaque inicial e o surpreendente sucesso no marketing do plano estão severamente ameaçados pela recente confusão, vindo da África do Sul, sobre o *African Peer Review Mechanism* (veja abaixo). Ademais, a

[38] New Partnership for African Development – NEPAD, Abuja, outubro de 2001

NEPAD não somente se apresenta como proposta africana, mas também, explicitamente, como uma iniciativa de Chefes de Governo africanos, negociada com os Chefes de Governo do Norte, tentando, assim, recuperar a legitimidade dos Estados e dos seus dirigentes de conceituar e dominar o processo político e o discurso da inserção internacional.

O plano NEPAD está sujeito a numerosas avaliações e profundas críticas, principalmente pelos intelectuais e pelos movimentos sociais e as ONGs dentro e fora da África. Surgiu, dentro de pouco tempo, um amplíssimo e muito frutífero debate sobre o plano, com posições diversas que são comentadas em outro lugar.[39] Na nossa opinião, o plano apresenta-se como um verdadeiro ser híbrido - reúne um discurso radical africanista, que localiza a miséria africana na sua integração na economia mundial e sua exploração pelo Ocidente com uma receita liberal ortodoxa, que pleiteia em favor da intensificação do *nexus* com o mercado internacional, aceitando as regras do jogo, enfocadas em cima dos países pobres. Considera a globalização como inevitável e não a questiona. Aceita plenamente o discurso hegemônico liberal da globalização e o integra à sua proposta. Embora a NEPAD seja comemorada como uma resposta genuinamente africana ao desafio da globalização, trata-se na realidade de uma "africanização" das propostas liberais ocidentais. A mesma apropriação do novo discurso internacional hegemônico é perceptível em relação ao conjunto de valores políticos/sociais como democracia, direitos humanos e *good governance*.

Em termos de medidas concretas e prioridades setoriais, bem como nos primeiros projetos conceituados, o plano revela-se como algo muito convencional, recorrendo em grosso modo a muitos objetivos da política de desenvolvimento das décadas passadas. Apresenta um amplíssimo leque de "prioridades", que vão desde as questões de gênero até educação. O plano de curto prazo, sem dúvida, destaca a infraestrutura como prioridade.

---

[39] Döpcke, W.; A África e seu salvador? A *New Partnership for African Development* de Thabo Mbeki, *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 45, 2002.

4. A União Africana e o Plano NEPAD - o encontro

A União Africana e o Plano NEPAD surgiram em contextos bem distintos e coexistiram, durante algum tempo, lado a lado. Foi uma coexistência não muito pacífica e não sem tensões. As bases filosóficas e políticas dos dois projetos, bem como os seus principais protagonistas, representavam inicialmente pólos opostos. Através dos dois projetos encaminhou-se, por certo tempo, uma competição pela liderança no continente. A NEPAD representaria, neste encontro tenso, o caminho de associação, sem questionamento, às tendências hegemônicas no mundo pós-Guerra Fria. No projeto da União Africana, estavam embutidos, inicialmente, momentos de um terceiro-mundismo revigorado, momentos de formação de bloco para *enfrentar* a hegemonia ocidental e suas ideologias. Não por acaso, a idéia da União Africana partiu da Líbia, enquanto a África do Sul, Nigéria e Senegal tornaram-se protagonistas do Plano NEPAD.

Ademais, os dois projetos tinham escopos diferentes: enquanto a UA era, por princípio, continental e tratava todos os Estados africanos igualmente, o Plano NEPAD, embora *potencialmente* continental, condicionava a adesão a claros critérios de compromisso com valores políticos e éticos e, assim, era mais excludente. Mas, no decorrer da sua evolução programática, os dois projetos aproximaram-se: o da União Africana tornou-se mais específico, pelo menos em nível programático e declamatório, com os valores do novo discurso internacional, enquanto o Plano NEPAD abriu-se na prática a todos os países africanos, tentando baixar, *de facto*, os critérios de participação.

O compromisso com os valores do novo discurso internacional, embora já presente no Ato Constitutivo da UA, fortaleceu-se na medida em que países mais abertos a estes valores, como a África do Sul, conseguiram neutralizar a influência líbia no processo de formação da União e assumir uma postura de liderança. A migração geográfica das últimas cúpulas, reuniões e das primeiras instituições da União Africana, do norte da África para a África do Sul e a Nigéria, simboliza esta deslocação do centro de poder da União. De outro lado, o Plano NEPAD abriu-se em função da política sul-africana de superação da oposição através de uma política de cooptação, e devido à supremacia

da idéia de unidade entre os Estados africanos no pensamento de Presidente Mbeki, fato que dificulta na prática uma postura conflituosa de aplicação rígida de critérios e de exclusão. A ampliação do Comitê de Implantação de 15 para 20 Estados reflete esta política. Ademais, foi a abordagem afirmativa e rigorosa da política ocidental que obrigou os fundadores da NEPAD a abrirem o seu plano à dimensão continental. A maneira como o Ocidente insistiu em escolher as eleições em Zimbábue de março de 2002 como caso de teste para a NEPAD, inibiu, *a priori*, a limitação deste plano a um pequeno grupo de países mais "esclarecidos".

Em nível declamatório, o encontro entre as duas iniciativas foi mais decisivo. A cúpula de Lusaka em 2001 oficialmente levantou o Plano NEPAD ao *status* de uma iniciativa mandatária (*mandated initiative*) da União Africana. Daí, o plano chegou a ser caracterizado oficialmente como "instrumento" ou "programa" da UA.

Institucionalmente, os vínculos permanecem fracos. Trata-se, formalmente, de duas instituições absolutamente separadas, com processos de decisão individuais, a NEPAD sendo comandada pelo Comitê de Implantação e a União Africana pela Assembléia Geral e seus órgãos subalternos. Porém, embora a UA não tenha controle da NEPAD, esta deve apresentar relatório para a Assembléia da União. O Secretariado da União também está representado no Comitê Dirigente (*Steering Comitee*) da NEPAD.

Uma interface institucional mais forte está se construindo, embora contestada e questionada, através do *African Peer Review Mechanismo* (APRM). A primeira cúpula dos Chefes de Estado e do Governo da União Africana em Durban aprovou uma emenda ao Ato Constitutivo, sujeita à ratificação pelos Estados, adotando o APRM, instituição até então exclusivamente ligada à NEPAD, formalmente como instrumento da UA. Ademais, parece que o Presidente Mbeki agora quer ancorar o processo de monitoramento da governança política dos participantes na NEPAD na própria União Africana e suas instituições.[40]

[40] DECISION ON THE PROPOSED AMENDMENTS TO ARTICLES OF THE CONSTITUTIVE ACT OF THE AFRICAN UNION. The Assembly of Heads of State and Government of the African Union, meeting at its First Ordinary Session in Durban, 9 – 10 July 2002. DECLARATION ON THE IMPLEMENTATION OF THE NEW PARTNERSHIP FOR AFRICA'S DEVELOPMENT (NEPAD).

Se Mbeki conseguir implementar esta idéia, o que no momento não parece muito provável, devido à firme posição contrária pelos países G8, ameaçando a retirada do apoio financeiro ao plano, a integração das duas iniciativas avançaria bastante, deixando controle significante sobre a NEPAD nas mãos da UA. Mas, como é explicado adiante, trata-se de um processo aberto e, por enquanto, sem previsível resultado. De qualquer jeito, esta última etapa no encontro entre a NEPAD e a UA está acompanhada por uma forte retórica no sentido de visar a NEPAD como parte subalterna e dependente da AU. O Presidente Mbeki, numa carta bastante polêmica ao Primeiro Ministro do Canadá, Jean Chretien, como representante dos países G8, argumentou que: "The AU is the primary organisation that unites the people of Africa. Nepad is its socio-economic development programme. Accordingly, Nepad is not an organisation separate from and independent of the AU. It has been authorised by the AU in all its elements, including the peer-review mechanism. There is no way in which there can be a Nepad independent of and outside the AU, in as much there can be no socio-economic development programme covering the member states of the European Union (EU) independent of and outside the EU."[41]

Porém, a intervenção de Mbeki aponta para uma área onde o contato e a convergência temática entre as duas iniciativas são maiores: a questão dos valores do novo discurso internacional e da ingerência africana. Entretanto, estes assuntos são também os mais contestados entre os Estados africanos e encontram-se ainda longe de um consenso.

5. A interface temática: governança política e ingerência africana

5.1 O *African Peer Review Mechanism* do plano NEPAD

A fase final da apresentação internacional da NEPAD coincidiu com as eleições em Zimbábue no início de 2002 e com as graves violações de direitos humanos cometidos pelo regime de Mugabe na

[41] Carta de Presidente Mbeki ao Primeiro Ministro Chretien, 6/11/2002, citado em: The Herald (Harare), 19/11/2002.

sua luta pela vitória. O Ocidente questionou profundamente a seriedade dos Estados africanos no tocante a respeitar - e enfocar o respeito a - estes novos valores de democracia e *good governance*. Aumentou a pressão ocidental sob os Estados africanos para que uma postura mais clara de condenação d Zimbábue fosse demonstrada. O resultado destas pressões foi, de um lado, a suspensão do Zimbábue do *Commonwealth*, decidida pela África do Sul, Nigéria e Austrália. De outro lado, os Estados africanos, sendo confrontados pelas ingerências múltiplas do Ocidente em favor dos novos valores democráticos, optaram por "africanizar" também a ingerência democrática, para assim poder neutralizar as pressões ocidentais. Começou, aí, a longa saga de um instrumento de monitoramento político africano, o chamado de "African Peer Review Mechanism".

O APRM certamente é o instrumento conceitualmente ainda muito enigmático. Foi concebido como "voluntário" de "self-monitoring, [para] foster the adoption of policies, standards and practices that will lead to political stability, high economic growth, sustainable development and accelerated regional integration of the African continent."[42] O APRM, como inicialmente denominado, deveria ser chefiado por cinco a sete "pessoas eminentes" (*Eminente Persons*) de proveniência africana, sendo nomeadas, em princípio, pelos Governos dos Estados participantes neste monitoramento. Embora já tenham obtido os seus detalhes concretizados (por exemplo, dentro do contexto da AU, veja anexo 1), as decisões políticas chaves ainda não foram realizadas e estão sujeitas a muita polêmica.

Desde a decretação de sanções contra Zimbábue no início de 2002, da suspensão deste país do *Commonwealth* e da "africanização" do discurso dos princípios de direitos humanos, democracia e *good governance* na NEPAD, os regimes autocráticos do Zimbábue e da Líbia desembarcaram numa cruzada contra a NEPAD, plano que está sendo denunciado como um "veículo neocolonial dos paises imperialistas para explorar e subjugar" o continente africano.[43] Os dois países

[42] Communiqué of Third Meeting, Heads of State and Government Implementation Committee of the New Partnership for Africa's Development (NEPAD), 11 June 2002, Rome, Italy.

[43] "Europe Tries to Recolonise Africa Through Nepad", The Herald (Harare), OPINION, 23/4/2002.

vocalmente contrários às "condicionalidades" embutidas na NEPAD certamente expressam um sentimento mais popular entre vários outros Estados africanos.[44]

As críticas contra a NEPAD iniciaram-se com enfoque no suposto espírito econômico neoliberal deste plano, aproximando-se ao discurso crítico das ONGs os mesmos grupos que, aliás, costumeiramente são denunciados como agentes neocoloniais pelos dois regimes.[45] Durante a cúpula de Durban, os dois países foram mais restritos nas suas críticas e tentaram entrar no círculo interno da NEPAD, através do aumento do número de membros no Comitê de Implantação de 15 para 20.[46] Mas, logo em seguida, retomaram as vozes críticas, focalizando-se, nesta vez, nos verdadeiros itens de descontentamento. Numa visita a Havana, Mugabe denunciou os novos valores na agenda internacional como instrumentos de controle "neocolonial" pelo ocidente e reiterou que a África deveria rejeitar a NEPAD, se esta for condicionada à democracia e aos direitos humanos.[47] Mugabe caracterizou estes elementos polêmicos como "não africanos", criticou a NEPAD como sendo "não suficientemente africana" e alegou ter conseguido apoio entre Chefes de Estado da SADC para uma emenda do plano, a fim de que este refletisse verdadeira propriedade africana (*african ownership*). A África do Sul oficialmente rebateu a critica zimbabuana chamando-a de "nonsence".[48]

---

[44] A rejeição das "condicionalidades" democráticas por muitos países africanos está bem documentada nas posturas solidárias com Zimbábue, apesar das graves violações de direitos humanos cometidas por este regime, na ocasião da decretação de *smart sanctions* contra a elite deste país pela União Européia. Ver: Döpcke, W.; A dupla metamorfose do Robert Mugabe ou: as dimensões domésticas e internacionais das eleições em Zimbábue. *Correio Internacional*, 2002.

[45] "Nepad Risks Lives of African People", The Herald (Harare), OPINION, April 11, 2002. "'NEPAD a Project for Former Colonisers, Racists'", The Herald (Harare), June 18, 2002.

[46] "SA Loses Battle to Transform Africa"; Financial Gazette (Harare), EDITORIAL, July 11, 2002 .

[47] "Reject Conditional Aid From West, Says President", The Herald (Harare), July 19, 2002. "Africa is Moving On, But Zimbabwe is Not", Zimbabwe Independent (Harare), OPINION, July 26, 2002.

[48] "'Present Nepad Document Not African Enough', Says Minister of Foreign Affairs", The Herald (Harare), August 2, 2002. "Nepad Detractors Talking 'Nonsense' - SA", Zimbabwe Independent (Harare), August 9, 2002.

Logo depois, o embaixador do Zimbábue nos Estados Unidos, em uma declaração que foi interpretada como o reflexo da opinião de Mugabe, rejeitou plenamente "all political and ideological conditionalities" do plano NEPAD, caracterizando-o como "a mirage and at worst subversive of the liberty and independence of African states and the African Union (AU) itself." O embaixador atacou especialmente o *peer review mechanism*, o único instrumento da NEPAD para pressionar os Estados africanos em prol da observância a princípios democráticos e de *good governance*. O mecanismo criaria divisão e conflitos entre os Estados africanos e iria destruir a UA: "African states would fight other African states, while the rich nations fiddle in amusement".[49]

O continente africano está plenamente dividido nesta questão. Enquanto alguns países ofensivamente lançam-se como primeiros candidatos voluntários ao monitoramento (como Uganda e Gana)[50], outros concordam com as preocupações mugabistas. O "Peer Review" seria nobre, mais não praticável no contexto africano, argumenta, por exemplo, um jornal de Botsuana, refletindo a posição crítica do seu governo neste assunto: "Take Namibia for example. Can Botswana advise Sam Nujoma not to run for the fourth term? No. If we do, a war of words will erupt overnight. We shudder to think what could develop after the verbal exchanges. Who needs such trouble in an already trouble-ridden continent? Botswana does not need enemies. We survived this far because we did not interfere in anybody's affairs."[51]

---

[49] "Zimbabwe Says NEPAD Will Divide Africa", Business Day (Johannesburg), August 29, 2002. Ironicamente, pode ser acrescentado, que isto é exatamente o que está acontecendo em respeito ao Congo (DRC), onde o exército do Zimbábue está enfrentando tropas de outros Estados africanos, mas não com o objetivo de fazer valer princípios éticos como democracia ou direitos humanos.

[50] "Peer Review positive", New Vision (Kampala), 24/10/2002. Na última reunião em Abuja, Nigéria, no início de novembro de 2002, 12 países concordaram em serem submetidos a monitoramento do .APRM. "Nepad Perr Review: Why It Scares some Leaders", The Daily News (Harare) 7/11/2002. "Progress With Nepad Peer Review Mechanism", Agência de Informação de Moçambique, 4/11/2002.

[51] Mmegi/The Reporter (Gaborone), 8/11/2002.

Frente a esta oposição - percebida como uma ameaça implícita à união e solidariedade entre os Estados africanos[52] - e às dificuldades reais em implementar um instrumento tão inovador e quase singular no mundo contemporâneo[53] em um ambiente político que, até então, manteve os princípios de não interferir e de até não comentar a política interna de um país vizinho e de considerar como legítimo qualquer regime, independente da sua natureza, Mbeki recuou e implementou várias reviravoltas que provocaram tanto confusão quanto protestos duros por parte de países G8.

Em primeiro lugar, tentava-se escapar da questão crucial (se o APRM seria um instrumento de ingerência intra-africana e de "punição"[54]), dando declarações ambíguas sobre se a adesão ao APRM seria uma precondição da participação na NEPAD. Em segundo lugar, reiterou-se, já dentro do contexto da UA, que o APRM seria tanto voluntário quanto aceito por todos os Estados africanos. Em terceiro lugar, tentava-se quebrar o vínculo exclusivo entre o APRM e a NEPAD, transformando o mecanismo num instrumento da UA, sujeito a um processo mais "africano" e mais "consensual" do que na NEPAD. A primeira cúpula dos Chefes de Estado e do Governo da União Africana em Durban aprovou uma emenda ao Ato Constitutivo, adotando o APRM formalmente como instrumento da UA. A decisão acompanhou a ambigüidade acima explicada, reiterando, de um lado, a certeza de que os Estados africanos irão voluntariamente aceitar este instrumento de automonitoramento mas pedindo, de outro lado, exatamente esta adesão.[55]

---

[52] Existem interpretações que explicam as reviravoltas sul-africanas e a impressão que Mbeki teria perdido o controle sobre o processo da NEPAD e do APRM, pela campanha eleitoral na Nigéria, na qual o candidato à reeleição, Obasanjo, até então fiel parceiro de Mbeki, tenta ganhar perfil, criticando a suposta hegemonia sul-africana na NEPAD e UA.

"Mbeki's Volte-Face Has Battered Nepad", Mail & Guardian (Johannesburg) 7/11/2002.

[53] Ver por exemplo: Pagani, F.; Peer Review: A Tool for Co-Operation and Change, www.oecd.org.

[54] "Peer Review "not a Tool for Punishment", Sunday Times (Johannesburg), 3/11/2002.

[55] DECISION ON THE PROPOSED AMENDMENTS TO ARTICLES OF THE CONSTITUTIVE ACT OF THE AFRICAN UNION. The Assembly of Heads of State and Government of the African Union, meeting at its First Ordinary Session in Durban, 9

– 10 July 2002. DECLARATION ON THE IMPLEMENTATION OF THE NEW PARTNERSHIP FOR AFRICA'S DEVELOPMENT (NEPAD).

Finalmente, e mais recentemente, tentou-se desvincular o monitoramento da governança *política* da NEPAD e ancorá-la dentro da estrutura da AU. Isto deixaria a NEPAD com a governança econômica e corporativa e, assim, finalmente retira, na prática, itens como boa governança, democracia e direitos humanos da lista dos compromissos essenciais de participação na NEPAD. Este último *round* foi iniciado pelo pronunciamento do Vice-Ministro das Relações Exteriores da África do Sul, Aziz Pahad, que o monitoramento político seria excluído do APRM da NEPAD, contrariando diretamente pronunciamentos feitos pelo Vice-Presidente Zuma e por Wiseman Nkuhlo, conselheiro econômico de Mbeki e "homem forte" da NEPAD.[56] Dois dias mais tarde, Presidente Mbeki confirmou a leitura da NEPAD por Pahad, caracterizando a NEPAD como um programa econômico e de assistência financeira, que deveria se restringir a esta finalidade. Porém, seriam as instituições da UA que seriam competentes para monitorar a governança política[57], posição que foi reiterada pela reunião do Comitê de Implantação da NEPAD no início de novembro.[58]

Este pronunciamento do Presidente sul-africano, recebido como uma "bomba" por representantes dos países ocidentais[59], imediatamente provocou reações adversas, tanto do corpo diplomático ocidental, sediado em Joanesburgo, tanto do Primeiro Ministro canadense, Jean Chretien, representando os países G8, que tinham se comprometido, na sua reunião no Canadá neste ano, a apoiar a NEPAD com US $ 6 bilhões. Na sua carta a Mbeki, Chretien pediu esclarecimento sobre as declarações sul-africanas e teria ameaçado, indiretamente, a retirada de apoio financeiro da NEPAD, caso o APRM fosse controlado pela UA, ameaça que também surgiu rapidamente em outros contextos políticos.[60] A resposta dada por

[56] "Nepad's Political Peer Review Sows Confusion", Business Day (Johannesburg), 29/10/2002.

[57] "Pahad is Right Over Peer Review Mechanism: Mbeki", South African Press Association (Johannesburg), 30/10/2002. "No Political Peer Review, Says Mbeki", Business Day, 31/10/ 2002

[58] "Progress With Nepad Peer Review Mechanism", Agência de Informação de Moçambique, 4/11/2002.

[59] "Keeping the Show on the Road", Mail & Guardian, 1/11/2002.

[60] "Mbeki Fights to Calm G-8 Fears On Nepad Test", Business Day (Johannesburg), 18/11/2002. "Support for Nepad Blueprint May Be Weakened" UN Integrated Regional Information Networks, 20/11/2002. "Canada Insists On Peer Review for NEPAD", Business Day (Johannesburg), 20/11/2002.

Mbeki em forma de uma carta endereçada à Chretien ainda aumentou a irritação dos representantes ocidentais. Ela era muito vaga, não se referia claramente aos pontos questionados e chegou a ser criticada de *technocratic* até *absurd*.[61]

Entretanto, é clara a impressão de que Mbeki continua querendo localizar o APRM no âmbito da UA. A reação ocidental, dura em relação às explicações sul-africanas, inspirou mais uma variação do tema: o monitoramento, tanto político como econômico, aconteceria dentro das estruturas da NEPAD até que os mecanismos correspondentes da UA entrassem em funcionamento.[62]

Todo este episódio demonstra impressionantemente as dificuldades que existem a partir da complexidade da política africana no avanço na implementação continental dos valores do novo discurso internacional. O APRM, tanto como parte da NEPAD quanto como parte da UA, chegou a se atrapalhar entre os intricados da política africana, as promessas fácies do marketing da NEPAD e o pensamento inflexível e esquemático do ocidente nesta questão.

5.2 A UA e ingerência africana

O APRM não representa o único nem o mais dramático potencial instrumento de ingerência intra-africana. O segundo instrumento, criado no período crítico entre a cúpula de Sirte de setembro de 1999 e a Assembléia da UA em Durban em 2002, foi o chamado "Conselho de Paz e Segurança da União Africana" (CPS), modelado no mesmo Conselho das Nações Unidas, porém com prerrogativas diferentes. O Conselho africano reúne dois *inputs* distintos: primeiro, investidas no campo de prevenção e resolução de conflitos e, segundo, o discurso contra "mudanças não-constitucionais" de governo. Um predecessor do Conselho seria, segundo a noção de continuidade invocada pelos arquitetos da UA, o Mecanismo de Prevenção, Administração e

[61] "Suspicion of Nepad is Not Confined to the West", Business Day (Johannesburg), OPINION, 27/11/2002: Francis Kornegay.

[62] "Support for Nepad Blueprint May Be Weakened" UN Integrated Regional Information Networks, 20/11/2002.

Resolução de Conflitos, adotado na cúpula de 1993 em Cairo. Este instrumento dos anos 1990 ficou dormindo até que a cúpula de 2001, em Lusaka, decidiu incorporá-lo ao seu Órgão Central na Constituição da nova União Africana. Paralelamente, a OUA desenvolveu um "Framework for an OAU response to unconstitutional changes of Government" que foi formalmente adotado na cúpula de Lomé em julho de 2000. Preocupados pelo ressurgimento de golpes de Estado na política africana, os Chefes de Estado, reunidos em Lomé, elaboraram e aprovaram um memorável documento, segundo o qual a maioria dos governos africanos de então não deveria ser considerada como democraticamente legitimada.[63] Depois de caracterizar o que seria uma "mudança não-constitucional" de governo, o documento prescreve possíveis reações da comunidade dos Estados africanos junto ao infrator das regras democráticas, que vão da condenação verbal à possibilidade, porém não a obrigação, de decretar sanções.

Estas duas vertentes foram aglomeradas, depois da cúpula em Lusaka, em uma série de reuniões a nível administrativo e de *experts*. Daí surgiu a primeira versão do Protocolo sobre o CPS (*draft protocol*), que foi apresentada ao Conselho dos Ministros (do Exterior) da UA em Durban, discutida muito polemicamente e finalmente aprovada, com modificações, como emenda à Constituição da União Africana,

[63] Assembly of Heads of State and Government Thirty-sixth Ordinary Session/Fourth Ordinary Session of the AEC, 10 - 12 July, 2000 Lome, Togo, AHG/Decl. 1- 6 (XXXVI) AHG/St.1 – 3 (XXXVI). Declarations and Statements adopted by the Thirty-sixth Ordinary Session of the Assembly of Heads of State and Government and Fourth Ordinary Session of the AEC. como princípios de governo democrático na África foram definidos: "1. adoption of a democratic Constitution: its preparation, content and method of revision should be in conformity with generally acceptable principles of democracy. 2. respect for the Constitution and adherence to the provisions of the law and other legislative enactments adopted by Parliament. 3. separation of powers and independence of the judiciary. 4. promotion of political pluralism or any other form of participatory democracy and the role of the African civil society, including enhancing and ensuring gender balance in the political process. 5.the principle of democratic change and recognition of a role for the opposition. 6. organization of free and regular elections, in conformity with existing texts. 7. guarantee of freedom of expression and freedom of the press, including guaranteeing access to the media for all political stake-holders. 8. constitutional recognition of fundamental rights and freedoms in conformity with the Universal Declaration of Human Rights of 1948 and the African Charter on Human and Peoples' Rights of 1981. 9. guarantee and promotion of human rights."

sujeita a ratificação pelos Estados, na cúpula dos Chefes de Estado do mesmo evento.[64]

A filosofia do novo órgão de paz e segurança localiza-se na interface entre democracia, desenvolvimento e segurança coletiva. Seria um instrumento de endereçamento tanto dos conflitos entre os Estados e, em certos casos, dentro deles, quanto das questões de princípio de governo como democracia e direitos humanos. Os objetivos esboçados incluem a prevenção e solução de conflitos, a construção de paz e reconstrução pós-conflito, o combate ao terrorismo, uma política africana de defesa comum e a promoção de democracia, *good governance* e direitos humanos. O conselho seria composto por 15 membros, num sistema de nomeação, rotação e substituição complexa, e seria apoiado na execução do seu mandato pela Comissão da União Africana, por um Painel de Sábios (*Panel of the Wise*), um Sistema Continental de Alerta (*Continental Early Warning System*), uma Força Militar Permanente (*African Standby Force*) e um Fundo Especial (*Special Fund*) para financiar as atividades.[65]

O Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPS) será um órgão que reunirá duas qualidades: será um órgão executivo e de implementação de decisões da Assembléia de Chefes de Estado, mas lhe foram cedidos também poderes próprios. Poderá, por exemplo, recomendar à Assembléia a intervenção pela União Africana em um Estado, baseado no Art. 4º (b) do Ato Constitutivo ou implementar a Política de Defesa Comum da UA. De outro lado, tem poderes autônomos, que exerce junto com o Presidente da Comissão da UA, para decretar sanções contra um país que sofreu uma mudança não-constitucional de governo, montar missões de paz e conduzir uma

[64] Council of Ministers: Item 7: Report of the Draft Protocol relating to the establishment of the Peace and Security Council of the African Union – Doc. SP/CM/AU/6. ASSEMBLY OF THE AFRICAN UNION, First Ordinary Session, 9 – 10 July 2002, Durban, SOUTH AFRICA, ASS/AU/Dec. 1-8 (I), ASS/AU/Decl. 1-2 (I): DECISION ON THE PROPOSED AMENDMENTS TO ARTICLES OF THE CONSTITUTIVE ACT OF THE AFRICAN UNION. DECISION ON THE ESTABLISHMENT OF THE PEACE AND SECURITY COUNCIL OF THE AFRICAN UNION.

[65] Assembly of the African Union, First Ordinary Session: Protocol Relating to the Establishment of the Peace and Security Council of the African Union, 9 July, 2002, Durban, South Africa.

política de prevenção de conflitos, aparentemente sem precisar consultar a Assembléia da UA.[66] Além disto, o Protocolo que regula o estabelecimento do Conselho, concede a este, em vários momentos, o direito de tomar iniciativas próprias na execução do seu mandato.[67]

Outra competência do Conselho localiza-se em torno da Força Militar Africana (*African Standby Force*), uma espécie de exército permanente de rápida ação, utilizado para executar tarefas de criação e manutenção de paz, de monitoramento ou de intervenção segundo o Art. 4º (h) e (j) do Ato Constitutivo. O Conselho coordenará a composição e direcionará as atividades desta força militar africana.

6. Conclusão

Com a criação do Conselho, o desenho da integração continental da África se completa e aperfeiçoa. Em termos de concepção, a União Africana iguala-se aos "Estados Unidos da África", o sonho de Kwame Nkrumah do início dos anos 1960. A realização da União Africana lançaria a África, sendo na atualidade o continente economica e politicamente menos integrado, à posição de campeã de integração regional e continental. A União disporia da sua dimensão econômica (na forma da Comunidade Econômica Africana, decidida no Tratado de Abuja e reforçado na Cúpula em Sirte), dos seus braços legislativos (o Parlamento Pan-africano) e executivo (a Comissão, o Conselho Executivo e os Comitês Técnicos Especializados), do seu órgão de segurança coletiva (o Conselho de Paz e Segurança) e de seus instrumentos políticos de ingerência em prol de princípios éticos de governo. Seria o modelo mais avançado de integração regional e continental da atualidade, desenhado, aliás, para a região menos preparada e com o menor potencial para sua realização.

[66] Assembly of the African Union, First Ordinary Session: Protocol Relating to the Establishment of the Peace and Security Council of the African Union, Art. 7.1. 9 July, 2002, Durban, South Africa.

[67] "Por exemplo, Art. 9. 1, estipula: "1. The Peace and Security Council shall take initiatives and action it deems appropriate with regard to situations of potential conflict, as well as to those that have already developed into full-blown conflicts. The Peace and Security Council shall also take all measures that are required in order to prevent a conflict for which a settlement has already been reached from escalating."

Portanto, a maioria dos comentários sobre a União Africana destaca o caráter não-realista e até megalomaníaco da nova criação do continentalismo africano. Aponta-se a imensa brecha existente entre o desenho e aquilo que é considerado como realizável. Argumenta-se que se os quarenta anos da independência africana ensinassem uma lição esta seria a impossibilidade de superar, num sentido profundo, a divisão do espaço político, social e econômico, criado pela inserção dependente do continente no sistema internacional na época colonial e posteriormente. Detalhistas ainda alertam sobre a impossibilidade de financiar um empreendimento desta estrutura. Caracteriza-se, nestes comentários, a União Africana como um grande sonho para um futuro muito distante. É muito óbvio que estas avaliações têm razão. É bastante evidente que o desenho do novo órgão de integração continental, as idéias de uma união econômica, de um parlamento africano ou de um exército africano, não correspondem nem à capacidade atual do continente nem a um potencial futuramente imaginável. A União Africana é um verdadeiro castelo no ar e a questão da sua possível realização, pelo menos em completo, não deveria espalhar muita excitação.

Entretanto, resta a questão do *porquê*. Por que se cria, neste momento específico, uma imaginação tão distante de qualquer realidade? E por que os Estados africanos juram sobre princípios e idéias (como democracia, direitos humanos, ingerência intra-africana), fundamentalmente contrários à filosofia política e prática de governo de muitos destes? Por que um autocrata como Kadafi, - que desde assumiu o poder na Líbia em 1969, nunca permitiu eleições, nem uma oposição, nem uma imprensa livre - solenemente adere aos princípios democráticos da UA, e, além de tudo, compete pela sede do Parlamento Pan-africano? Como explica-se, por exemplo, o desempenho do Presidente de Togo, Eyadema, - cuja carreira política se destaca pela realização do primeiro golpe de Estado e do primeiro assassinato de um Presidente na África independente (em 1963), e que se mantém no poder sem interrupção desde 1967 -, em favor de democracia e contra "mudanças não-constitucionais" de governo? A mesma pergunta aplica-se ao seu colega Bongo, Presidente do Gabão, que também governa seu país desde 1967, e a muitos outros. Por que Robert Mugabe de

Zimbábue assinou em Durban os princípios éticos do novo discurso internacional, enquanto ao mesmo tempo o seu governo se recusa a emitir passaportes aos membros da oposição para impedir a participação deles no mesmo evento em Durban? Afinal, qual é o profundo significado desta imaginação de união africana?

Em primeiro lugar, é importante compreender a União Africana pelo processo da sua criação. Com o seu golpe de surpresa na cúpula em Sirte em 1999, e os recursos que o acompanharam, o Coronel Kadafi criou um *fait acompli*, ao qual os Estados mais céticos, como a África do Sul, somente podiam reagir com estratégias ou de retardação ou de captura do domínio de definição de conteúdo do órgão já estabelecido. O forte enfoque, ultimamente, nas questões da ética política, de mecanismos de ingerência e da aproximação da NEPAD com a UA, é resultado destas interferências de Estados mais comprometidas com a nova agenda internacional num processo que já estava em andamento.

Em segundo lugar, a União Africana, com o caráter ambíguo do seu Ato Constitucional, oferece muito espaço de interpretação dos seus verdadeiros objetivos. Países diferentes focalizam em objetivos distintos e desenvolvem perspectivas diferentes sobre o papel da União na sociedade internacional. Países como o Zimbábue ou a Líbia querem se apoiar na União no seu questionamento da nova agenda internacional e da ingerência ocidental nos países africanos. Para países com agenda "reformista", a União serve principalmente como veículo de inserção internacional, nos termos do novo discurso internacional.

Em terceiro lugar, ao contrário do que parece, a rejeição de "mudanças não-constitucionais" protegem os atuais detentores do poder, na medida em que estes conseguem se manter no poder, não abertamente rejeitando os princípios democráticos mas manipulando-os. A constituição da União Africana aceita e fortalece o *status quo* e não questiona como os atuais regimes africanos se instalaram no poder.

Em quarto lugar, a União africana representa uma tentativa de integração ao *mainstream* da nova agenda internacional, de declamar a valorização dos seus valores e receitas - seja no que concerne à política ou à economia -, mas sem perder o controle sobre as conseqüências

deste realinhamento ideológico. Líderes como Mbeki estão convencidos de que o único caminho da África para escapar da marginalização e da fundamental crise da sua inserção internacional seria a aceitação da nova agenda internacional, e preferem uma interiorização e *africanização* deste discurso à política ocidental de ingerência. Com a criação de instituições africanas de ingerências, pretende-se esvaziar e canalizar as pressões ocidentais para melhor poder controlar o significado, na prática, dos conceitos chaves deste discurso.

Neste campo, a UA e a NEPAD se encontram, e este primeiro encontro em torno de APRM revela toda complexidade de uma superficial aceitação do discurso internacional e de uma africanização da ingerência política. É bem possível que esta interiorização de um discurso, que até no Ocidente somente tem valor situacional e que cai no esquecimento quando interesses estratégicos são considerados superiores, traz mais problemas para a África do que soluções.

<u>Anexo 1</u>:

THE NEW PARTNERSHIP FOR AFRICA'S DEVELOPMENT (NEPAD)

THE AFRICAN PEER REVIEW MECHANISM (APRM)

1. The African Peer Review Mechanism (APRM) is an instrument voluntarily acceded to by Member States of the African Union as an African self–monitoring mechanism.

Mandate of the APRM

2. The mandate of the African Peer Review Mechanism is to ensure that the policies and practices of participating states conform to the agreed political, economic and corporate governance values, codes and standards contained in the Declaration on Democracy, Political, Economic and Corporate Governance. The APRM is the mutually agreed instrument for self-monitoring by the participating member governments.

Purpose of the APRM

3. The primary purpose of the APRM is to foster the adoption of policies, standards and practices that lead to political stability, high economic growth, sustainable development and accelerated sub-regional and continental economic integration through sharing of experiences and reinforcement of successful and best practice, including identifying deficiencies and assessing the needs for capacity building.

Principles of the APRM

4. Every review exercise carried out under the authority of the Mechanism must be technically competent, credible and free of political manipulation. These stipulations together constitute the core guiding principles of the Mechanism.

Participation in the African Peer Review Process

5. Participation in the process will be open to all member states of the African Union. After adoption of the Declaration on Democracy, Political, Economic and Corporate Governance by the African Union, countries wishing to participate in the APRM will notify the Chairman of the NEPAD Heads of State and Government Implementation Committee. This will entail an undertaking to submit to periodic peer reviews, as well as to facilitate such reviews, and be guided by agreed parameters for good political governance and good economic and corporate governance.

Leadership and Management Structure

6. It is proposed that the operations of the APRM be directed and managed by a Panel of between 5 and 7 Eminent Persons. The members of the Panel must be Africans who have distinguished themselves in careers that are considered relevant to the work of the APRM. In addition, members of the Panel must be persons of high moral stature and demonstrated commitment to the ideals of Pan Africanism.

7. Candidates for appointment to the Panel will be nominated by participating countries, shortlisted by a Committee of Ministers and appointed by Heads of State and Government of the participating countries. In addition to the criteria referred to above, the Heads of State and Government will ensure that the Panel has expertise in the

areas of political governance, macro-economic management, public financial management and corporate governance. The composition of the Panel will also reflect broad regional balance, gender equity and cultural diversity.

8. Members of the Panel will serve for up to 4 years and will retire by rotation.

9. One of the members of the Panel will be appointed Chairman by the Heads of State and Government of participating countries. The Chairperson will serve for a maximum period of 5 years. The criteria for appointment to the position of Chairperson will be the same as for other members of the Panel, except that the candidate will be a person with a proven leadership record in one of the following areas; Government, public administration, development and private sector.

10. The Panel will exercise the oversight function over the review process, in particular to ensure the integrity of the process. Its mission and duties will be outlined in a Charter, which will also spell out reporting arrangements to the Heads of State and Government of participating countries. The Charter will secure the independence, objectivity and integrity of the Panel.

11. The Secretariat may engage, with the approval of the Panel, the services of African experts and institutions that it considers competent and appropriate to act as its agents in the peer review process.

12. The Panel will be supported by a competent Secretariat that has both the technical capacity to undertake the analytical work that underpins the peer review process and also conforms to the principles of the APRM. The functions of the Secretariat will include; maintaining extensive database information on political and economic developments in all participating countries, preparation of background documents for the Peer Review Teams, proposing performance indicators and tracking performance of individual countries.

Periodicity and Types of Peer Review

13. At the point of formally acceding to the peer review process, each State should clearly define a time-bound Programme of Action for

implementing the Declaration on Democracy, Political, Economic and Corporate Governance, including periodic reviews.

14. There will be four types of reviews:

• The first country review is the base review that is carried out within eighteen months of a country becoming a member of the APRM process;

• Then there is a periodic review that takes place every two to four years;

• In addition to these, a member country can, for its own reasons, ask for a review that is not part of the periodically mandated reviews; and

• Early signs of impending political or economic crisis in a member country would also be sufficient cause for instituting a review. Such a review can be called for by participating Heads of State and Government in a spirit of helpfulness to the Government concerned.

APRM Process

15. The process will entail periodic reviews of the policies and practices of participating states to ascertain progress being made towards achieving mutually agreed goals and compliance with agreed political, economic and corporate governance values, codes and standards as outlined in the Declaration on Democracy, Political, Economic and Corporate Governance.

16. The peer review process will spur countries to consider seriously the impact of domestic policies, not only on internal political stability and economic growth, but also on neighboring countries. It will promote mutual accountability, as well as compliance with best practice.

17. Bearing in mind that African countries are at different levels of development, on joining the Mechanism, a country will be assessed (the base review) and a timetable (Programme of Action) for effecting progress towards achieving the agreed standards and goals must be drawn up by the state in question, taking into account the particular circumstances of that state.

Stages of the Peer Review Process

18. **Stage One** will involve a study of the political, economic and corporate governance and development environment in the country to be reviewed, based principally on up-to-date background documentation prepared by the APRM Secretariat and material provided by national, sub-regional, regional and international institutions.

19. In **Stage Two,** the Review Team will visit the country concerned where its priority order of business will be to carry out the widest possible range of consultations with the Government, officials, political parties, parliamentarians and representatives of civil society organizations (including the media, academia, trade unions, business, professional bodies).

20. **Stage Three** is the preparation of the Team's report. The report is prepared on the basis of the briefing material prepared by the APRM Secretariat and the information provided in-country by official and unofficial sources during the wide-ranging consultations and interactions with all stakeholders. The report must be measured against the applicable political, economic and corporate governance commitments made and the Programme of Action.

21. The Team's draft report is first discussed with the Government concerned. Those discussions will be designed to ensure the accuracy of the information and to provide the Government with an opportunity both to react to the Team's findings and to put forward its own views on how the identified shortcomings may be addressed. These responses of the Government will be appended to the Team's report.

22. The Team's report will need to be clear on a number of points in instances where problems are identified. Is there the will on the part of the Government to take the necessary decisions and measures to put right what is identified to be amiss? What resources are necessary to take corrective measures? How much of these can the Government itself provide and how much is to come from external sources? Given the necessary resources, how long will the process of rectification

take?

23. The **Fourth Stage** begins when the Team's report is submitted to the participating Heads of State and Government through the APRM Secretariat. The consideration and adoption of the final report by the participating Heads of State and Government, including their decision in this regard, marks the end of this stage.

24. If the Government of the country in question shows a demonstrable will to rectify the identified shortcomings, then it will be incumbent upon participating Governments to provide what assistance they can, as well as to urge donor governments and agencies also to come to the assistance of the country reviewed. However, if the necessary political will is not forthcoming from the Government, the participating states should first do everything practicable to engage it in constructive dialogue, offering in the process technical and other appropriate assistance. If dialogue proves unavailing, the participating Heads of State and Government may wish to put the Government on notice of their collective intention to proceed with appropriate measures by a given date. The interval should concentrate the mind of the Government and provide a further opportunity for addressing the identified shortcomings under a process of constructive dialogue. All considered, such measures should always be utilized as a last resort.

25. Six months after the report has been considered by the Heads of State and Government of the participating member countries, it should be formally and publicly tabled in key regional and sub-regional structures such as the Pan- African Parliament, the African Commission on Human and Peoples' Rights, the envisaged Peace and Security Council and the Economic, Social and Cultural Council (ECOSOCC) of the African Union. This constitutes the **Fifth and final stage** of the process.

Duration of the Peer Review

26. The duration of the review process per country should not be longer than six months, commencing on the date of the inception of Stage One up to the date the report is submitted for the consideration of the

Heads of State and Government.

Funding of the Peer Review Mechanism

27. Funding for the Mechanism will come from assessed contributions from participating member states.

Review of the APRM

28. To enhance its dynamism, the Conference of the participating countries will review the APRM once every five years.

Unpacking Nepad. Africa's knight or her eternal abyss

Mbulelo Rakwena

Introduction

I have taken the trouble to enquire on the requisite input for participation in a colloquium, and discovered that typically, seminal papers or monologues or any such submissions that may be charecterised as academic anchor both debate and discussion during an occasion such as this one of today. I am told that evangelical prophecies and zealous foot stomping registers a lower or nil return to one's cause. I am further enlightened that these surroundings, religiously bow and respond to an unflinching inquisition of robust intellectual rigor. Today's submission therefore makes basic assumptions, such as, that the audience that is here is sufficiently educated on what Nepad is all about. Secondly, that most people would have drawn from the sea of literature that is abundantly available on Nepad. It is fair to say in recent times, no development program has captured the imagination of the world quite to the same degree as this program has. My approach therefore today will be to focus primarily on three factors. Firstly, why the necessity for Nepad. Secondly, to discuss why partnerships are necessary and, thirdly, what would be the challenges facing Nepad and its future.

What is Nepad and what justifies its relevance?

NEPAD, an acronym for New Partnership for Africa's Development, is certainly not without history and background. Located in the requirement to seek a change to the manner in which Africa was being perceived, Africa's location in the international geo-politics, Africa's marginalization, Africa's fresh breed of leadership that was emerging in the continent, led to two documents which were fused together. These are the Millennium Partnership for African Recovery Program (MAP) and the OMEGA Plan. The merger of the two,

produced the New African Initiative (NAI). The Heads of State Implementation Committee (HSIC) finally canonized the policy framework in October 2001. The plan was then officially called NEPAD and was adopted at the launch of African Union in July 2002 as the development program.

In a nutshell, therefore Nepad is Africa' development program, that aims to change the current reality of the continent. It is a redefinition of relations with the world, a re-positioning and an establishment of new partnerships based on what Africa defines and deem critical for its survival. Its agenda is premised on the acknowledgement of a need to re-appraise and position priorities regarding its social, economic and political existence. It is an affirmation of its potential and its indispensable necessity to global politics and its economy. It is a paradigm shift that is inspired by a candid audit of its past. That audit reveals a path of colonial domination, racial oppression, neo liberalism, rampant theft, corruption and mismanagement by the new elite. It is a past whose countenance is too ugly to look at. African leaders felt the necessity to look into this past, for a people that never peeps into their past, have a tendency to trample into their present and spit into their future. This bold act, was to result in a firm commitment by African leaders to curse poverty and ensure that Africa makes progress in integrating the continent in the global economy.

Of importance also, has been the fact that Nepad is homegrown, it is not an imposition of those with ulterior motives, for that matter, even well meaning agents of change. This dimension is important and needs buttressing, for Africa's development record has not been without "expert advise" and involvement. It was after all with the motley of international "experts" that most programs were developed. Following the independence of many African countries it was with religious and perhaps zealous attention that African leaders would pay homage to developed countries for advise and a share of development aid. Loans were granted by and plans initiated by "reputable" international banks. These banks took over the financial and monetary institutions of most countries, advising on issues such as taxation regimes to the necessity or retaining or removing of exchange controls. Africa joined GATT and every other conceivable institution at the encouragement and

guidance of our experts, that is why we could be accounted for in the Kennedy Round of Negotiations, despite the fact that such was clearly inimical to our interests.

When the crunch came and failure was clear, none of the advisers and experts owned up to their advice. We carried the can alone. Perhaps A.M. Babu, an African scholar puts it more aptly:

> "Having relied on Western experts, whose experience was wholly metropolitan and whose background was entrepreneurial, we sought solutions to these urgent problems not for the reality of the situation but from business manuals. We deepened instead of limiting, the involvement of the masses in the world market, where they were most vulnerable. In other words, we integrated them deeper into a system, which had made them backward in the first place.
>
> We organized them to improve themselves, but to improve a business, a business over which they had no control, on the argument that, what was good for the business was good for the country. We measured progress not on the basis of how much the people ate, dressed and lived, but in terms of export performances and the balance of payments. We told people that they needed imports they must produce more, export more, earn more foreign exchange in order to import more. Foreign exchange was described as badly needed foreign currency. Before too long, the masses saw no real improvement in their living conditions. They still had to walk the same fifteen miles fifteen years after independence."

Own brew therefore is not only to ensure that in line with the imperatives of dialectical materialism, which demand that "appraisal of a situation must have its foundation on facts and be guided by existential reality", that we provide a guarantee that 45 years since Ghana, we do not have to walk 45 miles to draw water.

In case this comes to you as whipping the past and crusading on a high horse morale rectitude. I am told that between 1988-94, $2,4 billion was raised in Africa from the transfer of 550 state owned

companies to the private sector, compared with the $113 billion from privatization in developing countries as a whole. Given the fact that the sales were conducted outside the Stock Exchanges as only a handful in Africa have these, these transactions virtually declared bankruptcies and liquidations. The Francophone countries were most affected. The shenanigans of the French industrialists anticipated devaluation of the CFA franc, bought on credit assets in the profitable economic sectors (energy, telecommunications and water), leading to a situation where upon the actual devaluation the revenues that had been earned had lost value, much like trading the family silver for nothing.

The approach therefore is the one where Africa becomes a craftsman for her own development. The continent will seek to attract a higher level of foreign direct investment, increase market share in both production and exports. Nepad will encourage countries to revisit the strategy on exports. Countries will be encouraged to stop being net exporters of raw materials of their natural resources, rather, beneficiation and value added focus, through the promotion of a semi-manufacturing and manufacturing base will the new intervention and approach. According to the World Economic Watch, October 2001, the US Bureau of Economic Analysis, asserts that the rates of return on FDI's were higher in Africa in 2000, 19.5 % compared with 18,9% in the Middle East, 15,1 % in Asia –Pacific, 8,3 % in Latin America. However, the share of foreign direct investment flows or receipts in the same period is disproportional, whilst Latin America for instance gets almost $ 20 billion, Africa settled for $1.1billion. We have choices, we could bulk and like children throw our toys out of the cart and cry, or we can fold our sleeves and engage the investing community, foreign governments and partners to reverse the situation. Nepad has chosen the latter route.

Recognising that the region spends 15% of the total value of its exports on freight and insurance costs, compared with 8.5 % from comparable developing countries, infrastructure development and capacity building have become some of the key pillars of NEPAD. Dependable infrastructure and both human and resource capabilities will certainly position us to ensuring that the $135 billion capital flight recorded in 1991 for the continent is reversed. The program, seeks to

ensure that there is mobilization of higher levels of savings, to the order of 20%. Domestic investment is yet another point of emphasis.

To ensure that this is not just another of the hot fashionable plans around the block, this plan, is based on commitment by the leaders. Beyond this, the plan calls for ownership and involvement by the African peoples throughout the continent. Civil Society is encouraged to interact with the plan, to this degree it is small wonder that the plan has attracted the most robust criticism. There are those that have lambasted it as a white imperialist knight, bogus in form, seeking to ransack the last remnants of wealth that the scramble for Africa and the enduring colonization could not steal.

This program however, sets itself different to its predecessors in many ways. The relationship with the donors is being reappraised; the conditionalities for funding are a joint exercise of mutuality. The engagement of civil society is a major philosophical and ideological break with the past. It transfers accountability and transparent evaluation to civil society. No longer will "The African Leader" out of the benevolence and magnanimity of his heart, dole out handout and favors to kinship and friends. No longer will white elephant infrastructure projects, set up in remote areas, devoid of integrated development plan, except to service and oil, perhaps line the deep pocket of the leader and his unscrupulous development partner be the order of the day.

The strength of this program is also build in the following pillars for its critical success:

- Peer Review Mechanism
- Peace, Stability and Security
- Democracy and Good governance.
- Economic and corporate governance
- Human resource development
- Market Access

Let me now turn my attention to some popular myth that is doing the rounds in both intellectual and academic circles about the

inherent contradictions between the impossible wish list and the originality of own brewed product. Cynics and intellectual pessimists submit that for Nepad to pedestal the requisite annual flows to Africa in the next 15 years to $64 billion foreign direct investments and annual GDP growth of 4-7% is unrealistic and unattainable. They term this a ludicrous dream of a possessed man. This argument of course misses the point completely. These figure are indeed a quantification measure, designed to provide benchmarks and targets. In any planning, the desirable ideal is never omitted purely out of the daunting challenges of attaining those tasks or targets. This intellectual dishonesty can only pander to the whims of Afro pessimism that seek to engender a feeling of hopelessness and impotence in an African soul. It is an argument whose import is to recall the biblical reference in the book of Genesis, chapter 9, verses 24 –26, reading thus:

And Noah awoke from his wine and knew what his younger son had done to him.

And he said, cursed by Canaan. A servant of servants shall be unto his brethrens.

And he said blessed be the Lord of Shem, and Canaan shall be his servant.

And of course in Joshua, chapter 9 verse 23 it is written thus:

Now therefore, ye are accursed and there shall none of you be freed from being bondmen and hewers of wood and drawers of water for the house of my god.

These chapters and verses are of course usually recalled when making reference to either Africa or black people wherever they may be.

This argument completely ignores the potential for domestic investments as the first port of call. To the degree that ideal material conditions of stability and predictability are requisite for foreign investment flows, these would pave the way for the provision of sanctuary and comfort for domestic investments and discourage capital flight. Secondly, whilst I will profess ignorance on matters financial, I believe that are alternative instruments of financing can be mobilized to support infrastructure developments, not in the least excluding securitisation measures and other innovative financial vehicles.

Partnerships

There is yet another porous argument yet of primordial importance in respect of partnerships, and this is whether the developed countries in particular, posses the willingness to pour enormous resources into Africa, i.e. whether such is an expectation. Nepad is first and foremost predicated on the principle of self –reliance. It starts from a premise that accepts that Africa is still endowed with enormous resources, in fact, Africa is thee most mineral resource based in the world, it houses the world's best preserved biodiversity, it is the most diverse natural continent, boasting seas, fauna and flora, it is the least populous continent of the world, it is the most geo central continent and has a host of other advantages.

The above notwithstanding, the rock bed of Nepad's ideology is to utilize all at its disposal. This means auditing the resources that are already there, creating mechanisms to sweat all asserts more productively. The innovation and creativity that saw the Asian Tigers ride the wave of success, the Marshall Plan that saw Europe rebuild itself from the ruins of the world wars devastation and many other plans, will serve as impetus to creating a resource and armory that the continent will draw from.

There is hardly an argument in the fact that the developed countries will and should be called upon to invest in Africa. The concentration of capital flows to the North Pole creates world instability and vulnerability to insecurity and lack of peace. The pauperization of the world cannot go unhindered. The option for Nepad could have been to watch the world go by and mourn the sad unequal distribution of global benefits. This route we have tried before, it has not worked. Nepad should not be perceived in isolation to the rest of other global process at play. The millennium declaration goals, shoulders Nepad, the Finance for Development, the new round of the WTO to establish and give a push on an establishment of a world trading system that is equitable and responsive to global poverty are but a few of Nepad's partnerships.

We are not of the opinion that when the G8, in its Kananaski's meeting set out $1 billion or $12 billion towards Africa, that should have been perceived as a wholesome measure of whether Nepad will fail or succeed. To do so, would be to suggest that the entire development program is externally dependant. The imbecility implied in the latter argument is without doubt; you cannot make non-controllable variables be the anchor of your development plan.

We will however talk to these developed countries and make partners of them. To pretend their irrelevance would be to engage in a dose of naivety. The OECD agricultural subsidies are to an annual figure of $350 billion, slightly more than the net total GDP of Africa, yet Africa's commodity based markets rely on agricultural production. Dialogue on the harmful effect of this enormous subsidization is geared towards increasing market access and providing for competitiveness. The $335 billion African debt is neither fictitious nor academic, it constrains and impedes growth, and it stunts social spending and suffocates the economies under the burden of high non-serviceable interest rates. We must create institutions of dialogue and partnership.

Partnerships are also being set up with developing countries and allies throughout the world. This is an important angle given that the emphasis is the South –South cooperation and the brainchild of Nepad is any event located in the South Summit of the G77 and NAM, held in Havana, Cuba, in June 2000. In recent times, the China –Africa Cooperation Forum has institutionalized relations and is in the process of identifying implementables.

The incumbent Brazilian government heralds the dawn of a historic chance and opportunity for value adding in our relationship. Standing at the precipice of history we can elevate our relationship to areas beyond cultural affinity and write into our posterity long lasting relations, steeped in mutual respect and mutually reinforcing regard and benefit.

There are specific areas that Brazil and Latin America as a whole may seek to engage with Africa, some of these but not limited to are the following:

- **Promoting trade and investment** flows between Africa and Brazil. To do this requires that attitudinal appraisal will have to be undertaken. It will be critical for Brazil to develop a basin of confidence in Africa, to see Her as an investment destination, to perceive her as an alternative trading partner to source commodities and opportunities from. It is critical that this relationship be non-condescending, it should presuppose mutuality of interests. There are colonial cobwebs that both of us are going to have to remove, these include amongst others the recognition that the shortest geographic distance is not between Brazil and Europe or Europe and Africa.

- **We are obliged to deepen intellectual debate** and create supportive institutional frameworks to support that debate. We will have to inspire our universities to set up well-funded Centers for African/Latin American studies and conduct genuine ongoing research. The morbidity of intellectual debate and referencing is shocking to say the least, browsing through available literature in Brazil, one would be lucky to find up to date information. In the instance that one finds material it usually is unashamedly a pure and regurgitation of neo liberal hogwash, conclusions that have been drawn from ignorance on the reality of modern day Africa, beguiled Afro-pessimism that is nauseating and based on frequently repeated CNN sound-bites. The kind that you watched television news long enough you would be forgiven to if you did not know better that everyone in Ethiopia is dead or on their deathbed. If you did not believe this intellectual malnutrition about Africa, how else do you account for the fact that most people who bother talking about Africa will know more about its conflicts, than they will care to know that even during the war, Angola continued to produce positive economic growth, that per capita tourism spend from Angola is unparalleled by any other in Brazil including from developed countries. It is little known or maybe referred to Mozambique sustained economic growths of no less than 5% for a decade since it turned its back on the war, that Botswana has had the same return and growth, Mauritius and Seychelles have in may years never seen negative growth.

- **Exchange in areas of research and technology** are some of the obvious areas of cooperation. This is so given the fact that we are faced with comparable socio economic indices. The backyards of social constructs are the same, the challenges of similar disease profiles, the low levels of literacy in our communities, the huge income distribution gaps. We are both on the wrong side of the digital divide thus informs today's global economy.

- I have a basic assumption that until such time that Brazil has earnestly confronted its racial demons, found ways to mobilize the energies of its hitherto excluded Afro Brazilian society, any amount of shouting to be regarded or taken seriously as Africa will fall on swollen ears. The old adage that foreign policy is a reflection of domestic policy should teach us that, the strength of equal relations between Brazil and Africa will be determined by the regard this country has to its Black people. If it is true that Afro Brazilian heritage is derived from Africa, and I think it is, then as reflections of that heritage, it cannot be that we would be any better valued or regarded than the inheritance itself.

- This initiative is meritorious and must lauded for it represents a watershed beginning whose momentum must be encouraged and maintained. When policy instruments are sharpened and debate is elevated, this country and the entire continent will find it obvious that Nepad provides opportunities in multifaceted areas.

Permit me to conclude by looking briefly at some of Nepad's challenges. Daunting they may be, but debilitating they are not. Clearly some of the things that Nepad will have to deal with would be the question of generating confidence amongst its partners so as to attract sufficient levels of investments, both domestic and foreign.

Secondly, Nepad comes at a time that Africa is confronted by high incidences of HIV/Aids and other diseases. All of these have an inclination to excercebate poverty, increase child immortality, reduce the level of skills and undermine the investment in human resource.

Nepad will also have to ensure a complete ownership of the program by a vast majority of the people in the continent. This buy in, is important because then the people will serve, as bastions of strength for the program and become its auditors and monitors.

Amartya Sen , the noted economist writes and says

" Freedoms are not the primary ends of development, they are also among its principle means. In addition to understanding, foundationality the evaluative importance of freedom we also have to understand the remarkable empirical connection freedoms of different kinds with one another. Political freedoms (in the form of free speech and elections) help to promote economic security. Social freedom (in the form of education and health facilities) facilitates economic participation. Economic freedom (in the form of opportunities for participation in trade and production) can help generate personal abundance as well as public resources for social facilities. Freedoms of different kinds can strengthen one another."

Inspired by the nobility of this connection Nepad will seek to:

- **Develop new self inspired partnerships for and about Africa**
- **Reduce the marginalization of the continent**
- **Integrate Africa in the global economy**
- **Seek increased market share and access**
- **Destabilize poverty**
- **Push the frontiers of ignorance backward**

Abrindo o NEPAD. O cavaleiro da África ou seu abismo eterno

Mbulelo Rakwena

Introdução

Eu me preocupei em saber sobre a colocação necessária para a participação em um colóquio e descobri que, tipicamente, monólogos ou trabalhos produtivos ou quaisquer apresentações que possam caracterizadas como acadêmicas, ancoram tanto o debate quanto a discussão em uma ocasião como esta de hoje. Fui informado que profecias evangélicas e danças registram um retorno vazio à causa de alguém e sei que este ambiente religiosamente curva-se e responde a uma inquisição inflexível de robusto vigor intelectual. A apresentação de hoje, portanto, traz suposições básicas, tais como que o público aqui é suficientemente informada sobre o que é o NEPAD e que a maioria das pessoas já entrou no mar da literatura abundante sobre o NEPAD. É justo dizer que em tempos recentes nenhum desenvolvimento capturou tanto a imaginação do mundo quanto este programa. A minha abordagem portanto, enfocará principalmente três fatores. Primeiro, por que o NEPAD é necessário. Segundo, para discutir por que as parcerias são necessárias e, terceiro, quais os desafios enfrentados pelo NEPAD e seu futuro.

O que é o NEPAD e o que justifica a sua relevância?

NEPAD, uma sigla para Nova Parceria para o Desenvolvimento da África certamente tem uma história. Situado na exigência de se buscar uma mudança na maneira na qual a África tem sido percebida, a sua localização na geopolítica internacional, a sua marginalização, a nova safra de liderança emergente no continente, dois documentos e respostas foram fundidos. São o "Parceria do Milênio para o Programa de Recuperação da África (MAP)" e o " Plano OMEGA". A fusão dos

dois produziu a Nova Iniciativa Africana (NAI). O Comitê de Implementação de Chefes de Estado (HSIC) finalmente canonizou a estrutura da política em outubro de 2001; o plano então oficialmente denominado NEPAD e foi adotado na União Africana como o programa de desenvolvimento durante o lançamento da UA em julho de 2002.

Portanto, em resumo, o NEPAD é o programa de desenvolvimento da África, que busca mudar a atual realidade do continente. É uma redefinição de relações com o mundo, um reposicionamento e o estabelecimento de novas parcerias baseadas no que a África define e julga fundamentais a sua sobrevivência. A sua agenda baseia-se no reconhecimento da necessidade de reavaliar e estabelecer prioridades sobre a sua existência social, econômica e política. É uma afirmação de seu potencial e uma necessidade indispensável à política global e sua economia, uma mudança de paradigmas inspirada um cândido exame de seu passado. Este exame revela um caminho de dominação colonial, opressão racial, neoliberalismo, roubo crescente, corrupção e má administração por parte da nova elite. É um passado cujo semblante é muito feio para ser olhado. Os líderes africanos sentiram a necessidade de olhar para este passado, pois um povo que nunca olha o seu passado tem a tendência de tropeçar no presente e cuspir no seu futuro. Este ato corajoso iria resultar em um firme compromisso dos líderes africanos para abominar a pobreza e assegurar que a África progrida em integrar o continente na economia global.

Também importante tem sido o fato de que o NEPAD cresceu em casa e não é uma imposição com outros motivos que bem significam agentes de mudança. Esta dimensão é importante e precisa de apoio, pois o desenvolvimento da África não tem ocorrido sem "aconselhamento e envolvimento de especialistas". Foi após a mistura de "especialistas" internacionais que a maioria dos programas foi desenvolvida. Seguindo a independência de muitos países africanos, foi com atenção religiosa e talvez zelosa, que os líderes africanos prestariam homenagem a países desenvolvidos pela assessoria e uma parte da ajuda de desenvolvimento. Empréstimos foram concedidos e planos foram iniciados por " "respeitáveis" bancos internacionais. Estas instituições assumiram as instituições financeiras e monetárias da

maioria dos países, dando consultoria sobre regimes tributários e sobre a necessidade de reter ou remover controles de divisas. Juntamo-nos ao GATT e outras instituições sob o aconselhamento de nossos especialistas e aí está por que nós podíamos ser representados na Rodada Kennedy de Negociações, apesar do fato de ela ser claramente contra os nossos interesses.

Quando o barulho chegou e o fracasso era claro, nenhum consultor ou especialista manteve o seu aconselhamento. Nós conduzimos o plano sozinhos. Talvez A.M. Babu, um intelectual africano, coloque com mais aptidão:

"Tendo confiado em especialistas ocidentais, cuja experiência era totalmente metropolitana e cujo histórico era empresarial, procuramos soluções para estes problemas urgentes, não para a realidade da situação, mas de manuais de negócios. Ao invés de limitar, nós aprofundamos o envolvimento das massas no mercado mundial, onde elas eram as mais vulneráveis. Também as integramos mais profundamente em um sistema que os colocaram em retrocesso em primeiro lugar.

Nós as organizamos para que progredissem, mas para melhorar um negócio, um negócio sobre o qual elas não tinham controle, com o argumento que o que era bom para o negócio era bom para o país. Medimos o progresso não com base sobre quanto o povo comia, vestia e vivia, mas em termos de desempenho das exportações e da balança de pagamentos. Dissemos às pessoas que elas precisavam de importações, que precisavam produzir mais, ganhar mais divisas estrangeiras para importar mais. A divisa estrangeira era descrita como uma moeda muito necessária. Logo, as massas não viram melhoria verdadeira em suas vidas. Elas tinham ainda que caminhar as mesmas quinze milhas após a independência".

A solução caseira, portanto, não apenas para assegurar que ao lado de imperativos de materialismo dialético, que a "avaliação de uma situação deve ter sua base em fatos e ser guiada pela realidade existencial", que demos uma garantia que 45 anos desde Gana, não tenhamos que caminhar 45 milhas para tirar água.

Para alguns de vocês, isso pode parecer uma chicotada no passado e uma travessia em um cavalo de alta retidão moral. Sei que entre 1988-1994, foram levantados $ 2,4 bilhões na África, da transferência de 550 empresas estatais para o setor privado em comparação com $ 113 bilhões da privatização em países em desenvolvimento como um todo. Dado ao fato que as vendas terem sido conduzidas fora das Bolsas de Valores, já que apenas poucos países na África as têm, tais transações foram virtualmente declaradas em falências e em liquidação. Os países francófonos foram os mais afetados. As trapaças dos industriais franceses anteciparam a desvalorização do franco CFA, compraram ativos a crédito em setores econômicos lucrativos (energia, telecomunicações e água), levando a uma situação onde, com desvalorização real, as receitas ganhas haviam perdido valor, como trocar a prata da família por nada.

A abordagem, portanto, é onde a África se torna um artífice de seu próprio desenvolvimento. O continente procurará atrair um nível mais alto de investimento estrangeiro direto, aumentar a participação de mercado em produção e exportações. O NEPAD encorajará os países a rever a estratégia sobre exportações. Os países serão encorajados a parar de ser exportadores de matérias primas de seus recursos naturais. A nova abordagem será o beneficiamento e o valor agregado através da promoção de uma base de semi-manufaturados e manufaturados. Segundo o *World Economic Watch*, outubro de 2002, o Escritório de Análise Econômica dos EUA, afirma que as taxas de retorno do IED foram 19,5% mais altas na África em 2000, comparadas com 18.9% no Oriente Médio, 15,1% na Ásia-Pacífico, e 8,3% na América Latina. Contudo, a participação dos fluxos de investimento estrangeiro direto no mesmo período é desproporcional, enquanto a América Latina, por exemplo, recebe quase $ 20 bilhões, a África recebe $ 1,1 bilhão. Não temos escolha. Poderíamos nos rebelar e, como crianças, jogar fora os brinquedos do carrinho e chorar, ou poderíamos levantar as mangas e engajar a comunidade investidora, governos e parceiros estrangeiros para reverter a situação. O NEPAD escolheu este último caminho.

Reconhecendo que a região gasta 15% do valor total de suas exportações em custos de fretes e seguros, comparado com 8,5% em

países em desenvolvimento, o desenvolvimento de infra-estrutura e de capacidade de construção tem se tornado os pilares-chave do NEPAD. Uma infra-estrutura de confiança e capacidades humanas e de recursos, certamente nos posicionarão na certeza de que a fuga de $ 135 bilhões de capital em 1991 seja revertida. O programa procura assegurar que haja mobilização de níveis mais altos de poupança, na ordem de 20%. O investimento doméstico é um outro ponto de ênfase.

Para assegurar que este não seja apenas mais um dos planos em moda no bloco, este plano baseia-se no compromisso dos líderes. Além disso, o plano pede propriedade e envolvimento dos povos africanos no continente. A sociedade civil é encorajada a interagir com o plano, e até esta altura, não é novidade que o plano tenha atraído a crítica mais robusta, e outras pessoas o têm criticado como um cavaleiro imperialista branco, fictício na forma, procurando pilhar as últimas reminiscências da riqueza que a luta pela África e a colonização renitente não puderam roubar.

Este programa, entretanto, se coloca de maneira diferente de seus antecessores em muitas formas. O relacionamento com os concedentes está sendo reavaliado, as condições para financiamentos são um exercício conjunto de mutualidade. O engajamento da sociedade civil é um grande corte filosófico e ideológico com o passado. Ele transfere a responsabilidade e a avaliação transparente para a sociedade civil. "O Líder" já não favorece os seus próximos e amigos com a benevolência e magnanimidade do seu coração. Os grandes projetos, os elefantes brancos já não são erguidos em áreas remotas, destituídos de planos de desenvolvimento integrado, exceto para serviços e petróleo, talvez alinhem o bolso fundo do líder e seu parceiro inescrupuloso de desenvolvimento seja a ordem do dia.

A força deste programa também está nas seguintes considerações que ele construiu como sendo fundamental para o seu sucesso:

- Mecanismo de Revisão de Pares

- Paz, Estabilidade e Segurança

- Democracia e Boa Governança

- Governança econômica e corporativa

- Desenvolvimento de recursos humanos

- Acesso a mercados

Há um mito popular que está fazendo as vezes nos círculos intelectuais acadêmicos sobre as contradições inerentes entre a lista de intenções impossíveis e a originalidade de um produto próprio. Os cínicos e os apologistas intelectuais dizem que para o NEPAD ficar em um pedestal, o requisito de fluxos anuais para a África nos próximos 15 anos em investimentos estrangeiros diretos de $64 bilhões e um crescimento anual do PIB de 4-7% não é realista e é inatingível. Eles têm isso como um sonho ridículo de um homem possuído. É claro que este argumento está completamente fora do ponto. Estes números são na realidade, uma medida de quantificação dada, para estabelecer parâmetros e objetivos. Em qualquer planejamento o ideal desejável nunca é puramente omitido dos assustadores desafios de atingir tais tarefas ou alvos. Esta desonestidade intelectual pode apenas atender os caprichos do afropessimismo daqueles que procuram engendrar um sentimento de desespero e impotência em uma alma africana. Em um argumento cujo significado é lembrar a referência bíblica no livro do Gênesis, Capítulo 9, Versículos 24-26, que diz assim:

Quando Noé acordou da embriaguez ficou sabendo o que o seu filho mais jovem tinha feito.

E disse: maldito seja Canaã. Que ele seja o último dos escravos para seus irmãos.

E continuou: Bendito o Senhor de Sem e que Canaã seja seu escravo.

E em Josué, Capítulo 9, Verso 23 assim está escrito:

Agora, portanto, daqui para frente vocês serão malditos e nenhum de vocês deixará de ser escravos, rachando lenha e carregando água para a casa de meu Deus.

Este argumento ignora completamente o potencial para investimentos domésticos como o primeiro porto de parada. As

condições materiais ideais são um requisito para fluxos de investimento externo, do mesmo modo que isso abriria o caminho para o santuário e o conforto de investimentos domésticos e desestimular a fuga de capitais. Segundo, enquanto professo ignorância em assuntos financeiros, creio que existem instrumentos alternativos de financiamentos que podem ser mobilizados para apoiar os desenvolvimentos de infra-estrutura, sem excluir as medidas de securitização e outyros veículos financeiros inovadores.

Parcerias

Há ainda um outro argumento poroso, embora de primordial importância a respeito de parcerias e este é se os países desenvolvidos possuem em particular à vontade de colocar enormes recursos na África, o continente perdido. O NEPAD está acima de tudo baseado na autoconfiança. Ele começa com a premissa que a África ainda é dotada de enormes recursos. Na realidade, é a maior base de recursos minerais no mundo, abrigando a mais bem preservada biodiversidade do mundo, é o continente natural mais diversificado, exibindo mares, fauna e flora, é o continente menos populoso no mundo, é o continente mais geograficamente central e tem várias outras vantagens.

Não obstante o acima exposto, o alicerce da ideologia do NEPAD é utilizar tudo o que está a sua disposição. Isto significa examinar os recursos que já estão lá, criando mecanismos para a maior produtividade. A inovação e a criatividade que viram os tigres asiáticos na onda, o Pano Marshall que viu a Europa se reconstruir das ruínas da devastação das guerras mundiais e muitos outros planos são apenas parte de um arsenal com o qual o continente contará.

Dificilmente existe um argumento no fato de que os países desenvolvidos deveriam ser solicitados em investir na África. A concentração de fluxos de capitais para o Norte cria instabilidade e vulnerabilidade mundiais, a insegurança e falta de paz. O empobrecimento do mundo não pode continuar. A opção pelo NEPAD poderia ter sido observar o mundo e velar a triste distribuição desigual de benefícios globais. Esta rota nós já experimentamos e ela não

funcionou. O NEPAD não deverá ser visto em isolamento do resto do outro processo global em jogo. Os objetivos da Declaração do Milênio apóiam o NEPAD, as Finanças para o Desenvolvimento, a nova rodada da OMC para estabelecer e incentivar o estabelecimento de um sistema mundial de comércio que seja eqüitativo e com respostas para a pobreza global são algumas das parcerias do NEPAD.

Não é nossa opinião que quando o G8, em sua reunião de Kanansaki, separa $ 1 bilhão ou 12 bilhões para a África, que isso não deverá medir se o NEPAD irá fracassar ou ser bem sucedido. Fazer isso seria sugerir que todo o programa de desenvolvimento seja externamente dependente. A imbecilidade implícita neste último argumento é tamanha, pois não se pode fazer das variáveis não controláveis a âncora de seu plano de desenvolvimento.

Nós, contudo, iremos conversar com esses países desenvolvidos e fazer parcerias com eles. Fingir a sua irrelevância seria muita ingenuidade. Os subsídios agrícolas da OCDE chegam à cifra anual de $ 350 bilhões, um pouco mais do que o PIB líquido total da África e, mesmo assim, os mercados da África baseados em *commodities* dependem da produção agrícola. O diálogo sobre o efeito danoso desse enorme subsídio está voltado para aumento de acesso de mercado e competitividade. A dívida africana de $ 335 bilhões não é fictícia nem acadêmica, ela limita e impede o crescimento e tolhe os gastos sociais enquanto sufoca as economias sob o peso das altas taxas de juro. Nós devemos criar instituições de diálogo e parceria.

As parcerias estão sendo também construídas com países em desenvolvimento e aliados pelo mundo. Este é um ângulo importante já que a ênfase é a cooperação Sul-Sul, e o fruto da imaginação do NEPAD é qualquer evento situado no Encontro Sul do G77 e NAM, realizado em Havana, Cuba, em junho de 2000. Em épocas recentes, o Fórum de Cooperação China-África institucionalizou relações e está no processo de identificar instrumentos.

O governo brasileiro anuncia o alvorecer de uma chance história e oportunidade para agregar valor ao nosso relacionamento. No limiar da história elevamos como reflexo daquela herança nosso relacionamento a áreas além de nossa afinidade cultural e escrevemos

para a posteridade relações duradouras, baseadas em respeito mútuo.

Há áreas específicas que o Brasil e a América Latina como um todo, podem procurar engajar com a África, sendo algumas delas, mas não limitadas ao seguinte:

- **Promover fluxos de comércio em investimento** entre África e o Brasil. Fazer isso exige uma avaliação de atitudes. É fundamental que o Brasil desenvolva confiança na África para vê-la como um destino para investimentos, percebê-la como um parceiro comercial alternativo na busca de commodities e oportunidades. É fundamental que este relacionamento não seja condescendente, ele deveria pressupor interesses mútuos. Há argumentos coloniais que temos de remover, e eles incluem, entre outros, o reconhecimento que a menor distância geográfica não é entre o Brasil e a Europa, ou Europa e África.

- **Estamos obrigados a aprofundar o debate intelectual** e criar estruturas institucionais de apoio ao debate. Teremos de inspirar as nossas universidades a fundar Centros de Estudos Africano/ Latino Americanos e realizar pesquisa genuína. A morbidez do debate intelectual e de referências é chocante, para dizer o mínimo. Procurar literatura disponível no Brasil, a pessoa terá sorte se encontrar informações atualizadas. No caso de a pessoa encontrar material, geralmente ela é uma desavergonhada pura regurgitação de lavagem neoliberal, conclusões tiradas da ignorância sobre a realidade da África moderna, um afro-pessimismo nauseante, baseado em repetidas notícias da CNN. Este tipo de notícia nas televisões levará a concluir que todos estão mortos ou no leito de morte na Etiópia. Se não acreditarem nesta má nutrição intelectual sobre a África, como poderão levar em conta o fato de a maioria das pessoas que falam sobre a África sabem mais sobre os seus conflitos, sabendo até mesmo durante a guerra Angola continuou a produzir crescimento econômico positivo, que o gasto per capita no turismo angolano não tem paralelos por nenhum outro no Brasil, incluindo países desenvolvidos. Pouco se sabe que o crescimento econômico de Moçambique não é menos de 5% durante uma década, após ter

se livrado da guerra, que Botswana tem tido o mesmo retorno e investimento, Mauritius e Seychelles em muitos anos não vêem crescimento negativo.

- **Intercâmbio em áreas de pesquisa e tecnologia** são algumas das áreas óbvias de cooperação. Isso, porque temos índices sócioeconômicos comparáveis. Os quintais da construção social são os mesmos, os desafios das mesmas doenças, os baixos níveis de analfabetismo em nossas comunidades, as enormes lacunas na distribuição de renda. Os dois estão no lado errado da exclusão digital, assim diz a economia global de hoje

- Eu acho que até tal tempo o Brasil tem enfrentado os seus demônios raciais, tem encontrado maneiras e mobilizar as energias de sua excluída sociedade afro-brasileira, qualquer quantidade de gritos deverá ser considerada seriamente como se a África caísse em ouvidos inchados. O velho ditado de que a política externa é um reflexo da política doméstica deveria nos ensinar que a força de relações iguais entre Brasil e África será determinada pela consideração que este país tem com o seu povo negro. Se for verdade que a herança afro-brasileira vem da África, e acho que é, não seria melhor considerado se nos considerássemos como a própria herança.

- Esta iniciativa é louvável e deve ser saudada pois ela representa um divisor de águas cujo momento deverá ser encorajado e mantido. Quando os instrumentos de políticas forem afiados e o debate levado, este país e todo o continente verá que é óbvio que o NEPAD proporciona oportunidades em várias áreas.

Permitam-me concluir rapidamente examinando alguns dos desafios do NEPAD. Por mais assustadores que possam parecer, eles não são fracos. Naturalmente, uma das coisas com que o NEPAD terá de lidar será a questão de gerar confiança entre os seus parceiros para atrair níveis suficientes de investimentos, tanto doméstico como externo.

Em segundo lugar, o NEPAD vem em uma época que a África é confrontada por altas incidências de HIV/AIDS e outras doenças.

Tudo isso tem uma tendência de exacerbar a pobreza, aumentar a mortalidade infantil, reduzir os níveis de habilidades e minar os investimentos em recursos humanos.

O NEPAD também terá de assegurar uma completa propriedade do programa por uma vasta maioria de pessoas no continente. Isso é importante, pois as pessoas servirão de pilares da força para que o programa se torne seus auditores e monitores.

Amartya Sem, renomado economista escreve e diz:

"As liberdades não são fins primários de desenvolvimento. Elas também estão nos seus meios. Além da compreensão fundamental da importância avaliadora da liberdade, também temos que compreender a notável conexão empírica das liberdades entre diferentes espécies. Liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições) ajudam a promover a segurança econômica. A liberdade social (na forma de educação e saúde) facilita a participação econômica. A liberdade econômica (na forma e oportunidades de participação no comércio e produção) pode ajudar a gerar abundância pessoal e recursos públicos para fins sociais. As liberdades de diferentes espécies podem se fortalecer entre si".

Inspirado pela notabilidade desta conexão, o NEPAD procurará:

- **Desenvolver novas parcerias auto-inspiradas para a África**
- **Reduzir a marginalização do continente**
- **Integrar a África na economia global**
- **Procurar maior participação e acesso de mercado**
- **Desestabilizar a pobreza**
- **Reduzir a fronteiras da ignorância**

Commentaires personnels sous forme d'observations et remarques dans le débat et concernant notamment les communications *des Professeurs Wolfgang DÖPCKE et Luiz Henrique Nunez BAHIA*

Lahcène Moussaoui

J'aimerais tout d'abord remercier les organisateurs de ce colloque ainsi que les personnalités et les professeurs qui ont bien voulu y participer et apporter leur contribution ; je les remercie pour leur intérêt envers l'Afrique, parceque je considère que le développement de la connaissance relative à l'Afrique est le premier pas pour faire plus, et la condition sine qua non à toute volonté d'action en termes de coopération et d'échanges. Je dis cela partant de ma conviction profonde que nous avons beaucoup à apprendre et beaucoup à faire entre L'Afrique et le Brésil.

Et c'est d'ailleurs dans ce même esprit que j'aimerais faire un certain nombre de commentaires, remarques et observations. J'ai écouté avec beaucoup d'attention ces interventions qui m'ont beaucoup intéressé. Mais je constate, après cette écoute attentive et la lecture, non moins attentive, de quelques contributions, une certaine méconnaissance des réalités africaines; méconnaissance et donc erreurs d'interprétation dûes à mon sens, et à priori, au fait que l'information ne soit pas toujours à jour, et que le plus souvent, elle vient de sources indirectes; des sources qui ont parfois des préjugés anciens, et dans certains cas, il faut le dire, des objectifs et des agendas propres, qui ne sont pas forcément ceux de l'Afrique.

Au titre des remarques générales, je voudrais souligner que nous comprenons mal, chez nous Africains, ces divisions qu'on opère dans la présentation de notre Continent. Il est vrai que certaines "divisions" peuvent être intéressantes pour mieux appréhender, au plan méthodologique, un sujet; mais je crois aussi que, parfois, elles peuvent

être dangereuses, en ce que, pour beaucoup, présentant une partie de l'Afrique, ils considèrent avoir couvert toute l'Afrique, soit par extrapolation, soit plus grave, par simple transposition de schémas de pensée venus d'ailleurs, et qui réduisent, par volonté délibérée, l'Afrique à une partie du Continent. De même que certaines présentations partielles de l'Afrique amplifient des clivages que les Africains eux-mêmes combattent et ont beaucoup fait pour les gommer. Ils veulent dépasser ces clivages, lorsqu'ils existent, comme les problèmes de langues ou de régions. C'est pourquoi, le souhait de l'Afrique est d'être considérée et respectée dans son unité. C'est en tout cas notre conviction, c'est notre ambition et c'est notre projet en tant qu'Africains.

Deuxième remarque générale: le plus important aujourd'hui, c'est d'appréhender l'Afrique dans ses réalités, c'est à dire dans ce qui est vrai, et non pas à partir de ce qui se raconte ou qui est rapporté par d'autres sources.

Je cite, par exemple, la communication du Professeur DÖPCKE, à partir de laquelle, pour ne pas trop rentrer dans les détails, je m'intéresserai à trois aspects, donc à trois remarques fondamentales.

1. Il est longuement question, dans la communication du Professeur DÖPCKE, d'un conflit supposé entre deux visions opposées représentées respectivement par le leader libyen et le Président sud-africain à propos de la conception même de l'Union Africaine. L'histoire de la création de l'Organisation de l'Unité Africaine est même sollicitée, pour ne pas dire convoquée, pour faire un parallèle entre le conflit que l'auteur croit déceler ou deviner aujourd'hui, et les débats de fond qui ont présidé à la gestation de l'O.U.A. au début des années 60; le fait est que ces deux périodes n'ont rien de comparable, ni en termes de conditions historiques générales, ni en termes de recherche de soi chez les Africains et, par conséquent, ni en termes d'objectifs et d'organisations immédiats. Par delà ce fait évident, et pour avoir été personnellement témoin de cet épisode d'initiation et de lancement de l'Union Africaine, je voudrais donner des faits, et simplement des faits, à ce sujet:

Certes,c'est le Colonel Kaddafi qui a lancé, en 1999, l'idée des "Etats Unis Africains". Mais, il faut savoir que le travail de réforme de l'O.U.A. a commencé depuis 20 ans, et qu'un Comité spécial avait déjà été installé; le "Comité de la Révision de la Charte" qui faisait mûrir la réflexion pour savoir exactement dans quel sens et sous quel schéma nous allions réformer l'Organisation de l'Unité Africaine. C'est dans ce sens d'ailleurs que sont intervenus, dans les années 90, avant la Réforme formelle de l'O.U.A. elle même, un certain nombre de projets qui ont pris corps; entre autres, le Plan d'Abuja, sur le plan économique, et le Mécanisme pour la Prévention, la Gestion et le Règlement des Conflits. Donc, quelle que soit l'idée avec laquelle le leader libyen est venu en 1999, une telle idée est venue s'inscrire dans un cadre de travail africain, en oeuvre depuis longtemps déjà. Pour ce faire, il y a eu d'abord les instructions des Chefs d'Etat, qui sont allés vers les experts, lesquels ont travaillé longtemps sur ce projet; ce projet est allé ensuite au niveau des Ministres, qui, l'ayant finalisé, l'ont transmis au niveau des Chefs d'Etat pour décision finale et adoption. Il y a plus de 50 pays africains qui ont participé à la discussion et à la négociation de ce projet. Chacun avait son idée sur les différents apects du Projet. L'Union Africaine, dans sa forme définitive actuelle, est le résultat de tout ce processus; je dirai en quelque sorte, qu'elle est le point d'équilibre entre l'idéal et le faisable. Et il n'y avait aucun conflit entre qui que ce soit, au niveau des leaders africains, à ce titre; et encore moins de conflits entre deux visions, structurées ou pas.

2. La deuxième remarque que je ferai au Professeur DÖPCKE est relative au "PEER" (ou M.A.E.P.: Mécanisme Africain d'Evaluation entre Pairs), aspect auquel est consacrée une bonne partie de sa communication. Et, les développements du Professeur DÖPCKE sont relatifs à une supposée polémique entre le Président sud-africain, qui est en même temps le Président de l'Union Africaine, et le Premier Ministre Canadien, aboutissant à des conclusions et considérations qui n'ont aucune raison d'être. Je ferai à ce sujet, une série de constats et d'observations. D'abord, le PEER est une initiative africaine,

qui est venue compléter un processus d'élaboration d'un projet spécifique, à savoir le NEPAD, et tout ce qui est en relation avec le processus de construction démocratique dans les pays africains. Le PEER est un mécanisme qui apporte la meilleure preuve du sérieux de l'engagement des Chefs d'Etat africains pour opérer des changements nécessaires et concrétiser les objectifs inscrits dans leur programme. C'est un Mécanisme qui vise à mesurer les efforts africains et évaluer les progrès réalisés; de sorte que, les Etats africains eux même puissent corriger la situation et améliorer leurs performances.

De ce point de vue, il est utile de souligner que ni le PEER, ni même l'Union Africaine ou le NEPAD ne sont des Institutions supra-nationales, faites pour contrôler ou censurer les Etats africains. Ce sont des engagements librement consentis pour travailler en commun, envers un engagement collectif, c'est à dire le programme de construction de l'Union Africaine et sa consolidation, et la réalisation du NEPAD. De ce fait, il s'agit encore moins pour une quelconque autorité extra africaine, pays ou groupe de pays, de se présenter comme tuteur de l'Afrique. Le NEPAD est un projet africain dans lequel est envisagé le partenariat avec tous les pays et groupes de pays qui veulent bien travailler avec l'Afrique. Ni plus, ni moins.

3. Ma troisième et dernière remarque sur la communication du Professeur DÖPCKE, est relative à toute une série d'informations que je trouve personnellement, totalement contraires à la réalité. Je citerais, entre autres exemples, celui du Mécanisme pour la Prévention, la Gestion et le Règlement des Conflits. Je lis, à ce sujet, à la page 26: "este instrumento dos anos 1990 que ficou dormindo até que a cupula de 2001 em Lusaka...". Je crois qu'il y a là, ne serait-ce que factuellement, une erreur fondamentale, car la réalité est tout à fait le contraire: ce Mécanisme a été créé en 1993, parcequ'il y avait des problèmes à régler, et je considère que ce Mécanisme a joué pleinement son rôle; je peux vous en donner de multiples exemples. C'est ce Mécanisme qui a géré et mené à son terme la crise des Comores et s'il n'y a plus de crise aux Comores,

> c'est grâce à l'action de ce Mécanisme. En République Démocratique du Congo, c'est le même organe qui a pesé de tout le poids de l'Afrique pour arrêter les combats, aboutir à un cesser le feu, et stabiliser la situation; même si la paix totale et définitive n'est pas complètement revenue dans ce pays, il faut reconnaître qu'il n'y a plus de combats, qu'il n'y a plus de morts. De la même manière, ce Mécanisme a joué, bien avant cela, un rôle important dans le cadre de crises multiples, telles que le Rwanda, le Burundi, la Sierra Leone, le Libéria. Mieux encore, ce Mécanisme a donné la pleine mesure de ses capacités dans le cas de la guerre entre l'Ethiopie et l'Erytrée. C'est dans le cadre de ce Mécanisme qu'une action africaine s'est déployée. L'Algérie s'y est investie, au titre de la Présidence de l'O.U.A., et donc du Mécanisme africain à partir de 1999. Le Président Bouteflika a continué ce travail, sur la base du mandat de l'O.U.A. et à travers l'instrument qu'offrait ce Mécanisme africain, avec la contribution d'autres.

C'est précisément son rôle, qui s'est avéré extrèmement utile face aux différentes situations de crise, et donc la preuve de sa pertinence et de son effectivité qui ont fait que cet organe a d'abord été, en 2001, intégré comme organe de l'Union Africaine qui en a fait, ensuite, le Conseil de Paix et de Sécurité de l'Organisation, en 2002.

Il est également faux d'opposer fictivement des pôles de pouvoir en Afrique, qui auraient balancé du Nord vers le Sud, en faisant une lecture simpliste du fait que des Sommets de l'O.U.A. et de l'Union Africaine se sont déroulés, ces deux denières années, en Afrique Australe. Je peux témoigner de décisions prises, à ce sujet, au Sommet d'Alger, en Juillet 1999. Il faut savoir, en effet, que c'est une pratique en Afrique que les Sommets se déroulent soit au siège de l'organisation (Adis Abeba), soit dans les capitales des pays membres, sur invitation des Chefs d'Etats. Il se trouve que le succès du Sommet d'Alger et l'enthousiasme des Chefs d'Etat membres, a sucité beaucoup d'intérêt. Et, en plus des deux invitations déjà lancées (Togo: Sommet 2000, et Zambie: Sommet 2001), on a accepté les autres invitations (Afrique du Sud:2002, Mozambique: 2003...), en privilégiant les pays qui n'ont jamais abrité de Sommets africains tels l'Afrique du Sud (apartheid) et

le Mozambique (conséquences de l'apartheid et situation spécifique jusqu'à date récente); le programme des Sommets est, d'ailleurs, déjà établi pour les 3 ou 4 années à venir.

Cette tendance à travestir les faits et à chercher systématiquement des interprétations négatives à la moindre idée ou action africaine, trouve encore davantage sa pleine expression dans la conclusion du Professeur DÖPCKE; conclusion dans laquelle il s'évertue à tuer le moindre espoir de l'Afrique, à nier la moindre bonne foi à ses dirigeants, et donc à obstruer la moindre perspective d'évolution du Continent. Dans cette logique, les Africains seraient, en quelque sorte, congénitalement condamnés; le monde entier et tous les peuples évoluent, et c'est le propre de la nature humaine; mais ça ne serait jamais le cas pour l'Afrique.

C'est ainsi, pour prendre un seul exemple, que la décision africaine de lutter contre la pratique de la prise de pouvoir par la force -décision intégrée dans l'Acte Constitutif de l'Union Africaine, art.30- dont l'essence même est de consolider les processus démocratiques -en construction en Afrique comme ailleurs- est lamentablement travestie en volonté maléfique de pérennisation des actuels Présidents. Le Professeur DÖPCKE écrit, en effet (p 30), "ao contrario de que parece, a rejeição de " mudenças não constitucionais" protegem os actuais detentores do poder, na medida em que estes conseguem se manter no poder, não abertamente rejeitando os principios democráticos mas manipulando-os". Les préjugés font décidément oublier jusqu'aux lois élémentaires de la biologie, et les faits bien connus telle la tendance importante des Constitutions africaines à limiter le nombre (généralement à deux) des mandats des Présidents de la République -ce qui est, du reste, déjà le cas dans beaucoup de pays africains.

D'ailleurs, les arguments que le Professeur DÖPCKE sollicite, dans le même paragraphe, pour étayer son affirmation, aussi grave que gratuite, sont déjà démentis par les faits, en ce qui concerne:

- Madagascar: le Sommet de l'Union Africaine a refusé de reconnaître un fait accompli et exige des élections au résultat clair, par respect à son propre engagement; et,

- Le Kenya qui vient de changer de Président démocratiquement, à la faveur d'élections libres.

C'est là encore une preuve que l'Afrique n'est pas définitivement condamnée, contrairement à ce qu'il croit et qu'il s'acharne désespérement à vouloir démontrer.

Tout cela souligne -et c'est le moins qu'on puisse dire- le manque de connaissance que les gens ont de l'Afrique et le danger qu'il y a à faire des lectures à partir de ce que d'autres écrivent et extrapolent à propos de ce Continent. Cela souligne, du même coup, l'intérêt vital que nous avons -Africains et partenaires- à développer notre connaissance mutuelle et réciproque, premier pas vers un travail commun.

Tout ce que je relève là s'applique encore davantage à la communication du Professeur BAHIA.

Qu'il soit bien clair que je n'ai rien contre le Professeur BAHIA ni contre son travail. Il a le droit de penser et de dire ce qu'il veut. Ce n'est même pas la critique de l'Afrique qui me gêne, parceque, quoiqu'il dise -lui-même ou un autre- nous pouvons, en tant qu'Africains, dire et écrire davantage sur nous mêmes, pour peu que les faits soient bien posés et les prémisses suffisamment claires en termes de données et concepts.

Ce qui me dérange le plus dans cette communication, est le fait de tirer des conclusions à partir de fausses données et/ou, à tout le moins, de données le plus souvent dépassées. Il y a beaucoup à dire, mais je m'en tiendrai à quelques exemples significatifs de tout le reste.

J'exclue de mes observations la partie introduction (pp 1-4) qui donne sa lecture synthétique de l'histoire et de la situation de l'Afrique. Je la respecte comme opinion.Il en est tout autre des tableaux dans lesquels je relève de grandes lacunes, erreurs et manque de rigueur dans les concepts, car la rigueur des concepts, fondée sur une maîtrise et une expression fidèle de la réalité, est seule à même d'autoriser et de fonder des conclusions scientifiques, surtout dans le style de mise en équation de pays avec toute leur complexité... Je relève à ce titre, et pour m'en tenir au plus frappant:

- Dans la rubrique les "formes de Gouvernements": on rencontre indistinctement des expressions disparates telles que: "República"; "Republica Unitária"; "República parlamentar"; "República membro da communidade das Nações": le fait est que, de ma connaissance de l'Afrique et des Pays africains concernés par ce catalogage différencié, ces appellations sont appliquées à des Etats au système constitutionnel identique. Il semble exister un secret de classification juridico-politique qui m'échappe; à moins qu'il s'agisse de simples approximations.

- Il en est de même du label distribué ça et là: "democracia" , "democracia parcial", "Governo democrático " et "democracia em construção", souvent selon les régions. Pour celui qui connait bien l'Afrique et ses nuances, quelques questions peuvent se poser. Entre autres exemples: en vertu de quelle règle, ou sur la base de quels critères, le Mali est-il décrété moins démocratique que le Niger? Et je peux citer 10 exemples argumentés de la même veine. Je me réfère au Mali qui est injustement qualifié, alors qu'il est, de ce que je sais, parmi les pays qui ont réalisé, malgré tous les problèmes, le meilleur parcours en termes de construction de la démocratie, en Afrique, au cours de ces dix dernières années.

- On retrouve la même incohérence, s'agissant du système de gouvernement; ainsi lit-on "presidencialismo","semi-presidencialismo", "presidencialismo multipartidário", "democracia", "presidencialismo pluripartidário", "presidencialismo plural". Quelles sont les nuances que l'auteur, en fonction des pays ou des sous-régions, a-t-il l'intention d'introduire? constatant de ma propre connaissance de l'Afrique que les différents pays qui sont étiquetés sous ces différents labels sont relativement identiques: un régime constitutionnel présidentiel, avec un système politique fondé sur le multipartisme. On se pose dès lors la question: quelles sont les conséquences de l'absence de rigueur des concepts sur les conclusions que l'auteur tire de cette classification?

- Sur un autre plan, je remarque, au passage, que l'Algérie, par

exemple, est distinguée -au titre de la forme de Gouvernement- par l'expression "o islamismo é a religião oficial".

- Je pense d'abord que l'évolution des concepts et de la réalité internationale de cette dernière décennie aurait dû amener l'auteur à distinguer "**Islam**", religion, de " l'islamismo" qui désigne aujourd'hui, dans le monde entier, une doctrine de militantisme politique sur une base religieuse.

- Une telle distinction, fondamentale, lui aurait permis de mieux qualifier et appréhender ce qu'il appelle (dernière rubrique) "agitações políticas e massacres" qui sont en fait la manifestation armée ou terroriste de l'islamisme.

- Enfin, s'agissant de l'islam, religion officielle, si cela est significatif de la forme de gouvernement des Etats, il aurait fallu le spécifier pour tous les Etats concernés (c'est le cas de tous les pays arabes et musulmans). Pourquoi distinguer l'Algérie sur ce point? Quelles sont les conséquences qu'il en tire dans ses conclusions et équations?

- De même qu'il serait utile de clarifier ce que signifie "islam religion officielle": jour férié le Vendredi et non le Dimanche; célébration des fêtes religieuses musulmanes et non celles des autres religions, prestation de serment du Président de la République sur le Coran (comme dans d'autres pays, sur la bible). Et dans aucun des pays d'Afrique du Nord, auxquels tout cela s'applique, il n'existe d'application de la Charia (chatiments corporels ou mutilation).

A regarder le tableau n° 2 du Professeur BAHIA, on a l'impression que le continent dans son ensemble, est miné par des conflits. Sans nier l'existence de problèmes que l'Afrique s'attelle à prendre en charge, il y a trop d'exagération:

- Ainsi en est-il du problème de drogue: il y a manifestement une exagération en ce que, si les pays africains -comme ceux d'autres régions, et souvent à moindre échelle- sont victimes de ce phénomène (le plus souvent comme pays de transit et donc inévitablement de consommation), il est faux d'en faire un

problème majeur comme le texte le suggère, faisant des pays africains un grand champ de production de drogues et, par là même, une multitude de conflits potentiels sur ce sujet.

- Les problèmes mentionnés par le Professeur BAHIA sur les revendications territoriales libyennes sur l'Algérie, le Niger et, de façon plus suggérée, sur le Tchad (référence à Aouzou) relèvent de supputations liées à une situation depuis longtemps dépassée. En effet, le problème de la bande d'Aouzou a été tranchée par la Cour Internationale de Justice il y a déjà 10 ans, et la Libye s'est soumise à l'Arrêt en question: Aouzou est territoire tchadien, et ce en vertu d'un Accord signé par la Libye et la France (alors puissance coloniale), en 1955, dont la C.I.J. a confirmé définitivement la validité. C'est ce même Accord qui fixe les frontières de la Libye avec le Tchad, le Niger et l'Algérie. En l'espèce, l'Arrêt de la C.I.J. met fin à toutes les supputations sur la question.

- Je relève également, entre autres, que "A Argélia apóia o exilado Frente Polisario do Oeste do Saara e rejeita a administração marroquina do Oeste do Saara". C'est une bien curieuse façon de poser les problèmes. En effet:

  - Le Professeur BAHIA sait-il que le Sahara occidental est pays membre de l'O.U.A. et de l'Union Africaine?

  - En vertu de quelle logique cite-t-il l'Ile de la Réunion, parmi les pays africains pour ensuite préciser "Departamento ultra marino franças" et oublie-t-il de mentionner un pays membre de l'organisation continentale?

Dans le troisième tableau (p 16 et 17), le Professeur BAHIA catalogue les Etats africains (forme de Gouvernement) en "autoritaire" ou "démocratique". Il aurait été utile qu'il donne les explications ou les indications qui l'ont amené à cet étiquetage contestable à bien des égards. Le moins que l'on puisse dire est que:

- Il est regrettable qu'à la fin 2002, un éminent professeur se contente d'informations vieilles de 10 ans pour classer avec légèreté, les Etats de tout un Continent; ceux-là même qui ont

fait d'énormes efforts en termes de démocratie et de bonne gouvernance, précisément au cours de la décennie que le tableau du Professeur BAHIA a décidé d'ignorer.

- De quel crédit scientifique peut se prévaloir un tel tableau qui procède à une classification aussi grave, lorsqu'il reflète en même temps une absence notable d'informations élémentaires (beaucoup de grilles d'informations factuelles relatives au système de gouvernement et de représentation sont vides).

Il est vrai que ce tableau se réfère explicitement à des ouvrages datant de 1993, et donc, le plus probablement confectionné sur la base d'informations antérieures.

On imagine bien, par simple comparaison mécanique, les méfaits d'un exposé similaire sur le Brésil, fait sur la base d'ouvrages étrangers datant de dix ans, avec des informations et des appréciations relatives à la situation d'il y a 10 ou 15 ans; et tout le décalage de l'image qui en ressortirait comparé à la réalité brésilienne d'aujourd'hui.

Je pourrais continuer cette liste de remarques pendant longtemps. Mais je préfère m'arrêter à cette série de remarques qui me parait suffisante pour signifier:

- D'une part que, avec des prémisses qui ne reflètent pas la réalité et qui ne s'astreignent pas à une rigueur minimum des concepts, c'est la validité des conclusions qui est mise en doute. Je ne sais pas ce que le Professeur BAHIA a essayé de démontrer à travers des formules savantes et compliquées (pp 17 et 18). S'il s'agit de conclusions qu'il tire de ses tableaux ci-dessus mentionnés, j'imagine la catastrophe qu'il prédit à l'Afrique.

- Mais par delà ce fait d'espèce, ce qui est le plus important à tirer comme conclusion est la méconnaissance manifeste de l'Afrique.

Je ne dis pas cela comme critique, mais davantage comme constat. Et je considère que cela vient principalement du fait que, faute d'informations directes, et de travail sur documentation de première main, beaucoup se fondent et se refèrent à des sources tierces qui, par habitude bien ancrée et, quelquefois, par choix délibéré, offrent

systématiquement une image déformée de l'Afrique. De plus, ces sources sont le plus souvent dépassées.C'est pourquoi, j'ai l'intime conviction que si certains de nos amis conférenciers avaient pleinement conscience de tout ce qui s'est fait et se fait depuis 10 ans en Afrique, en termes de construction démocratique, d'évolution des systèmes politiques et de transformations économiques et sociales, beaucoup de communications présentées à ce colloque auraient été totalement autres.

Nous avons des problèmes en Afrique, et beaucoup de défis à relever. Mais la situation n'est pas aussi catastrophique. Je ne demande à personne de faire de la propagande pour l'Afrique, mais d'être simplement objectif dans l'examen des faits; après quoi, chacun est libre de penser ce qu'il veut et de tirer les conclusions qui lui semblent bonnes.

C'est donc le besoin de connaissance mutuelle que je souhaite le plus souligner. J'ai la conviction que l'Afrique et le Brésil ont beaucoup de choses à faire ensemble. Et, à cette fin, le premier pas réside dans la connaissance des réalités de chacun, loin des préjugés, clichés et autres interprétations produits par le prisme déformant des autres. A cette fin, je dis à nos amis brésiliens, que je suis à leur disposition pour leur fournir des informations sur l'Afrique. Je suis persuadé que mes autres collègues africains le sont tout autant que moi.

Lahcène MOUSSAOUI

Brasilia, Décembre 2002

Comentários pessoais do Sr. Lahcène MOUSSAOUI expostos sob a forma de observações e notas durante o debate, especialmente referentes às comunicações dos professores Wolfgang DÖPCKE e de Luiz Henrique Nunes BAHIA

Gostaria, primeiramente, de agradecer aos organizadores desse colóquio, assim como às personalidades e aos professores que quiseram participar e trazer sua contribuição; agradeço a todos pelo interesse em relação à África, pois considero que o desenvolvimento do conhecimento relativo à África é o primeiro passo para se fazer mais, e a condição *sine qua non* da vontade de cooperar e promover o intercâmbio. Digo isso a partir de minha profunda convicção de termos muito a aprender e muito a fazer entre o Brasil e a África.

É dentro desse mesmo espírito que gostaria de fazer alguns comentários e observações. Ouvi com muita atenção intervenções que me interessaram muito. Mas constato, depois dessa atenta escuta e de leitura não menos atenta, em algumas contribuições, um certo desconhecimento da realidade africana; desconhecimento e, por conseguinte, erros de interpretação devidos, a meu ver, e a priori, ao fato de que a informação não é sempre atualizada e que, mais comumente, ela vem de fontes indiretas; de fontes que têm às vezes antigos preconceitos e, em certos casos, é preciso dizê-lo, têm objetivos e agendas próprias, que nem sempre são necessariamente os da África.

A título de observação, gostaria de salientar que aceitamos mal, nós africanos, essas divisões que se operam na apresentação de nosso Continente. É verdade que certas "divisões" podem ser interessantes para melhor apreender, no campo metodológico, um assunto; mas acredito também que, às vezes, elas podem ser perigosas, pois muitos, ao apresentar uma parte da África, consideram ter coberto toda a África, seja por extrapolação, ou mais grave ainda, por uma simples transposição de esquemas de pensamento, provenientes de fora, e que

reduzem, deliberadamente, a África a uma parte do Continente. Do mesmo modo, certas apresentações parciais da África ampliam as diferenças que os africanos mesmos combatem e muito fizeram para apagar. Quando existem essas diferenças, eles querem superá-las, como os problemas de língua ou regionais. É, por isso, que o desejo da África é ser considerada e respeitada na sua unidade. É, em todo caso, nossa convicção, nossa ambição e nosso projeto, enquanto africanos.

Segunda observação geral: o mais importante hoje, é apreender a África na sua realidade, isto é, naquilo que é verdadeiro e não mais a partir do que se conta ou que advém de outras fontes.

Cito, por exemplo, a exposição do Professor DÖPCKE, da qual, para não entrar em maiores detalhes, abordarei três aspectos que me interessaram, portanto três observações fundamentais.

1. Em sua comunicação, o Professor DÖPCKE trata longamente de um suposto conflito entre duas visões opostas representadas, respectivamente, pelo líder da Líbia e o Presidente da África do Sul, a propósito da concepção mesma da União Africana. A história da criação da Organização da Unidade Africana é suscitada para estabelecer um paralelo entre o conflito que o autor acredita revelar ou adivinhar e os debates de fundo que presidiram a gestação da OUA, no início dos anos 60. O fato é que esses dois períodos não têm termos de comparação, nem no que diz respeito às condições históricas gerais, nem no que concerne ao auto-conhecimento pelos africanos e, conseqüentemente, nem quanto aos objetivos e organizações imediatas. Além desse fato evidente, e por ter testemunhado, pessoalmente, o episódio do início do lançamento da União Africana, gostaria de fornecer fatos, somente fatos, sobre esse assunto:

Certamente, foi o Coronel Kaddafi que lançou em 1999 a idéia dos "Estados Unidos Africanos". Mas, é preciso saber que o trabalho da reforma da OUA começou há 20 anos e que um Comitê especial já havia sido instalado — o "Comitê de Revisão da Carta" — que amadurecia a reflexão sobre em que sentido e sob que esquema exatamente seria reformada a OUA. Foi nesse sentido aliás, que surgiu, nos anos 90, antes da Reforma formal da OUA, certo número de projetos que tomaram corpo, entre os quais o Plano de Abuja, na área

econômica, e o Mecanismo para a Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos. Assim sendo, qualquer que tenha sido a idéia proposta pelo líder líbio em 1999, ela veio se inserir num contexto de trabalho africano, em execução há muito tempo. Para a realização da reforma, houve, primeiramente, instruções dos Chefes de Estado, que foram transmitidas aos peritos, que, por sua vez, trabalharam longamente o projeto. Esse projeto foi examinado, em seguida, pelos Ministros, que, depois de finalizá-lo, encaminharam-no aos Chefes de Estado para a decisão final e adoção. Mais de 50 países africanos participaram da discussão e negociação desse projeto. Cada um tinha sua idéia sobre seus diferentes aspectos. A União Africana, na sua atual forma definitiva, é o resultado de todo esse processo; diria mesmo que ela é o ponto de equilíbrio entre o ideal e o factível. Não havia conflito entre os líderes africanos a esse respeito; e muito menos conflito entre duas visões, estruturadas ou não.

2. A segunda observação que farei ao Professor DÖPCKE diz respeito ao "PEER" (ou M.A.E.P. - Mecanismo Africano de Avaliação entre Pares), aspecto a que é consagrada boa parte de sua comunicação. O desenvolvimento das idéias do Professor DÖPCKE diz respeito a uma suposta polêmica entre o Presidente sul-africano, que é, ao mesmo tempo, Presidente da União Africana, e o Primeiro Ministro canadense, chegando a conclusões e considerações que não têm nenhuma razão de ser. Farei sobre esse assunto uma série de constatações e observações. Primeiro, o PEER é uma iniciativa africana, que veio completar o processo de elaboração de um projeto específico, a saber, o NEPAD, e tudo o que diz respeito ao processo da construção democrática nos países africanos. O PEER é um mecanismo que prova a seriedade do compromisso dos Chefes de Estado africanos com a realização de mudanças necessárias e a concretização dos objetivos inscritos naquele programa. É um Mecanismo que visa a medir os esforços africanos e avaliar os progressos realizados, de maneira que os próprios Estados africanos possam corrigir a situação e melhorar seus desempenhos.

Desse ponto de vista, é interessante salientar que nem o PEER, nem a União Africana ou o NEPAD são instituições supranacionais, feitas para controlar ou censurar os Estados africanos. São

compromissos livremente consentidos para trabalhar conjuntamente, em vista de um compromisso coletivo, ou seja, o programa de construção da União Africana e sua consolidação e a concretização do NEPAD. Portanto, não cabe a qualquer autoridade, país ou grupo de países não-africanos apresentar-se como tutor da África. O NEPAD é um projeto africano no qual está prevista a parceria com todos os países e grupos de países que queiram trabalhar com a África. Nem mais, nem menos.

3. Minha terceira e última observação sobre a comunicação do Professor DÖPCKE refere-se a uma série de informações que acho, pessoalmente, totalmente contrárias à realidade. Citarei, entre outros exemplos, o do Mecanismo para a Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos. Li a respeito, na página 26: "este instrumento dos anos 1990 que ficou dormindo até a Cúpula de 2001 em Lusaka...". Creio que existe aí um erro fundamental, mesmo que seja factual, porque a realidade é totalmente oposta: esse Mecanismo foi criado em 1993, porque havia problemas a resolver, e considero que desempenhou plenamente seu papel; posso dar-lhes múltiplos exemplos. Foi esse Mecanismo que geriu e pôs fim à crise das Comores e, se não há mais crise nas Comores, é graças à atuação desse Mecanismo. Na República Democrática do Congo, foi o mesmo órgão que, com todo o peso da África, propiciou o fim dos combates, o estabelecimento de um cessar fogo e a estabilização da situação; mesmo que a paz total e definitiva não se tenha completamente estabelecido naquele país, é forçoso reconhecer que não há mais combates, que não há mais mortos. Da mesma maneira, esse Mecanismo desempenhou, bem antes disso, um papel importante no decorrer de crises, tais como as de Ruanda, Burundi, Serra Leoa e Libéria. Melhor ainda, esse Mecanismo demonstrou sua capacidade durante a guerra entre a Etiópia e a Eritréia. Foi no quadro desse Mecanismo que uma ação africana se desenrolou. A Argélia foi investida, a partir de 1999, na Presidência da OUA e, portanto, desse Mecanismo africano. O Presidente Bouteflika deu continuidade ao trabalho do mecanismo, com base no mandato da OUA e por meio do instrumento que representa, com a contribuição de outros países.

Foi precisamente seu papel, que se mostrou extremamente útil em face das diferentes situações de crise e, portanto, a prova de sua

pertinência e de sua eficácia, que fez com que fosse integrado, primeiramente em 2001, como órgão da União Africana e, em seguida, desse origem, em 2002, ao Conselho de Paz e de Segurança da Organização.

É também falso opor, ficticiamente, pólos de poder na África, que se moveriam do Norte para o Sul, fazendo uma leitura errada do fato de que as Cúpulas da OUA e da União Africana se realizaram, nesses dois últimos anos, na África Austral. Posso testemunhar as decisões tomadas a respeito, na Cúpula de Argel, em julho de 1999. É preciso saber, efetivamente, que é uma prática na África que as Cúpulas se celebrem seja na sede da organização (Adis Abeba), seja nas capitais de países membros, a convite dos Chefes de Estado. Acontece que o êxito da Cúpula de Argel e o entusiasmo dos Chefes de Estado dos Estados membros suscitaram muito interesse. E, além dos dois convites já feitos (Togo: Cúpula 2000, e Zâmbia: Cúpula 2001), foram aceitos outros convites (África do Sul: 2002, Moçambique: 2003...), privilegiando os países que nunca abrigaram Cúpulas africanas, como a África do Sul (apartheid) e Moçambique (conseqüências do apartheid e de situação específica até data recente); o programa das Cúpulas já foi, aliás, estabelecido para os próximos 3 ou 4 anos.

Essa tendência a desfigurar os fatos e procurar sistematicamente interpretações negativas para a menor idéia ou ação africanas, encontra sua plena expressão na conclusão do Professor DÖPCKE, na qual se esforça em liquidar a mínima esperança da África, negar a mínima boa fé a seus dirigentes e obstruir a mínima perspectiva de evolução do Continente. Nessa lógica, os africanos estariam, de qualquer maneira, congenitamente condenados; o mundo inteiro e todos os povos evoluem, o que é próprio da natureza humana; mas esse nunca seria o caso da África.

É assim, para tomar um só exemplo, que a decisão africana de lutar contra a prática da tomada do poder pela força – decisão inserida no Ato Constitutivo da União Africana, art. 30 – cuja essência é consolidar os processos democráticos – em construção na África como em outros lugares – é, lamentavelmente, travestida em vontade maléfica de perpetuação dos atuais Presidentes. O Professor DÖPCKE escreve,

com efeito (pág. 30), "ao contrário do que parece, a rejeição de "mudanças não constitucionais" protegem os atuais detentores do poder, na medida em que estes conseguem se manter no poder, não abertamente rejeitando os princípios democráticos mas manipulando-os". Os preconceitos fazem decididamente esquecer até as leis elementares da biologia e, fatos bem conhecidos, tais como a tendência importante das Constituições africanas a limitar o número (geralmente a dois) dos mandatos dos Presidentes da República – o que já acontece em muitos países africanos.

Aliás, os argumentos de que o Professor DÖPCKE se utiliza, no mesmo parágrafo, para apoiar sua afirmação, tão grave quanto gratuita, já estão desmentidos pelos fatos, no que diz respeito a:

- Madagascar: a Cúpula da União Africana recusou reconhecer uma situação de fato e exige eleições com resultado claro, em respeito ao seu próprio compromisso; e

- Quênia que acaba de mudar de Presidente, democraticamente, como resultado de eleições livres.

Aí está ainda uma prova de que a África não está definitivamente condenada, ao contrário do que acredita e se obstina desesperadamente em querer demonstrar.

Tudo isso sublinha – e é o mínimo que se pode dizer – a falta de conhecimento que as pessoas têm sobre a África e o perigo que existe em fazer leituras a partir do que outros escrevem e extrapolam a propósito desse Continente. Isso também demonstra, ao mesmo tempo, o interesse vital que temos – africanos e parceiros – em desenvolver nosso conhecimento mútuo e recíproco, primeiro passo para um trabalho em comum.

Tudo que foi argüido se aplica ainda mais à comunicação do Professor BAHIA.

Que fique bem claro que não tenho nada contra o Professor BAHIA nem contra o seu trabalho. Ele tem o direito de pensar e dizer o que quiser. Não é nem mesmo a crítica à África que me incomoda, porque, qualquer coisa que ele diga — ele mesmo ou um outro — nós

podemos, enquanto africanos, dizer e escrever ainda mais sobre nós mesmos, desde que os fatos sejam bem colocados e as premissas suficientemente claras em termos de dados e conceitos.

O que mais me incomoda nessa comunicação, é o fato de tirar conclusões a partir de falsos dados e/ou de dados no mais das vezes superados. Há muito a dizer, mas limitar-me-ei a alguns exemplos mais significativos.

Excluo de minhas observações a parte introdutória (páginas 1-4) na qual é feita uma leitura sintética da História e da situação da África. Respeito-a como opinião. Ao contrário, no que diz respeito às tabelas, assinalo grandes lacunas, erros e falta de rigor nos conceitos, pois somente o rigor nos conceitos, fundado sobre uma compreensão e uma representação fiéis da realidade, é capaz de autorizar e fundamentar conclusões científicas, sobretudo quando se trata de equacionar um país em toda a sua complexidade... Assinalo a esse respeito, para limitar-me ao mais chocante:

- Na rubrica "as formas de Governo", encontram-se indistintamente expressões díspares como: "República"; "República Unitária"; República parlamentar"; "República membro da comunidade das Nações": o fato é que, segundo o meu conhecimento da África e dos países africanos incluídos nessa catalogação diferenciada, essas denominações são aplicadas a Estados de idêntico sistema constitucional. Parece existir um segredo de classificação jurídico-política que me escapa; a menos que se trate de simples aproximações.

- O mesmo acontece com os rótulos distribuídos aqui e acolá: "democracia", "democracia parcial", "Governo democrático" e "democracia em construção", muitas vezes segundo as regiões. Para aquele que conhece bem a África e suas nuances, algumas questões se podem colocar. Entre outros exemplos: em virtude de que regra, ou baseado em que critérios, o Mali é decretado menos democrático do que o Niger? Posso citar 10 exemplos que receberam o mesmo tratamento. Refiro-me ao Mali, que é injustamente qualificado, visto que está, segundo meu conhecimento, entre os países que realizaram, a despeito de

todos os problemas, o melhor percurso em termos de construção da democracia na África, nesses últimos dez anos.

- Encontra-se a mesma incoerência, quando se trata de sistemas de governo; lê-se "presidencialismo", "semi-presidencialismo", "presidencialismo multipartidário", "democracia", "presidencialismo pluripartidário", "presidencialismo plural". Quais são as nuances que o autor, em função do país ou das sub-regiões, tem intenção de introduzir, constatando a partir de meu próprio conhecimento da África, que os diferentes países etiquetados sob esses rótulos são relativamente idênticos: um regime constitucional presidencial, com um sistema político fundamentado no multipartidarismo? Coloca-se desde logo a questão: Quais são as conseqüências da ausência de rigor de conceitos nas conclusões que o autor tira dessa classificação ?

- Em outro plano, observo, de passagem, que a Argélia, por exemplo, é diferenciada – quanto à forma de Governo – pela expressão "o islamismo é a religião oficial"

- Penso, primeiramente, que a evolução dos conceitos e da realidade internacional dessa última década deveria levar o autor a distinguir "Islam", religião, de islamismo, que hoje designa, no mundo inteiro, uma doutrina de militância política com base religiosa.

- Uma tal distinção, fundamental, permitir-lhe-ia melhor classificar e apreender o que chama (última rubrica) "agitações políticas e massacres", que são de fato a manifestação armada ou terrorista do islamismo.

- Enfim, tratando-se do Islam, religião oficial, se isso é significativo da forma de governo dos Estados, seria necessário especificar esse aspecto para todos os Estados implicados (é o caso de todos os países árabes e mulçumanos). Por que diferenciar a Argélia nesse aspecto? Quais são as conseqüências que ele tira a esse respeito nas suas conclusões e equações?

- Do mesmo modo, seria útil esclarecer o que significa "Islam religião oficial": feriado na sexta-feira e não no domingo; celebração das festas religiosas muçulmanas e não as de outras religiões; juramento

do Presidente da República sobre o Alcorão (como é feito em outros países sobre a Bíblia). E em nenhum dos países da África do Norte, aos quais tudo isso corresponde, aplica-se a Charia (castigo corporal ou mutilação).

Ao se deter sobre o quadro n. 2 do Professor BAHIA, tem-se a impressão que o continente no seu conjunto está minado por conflitos. Sem negar a existência de problemas que a África se esforça em equacionar, há muito exagero:

- Assim, no que diz respeito ao problema das drogas: há, sem dúvida exagero, na medida em que, se os países africanos – como os de outras regiões e no mais das vezes em menor escala – são vítimas desse fenômeno (freqüentemente como país de trânsito e, portanto, inevitavelmente, de consumo), é falso torná-lo um problema maior, como o texto o sugere, fazendo dos países africanos um grande campo de produção de drogas e, por isso mesmo, de múltiplos conflitos em potencial a esse respeito.

- Os problemas mencionados pelo Professor BAHIA das reivindicações territoriais da Líbia na Argélia, no Niger e, de modo mais claro, no Chade (referência a Aouzou) referem-se a demandas relacionadas a uma situação há muito superada. Efetivamente, o problema da faixa de Aouzou foi resolvido pela Corte Internacional de Justiça há dez anos, e a Líbia se submeteu à sentença em questão: Aouzou é território do Chade, e isso em virtude de Acordo assinado entre a Líbia e a França (então potência colonial), em 1955, cuja validade a CIJ confirmou definitivamente. É esse mesmo Acordo que fixa as fronteiras da Líbia com o Chade, o Niger e a Argélia. A sentença da CIJ põe fim a todas as demandas nessa questão.

- Saliento, igualmente, entre outras afirmações, que "A Argélia apóia o exilado Frentre Polisario do Oeste do Saara e rejeita a administração marroquina do Oeste do Saara". É uma maneira bastante curiosa de colocar o problema. Efetivamente:

- Sabe o Professor BAHIA que o Saara Ocidental é um país membro da OUA e da União Africana?

- Segundo que lógica, cita a Ilha da Reunião, entre os países africanos, para, em seguida, incluí-la no "Departamento Ultramarino francês" e se esquece de mencionar um país membro da organização continental?

No terceiro quadro (páginas 16 e 17), o Professor BAHIA cataloga os Estados africanos (forma de Governo) em "autoritário" ou "democrático". Teria sido útil que fornecesse as explicações ou indicações que o levaram a essa rotulação, contestável sob muitos aspectos. O mínimo que se pode dizer é:

- É lamentável que, no final de 2002, um eminente professor se contente com informações antigas de 10 anos para, levianamente, classificar os Estados de todo um Continente; os mesmos que fizeram enormes esforços em termos de democracia e de boa governança, precisamente durante a década que o quadro do Professor BAHIA decidiu ignorar.

- De que crédito científico se pode valer um tal quadro que procede a uma classificação tão séria, quando reflete, ao mesmo tempo, uma ausência notável de informações elementares (muitas das colunas de informações factuais relativas aos sistemas de governo e de representação estão vazias).

É verdade que esse quadro se refere, explicitamente, a obras datadas de 1993 e, portanto, mais provavelmente, foi estabelecido com base em informações anteriores.

Imagine-se, por simples comparação mecânica, os malefícios de uma exposição similar sobre o Brasil, baseada em obras estrangeiras antigas de 10 anos, com informações e apreciações relativas à situação de 10 ou 15 anos atrás, e todo o descompasso da imagem que produziria em comparação com a atual realidade brasileira.

Poderia continuar essa lista de observações por muito tempo. Mas prefiro limitar-me a essa série de observações que me parece suficiente, para demonstrar:

- De um lado que, com premissas que não refletem a realidade e não se cingem a um rigor mínimo de conceitos, fica em dúvida

a validade das conclusões. Não sei o que o Professor BAHIA tentou demonstrar por meio de fórmulas engenhosas e complicadas (páginas 17 e 18). Tratando-se das conclusões que tira dos seus quadros acima mencionados, imagino a catástrofe que profetiza para a África.

- Mas, além desses aspectos específicos, a conclusão mais importante a tirar é o desconhecimento manifesto sobre a África.

Não digo isso como crítica, mas antes como constatação e considero que isso advém, principalmente, do fato de que, na falta de informações diretas e de trabalho com documentação de primeira mão, muitos tomam como fundamento e referência fontes terceiras que, por hábito arraigado e, algumas vezes, por escolha deliberada, oferecem sistematicamente uma imagem deformada da África. Ademais, essas fontes são, na maioria das vezes, ultrapassadas. É por isso que tenho a convicção íntima de que, se alguns de nossos amigos conferencistas tivessem plena consciência de tudo o que foi feito e se faz há 10 anos na África, em termos de construção democrática, de evolução dos sistemas políticos e de transformações econômicas e sociais, muitas das comunicações apresentadas a esse colóquio teriam sido totalmente diferentes.

Temos problemas na África, e muitos desafios a enfrentar. Mas a situação não é tão catastrófica. Não peço a ninguém para fazer propaganda da África, mas simplesmente ser objetivo no exame dos fatos; após o que, cada um é livre para pensar o que quiser e tirar as conclusões que lhe pareçam adequadas.

É, portanto, a necessidade de conhecimento mútuo que mais desejo sublinhar. Tenho a convicção que a África e o Brasil têm muito a fazer juntos e, para esse fim, o primeiro passo reside no conhecimento das realidades de cada um, longe de preconceitos, clichês e outras interpretações produzidas pelo prisma deformante de outros. Para isso, digo a nossos amigos brasileiros que estou à sua disposição para fornecer-lhes as informações sobre a África. E estou persuadido que meus outros colegas africanos estão à sua disposição, tanto quanto eu.

TERCEIRA PARTE

Cooperação Econômica, Comércio e a Geo-economia africana

Desenvolvimento sustentável e o contexto geo-econômico africano

Demétrio Magnoli[1]

O panorama atual, de extrema pobreza, da imensa maioria dos países da África Subsaariana é um produto, essencialmente, do fraco crescimento econômico registrado nas últimas três décadas. As economias africanas, de modo geral, experimentam estagnação econômica estrutural. Esse fenômeno de longo prazo – que se verifica durante a maior parte da história independente dos Estados africanos – não pode, obviamente, ser explicado em bases conjunturais.

O contraste com as economias da Ásia oriental e meridional merece ser ressaltado. Com raras exceções, as economias asiáticas experimentaram forte crescimento econômico nas últimas três décadas. Nessas economias, as taxas históricas de expansão do PIB superaram, por larga margem, as taxas de incremento demográfico. O resultado consistiu no crescimento real do PIB per capita e em reduções notáveis da parcela da população que vive em situação de pobreza e de miséria. Na África Subsaariana, ao contrário, o incremento demográfico acelerado – em geral, a taxas superiores a 2,5% anuais – ultrapassou, em muitos casos, o crescimento real do PIB. O resultado consistiu em aumento pequeno ou, em muitos casos, na redução do PIB per capita e na expansão absoluta e, às vezes, também relativa da miséria.

A **tabela 1** compara a evolução anual do PIB per capita, calculado a preços constantes, nos países em desenvolvimento da África Subsaariana e da Ásia oriental e meridional. Ela atesta a divergência profunda entre as trajetórias econômicas dessas duas grandes regiões, que solicita explicações estruturais.

[1] Doutor em Geografia Humana pela FFLCH-USP.

Tabela 1
Crescimento real anual do PIB per capita, 1975-99: países em desenvolvimento da África Subsaariana e da Ásia oriental e meridional

País	%	País	%
Guiné Equatorial	8,4	Quênia	0,4
Rep. Popular da China	8,1	Congo	0,3
Coréia do Sul	6,5	Guiné Bissau	0,3
Tailândia	5,7	Filipinas	0,1
Cingapura	5,3	Malawi	-0,2
Botswana	5,1	Mauritânia	-0,2
Hong Kong	4,8	Etiópia	-0,3
Vietnã	4,8	Senegal	-0,3
Indonésia	4,6	Gâmbia	-0,3
Malásia	4,2	Burundi	-0,5
Butão	4,1	Camarões	-0,6
Maurício	4,0	Mali	-0,7
Índia	3,2	Nigéria	-0,8
Sri Lanka	3,2	África do Sul	-0,8
Laos	3,2	Togo	-1,3
Paquistão	2,9	Ruanda	-1,4
Cabo Verde	2,9	Comores	-1,5
Uganda	2,5	Rep. Centro-Africana	-1,6
Lesoto	2,4	Gabão	-1,7
Bangladesh	2,3	Madagascar	-1,8
Suazilândia	2,0	Costa do Marfim	-2,1
Camboja	1,9	Brunei	-2,1
Nepal	1,8	Angola	-2,1
Guiné	1,4	Níger	-2,2
Moçambique	1,3	Zâmbia	-2,4
Burkina	1,0	Serra Leoa	-2,5
Zimbábue	0,6	Rep. Democrática do Congo	-4,7
Benin	0,4		

Fonte: Banco Mundial, 2001.

OBS: Os países sem série completa foram excluídos da tabela.

Entre os 18 países em desenvolvimento da Ásia oriental e meridional, apenas dois (Filipinas e Brunei) apresentaram crescimento anual do PIB per capita inferior a 1%. Entre os 37 países da África Subsaariana, 27 apresentaram crescimento inferior a 1%. Entre esses países, nada menos que 22 registraram crescimento anual negativo do PIB per capita ao longo desse período de um quarto de século. Entre os países mais populosos da África Subsaariana, todos conheceram evolução desalentadora do PIB per capita: Nigéria, Etiópia, República Democrática do Congo, África do Sul e Quênia.

O panorama geral, desolador, não deve esconder casos específicos especialmente dramáticos. Os países que transitaram de regimes de minoria branca para regimes de maioria – África do Sul e Zimbábue – apresentaram crescimento econômico muito baixo. A África do Sul, única economia industrial do continente, conheceu retração significativa do PIB per capita (-0,8% ao ano). Diversos países atingidos por guerras civis – como Angola, Ruanda, Serra Leoa e República Democrática do Congo – registraram violentas reduções do PIB per capita.

É difícil exagerar a extensão e profundidade do fracasso econômico da imensa maioria dos países da África Subsaariana. Nas classificações do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e do IPH (Índice de Pobreza Humana) da ONU, de 1999, os 28 últimos lugares são ocupados, sem exceção por países da África Subsaariana. Nada menos que 21 países da África Subsaariana exibem taxas de mortalidade infantil superiores a 100 por mil.[2]

O pensamento terceiro-mundista em voga nos anos 60 e 70 atribuía a pobreza e o atraso africanos à herança colonial: as estruturas geopolíticas e geoeconômicas criadas pelas potências européias seriam as fontes exclusivas da tragédia sócio-econômica na África Subsaariana. Contudo, quatro décadas depois das independências, as sociedades africanas encontram-se, de modo geral, em situação igual ou pior que aquela do ponto de partida.

[2] Cf. UNPD, *Human Development Report*, 2001.

Há trinta ou quarenta anos, grande parte dos países da Ásia oriental e meridional apresentava índices de pobreza similares aos da África Subsaariana. Contudo, os países asiáticos conseguiram deflagrar processos sustentados de crescimento econômico, que reduziram a pobreza e a miséria em termos relativos e absolutos. A comparação é suficiente para desmontar as explicações tradicionais que interpretavam a tragédia africana em termos de causas externas. Hoje está claro que a tragédia africana tem raízes internas, africanas.

A tese da "armadilha tropical"

O economista Jeffrey Sachs, diretor do Harvard Institute for International Development, conduziu um estudo detalhado, com base em modelos e estatísticas, procurando identificar padrões globais de crescimento econômico no período 1965-90.[3] As conclusões do estudo apontam quatro fatores determinantes para a dinâmica de crescimento e mudança das economias: as condições de partida, a geografia física, as políticas governamentais e a evolução demográfica. De certo modo, a proposta metodológica sustenta-se sobre uma ecologia não-determinista do desenvolvimento.

O estudo sugere que as economias tropicais pré-industriais encontram-se presas a uma "armadilha da pobreza" formada pelas teias entrelaçadas da baixa produtividade agrícola e das moléstias típicas dos climas quentes. No modelo apresentado, esses custos seriam responsáveis por uma perda de 1,3 ponto percentual de crescimento anual em relação a economias das zonas temperadas.

A tese da "armadilha tropical" parece, à primeira vista, extremamente atraente para explicar o fracasso africano. Vastas áreas da África tropical apresentam solos de baixa fertilidade natural, intemperizados por chuvas torrenciais. Grande parte da África Subsaariana está submetida ao domínio climático tropical, com regime de alternância entre a estação das chuvas e a da estiagem. Nesse domínio, as longas secas e a irregularidade das precipitações provocam

[3] J. Sachs et alii, *Emerging Asia*, Asian Development Bank, 1997.

perdas periódicas de safras e instabilidade dos ciclos agrícolas. Lentas mudanças climáticas naturais parecem estar deslocando o cinturão das chuvas para o norte do rio Zambeze, prejudicando a agricultura da África austral. Além disso, moléstias como a malária, a febre amarela, o tétano e a bilharzíase continuam a infestar inúmeros países do subcontinente.

A ecologia do desenvolvimento de Sachs também leva em conta as limitações ao comércio internacional geradas pela ausência de saídas marítimas e pelas distâncias entre as áreas de produção e os portos exportadores. À luz desses critérios, a África Subsaariana sofre terríveis desvantagens. Quinze países não têm saídas marítimas. Diversos outros apresentam pequena baixa proporção de fronteiras oceânicas em relação à extensão territorial. Os custos de transportes nos países desenvolvidos representam, em média, pouco mais que 5% dos custos finais das mercadorias. Nos países em desenvolvimento, essa parcela ultrapassa 8%. Na África Subsaariana, atinge quase 11,5%. Segundo o modelo de Sachs, as distâncias em relação aos portos deduzem mais um ponto percentual no crescimento anual das economias do subcontinente.

Essas desvantagens ambientais são agravadas pelas pressões demográficas. No mundo em desenvolvimento, a África Subsaariana encontra-se em estágio retardatário da transição demográfica. A redução acelerada das taxas de mortalidade, entre 1950 e 1980, não foi acompanhada por redução das taxas de natalidade. Em 1965, a taxa de incremento vegetativo era de 2,7% e, em 1980, atingiu 3,1%. A desaceleração começou tarde, em comparação com a Ásia oriental e meridional: em 1997, o crescimento vegetativo ainda era de 2,6%. O impacto econômico da transição demográfica retardatária é conhecido. A estrutura etária caracteriza-se pelo predomínio de crianças e jovens. A população ativa é relativamente pequena. As demandas por serviços de saúde e educação não podem ser cobertas por sociedades pobres.

Os principais elementos teóricos e metodológicos dessa abordagem do desenvolvimento surgiram muito antes da aplicação de modelos matemáticos à análise econômica. Os geógrafos franceses da primeira metade do século XX, que eram adeptos da metodologia ecológica, já enfocavam os obstáculos ambientais à modernização das

economias africanas. A tese de Sachs, contudo, pretende distanciar-se do determinismo ecológico tradicional conferindo ênfase às políticas governamentais.

Nessa linha, a estratégia para a ruptura da "armadilha tropical" consistiria num salto econômico em direção à indústria e aos serviços. Na Ásia oriental e meridional, a oportunidade para esse salto teria proporcionado a deflagração do crescimento sustentado nos Novos Países Industrializados (NPIs): Hong Kong, Cingapura, Coréia do Sul, Taiwan, Malásia, Tailândia e Indonésia. Na Tailândia e na Indonésia, a existência de áreas extensas de solos férteis – as zonas rizicultoras da Tailândia setentrional e a ilha de Java – teriam funcionado como vantagens circunstanciais e contribuído, secundariamente, para impulsionar a dinâmica de modernização econômica.

O esquema de Sachs valoriza as políticas governamentais que abriram caminho para o crescimento dos setores não-agrícolas nos NPIs: abertura comercial, rigor fiscal, respeito aos contratos e às leis. Mas essas políticas só teriam produzido sucesso em virtude dos fundamentos ambientais e demográficos "virtuosos" do leste e sudeste asiáticos. A localização insular ou oceânica dos países da região, sobre rotas importantes de comércio marítimo, e a marcha rumo à etapa derradeira da transição demográfica seriam condições quase indispensáveis para a continuidade do crescimento econômico.

A abordagem da China e da Índia revela os fortes traços deterministas do modelo de Sachs. O crescimento chinês teria se beneficiado, particularmente, da localização predominantemente temperada do território do país e da extensa linha costeira, onde se encontram as zonas manufatureiras e exportadoras mais dinâmicas. A Índia não apresenta as mesmas vantagens comparativas. Os núcleos dinâmicos da sua economia, situados na porção meridional – e tropical, portanto – do território organizam-se ao redor dos portos da costa sudeste. O dinamismo desses núcleos contrasta com a estagnação econômica de estados como Uttar Pradesh e Biar, isolados no vale do Ganges.

Apesar dos alertas contra o determinismo geográfico, Sachs está convencido de que o setor agrícola não pode funcionar como motor

para a deflagração da modernização das economias africanas. Num artigo que sumariza conclusões do estudo, após ritualmente criticar o protecionismo agrícola dos países ricos e mencionar as potencialidades da pesquisa científica na agricultura, ele escreveu: "Entretanto, o histórico frustrante da agricultura tropical pode significar que devemos começar a aceitar como normal uma situação na qual a África e outras regiões tropicais são alimentadas por exportadores das zonas temperadas, e na qual os trópicos abrem o seu caminho no mundo através das exportações industriais e de serviços, no lugar das commodities primárias".[4]

O ponto de vista de Sachs atualiza e sofistica o fatalismo ecológico tradicional. A sua explicação para o sucesso dos NPIs e da China, quando é generalizada e se converte em um modelo geral, gera a conclusão irreversível de que a África Subsaariana está condenada a reproduzir, por muito tempo, uma trajetória de crescimento econômico restringido ou de desastrosa estagnação. Isso porque as condições iniciais para um salto modernizador baseado nos setores não-agrícolas são, na imensa maioria dos países do subcontinente, extremamente difíceis.

Além do fatalismo ecológico

O "pessimismo agrícola" de Sachs disfarça, atrás do modelo ecológico geral, a ausência de um estudo concreto, histórico, da evolução da agricultura nos países africanos independentes. Na verdade, o que precisa ser explicado é o monumental fracasso da agricultura africana de alimentos que, entre 1961 e 1995, retrocedeu 12% em termos de produção per capita enquanto, no mesmo período, a produção da América Latina crescia em cerca de 15% e a dos países em desenvolvimento da Ásia, em quase 70%. As importações alimentares anuais per capita na África Subsaariana saltaram de 2,2 dólares no início da década de 60 para 6,7 dólares em meados da década de 70 e para mais de 13 dólares em 1991.[5] Diversos países que eram

[4] "The limits of convergence: Nature, nurture and growth", *The Economist*, june 14th 1997, p. 22.

[5] Cf. FAO, *La situation mondiale de l'alimentation et de l'agriculture*, 1995, p. 44.

exportadores de alimentos até a independência – como a Zâmbia e o Congo Belga, entre outros exemplos – dependem atualmente de importações dos países ricos. Alguns países têm que importar um terço ou mais dos alimentos que consomem: Mauritânia, Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, República Democrática do Congo, Malawi. O fracasso agrícola africano não derivou da ecologia dos trópicos mas, essencialmente, de fatores políticos externos e internos.

O fator externo, bem conhecido mas muitas vezes subestimado, é o protecionismo da Europa, Estados Unidos e Japão. As taxas, subsídios, cotas e regras sanitárias dos países ricos atingem, diretamente, produtos competitivos da agricultura africana. A União Européia protege seus produtores de frutas cítricas, óleos vegetais, tomate e tabaco. Os Estados Unidos protegem seus produtores de carne, leite, tabaco, açúcar e amendoim. O Japão sustenta, a custos elevadíssimos, pagos pelos consumidores, seus produtores de arroz e carne. O impacto das incontáveis barreiras tarifárias e não-tarifárias impostas pelos países ricos sobre as pequenas economias africanas é, evidentemente, muito mais danoso que sobre economias como a brasileira ou mesmo a argentina.

Ao protecionismo, soma-se a "ajuda alimentar" permanente, que precisa ser separada, analiticamente, da ajuda de emergência destinada a aplacar episódios de crises agudas de fome. A "ajuda alimentar" permanente, através da qual excedentes de cereais, laticínios e carne da União Européia e Estados Unidos são despejados sobre os mercados africanos, representa, do ponto de vista econômico, uma política de dumping. A absorção desses excedentes pelos mercados africanos gera instabilidades desastrosas nos preços agrícolas e desorganiza a produção local. Na República Centro-Africana, na década de 80, as experiências promissoras de substituição do cultivo de algodão pelo de arroz foram fracassaram subitamente quando chegou, sob a rubrica de "ajuda alimentar" um carregamento de 2,5 mil toneladas de arroz, uma quantidade maior que o consumo anual do país. Na faixa semi-árida do Sahel, o desenvolvimento da agricultura do milho foi continuamente sabotada pelo fornecimento de excedentes de trigo europeu, sob a forma de "ajuda alimentar". A história de desastres sociais e econômicos provocados, diretamente, pela "caridade" dos

países ricos na África Subsaariana continua à espera de um narrador.

Mas o fracasso da agricultura africana não pode ser atribuído, exclusivamente, às condições nas quais opera o intercâmbio internacional de alimentos. Esse fracasso decorreu, em grande medida, das políticas conduzidas pelos Estados africanos e por organizações internacionais que assessoraram os esforços de desenvolvimento desses Estados.

A Tanzânia constitui, talvez, o exemplo mais célebre e dramático. Sob a influência da China, o regime de Julius Nyerere promoveu desastrosas políticas coletivistas baseadas na criação de vilas comunais e de grandes estabelecimentos que deveriam modernizar as técnicas de produção. Em Gana, sob Kwame Nkrumah e a influência soviética, a ênfase recaiu em esforços mal sucedidos de criação de agroindústrias, que deveriam conduzir ao desaparecimento do campesinato tradicional. Em diversos países, instituíram-se agências estatais de comercialização de produtos agrícolas, que monopolizavam a aquisição e pagavam aos camponeses preços muito inferiores aos de mercado. No Malawi, a centralização da aquisição teve efeitos nefastos sobre a produção de tabaco. Em Gana, a corrupção na agência governamental reduziu brutalmente a produção de cacau.

De modo geral, as políticas governamentais para a agricultura basearam-se no pressuposto de que a economia rural tradicional, voltada para a subsistência e a comercialização de excedentes, constitui em si mesma uma raiz da estagnação sócio-econômica africana. Esse falso pressuposto funcionou como base para políticas que desorganizaram grupos sociais e sistemas econômicos regionais.

No norte do Quênia e sul da Etiópia, os pastores transumantes foram submetidos a um desastroso experimento de "engenharia social" promovido por assessores técnicos noruegueses. Cerca de 20 mil pastores do grupo Turkana tiveram que trocar seu modo de vida tradicional pela pesca e criação de tilápias no lago Turkana. O experimento durou pouco, pois os custos do empreendimento superavam os preços do produto, vendido em mercados distantes. O resultado final foi o êxodo dos Turkana, destituídos de seus rebanhos, para vilarejos e cidades.

Na África austral, o combate incessante à mosca tsé-tsé, que impede a criação de gado, gerou campanhas de eliminação dos mamíferos selvagens que servem como hospedeiros. Contudo, nas zonas onde a mosca tsé-tsé foi erradicada, a introdução de rebanhos provocou rápida deterioração de solos ecologicamente incapazes de suportar a criação intensiva. Há mais de uma década, ocorre uma revalorização dos grandes mamíferos da savana, que constituem valiosa fonte de recursos provenientes do turismo.

Certamente, vastas porções da África tropical apresentam solos intemperizados, de baixa fertilidade. Mas a noção segundo a qual o setor agrícola não pode proporcionar o impulso fundamental para a modernização africana em função das limitações naturais associadas a solos e regime de chuvas é um mito. Esse mito foi construído a partir da generalização abusiva dos estudos regionais, necessariamente restritos, conduzidos por geógrafos europeus durante a primeira metade do século XX.

Na África oriental, em torno da extensa faixa de falhamentos e fraturas do Planalto dos Grandes Lagos, encontram-se amplas áreas de solos de origem vulcânica, extremamente férteis. A agricultura de Uganda, por exemplo, beneficia-se de significativas vantagens comparativas naturais. Os seus produtores agrícolas poderiam fornecer alimentos para o mercado da República Democrática do Congo, se existissem infra-estruturas de transportes adequadas. Os países da África ocidental também dispõem de vastas áreas de solos férteis, controlados desde os tempos coloniais pelas plantações exportadoras.

A aplicação da ciência à agricultura rompeu antigas limitações climáticas e pedológicas para o desenvolvimento agrícola em regiões tropicais. O domínio do cerrado, por muito tempo considerado inadequado para a agricultura moderna, tornou-se a principal área produtora de grãos e oleaginosas do Brasil. A correção química dos solos do cerrado e novas variedades de plantas possibilitaram a moderna "conquista do Oeste" brasileiro.

Na geografia econômica africana, os fornecedores de gêneros tropicais concentram-se, principalmente, no Golfo da Guiné. Mais de 40% da produção mundial de cacau ocorre na Costa do Marfim e Gana.

O Senegal especializou-se no amendoim; Gâmbia e Benin, no óleo de palma; Togo, no algodão; Guiné-Bissau, na castanha de caju. A África austral distingue-se pela importância das exportações minerais: a África do Sul é o maior produtor mundial de cromo, ouro e platina; o Zimbábue destaca-se na produção de cromo e platina; Zâmbia, na de cobalto e cobre; Botsuana, na de diamantes industriais; Namíbia, na de urânio. Na África equatorial, a República Democrática do Congo é fornecedora de diamantes industriais e cobre. A Guiné, na África ocidental, é o segundo produtor mundial de bauxita. O Níger, no Sahel, é o terceiro maior produtor de urânio. O petróleo sustenta diversas economias exportadoras: Nigéria, Angola, Camarões, Gabão e Congo.

A maior parte da população africana ainda vive no meio rural, em habitat disperso ou em pequenos vilarejos. A precária subsistência das populações africanas depende, profundamente, da economia agrícola do excedente. As propostas de desenvolvimento fundadas nos setores exportadores não-agrícolas têm sentido se aplicadas a centros urbanos importantes e zonas litorâneas conectadas às rotas marítimas. Mas elas não podem ofuscar o fato de que a modernização sócio-econômica da África Subsaariana exige respostas para o problema fundamental, que é o da expansão sustentada da produção agrícola.

As exportações de commodities agrícolas e minerais representam quase a metade do PIB de Angola e do Gabão, mais de um terço da riqueza nacional na Libéria e Guiné Equatorial, um quarto em Botsuana e quase um quinto na Costa do Marfim e na Namíbia. Na Nigéria, com seus 125 milhões de habitantes, um sexto do PIB depende das exportações, o que é um indicador da pobreza da população e dos limites impostos por essa situação ao desenvolvimento do mercado interno. A deterioração estrutural dos termos de intercâmbio das commodities, entre as décadas de 60 e 90, está entre as causas mais importantes da estagnação econômica africana. A modernização centrada no setor agrícola deve conferir prioridade à produção de alimentos para os mercados africanos. A sua eficácia depende da ampliação sustentada do intercâmbio entre os países da África Subsaariana e, portanto, exige iniciativas voltadas para a integração comercial e física do subcontinente.

A falência dos Estados

A dinâmica de transformações estruturais que sustenta a modernização econômica na "era industrial" não repousa, primariamente, em fatores econômicos. Modernização significa, antes de tudo, um movimento de transição da auto-suficiência para o intercâmbio – ou seja, de economias fechadas sobre si mesmas e estruturadas em vilarejos e regiões para a integração de mercados nacionais e a interação internacional. Essa transição, que proporciona a especialização e a expansão sustentada da produtividade, depende de um fator político crucial: a confiança.

As economias pré-industriais, estruturadas regionalmente na base da auto-suficiência, praticavam o intercâmbio de modo marginal. A troca de excedentes, de modo geral, excluia o crédito. Os mercados de troca à vista refletiam tanto o caráter economicamente marginal do comércio quanto a ausência de confiança entre as partes. Nesses mercados primitivos, o intercâmbio se restringia a produtos de pequeno valor.

A moderna economia industrial, alicerçada sobre a concorrência entre produtores especializados, exige investimentos de maturação longa e intercâmbio de produtos de alto valor. Nada disso pode existir sem o crédito, que é fruto da confiança. Mas a confiança é um fruto da vigência permanente de regras públicas consubstanciadas em instituições políticas e jurídicas. O Estado-Nação, que assegura a vigência das leis e dos contratos, é o arcabouço histórico da moderna economia industrial. No centro da tragédia africana encontra-se a fragilidade dos Estados.

Os Estados africanos foram gestados pela colonização européia. As potências européias produziram a cartografia política da África traçando fronteiras sobre espaços étnicos e culturais dos quais pouco conheciam. O traçado das fronteiras apoiou-se em linhas geométricas ou acidentes naturais. A primeira dessas categorias consistiu em limites baseados em meridianos e paralelos ou projeções retilíneas da desembocadura dos rios. A segunda baseou-se, geralmente, nos divisores de águas, pois as potências européias procuravam controlar

inteiramente os vales dos rios, que serviam como eixos de penetração colonial.

Durante o período colonial, as metrópoles traçaram divisões administrativas no interior dos seus territórios. Tais divisões tinham, quase sempre, funções práticas ligadas à distribuição das forças militares coloniais ou ao controle das cidades e enclaves de mineração. Desse modo, os europeus inventaram territórios que não tinham raízes nas experiências históricas africanas. Os Estados independentes, que surgiram no pós-guerra, herdaram as linhas de limites traçadas pelas potências européias.

No momento das independências, o poder político e militar transferiu-se das antigas metrópoles para as elites nativas urbanas, que instalaram regimes autoritários. Muitas vezes, essas elites representavam apenas um dos grupos étnicos do país, marginalizando por completo as etnias rivais. O alicerce dos novos Estados foi constituído, quase sempre, pelo aparelho administrativo e pelas elites dirigentes coloniais. Entre os chefes dos novos Estados, destacaram-se figuras políticas respeitadas e cultas, como Jomo Kenyatta, do Quênia, Julius Nyerere, da Tanzânia, Kenneth Kaunda, da Zâmbia e Léopold Senghor, do Senegal. Contudo, mesmo nesses casos, as estruturas de poder não surgiram de processos democráticos e revelaram-se incapazes de superar as rivalidades étnicas e clânicas. Como resultado, de modo geral a vida política foi sobressaltada por sucessivos golpes de Estado e envenenada pela corrupção.

Os Estados africanos, fracos e desunidos, tornaram-se vítimas de uma persistente dependência das antigas metrópoles européias ou das grandes potências da Guerra Fria. O domínio externo indireto foi definido como neocolonialismo por Kwame Nkrumah, chefe do governo de Gana entre 1957 e 1966: "A essência do neocolonialismo é que um Estado que é teoricamente independente e dotado de todos os atributos da soberania tem, na realidade, sua política dirigida do exterior".[6] A ditadura cleptocrática de Mobutu Sese Seko no antigo Zaire originou-se de um golpe de Estado apoiado por Washington. Ronald Reagan

[6] Citado por Marc Ferro, *História das colonizações*, São Paulo, Companhia das Letras, p. 395.

recebeu o ditador na Casa Branca, saudando-o como "uma voz de bom senso e boa vontade". A União Soviética e os Estados Unidos sustentaram, alternadamente, os regimes ditatoriais na Etiópia e na Somália. A França conduziu uma estratégia de envolvimento militar persistente na África francófona, que incluiu, por diversas vezes, o envio de tropas para salvaguardar ditadores em apuros. O governo de Margaret Thatcher apoiou abertamente o regime do apartheid, na África do Sul, quando a comunidade internacional aprovava sanções diplomáticas e exigia reformas democratizantes.

Paradoxalmente, o encerramento da Guerra Fria não contribuiu para reduzir a violência política ou para aumentar a estabilidade dos Estados africanos. Na década de 90, o desinteresse das potências mundiais pelos destinos da África Subsaariana refletiu-se no corte de programas bilaterais de assistência que contribuíam para sustentar os aparatos burocráticos e as forças armadas em diversos Estados do subcontinente. Em parte como conseqüência desse abandono, os governos africanos perderam a capacidade de silenciar a contestação étnica pela violência. Na última década, alastraram-se as guerras civis e, pela primeira vez, o princípio da intangibilidade das fronteiras – proclamado pela OUA na conferência do Cairo, em 1964 – ficou seriamente ameaçado.

A guerra civil crônica na Libéria produziu cerca de 150 mil vítimas fatais. A Serra Leoa foi varrida pelos confrontos entre senhores da guerra e pela interferência de forças da Nigéria e mercenários de sociedades privadas internacionais. O Congo conheceu dois conflitos armados em cinco anos. Em Ruanda, a guerra entre hutus e tutsis foi deflagrada por um dos maiores massacres da história humana. No Burundi, a guerra civil gerou mais de 230 mil refugiados. No Sudão, a guerra estrutural entre o regime e os clãs meridionais prosseguiu durante toda a década. Na Somália, desde a derrubada de Siad Barre, em 1991, o poder central deixou virtualmente de existir, dando lugar à guerra crônica entre clãs regionais. Eritréia e Etiópia mantiveram uma guerra de fronteira de mais de dois anos, entre 1998 e 2000. A trágica guerra civil angolana, que matou mais de 1,5 milhão em um quarto de século, persistiu apesar do acordo de paz de 1994.

Mas o foco do terremoto geopolítico africano foi o antigo Zaire. Após a derrubada do regime de Mobutu, por Laurent Kabila, em 1997, a República Democrática do Congo retrocedeu para uma guerra de saques e pilhagens. Ruanda e Uganda enviaram tropas para derrubar Kabila, que conseguiu o apoio de forças de Angola, do Zimbábue e da Namíbia. Depois, Ruanda e Uganda chegaram a combater entre si. No centro do conflito, encontrava-se a disputa pelas vastas jazidas congolesas de diamantes, cobre e cobalto. A guerra lançou as sementes da desintegração do Estado e acendeu o pavio de uma conflagração geral na África austral. Todo o leste congolês ficou sob o controle dos rebeldes. O total de mortos, segundo a maioria das estimativas, atingiu a cifra apavorante de 3 milhões. "O Congo é tão verde que sequer se enxergam as covas", disse um voluntário a serviço da ONU.

Os Estados africanos, em sua maioria estruturados em torno do poder de elites étnicas e clânicas e atravessados por conflitos internos crônicos, não geraram instituições políticas nacionais. Eles não são capazes de controlar a aplicação das leis e assegurar a vigência dos contratos. Assim, não asseguram as condições gerais indispensáveis para estimular os investimentos produtivos e a expansão do intercâmbio comercial interno ou externo. Não conseguem erguer os serviços nacionais básicos de educação e saúde. Não conseguem garantir a circulação, em segurança, de pessoas e mercadorias. São ainda menos capazes de implantar as infra-estruturas energéticas e redes de transportes e comunicações necessárias para as economias de mercado.

Um "renascimento africano"?

As crises cíclicas e agudas de fome na faixa do Sahel e na África oriental, assim como a difusão da AIDS sob a forma de uma verdadeira pandemia, atestam a falência dos Estados na África Subsaariana. Essa falência – não a tirania do meio tropical – é a fonte verdadeira do fracasso econômico africano.

A miséria africana não pode ser resolvida na esfera da economia. No passado, logo depois das independências, as experiências econômicas dos regimes autoritários do chamado "socialismo africano"

fracassaram em promover a modernização e o desenvolvimento. Após o fim da Guerra Fria, o "liberalismo africano" suscitou novas esperanças, que se dissiparam no último ciclo de guerras étnicas e clânicas. Nem um nem o outro experimentaram erguer verdadeiros Estados nacionais, alicerçados em instituições políticas legítimas e democráticas.

As grandes novidades recentes foram o surgimento da União Africana (UA) e a articulação da Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (Nepad). A sessão inaugural da Assembléia da União Africana, que se reuniu em Durban (África do Sul), em julho, definiu um novo caminho político: a UA quer ser tudo o que a velha OUA não conseguiu – ou não quis – ser. A Nepad, por sua vez, estabeleceu um quadro de cooperação econômica integrado às estruturas da UA.

A UA é um fruto direto do encerramento da guerra regional na República Democrática do Congo. As negociações, conduzidas pela África do Sul, resultaram no acordo de abril entre Joseph Kabila e os rebeldes congoleses e no tratado de paz de julho entre a República Democrática do Congo e Ruanda. No contexto da pacificação de Moçambique, que parece definitiva, e da aparente pacificação de Angola, após a morte de Jonas Savimbi, o fim do conflito regional congolês pode promover a estabilização geopolítica em toda a África austral.

A principal distinção entre a UA e a sua infeliz antecessora consiste na liderança política e diplomática assumida pela África do Sul. O engajamento de Pretória reflete-se, simbolicamente, na escolha de Thabo Mbeki para a presidência da organização e, politicamente, no confronto com a Líbia em torno da orientação da UA. O engajamento sul-africano permitiu superar a retórica vazia do pan-africanismo e dotar a organização de uma estrutura adequada para a promoção da cooperação continental. O novo Conselho de Paz e Segurança, composto por cinco membros eleitos por três anos e outros dez com mandatos de dois anos, tem poderes para intervir em guerras étnicas, prevenindo episódios de genocídio. Os Estados coordenadores da Nepad (África do Sul, Nigéria, Egito e Argélia) devem estar representados no Conselho de Paz e Segurança.

A fundação da UA foi marcada pela contestação da Líbia à liderança sul-africana. Muammar Gaddafi, enrolado na bandeira do pan-africanismo, pediu nada menos que a criação de um Exército africano. A retórica do pan-africanismo, sob formas menos caricaturais, perpassa os documentos da UA. Foi aprovada a idéia de instituição, no futuro, de um Parlamento Africano com poderes reais. A Líbia, uma ditadura de partido único que não possui um parlamento nacional, candidatou-se a sediar o Parlamento Africano. Nada disso, contudo, foi capaz de desviar a Assembléia da agenda proposta por Pretória.

Mbeki gosta de falar no "renascimento africano". O engajamento da África do Sul democrática e o entrelaçamento das estruturas de cooperação política da UA com as de cooperação econômica da Nepad representam uma esperança real. Ao que parece, quase meio século após as independências, as sociedades da África Subsaariana têm a oportunidade de formular um programa de desenvolvimento liberto das travas autoritárias do "socialismo africano" e da manipulação neo-colonial das grandes potências.

Processos de Integração e Grupos de Interesse diferenciados: UA, CEDEAO/ECOWAS, COMESA, SADC, CPLP, ZOPACAS

Fernando Augusto Albuquerque Mourão[*]

Os processos de regionalização em curso devem ser analisados face a paradigmas universais, mormente a Organização Mundial do Comércio – OMC, o processo de globalização sob o prisma da III Revolução Industrial e I de Serviços, com exceção de alguns processos regionais, até certo ponto, de natureza acentuadamente política, como é o caso da recente União Africana – UA e outros. Os casos de mecanismos de regionalização, continentais ou sub-regionais, que são mais o resultado de meras intenções ou de acompanhamento da "onda", pela debilidade de sua própria natureza, devem ser tratados em um segundo plano, a fim de se evitar análises equivocadas por parte dos não especialistas no tema.

Voluntarismo, "onda", complexo, manutenção de políticas imperiais fora de tempo, saudosismo, uso de parâmetros desatualizados, desconhecimento, etc., em uma irmanação ambígua, vêm criando mais confusões do que esclarecimentos adequados.

Falar de África, o continente, como um todo, é tarefa impossível[1]. O título proposto pelos organizadores do Colóquio já me ajuda na

[*] Professor-Titular, Universidade de São Paulo.

[1] Com as devidas reservas vamos tentar oferecer cenários de origem geográfica: África do norte: Egito, Líbia, Argélia, Tunísia e Marrocos (cada qual representa um espaço próprio); África sudanesa (critério lingüístico); África banto (critério lingüistico). Quanto às origens relativas ao passado colonial: países integrantes da francofonia; países da Commonwealth; Países integrantes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, CPLP.

Outros critérios e agrupamentos econômicos: consultar sumários como, por exemplo, Anuário da Abril; Guia do Terceiro Mundo; número especial da Revista África: *O africanismo brasileiro* (Luís Beltrán), CEA, USP, 8bis, 1986 e Recife: Pool, 1987; MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque e SATO, Eiiti (organizadores). *Introdução aos estudos sobre a África contemporânea*. São Paulo/Brasília: CEA-USP/MRE, 1984 (mim.). Acredito já ser tempo, além de conveniente, abandonar a designação redutora de "África", "continente africano" e, segundo o caso, passar a designar o país(es) ou agrupamentos de que faz(em) parte.

delimitação do escopo desta exposição, principalmente ao apontar para os "interesses diferenciados".

Sem me colocar em uma perspectiva meramente pragmática, aceitando que cada agrupamento regional, mesmo sem maior importância, tem a sua razão de ser, ou o fato de estar "adormecido" não quer dizer que um dia não possa ter alguma importância, optei, tal como foi solicitado, por um critério seletivo, do meu ponto de vista.

Registre-se que o cenário da América do Sul não é assim tão diferente: o pacto Andino, colado ao modelo regional europeu, aliás próximo demais, daí o irrealismo, com exceção do braço financeiro, a Corporação Andina, sendo que atualmente serve de cenário, em uma aproximação com o Mercado Comum do Sul, Mercosul, na perspectiva de uma zona de livre comércio; a proposta do presidente Itamar Franco relativa à criação da Área de Livre Comércio Sul-Americana, ALCSA, uma idéia esquecida que pode voltar à ribalta; o Sistema Econômico Latino-Americano, SELA; a Associação Latino-Americana de Integração, ALADI, com um passado ativo e que entre outras funções, poderá desenvolver um mini GATT regional; a Comissão das Nações Unidas para a América do Sul, CEPAL, outrora tão citada, reaparece na mídia esporadicamente. O Mercosul, atravessa agora o caminho de um segundo relançamento, em que pessimistas e otimistas surgem sem levar em conta que qualquer processo de integração é lento, por natureza e pontilhado por crises, tal como ocorreu no processo integrador europeu, agora a braços com dificuldades resultantes do Tratado de Nice (2001).

A chamada cúpula Ibero-Americana, até agora uma reunião de troca de idéias, sem uma pauta clara, mereceu recentemente reparos do primeiro-ministro espanhol, José Maria Aznar, preconizando uma comunidade institucionalizada. O Sistema de Conferências Ibero-Americanas, iniciado na primeira cúpula, em Guadalajara (1991), já conta com a adesão de Portugal, que teve uma posição ativa na penúltima reunião na cidade do Porto, entendendo que o participar, mesmo fazendo parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP, não é excludente; no mesmo sentido, podemos registrar a posição de Moçambique ao aderir à Commonwealth, organismo de natureza

lingüística – e não tanto cultural, como seria o aparente desejo das antigas metrópoles –, assim como no caso de organismos que abrangem o traço econômico, como é o caso da União Européia, UE e do Mercado Comum do Sul, Mercosul, das organizações econômicas africanas, que veremos adiante, estas, contudo, limitadas pelos compromissos assumidos nos atos constitutivos e em seus desmembramentos.

Qualquer processo de integração regional pressupõe vontade, interesses e condições, potencialidades econômico-financeiras. No contexto do processo de integração européia contamos com todos os fatores, mormente o econômico-financeiro, a que a Alemanha, em especial, deu suporte. Hoje a Europa, após tratar do tema da democracia e do livre comércio (Tratado de Roma, 1957), do tema da solidariedade (Tratado de Maastricht, 1992), continua a aprofundar o tema político e a tatear no tema estratégico. Os países asiáticos, prudentemente, constróem estruturas flexíveis, a Associação das nações do Sudoeste Asiático, ASEAN, a Asian Regional Forum, ARF, passos de um caminho ainda não claro.

Com o fim da guerra fria, instituições exponenciais, como o Pacto do Atlântico Norte, OTAN, encontram-se em fase de reconversão. A pergunta hoje é: quem é o inimigo? ou melhor, que inimigo? e em campo?

Em relação ao continente africano, há que, inicialmente, destacar: África desaparece e reaparece no cenário internacional; não se registra uma visão clara de interesses internacionais; a estrutura interna dos países africanos limitam as intenções de processos regionais. Do ponto de vista econômico, e não só, A.W. Clausen, antigo diretor do Banco Mundial, BM, afirmou: "Les ressources dont l'Afrique a besoin pour retrouver le chemin de la croissance ne sont pas considérables; mais elles dépassent les montants disponibles ou envisagés"[2].

Cabe registrar que os EUA tornaram-se um novo ator no continente, aprofundado ou iniciando relações com países africanos.

[2] CLAUSEN, A.W. *Les besoins financières de l'ajustement dans la croissance de l'Áfrique Subsaharienne* - 1986-1990. Abril de 1986.

Tradicionalmente o continente refletia o quadro colonial que, com as independências nacionais, evoluía para uma abertura, mormente nos países integrantes da Commonwealth e da CPLP, em especial Angola, por oposição aos países integrantes da francofonia, onde a mão da França, com controles comerciais e financeiros, se faz sentir. Com o advento da União Européia, UE, surgiram alguns mecanismos de colaboração com países do continente, no Norte e no Sul que, contudo, e possivelmente em virtude do processo de alargamento da Europa, face ao custo crescente ainda bloqueado pelas custas da Política Agrária Comum, PAC, não surtiram o efeito anunciado. Por outro lado, os mecanismos do então Pacto de Lomé e suas rearticulações, em que se refletem dois conceitos diferentes: o da Europa do Sul, assistencialista e indiretamente o da Europa do Norte, comercialista, não avança.

Assinale-se o fato de que a grande maioria dos países africanos ainda persiste em manter uma cultura política como se as economias centrais ainda estivessem afeitas à I Revolução Industrial, exportação de matérias primas, chegando a lutar por melhores preços em relação a matérias primas hoje menos demandadas, ou produzidas em outras partes com maior competitividade, mesmo artificialmente, voltando sua atenção para a industrialização – uma perspectiva adequada há trinta anos atrás –,quando a economia mundial encontra melhor partido, agora, no campo dos serviços.

Na atual conjuntura mundial o chamado Sul-Sul mudou de contexto: antes tínhamos um Sul-Sul contra e hoje abre-se a perspectiva de um "Sul-Sul para", o que é diferente, abrangendo, em certos casos do mundo comercial, como venho há longo tempo afirmando, um cenário triangular, mormente entre as economias dependentes do Sul com as economias centrais.

Um outro fator a registrar é o fato de que cada qual deve proceder às reformas estruturais internas, pois ninguém tomará o papel de cada país. O assistencialismo, que tem sido o diferencial da Europa do Sul, criou nos países africanos uma cultura de "passar o chapéu" de natureza endêmica. Algumas exceções, felizmente, podem ser citadas, como é o caso de Cabo Verde que, ao receber doação de alimentos nos tempos de seca, procede à venda, a preço baixo, desses alimentos, e

com o resultado financeiro da operação, contrata os beneficiários para executar obras contra a seca, não permitindo a criação de uma cultura assistencialista.

Concluindo esta introdução, necessária e que é clara para aqueles que efetivamente conhecem o assunto, cabe enfatizar que, com o tempo, o quadro político interno desses países irá mudando, o que certamente contribuirá para que se crie uma sinergia entre as economias periféricas e as economias centrais. É bom não esquecer que no após independência, em longo lapso de tempo que vai de trinta a cinqüenta anos, o que é pouco para consolidar um país – por isso empregamos a expressão lapso de tempo – assistimos à criação do Estado através de vários modelos de partido único – de estrutura compósita e direção colegiada, centralizador e direção popular, de estrutura atomística e direção pessoal[3] - até à emergência de um processo de democratização que, entre outros exemplos, é o caso de Cabo Verde, Angola – em curso -, Senegal, etc. O papel das forças armadas é também um fator importante, pois ora se constitui num elemento de perturbação – Libéria, Serra Leoa, Costa do Marfim, etc. – ora em um fator de consolidação do Estado democrático, como é o caso de Angola, Cabo Verde e outros. Assinale-se ainda que o Estado é o motor da criação da nação, enquanto em outros, a nação já era anterior ao Estado, como é o caso, por exemplo, de Cabo Verde.

A análise dos mecanismos regionais africanos, quer do ponto de vista estrutural, quer do ponto de vista conjuntural, analisando-se os processos de integração regional em relação a grupos de interesses diferenciados, passa pela negociação, através de uma escolha: "o próximo governo vai ter que definir prioridades. Não dá para seguir acumulando discussões comerciais uma atrás da outra. Temos escassez de recursos"[4] e, diga-se, os recursos são inelásticos.

Passando à análise das instituições regionais, vejamos o papel e a importância da União Africana. Essa nova instituição, que surge

[3] SYLLA, Lancine. *Tribalisme et parti unique em Afrique Noire.* Paris: Presses de la Fondation National de Sciences Politiques, 1977, p. 243-253.

[4] HUGUENEY, Clodoaldo. *Valor*, 3/12/2002, A3 (*País deve escolher o que negociar, diz diplomata).*

no bojo da Organização da Unidade Africana, OUA, do meu ponto de vista, me parece prematura. É mais um ato de voluntarismo político do que o resultado da evolução natural da OEA, eivada, portanto, de fraquezas naturais e, acredito, influenciada pela criação da UE, em um contexto completamente diferente, marcado por assimetrias e sem contar com países membros com capacidade de efeito alavanca. A Carta da OUA, feita em Addis-Abeba, em 1963, consagrava alguns princípios, do tipo norma pétrea constitucional; o princípio do *uti possidetis juris,* visando manter intangíveis as antigas fronteiras coloniais, princípio esse que também foi respeitado na América do Sul após as independências, além do princípio do consenso em matéria de resoluções em nível da Conferência de chefes de Estado. Este último foi rompido quando da crise do Sahara Ocidental, ocasião em que o secretário geral da instituição levou à implantação do sistema de voto majoritário, do que resultou, à época, à paralisação relativa da OUA. Note-se que, quando da constituição em 1963, a OUA funcionava como um clube de chefes de Estado, conhecidos entre eles, pois haviam participado mais ou menos em comum do processo das independências e, muitos deles, foram até colegas nos bancos escolares das universidades européias, situação que hoje mudou. O modelo da organização, de certo modo, com algumas especificidades, lembrava o modelo institucional da Organização dos Estados Americanos, OEA, com um atuação apropriada às dificuldades regionais face aos cenários mundiais. No campo dos direitos humanos e num quadro de modelos jurídicos, registre-se que a Carta Africana dos Direitos Humanos – a Carta de Banjul, de outubro de 1986 – apresentava um certo número de insuficiências, objetivamente explicáveis face à época em que foi subscrita, como, por exemplo, as disposições restritivas limitando o campo de ação da Comissão e interditando a publicação dos *comptes rendus*, numa estreita dependência em relação à Conferência dos chefes de Estado. Por sua vez, a Carta Africana dos Direitos da Criança é um exemplo de evolução dos mecanismos jurídicos, uma vez que o *Comité* tem não só poderes para proceder a investigações, como ainda publicar os resultados dos mesmos.

Do meu ponto de vista, a criação abrupta da UA (sem que os meios para a integração estivessem já devidamente amadurecidos),

redundou numa solução enfraquecida, apresentando-se como uma transição inopinada.

Acredito que a UA, para além da programação anunciada de seus objetivos, poderá ter um papel a desempenhar no campo da democratização dos países do continente e servir, complementarmente, os processos integrativos, não excludentes, mormente em assuntos que vão da integração, integração regional à inserção internacional, de medidas favoráveis à criação e desenvolvimento da infra-estrutura de integração, à difusão da informação, conhecimento e tecnologia, comércio intra-regional e inter-regional, combate ao narcotráfico, medidas para limitar a multiplicação da Aids e tantas outras, em um encadeamento de intenções.

Instituições regionais

Tendo como objetivo promover o comércio, a cooperação e a independência econômica dos países membros, é criada em Lagos, 1975, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, CEDEAO/ECOWAS. Apesar do acento na integração econômica, reunindo Estados regionais que foram colônias da França, Inglaterra e de Portugal, enfrentou e enfrenta dificuldades de natureza econômica e financeira, que se devem à total segmentação dos países da área que, tal como nos tempos coloniais, encontram-se isolados uns dos outros. Esses países, tal como no passado, são mapeados por cidades-porto, linhas férreas e algum transporte rodoviário transfronteiriço. No caso dos países não marítimos, que têm portos secos, conforme a designação atual, todos enfrentam as alfândegas – no caso africano a diminuição dos rendimentos provenientes das alfândegas afeta as contas do Estado, face ao fato de não contarem com recursos provenientes do desenvolvimento, como veremos logo mais – além do fato, já assinalado, de que os países africanos francófonos ainda mantêm uma sólida relação com a ex-metrópole, que controla os fluxos comerciais.

Face a este quadro, qualquer operação de natureza comercial terá que ser estudada topicamente. Relações de natureza bilateral, limitadas, são aparentemente mais plausíveis. As relações com o bloco

econômico potencialmente poderão se abrir, mas isso, acredito, vai depender do reequilíbrio financeiro-econômico e também político da Nigéria que, coadjuvada por Gana, poderá se impor na região, o que de momento é remoto.

Cabe salientar o papel do Banco Africano de Desenvolvimento, BAD, no qual o Brasil chegou a ter participação[5], assim como no Fundo Africano de Desenvolvimento, FAD (1975). O BAD, no campo dos investimentos, principalmente, tem um papel, embora limitado, que merece ser levado em conta, no seu papel de promotor do desenvolvimento econômico e industrial dos países membros. Na realidade, o que pretendo dizer é que em operações de investimento, é possível contar com o BAD, em termos de composição da operação. Já num plano mais restrito (Alto Volta, Benin, Costa do Marfim, Niger e Togo) registre-se o Fonds d'Entraid et de Garantie des Emprunts, o braço financeiro do Conseil de l'Entente (1959). Tecnicamente bem administrada, a instituição ainda está muito dependente da França.

A CEDEAO/ECOWAS, umas vezes por influência da Nigéria, que se fez presente no contigente militar regional nas crises da Serra Leoa e da Libéria, outras vezes por parte do Senegal e da Costa do Marfim, este último país encabeçou a comissão encarregada de encontrar uma solução para o conflito interno que assolou a Guiné-Bissau, colaborando e, ao mesmo tempo concorrendo com a missão da CPLP para o mesmo fim, vem encontrando na cooperação militar para a paz e na solução de conflitos um papel apreciável, que não tem conseguido alcançar, como é natural, no campo econômico.

Nigéria e Gana, na medida do possível, a par do BAD, constituem-se em espaços a ser acompanhados; no caso da Nigéria, o Brasil já teve proeminência recente, tal como no passado – a presença brasileira no século XIX, alastrou-se à área que hoje vem a ser a Nigéria, Gana, Benin e Togo –, a chamada "África brasileira", uma vez que o comércio com Angola, de que o Brasil foi o grande parceiro, foi interrompido com a independência deste último país. Em relação aos países francófonos da região, creio que uma certa muralha comercial

[5] Desconheço a situação atual.

amainará somente quando a UE vier a ter um papel mais direto, diluindo-se um pouco o papel da ex-metrópole. A Costa do Marfim, hoje já com interesses norte-americanos, não tivesse sofrido a crise interna que ainda a afeta, começava a se abrir para o Brasil.

A integração regional, é um tema que ainda apresenta, como é natural, um déficit de abordagem teórica, onde despontam as contribuições de Andrew Hurrel (1995), Robert Keohane e Joseph Ney Jr. (1989 e 1993), Roberto Bouzas (1995), Francisco Thompson Flores Neto (1991), Stephen Krasner (1992), Edward Mansfield e H. Milner (1997), Charles Oman (1995), entre outros autores. Alguns autores teóricos chegaram mesmo a criticar o regionalismo, como Haas, que o apelidou de obsoleto[6] e Hassner, que o tratou como um prolongamento de pura tática nacional[7]; há alguns anos um alto e influente assessor do Banco Mundial, Jagdish Bhagwati (1995), chegou a por em dúvida a importância dos instrumentos regionais face aos avanços da globalização, posição essa que se aproxima do pensamento comum nos EUA.

A esse respeito, no caso africano, em especial, cabe proceder a uma cronologia entre o processo de construção do Estado e os mecanismos de integração regional, destacando-se a evolução da concentração do poder interno a cada Estado, o problema do equilíbrio regional e, do ponto de vista jurídico, o reconhecimento.

No Oeste africano os cenários também não são diferentes. Recorde-se o insucesso da Comunidade Este Africana, EAC, que reunia o Quênia, Uganda e Tanzânia. Mais recentemente, fruto do Tratado de Kampala, surge o Mercado Comum para os países do Este e Sul da África, Comesa, reunindo a maior parte dos países que compõem a Área Preferencial de Comércio, PTA, que data de 1992, e que, do meu ponto de vista, não parece ter consistência, face às fragilidades centradas nas assimetrias entre os Estados membros. Quando da criação do Comesa previa-se a fusão da Southern African Development

[6] HAAS, E.B. *The obsolescence of regional integration theory*. Berkeley: University of California, 1975.

[7] HASSNER, P. Intégration et coopération ou inégalité et dépendance. *Revue Française de Science Politique*, XXIV, 6, p. 1249-1276, déc.1974.00

Community, SADC, com a Zona de Trocas Preferenciais, ZEP, esta integrada por Angola, Burundi, Comores Djibouti, Etiópia, Quênia, Lesoto, Malawi, Maurício, Moçambique, Namíbia, Uganda, Ruanda, Suazilândia, Somália, Sudão, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

Volto a frisar que, no contexto africano, não vejo como, a curto e médio prazos, prescindir dos rendimentos das alfândegas, um fator importante ainda na composição do orçamento de parte dos Estados africanos[8]. Cabe ainda registrar, além da PTA, uma zona de comércio preferencial na África oriental e austral, a União Alfandegária da África Austral, SACU (1910), que reúne, além da África do Sul, os chamados países BLSN (Botswana, Lesoto, Suazilândia e Namíbia).

Estamos face a uma integração polarizada e assimétrica. O PIB da África do Sul é quatro vezes maior que o dos restantes países da SADC e dezessete vezes em relação ao Zimbabwe, sendo o país pólo reticente em assumir responsabilidades maiores no campo financeiro. Contudo, cabe registrar o papel do Banco de Desenvolvimento da África do Sul, DBSA, no campo da integração.

Os organismos regionais no continente africano, em sua maioria, devem ser lidos mais em função de uma perspectiva de aprendizado didático em matéria de integração, do que propriamente como mecanismo de integração real. Contudo, são organizações a seguir e mesmo, a serem apoiadas em termos de know-how. O papel dos organismos integrativos vai depender de mudanças econômicas, financeiras e tantas outras e não estas desses mecanismos, quando fatores endógenos e exógenos passarem efetivamente a interagir.

Lamento meu pessimismo ao reafirmar uma posição realista, mas também deposito sérias dúvidas em relação à Nova Parceria para o Desenvolvimento da África, NEPAD, embora essa proposta tenha

[8] "*El Comesa es en cierto modo el resultado de los trabajos de la Comisión Económica de las Naciones Unidas para África, que se viene manifestando favorable a una política de integración económica, sin considerar algunas fragilidades estructurales, especialmente el hecho de que en la mayoría de los países africanos los rendimientos aduaneros son fundamentales para las cuentas del estado. Dada la naturaleza estructural y económica de esos países no es todavía posible contar con otras fuentes",* MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. Angola en su fase de transición y su inserción regional y interregional. In; TELLA, Torquato S. *Africa Sur/Mercosur*. Buenos Aires, Nuevohacer, 2000, p. 176.

sido apresentada com propósitos probos. Aliás, de longa data, que não venho aceitando com tranqüilidade as designações, hoje comuns, de "nova...", em que os autores se esquecem de analisar os fatores, mais como um processo, reforçando o voluntarismo.

Essas instituições poderiam ter um papel mais realista se tratassem preferencialmente de levantar os gargalos estruturais, ganhos estruturais, das dificuldades conjunturais, dos fatores internos e exógenos da integração regional, absorvendo, por exemplo, o know-how comunitário da experiência da UE, as convergências e divergências regionais e globais, sem persistir no anúncio sistemático de novas soluções, criando falsas expectativas.

Antes de prosseguir na reflexão sobre os mecanismos regionais, cabe lembrar nossa contribuição a propósito da postura diplomática da África do Sul na atualidade.

O acompanhamento e a leitura da presença internacional dos responsáveis políticos sul-africanos, movimentando-se à, vontade, atentos e oportunos, sugere-nos as seguintes observações sobre a postura diplomática deste país e sobre os seus objetivos atuais:

- Os dirigentes da África o Sul compreenderam integralmente qual o perfil a assumir no mundo de hoje e sabem acionar um sem número de instrumentos para gerir a sua imagem de marca e aumentar o seu peso relativo na cena mundial e no contexto regional e africano.

- A *naiveté* em que por vezes parecem incorrer traduz tão só a expressão da avaliação das suas forças, os modos como são percebidos, a sua visão de um mundo complexo em processo e o lugar que nele querem ocupar e a sua juventude, inteligência e vontade.

- A ação externa – na sua dupla vertente política e econômica, interativamente – está no posto de comando, definitória.

Os decisores sul-africanos estão muito atentos ao seu desempenho a diversos níveis e campos da sua ação externa. Apesar de uma observação desatenta poder indiciar que a África do Sul

privilegia em absoluto a cooperação regional na qual se tenderia a plasmar através de prossecução de objetivos econômicos de desenvolvimento autosustentado em condições de paz e democracia gradualmente adquirida, tal não resulta de uma percepção limitada ao âmbito da sua ação externa. Não deixando de ser um objetivo econômico e político de' grandíssima importância, os fatores de boa vizinhança e a integração regional notadamente, são condições necessárias da sua ação externa, que está longe de se limitar à África Austral.

A cooperação alivia e supera clivagens que vêm ao encontro do encantamento que resulta do surgimento de um grande país liberto do apartheid na cena regional subsaariana, encantamento que não vê inconveniente em conservar a diversidade de enfoques, nem sempre pacíficos mas não inconciliáveis da sua política externa.

Todavia, existe ordenamento de prioridades regionais e uma hierarquia central de prioridades globais. Os responsáveis sul-africanos sabem que no centro de sua ação externa está a competitividade internacional e global, isto é, em todas as áreas e setores; os *fora* internacionais para as grandes intermediações, o alinhamento com os "lugares comuns" (norte-americanos, à partida), que constituem os atuais desafios comuns da humanidade; o reforço do papel hoje crescentemente atribuído à inteligência econômica, notadamente à contra-informação, entre muitos outros aspectos de relevo. Numa palavra: a África do Sul quer vir a liderar um bloco regional, separando ao longo do processo as águas dos seus interesses próprios *vis à vis* os seus vizinhos tanto no plano regional, como, mais ainda, no plano mundial, onde o regional não deixa de alavancar o perfil próprio da jovem democracia.

Constituindo-se visível e afirmativamente no quadro da globalização e regional, conhecendo os seus principais "pontos fracos", transformou-os em. objetivos estratégicos: aumento do investimento internacional e crescente inserção no comércio internacional, desideratos econômicos da sua postura e atuação, aos quais designa por "fragilidades" e "dependências", por no fundo o acesso aos recursos globais, fatores de projeção determinantes da África do Sul, obrigaram

a uma integração responsável e afirmativa na sociedade internacional e nos seus dilemas e opções centrais, posição diplomática que outros não podem ainda almejar[9].

O que temos hoje é uma África do Sul plurirracial, que soube e sabe muito bem aproveitar a simpatia mundial face à condenação do apartheid, através de uma diplomacia fina e atuante, que sabe que face aos fenômenos do globalismo tem interesse, que também é dos outros países da África Austral, da necessidade de fortalecer os laços regionais, até porque os blocos mais poderosos, como a UE, manifestam preferência por um diálogo entre blocos e não com um país.

Em um contexto mais amplo, mundial, a par do multilateralismo, uma opção preferencial para os países emergentes face à necessidade não só de participar, mas de influenciar , como há alguns anos afirmava o Embaixador Rubens Ricupero em consonância com o Embaixador Luís Felipe de Seixas Corrêa, as ações bilaterais, do meu ponto de vista, são agora, não propriamente complementares, mas integrantes de um mesmo processo político, multipolar.

A SADC, dotada de uma estrutura leve e flexível, o que é importante e substantivamente recomendável, resulta da The Southern Development Coordination Conference (CEDCC), criada pela Declaração de Lusaka (1980) e, que por sua vez decorre da chamada Linha de Frente (1976), que visava coordenar a ação política dos países membros contra as agressões da África do Sul e apoiar a ANC e a SAWAPO, na luta contra o apartheid e pela independência da Namíbia, e que contou com a adesão da África do Sul, já livre do apartheid (1994), desponta como uma instituição de prudente aprendizado das regras da integração.

A África Austral, em particular a SADC, pouco acreditada há alguns anos, tem ocupada as atenções, perdendo-se de vista a importância potencial da África Central, salvo para a França e para os Estados Unidos, este um novo ator. Os sangrentos conflitos internos e entre países da África Central, agora em fase de solução – note-se que

[9] MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. A política externa brasileira e sul-africana para África Austral. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Brasil e África do Sul*– Riscos e oportunidades no tumulto da globalização. Brasília: CNPq/IPRI, 1999, p. 90-91.

a paz foi já assinada em Angola, assim como entre grupos e países da África Central, esperando-se agora a sua consolidação -, desviou a atenção face às potencialidades da região.

Angola, que teve um papel importante na estabilização do processo de paz da África Central, até porque o processo de paz interna dependia da segurança das fronteiras, através de uma presença militar que, aparentemente contou com o beneplácito dos EUA e da própria França e também de ação diplomática, passou a ter uma certa proeminência na zona. Neste sentido, a evolução, ou melhor a transformação da Comunidade dos Estados da África Central (CEEAC), através da criação do Conseil de Paix et Sécurité de l'Afrique Centrale (COPAX, 2000), permitirá a Angola vir a ter um papel regional e inter-regional importante, potencializando esse país a uma equiparação relativa com o papel regional da África do Sul, levando a um maior equilíbrio político e de influências.

O Brasil que sempre manteve uma posição coerente e seguida com Angola, mesmo nas piores fases da sua luta fratricida, tem de estar atento a estes fatos, um vez que o deslocamento das atenções para a África do Sul, o que vem sendo anunciado, inclusive, pelo presidente eleito, Luís Inácio Lula da Silva, pode-se encaminhar para um paradoxo sem maiores vantagens. Desenvolver e articular relações com a África do Sul é importante, o que não quer dizer alterar os eixos de atuação na região.

A África do Sul, utilizando-se parcialmente de elementos que estavam no bojo do então propalado pacto do Atlântico Sul, em boa hora obstaculizado realisticamente, embora com sinais diferentes recorre a esses elementos ao propor um aproximação com o Brasil, desviada, acredito eu, pelo antigo chanceler Luís Felipe Lampreia, com a indicação do Mercosul como parceiro.

Realisticamente há que analisar as potencialidades econômicas da África do Sul, já com um parque industrial médio, mas há algum tempo já fragilizada pela queda do preço do ouro no mercado mundial, além de problemas internos agudos, como é o caso da alta criminalidade e dos índices, assustadores, aliás, em todo o continente, da Aids. Registre-se que os grandes conglomerados criados antes da

democratização da África do Sul, contam com grandes benefícios de ordem fiscal.

É neste contexto que vislumbro uma certa oportunidade de, não propriamente de um segundo relançamento, mas do aproveitamento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), criada pela Resolução 41/11 das Nações Unidas em 27 de outubro de 1986, como um sistema de cooperação horizontal na área[10].

A par da indicação do Mercosul como parceiro, do aprofundamento de acordos bilaterais, a ZOPACAS, poderá servir de moldura a desdobramentos da tão propalada cooperação e aproximação.

Finalizamos estas considerações[11] com uma referência à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A CPLP, um organismo de natureza internacional, político, estruturado em função da língua comum que irmana os oito parceiros, criada por José Aparecido de Oliveira, vem atuando mais no campo da cooperação, o que é natural, mas apresenta um profundo déficit político e, até certo ponto, de interpretação institucional, no que toca ao papel do Secretário Geral, para atender à definição ampla do artigo 1.º do Estatuto, que institui um modelo novo face à Francophonie e à Commonwealth, criadas ainda no período colonial, enquanto a CPLP é o resultado da vontade de sete países independentes – Timor é agora o oitavo membro – nomeadamente através da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação, os meios eleitos para concretizar a Comunidade. Compreendo as resistências à institucionalização da CPLP; só muito recentemente se passou a aceitar a necessidade de uma maior institucionalização no Mercosul e isto, em uma fase de crise, na palavra autorizada do presidente da República

[10] MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul. São Paulo, *Política e Estratégia*, vol. VI, n.º 1, p. 49-60, jan. março 1998, e O pensamento estratégico brasileiro– progressões de nossa maritimidade na estratégia nacional. *Política e Estratégia*, vol. I, n.º 1.

[11] O texto, de cunho provisório, poderá ser refeito em função dos alvos que venham a surgir no Colóquio, passando-se a documentar certas passagens, conforme a necessidade que se venha a sentir.

Fernando Henrique Cardoso, no que vem sendo seguido pelo presidente eleito, Luís Inácio Lula da Silva.

Em artigo preparado para o Seminário *CPLP: Oportunidades e Perspectivas*, IPRI, 2002[12], procedi a uma análise aprofundada, o suficiente, destes fatores, a par do fator lingüístico e do que chamei de "a base material", em que, longe de se defender a criação de algum tipo de mecanismo de natureza de integração econômica, o que iria colidir com as obrigações regionais e internacionais dos Estados membros, se desenvolvem algumas idéias em torno do incremento, musculação, do campo econômico, mormente através de um arranjo triangular[13], de que já se fez referência atrás, ou mesmo da visualização de ações, como o da retomada da proposta brasileira da criação de uma Zona Franca, no Mindelo (Cabo Verde) – registre-se que Angola está pensando em criar uma Zona Franca –ou de empreendimentos multinacionais, com a participação brasileira e de outros parceiros da Comunidade, como, por exemplo, a instalação de uma refinaria de petróleo, média, para atender às demandas da costa ocidental do continente africano e à navegação.

Em relação a Moçambique, por exemplo, cabe registrar o interesse da Companhia do Vale do Rio Doce na instalação de uma indústria de alumínio. Contudo, assinale-se que surgiram problemas com a energia elétrica – a produção competitiva em escala internacional do alumínio depende da energia a baixo custo –. O aumento do custo da energia poderá inviabilizar o programa, daí a necessidade de se encontrarem novas soluções, como a construção de usinas em território de Moçambique, já previstas e algumas já estudadas no tempo colonial e o fato de que a UE, desde que essas represas também possam ser aproveitadas para obtenção de água para rega – agricultura –, estaria, em princípio aberta a estudar seu financiamento. Note-se que a Vale do Rio Doce, em passado recente, não avançou nas conversações

[12] MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. Avaliação crítica da CPLP. In: CARDIM, Carlos Henrique e CRUZ, João Batista.

CPLP: Oportunidades e perspectivas. Brasília: FUNAG/IPRI, 2002, p. 43-66.

[13] MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. Portugal, Brasil, África: os caminhos da convergência. In: IEEI. *Estudos Africanos, África Austral* - O desafio do futuro. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI), 1991, p. 146-148 e 150-152.

relativas à exploração do carvão de Muatise, apesar dos esforços diplomáticos, com êxito, por parte da diplomacia brasileira. No campo da cooperação, na reunião dos Tribunais Superiores dos países da comunidade, reunidos recentemente em Praia, Cabo Verde, decidiu-se marcar, dentro de seis meses, uma reunião técnica para tratar da unificação informática das redes dos oito tribunais superiores.

A CPLP surge como um espaço de inter-relacionamento de espaços nacionais e, porque não, inter-regionais, não excludentes e levando em conta os limites ditados pelas obrigações internacionais assumidas pelos Estados membros, e ainda, como agente institucional no plano do multilateralismo, mormente no plano do inter-regionalismo, podendo eventualmente potenciar, em favor de seus membros, uma estratégia multipolar.

A par da cooperação que o Itamaraty e seus órgãos vem desenvolvendo à escala do possível, do comércio – a cargo de empresários – caberia estudar e desenvolver as reais possibilidades de atuação no campo dos serviços, levando-se em conta os avanços extraordinários que ocorrem no campo das normas técnicas regionais e internacionais, nomeadamente a análise das *trade-offs* intra e inter-setoriais, um fator fundamental que, não sendo devidamente atendido, poderá tornar-se um sério obstáculo no desenvolvimento do comércio exterior, no seu campo mais promissor.

O conhecimento seguro destes assuntos – política, cooperação, economia, finanças, perspectivas empresariais, revelação de nichos de oportunidades para a grande, média e pequena empresa (a chamada "tecnologia tropicalizada") – na Casa de Rio Branco, aliada à tradicional prudência de natureza realista e, porque não, a sinergias decorrentes de uma imaginação refletida em torno de uma vontade comum, permitirá potencializar, mais do que o sonho, o que é possível realizar, inclusive no campo promissor do multilateralismo, como ocorreu no campo dos medicamentos para o tratamento da Aids, mormente no campo do Acordo sobre Aspectos Comerciais da Propriedade Intelectual, Trips..

As Atividades da Petrobras na África

*João Carlos Araújo Figueira**

Introdução

A Petrobras atua na África desde os anos setentas, tendo já aplicado investimentos na Argélia, na República do Congo, no Egito e na Líbia. Atualmente realiza investimentos em atividades de exploração e produção de petróleo *offshore* em Angola, na Nigéria, na Guiné Equatorial e na Tanzânia. Embora Angola seja o único país onde a companhia detenha produção no presente, é na Nigéria, entretanto, que está muito bem posicionada em termos de perspectivas de crescimento, o que exigirá investimentos da ordem de US$ 1,5 bilhão nos próximos 5 anos. A Tanzânia figura num contexto muito embrionário, ainda em fase de negociações contratuais.

Histórico

A atuação internacional da Petrobras se dá desde de 1972, quando foi criada a Petrobras Internacional S.A. – Braspetro, para desenvolver no exterior as atividades relacionadas à indústria do petróleo. Desde então, a Braspetro atuou em mais e 30 países, incluindo os países da África e, até 1999, desenvolveu atividades de exploração e produção de petróleo e gás, bem como a prestação de serviços de perfuração de poços e de engenharia para terceiros.

O Plano Estratégico 2010 da Petrobras, elaborado em 1999, e revisado nos exercícios subseqüentes, determinou ações para a internacionalização da companhia: a intensificação das atividades de Exploração e Produção de petróleo; o ingresso nas atividades de refino, *marketing* e distribuição, até então apenas em domínio doméstico; e a

* Gerente Executivo, Exploração e Produção Internacional

atuação no segmento de gás e energia. O Plano determinou, também, a desativação das suas atividades de prestação de serviços de perfuração e de engenharia para terceiros.

De forma a atender as demandas do Plano Estratégico, a Petrobras implementou seu novo modelo de organização e gestão e criou, em abril de 2000, a Área de Negócios Internacional. Dando prosseguimento ao processo de reorganização, também no que concerne aos aspectos societários, a Braspetro foi incorporada à Petrobras em 30/09/2002.

O Plano Avança Brasil e o Programa Atuação Internacional na Área de Petróleo

A atuação internacional da Petrobras integra o Plano Avança Brasil e objetiva a incorporação de novas reservas e o aumento da participação da Petrobras no mercado externo de petróleo, de derivados e de gás natural. Em consonância com as demandas do Plano Avança Brasil, o Plano Estratégico da Petrobras estabeleceu metas para o ano 2005, para a atuação internacional: a produção de 300.000 barris de óleo equivalente por dia; reservas de 1,8 bilhão de barris de óleo equivalente e a capacidade de refino de 260.000 barris diários.

Durante o exercício 2002 as atividade foram desenvolvidas em 9 países: Angola, Argentina, Bolívia, Casaquistão, Colômbia, Estados Unidos, Guiné Equatorial, Nigéria, e Trinidad & Tobago. A média projetada de produção para o ano é de cerca de 60.000 barris de óleo equivalente por dia, a partir de Angola, Argentina, Bolívia, Colômbia e Estados Unidos; e a capacidade de refino de 90.500 barris diários, na Argentina e na Bolívia.

As trocas de ativos realizadas em 2001 com a Repsol, a compra da Petrolera Santa Fe e a aquisição do controle da companhia Perez Companc, na Argentina, realizadas em 2002, representam um grande impulso para o alcance das metas estabelecidas para o exercício 2005.

Como a África está inserida no Plano Estratégico da Petrobras?

No passado, a companhia desenvolveu atividades na Argélia, Líbia, Egito e República do Congo, nos anos setentas e oitentas e não foi bem sucedida nesses países, embora tivesse descoberto e produzido algum petróleo, em quantidades modestas, na Argélia.

O Plano Estratégico determinou a atuação em atividades em que a Petrobras detenha vantagens comparativas, de forma a competir e agregar valor, onde a presença da companhia faça sentido empresarialmente. Assim, foram estabelecidas as atividades e as áreas de foco de atuação como segue:

- Atuar prioritariamente na América Latina e em águas profundas e ultraprofundas no Golfo do México e no Oeste da África.
- Atuar, de forma integrada, no refino, *marketing* e distribuição nos mercados da América do Sul.
- Garantir a colocação de gás e posicionar-se na área de energia nos países nos mercados da América do Sul.

A companhia está concentrando seus investimentos na África nas atividades de exploração e produção de petróleo em águas profundas e ultraprofundas, dada a sua capacitação e experiência na materialização de produção nesses ambientes. A empresa não tem planos para aplicar investimentos em atividades de refino, gás e energia, tampouco em distribuição de produtos acabados naquele continente.

Angola

Em Angola, a Petrobras participa das atividades de exploração e produção desde 1979, praticamente da fase de pioneirismo do relançamento da indústria petrolífera do país, após a sua independência, tendo até o presente realizado maciços investimentos em blocos contratados junto ao governo ou na avaliação de oportunidades de negócios. O Bloco 2, o primeiro a receber

investimentos da Petrobras, com uma participação de 27,5%, numa parceria que compreende a estatal angolana Sonangol, a americana Chevron-Texaco e a francesa TotalFinaElf. Este bloco chegou a alcançar a produção diária superior a 30.000 barris de petróleo, na parcela da Petrobras, em 1997. Desde então, a produção entrou em declínio, chegando aos 15.000 barris diários atuais e uma preocupante projeção de apenas 7.000 barris diários em 2005, volume incompatível com as aspirações estratégicas da companhia.

Outro bloco que recebeu investimentos da Petrobras foi o de número 4, entre 1984 e 1987, cujo esforço através de 14 poços exploratório resultou em quatro descobertas não comerciais à luz do contrato. Desde então, a empresa participou de várias licitações para novos blocos, mas não foi bem sucedida, dado que os bônus de assinatura requeridos não se coadunavam com as suas avaliações.

Em que pese os insucessos nas licitações para novos blocos e a tendência declinante da sua produção, a Petrobras manteve o país entre as suas prioridades para investimentos, o que a estimulou na obtenção de 15 pontos percentuais no Bloco 34, em parceria com a Sonangol, a Norsk Hydro, a Shell e a Phillips. Tal bloco foi avaliado naquela oportunidade como de excelente potencial e resultou em objeto de forte competição, exigindo o pagamento de expressivo bônus de assinatura e o comprometimento com um amplo programa de trabalho, além do financiamento, pelos parceiros estrangeiros, da parcela da Sonangol nos investimentos, inclusive a sua parcela no capital de risco. Entretanto, os resultados do primeiro poço, perfurado em 2002, reduziram as expectativas e as aspirações da companhia pela retomada do crescimento das suas atividades no país, mas criando o desafio de se encontrar opções exploratórias quer no próprio Bloco 34 ou em outros blocos do mar territorial angolano.

Cumpre ainda destacar que a Petrobras tem participado de projetos de natureza social e cultural em Angola. Deu grandes contribuições na formação e no aperfeiçoamento dos quadros técnicos e gerencias de profissionais angolanos, nos mais variados níveis e especialidades da indústria do petróleo. Participou, como parte de seus compromissos durante a fase exploratória do bloco 4, de um amplo

programa denominado Proquadros, em colaboração com a Universidade Agostinho Neto, ministrando cursos e estágios em geologia, geofísica, engenharia de petróleo e outras disciplinas afins, tendo formado 100 profissionais nos quatro anos de duração do programa.

Além de colaborar na formação de recursos humanos, a Petrobras tem dado apoio à cultura angolana. Em 1996, assinou com o Ministério da Cultura de Angola um convênio objetivando a dotar o Arquivo Histórico Nacional com os meios básicos necessários para o melhor desempenho de suas função de preservar a documentação histórica de Angola.

Guiné Equatorial

Graças à sua porção insular, parte do seu mar territorial se estende à porção ESE da prolífica bacia do Delta do Níger. A Petrobras através de contrapartida de negócio no Brasil, ingressou com 30% no Bloco E, localizado em águas profundas, em parceria com a francesa TotalFinaElf. O poço Hipocampo-1, perfurado em 2002, resultou seco, reduzindo as expectativas, aumentando o risco exploratório, que levou o grupo investidor a tomar a iniciativa de retornar o bloco para o governo.

Nigéria

Em consonância com as demandas do Plano Estratégico, as prioridades de investimentos na Nigéria são para blocos localizados em águas profundas e ultraprofundas, na bacia do Delta do Níger, uma das mais prolíficas províncias petrolíferas do planeta.

O ingresso da Petrobras no país se deu em 1998 através de contrapartidas de negócios de exploração e produção no Brasil. Com efeito, conquistou a sua primeira posição no bloco OPL 216, em parceria com a Chevron-Texaco e a nativa nigeriana Famfa Oil. Neste bloco, o esforço exploratório resultou na descoberta do campo de Agbami, cujas reservas totais podem chegar a 1 bilhão de barris de petróleo leve e de excelentes características. O sócio encarregado pelas

operações é a Chevron-Texaco. A participação da Petrobras é de 8%, mas é responsável por 20% dos investimentos, incluindo o financiamento da nativa nigeriana, cujo repagamento será feito com a parcela daquele sócio do óleo a ser produzido no bloco. Já foram perfurados 4 poços na área do campo dentro do bloco, que se encontra em fase de projeto de desenvolvimento, cuja produção é estimada iniciar em 2006.

O bloco OPL 246, em parceria com a TotalFinaElf e a nativa nigeriana Sapetro, também já registrou a descoberta de um campo, o denominado Akpo, cujo petróleo é do tipo leve, caracterizado como condensado e que chega a perceber prêmio em relação aos preços de referência no mercado. O sócio encarregado pelas operações é a TotalFinaElf. Neste bloco, a participação da Petrobras é de 16%, mas é responsável por 40% dos investimentos, num arcabouço contratual similar ao OPL 216, que inclui o financiamento do sócio nativo. Já foram perfurados 5 poços no campo, que, a exemplo do Agbami, encontra-se em fase de projeto de desenvolvimento e cuja produção também é estimada iniciar em 2006.

Nesses dois blocos, embora a Petrobras não seja a empresa responsável pelas operações, tem aportado conhecimento, experiência e agregado valor, através da participação direta dos seus técnicos especialistas em águas profundas nos grupos de trabalho organizados para cada projeto.

A carteira de ativos na Nigéria foi ampliada em 2001, através da participação no certame licitatório, para novos blocos, promovido pelo governo, que foi denominado *BID 2000*. A Petrobras conquistou participações nos blocos OPL 250 e OPL 324. O primeiro em parceria com Chevron-Texaco, operador, e a Shell; o segundo, com 75% dos direitos, em parceria com a nativa Horizon Oil. Nos blocos deste certame não há a figura contratual do financiamento das parcelas das empresas nativas, que passam a ser responsáveis financeiras pelas suas respectivas participações. Importa destacar que o bloco OPL 324 é o primeiro bloco operado pela Petrobras nas águas profundas da costa oeste da África. Os dois blocos são de excelente potencial e encontram-se em fase exploratória, cujos poços pioneiros estão previstos para o final de 2003 ou início de 2004.

A carteira de ativos, construída com sucesso pela Petrobras na Nigéria, permite o estabelecimento de um cenário de crescimento e de atuação de longo prazo no país. O montante de investimentos previstos para o qüinqüênio 2003-2007 é da ordem de US$ 1,5 bilhão, a ser aplicado, principalmente, nos projetos de desenvolvimento da produção na parcela de responsabilidade da empresa nos campos de Agbami e Akpo.

Tanzânia

Na busca de uma nova província petrolífera, a Petrobras identificou nas águas profundas da Tanzânia uma área com potencial para novas descobertas. Trata-se de uma área, cujas porções terrestres e águas rasas têm mostrado vocação gaseífera. Entretanto, as modelagens geológicas realizadas pela companhia sugerem a possibilidade da ocorrência de óleo no contexto das águas profundas. A Petrobras participou da 1ª licitação internacional realizada por aquele país, tendo apresentado uma proposta de trabalho em fases, de forma a permitir a mitigação dos riscos e das incertezas, previamente ao comprometimento de investimentos de maior monta. No momento, são realizadas negociações para o efeito.

Comentários Finais

A forte competição por posições em países chaves na indústria do petróleo na África não tem permitido a concepção e a materialização de acordos de cooperação, que envolvam ativos de produção ou blocos para investimentos em exploração e produção de petróleo. Embora os governos reconheçam a importância da atuação da Petrobras em seus mares territoriais, a companhia tem conquistado posições para investimentos através de contrapartidas de negócios com empresas que têm interesses por investimentos no Brasil; ou através de certames licitatórios, promovidos pelos países hospedeiros. A Petrobras tem competido comercialmente com os principais atores da indústria do petróleo, tendo sido bem sucedida na construção de uma carteira de excelente qualidade, principalmente na Nigéria e está disposta a avaliar

novas oportunidades de investimentos que estejam alinhadas com as demandas do seu Plano Estratégico.


PETROBRAS
ATIVIDADES DA PETROBRAS NA ÁFRICA


Atuação Internacional da Petrobras
EUA
BRASIL
SEDE
COMERCIALIZAÇÃO
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO

Objetivos Estratégicos da Área Internacional da Petrobras

- Atuar prioritariamente na América Latina e em águas profundas e ultraprofundas no Golfo do México e no Oeste da África.
- Atuar, de forma integrada, no refino, marketing e distribuição nos mercados da América do Sul.
- Garantir a colocação de gás e posicionar-se na área de energia nos países do Cone Sul, mediante a participação no mercado.



NIGÉRIA/GUINÉ EQUATORIAL

A Petrobras está presente nestes países desde 1998.

- **BLOCO OPL 216 (NIGÉRIA) – realizada a descoberta do campo de Agbami, com reservas potenciais de 1 bilhão de barris de óleo leve (45 API).**

Petrobras	**8,0%**
Chevron-Texaco	**32,0% (*technical advisor*)**
Famfa Oil	**60,0% (nativa nigeriana, operador)**

- **BLOCO OPL 246 (NIGÉRIA) – Realizada a descoberta de Akpo de óleo leve.**

Petrobras	**16,0%**
TotalFinaElf	**24,0% (*technical advisor*)**
Sapetro	**60,0% (nativa nigeriana, operador)**

- **BLOCO OPL 324 (NIGÉRIA) – Em fase exploratória, a Petrobras é a empresa operadora em parceria com a Horizon.**

- **BLOCO OPL 250 (NIGÉRIA) – Em fase exploratória, A Petrobras participa em parceria com a Chevron-Texaco (operador) e a Shell.**

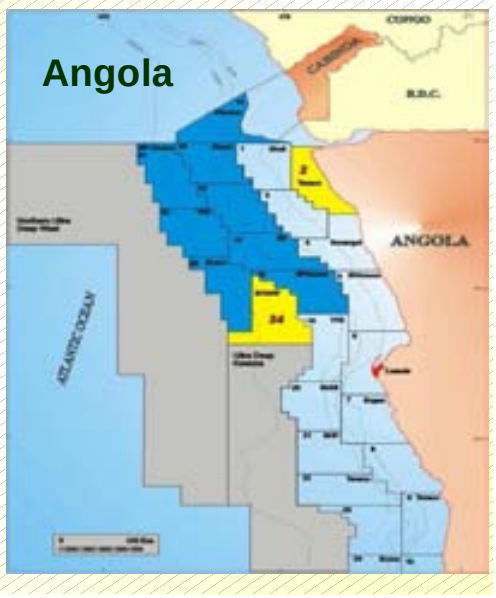
- **BLOCO E (GUINÉ EQUATORIAL) – Em fase exploratória, a Petrobras participa em parceria com a TotalFinaElf (operador).**

Angola

Presente no país desde 1979

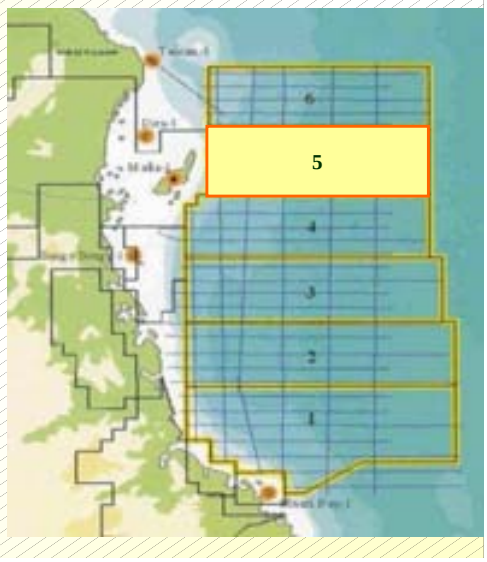
Atividades atuais:

- **Bloco 2, em produção**
  - **Petrobras 27,5%**
  - **Sonangol 25%**
  - **TotalFinaElf 27,5%**
  - **Chevron-Texaco 20%**
- **Bloco 34, em exploração**
  - **Petrobras 15%**
  - **Sonangol 20%**
  - **Norsk Hydro 30%**
  - **Phillips 20%**
  - **Shell 15%**
- **Entre 1984 e 1987 a Petrobras realizou investimentos no Bloco 4, que resultou em descobertas economicamente marginais e foi devolvido ao governo.**
  - **O bloco foi operado pela Empresa de Serviços Petrolíferos de Angola.**
  - **A Petrobras liderou a formação de 100 profissionais angolanos para a indústria do petróleo.**



Tanzânia





Em processo de negociação com o governo o contrato de exploração do Bloco 5, localizado em águas profundas.

QUARTA PARTE

A Cooperação

Cooperação Técnica: realidade e perspectivas no continente africano; Um caso especial: cooperação com os Palops

Alexandre Prestes Silveira

Senhor Presidente de mesa Ministro Pedro Mota

Exmo Senhor Embaixador Mario Augusto Santos

Ilustríssimo Senhor Doutor Luiz Gylvan Meira Filho

Demais Embaixadores e autoridades presentes

Senhoras e Senhores

Inicialmente, gostaria de agradecer em nome do Embaixador Marco Cesar Naslausky, Diretor-Geral da ABC, a oportunidade de a Agência participar deste Colóquio que trata de uma prioridade da ABC que é o continente africano, em especial os países africanos de língua portuguesa.

Senhoras e Senhores

Como braço da política externa brasileira, a cooperação técnica desenvolvida pelo Brasil é baseada nos princípios de solidariedade e de co-responsabilidade. Não tem fins lucrativos e é desvinculada de interesses comerciais. Visa a compartilhar nossos êxitos e melhores práticas em áreas consideradas mais relevantes pelos próprios países receptores. Assim, nessa ótica, atuamos de acordo com as prioridades dos países parceiros, mediante um processo de transferência de conhecimentos, sem imposições. Consiste essencialmente num trabalho de construção conjunta, por intermédio de atividades e projetos de cooperação, de molde tanto clássico como modernizado, cujo objetivo último é o desenvolvimento integral (crescimento econômico, com mais justiça social e respeito ao meio ambiente).

Apesar de o Brasil não ser um doador líquido de recursos no âmbito da cooperação técnica internacional possuímos um importante acervo de conhecimentos técnicos e soluções que podem ser aplicados de imediato em países com problemas semelhantes nos setores de educação básica, ensino profissionalizante, desenvolvimento industrial, agricultura, saúde e administração pública, entre outros. As demandas dos nossos parceiros referem-se, em grande parte, à transferência daquelas técnicas e experiências que tiveram êxito na solução de nossos problemas e que também se aplicam à sua situação. Em muitos casos, como no combate a endemias e ao analfabetismo, trata-se de replicar metodologias de trabalho já testadas, com a introdução de adaptações mínimas em função das peculiaridades do país parceiro.

A coordenação da cooperação técnica para o compartilhamento de soluções inovadoras encontradas pelas instituições brasileiras está a cargo da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que integra a estrutura do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. A Coordenação de Cooperação Técnica com Países em Desenvolvimento (CTPD) é a unidade da Agência encarregada de implementar os programas e projetos de cooperação horizontal. Sua atuação é balizada fundamentalmente pela missão a ela atribuída, que é de "*contribuir para o adensamento das relações do Brasil com os países em desenvolvimento, para a ampliação dos seus intercâmbios, para a geração, disseminação e utilização de conhecimentos técnicos, para a capacitação de seus recursos humanos e para o fortalecimento de suas instituições*".

Portanto, a estratégia da cooperação técnica prestada pelo Brasil está centrada no fortalecimento institucional de nossos parceiros, condição esta fundamental para que a transferência e a absorção dos conhecimentos nos assuntos em questão seja efetiva. Em todos os casos, busca-se promover as mudanças estruturais que permitam acelerar o seu desenvolvimento econômico e social e ampliar ao máximo sua autonomia no setor considerado.

Entre as diretrizes adotadas para a CTPD merecem destaque:

- A adoção de abordagem programática na definição das ações em CTPD, de forma a balizar a cooperação técnica desenvolvida pela relevância da sua contribuição para o país parceiro;

- O desenvolvimento dos esforços da CTPD para projetos de maior impacto e abrangência, que promovam mudanças duradouras e ensejem maior efeito multiplicador, em detrimento de atividades isoladas;

- A aferição contínua da qualidade da cooperação horizontal brasileira, inclusive por meio do monitoramento e da avaliação dos programas e projetos de cooperação técnica implementados;

- A articulação com entidades da iniciativa privada, órgãos de Governo, empresas estatais, instituições de ensino, entidades de pesquisa e desenvolvimento e organismos internacionais, com vistas a canalizar fontes complementares de financiamento para as ações de CTPD e o seu engajamento nos programas e projetos identificados;

- A identificação e o desenvolvimento de ações de CTPD com os países africanos, em especial com os integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, do Mercosul e da América Latina e Caribe.

No contexto da cooperação técnica internacional, uma das características mais evidentes parece ser seu contínuo processo de evolução e a necessidade de adaptação às realidades e perspectivas que se apresentam entre os países envolvidos. O atual cenário político internacional e o incremento das relações bilaterais, de modo geral, e a promoção da cooperação e solidariedade entre as nações, em particular, ensejam a oportunidade de se buscar alternativas de cooperação que contribuam de forma mais eficiente para a melhoria da qualidade de vida da população e para um maior fortalecimento das instituições.

Nesse contexto, duas vertentes complementam o cenário da cooperação prestada pelo Brasil de forma bilateral: i) as atividades específicas de cooperação implementadas no contexto do MERCOSUL, CPLP e, ainda, no âmbito de fóruns internacionais como a Conferência Iberoamericana e a Cúpula das Américas; e ii) os projetos e atividades de cooperação trilateral, onde a demanda externa é apoiada por instituições brasileiras com apoio de organismos internacionais e países doadores.

As modalidades de cooperação técnica que o Brasil apóia são, principalmente, a consultoria técnica por peritos brasileiros (remuneração, passagens e diárias) e treinamentos de estrangeiros (realização de cursos, custeio de estágios em instituições brasileiras detentoras de conhecimentos técnicos no setor considerado) e, eventualmente, a doação de equipamentos necessários à execução de determinados projetos prioritários. Estes mecanismos são usualmente acionados para fortalecer as instituições técnicas dos países em desenvolvimento, formando equipes locais e estruturando a infra-estrutura necessária para criar autonomia na condução futura de trabalhos na área temática em questão.

Senhoras e Senhores

O Brasil tem feito da cooperação entre países em desenvolvimento a pedra angular de sua política de cooperação técnica no exterior. A política externa brasileira tem dimensão global, prioriza nosso entorno político-geográfico e nações com as quais temos um patrimônio histórico, linguístico, cultural e racial comum. É nesse contexto que se insere a prioridade concedida à cooperação com os Palops.

O Brasil tem estruturado seu apoio à África lusófona em três eixos: a bilateral, a multilateral, por meio da CPLP, e a da cooperação triangular.

Na área bilateral, o Brasil tem mantido uma presença constante nos Palops com uma atitude pró-ativa frente às necessidades dos governos locais. A identificação das demandas locais, hoje, passa necessariamente pela realização de missões aos países com o objetivo de constatar *in loco* a realidade local e apoiar na formatação dos documentos de projeto, instrumento balizador da cooperação técnica. De 2001 para cá, a ABC realizou missões multissetoriais de identificação aos cinco países permitindo a montagem de um importante conjunto de projetos, que incluem setores como a formação profissional, alfabetização, educação a distância, meio ambiente. A preferência pela elaboração de projetos, em detrimento de ações pontuais, é resultado da constatação de que a resolução dos problemas dos países parceiros depende, em grande medida, de ações de médio e longo prazo, que

possibilitem o fortalecimento institucional e, se possível, a auto-sustentabilidade dos setores alvos da cooperação, após a retirada da cooperação bilateral.

Entre os projetos implementados com os PALOP merece destaque, a experiência brasileira com o projeto do **"Centro de Formação Profissional em Angola"**. Apoiado pelo SENAI, o projeto tem como objetivo contribuir para o esforço de reinserção social dos desmobilizados de guerra e de reconstrução nacional de Angola, por meio da formação e reciclagem de ex-combatentes na guerra civil que o país vem enfrentando há muitos anos. O Centro poderá atender até cerca de 1.500 alunos por ano, capacitados em especialidades como pedreiro, encanador, eletricista predial, costureiro industrial, regulador de máquinas e mecânica diesel. Na segunda fase, a formação foi ampliada para panificação e confeitaria, mecânica de motores marítimos, informática e consultoria para pequenas empresas entre outros. O êxito do projeto pode ser medido pelo fato de ser huje um centro de referência em formação profissional no país, e pela replicação em outros dois centros similares em Timor Leste e Paraguai, estando aprovada a criação do Centro de Bissau e o início das negociações sobre projeto em Cabo Verde.

Vale ressaltar, também, o projeto **"Alfabetização Solidária em Moçambique"**, que visa a utilizar metodologias pedagógicas e experiências de trabalhos comunitários de instituições brasileiras na alfabetização de jovens e adultos (de 25 a 50 anos) moçambicanos e o projeto **"Bolsa Escola"**, também em Moçambique, que transfere a experiência da ONG Missão Criança na implantação do programa de mesmo nome desenvolvido em Brasília.

Além desta vertente bilateral, a cooperação horizontal brasileira desdobra-se também em iniciativas no âmbito **CPLP** em apoio aos países lusófonos. Com a constituição oficial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em 1996, na I Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, o Governo brasileiro concedeu prioridade no apoio ao fortalecimento do organismo.

A cooperação técnica é um dos pilares da CPLP, conjuntamente com a concertação político-diplomática e a materialização de projetos

de promoção e difusão da Língua Portuguesa. A cooperação técnica tem assumido um papel de crescente importância no âmbito da CPLP. Prova disso foi a institucionalização, em 2002, como órgão permanente da Comunidade, das Reuniões dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP, que visam a subsidiar o Comitê de Concertação Permanente (CCP) na aprovação e acompanhamento de projetos e ações de cooperação para o desenvolvimento, por meio do Fundo Especial de Cooperação, que financia as ações de cooperação comunitárias. O órgão que representa o Brasil na Reunião dos Pontos Focais é a Agência Brasileira de Cooperação.

Nos últimos seis anos, o Brasil vem apoiando o Secretariado Executivo da CPLP na estruturação da cooperação por meio do apoio ao fortalecimento institucional da apresentação de documentos orientadores do processo de identificação, elaboração, aprovação e execução de projetos. Foram realizados treinamentos no Brasil para funcionários da CPLP e consultorias em Lisboa na área de arquivos e informática. Em 2001, em São Tomé, foi aprovado documento que define os procedimentos operacionais para o ciclo de projetos. Cabe destacar, ademais, os cursos de enquadramento e elaboração de projetos de cooperação técnica internacional, pelo qual a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) treinou técnicos do Secretariado Executivo e dos Estados Membros da CPLP. Hoje, a CPLP possui um mecanismo de cooperação estruturado, que contempla um fundo para financiamento de projetos e um conjunto de normas e procedimentos amplo e moderno, incluindo manual específico com modelos para a elaboração de projetos e ações pontuais, além de relatórios de monitoramento e avaliação das ações de cooperação.

Esse mecanismo habilita a CPLP a buscar recursos internacionais para a concretização dos projetos de cooperação definidos como prioritários pelos Estados Membros. É nesse sentido que a cooperação por meio da CPLP pode tornar-se um caminho viável para projetos de maior envergadura.

A CPLP possui uma importante carteira de projetos cobrindo setores fundamentais para a África. Os projetos apresentados pelo Brasil e já aprovados pelos Pontos Focais contam com o apoio de

importantes instituições brasileiras, o que vem contribuir significativamente para o fortalecimento da CPLP. Esses projetos são executados por instituições brasileiras de êxito reconhecido como o Serviço Nacional de Aprendizagem, Industrial (SENAI), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e a Secretaria de Logística do Ministério do Planejamento. Cabe ressaltar, ainda, o Programa de Combate ao HIV/AIDS, de iniciativa do próprio Secretariado Executivo, que se encontra em fase final de formatação e conta com o apoio da Coordenação Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde.

Entre essas iniciativas destacam-se os projetos dos "Centros Regionais de Excelência em Administração Pública e em Desenvolvimento Empresarial". Atualmente em fase de implementação, os projetos prevêem a criação de Centros Regionais para a formação de quadros gerenciais e de multiplicadores. No primeiro, serão treinados administradores públicos no nível de direção, em estreita articulação com as instituições nacionais existentes. O objetivo é portanto fortalecer os vários níveis da administração pública dos PALOP, bem como estruturar um organismo que sirva de referência para o debate e a pesquisa de questões relativas à administração pública. No segundo, busca-se fomentar o desenvolvimento empresarial e apoiar a formação de quadros. O projeto envolve a experiência brasileira de formação profissional (SENAI) com as de estímulo ao desenvolvimento das micro e pequenas empresas (SEBRAE).

Outra importante iniciativa da ABC são os **"Cursos de Concepção e Elaboração de Projetos de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento"**, que visam a transferir metodologias relativas ao ciclo de projetos: concepção, formulação, estrutura lógica, indicadores de desempenho, etc. Na próxima semana, será realizado o primeiro módulo, em Cabo Verde. Os módulos posteriores, serão realizados, em 2003, em Moçambique, Angola e Timor Leste, e permitirão o treinamento de técnicos que trabalham nos diversos setores governamentais, ampliando a capacidade desses países em definir prioridades e apresentar suas demandas à comunidade internacional.

A Agência Brasileira de Cooperação está, ainda, conjugando esforços com outras agências de cooperação com o objetivo de apoiar os Palops por intermédio da chamada **Cooperação Triangular.** Nesse sentido, o Governo brasileiro já possui mecanismos de cooperação com a Agência de Cooperação do Japão – a JICA, a agência alemã GTZ, e, em fase adiantada de negociação, com a agência britânica – o DFID. Embora esses mecanismos estejam em fase de consolidação, a ABC acredita que possa obter resultados concretos em curto espaço de tempo.

Nesse sentido, o Brasil assinou com o Governo japonês o Programa de Parceria Brasil-Japão, com o objetivo de identificar e implementar projetos de cooperação técnica em países em desenvolvimento. Após a segunda reunião do comitê de planejamento, foi acordado o início do primeiro projeto, em 2003, no âmbito deste programa, a ser implementado em Moçambique na área de Saúde Pública e já foram realizados cursos para tutores em gestão de saúde e na área agrícola com a Embrapa.

Foi assinado, igualmente em 2000, Memorando de Entendimentos entre a ABC e a Agência de Cooperação Alemã (GTZ) para a preparação de projetos em países de expressão portuguesa. A primeira iniciativa será em Angola e São Tomé e Príncipe, na área de DST/AIDS, e já conta com recursos aprovados pelo Governo alemão estando o documento de projeto em fase de preparação.

Senhoras e Senhores

O Brasil possui um importante acervo de conhecimentos técnicos e soluções que podem ser aplicados de imediato em países com problemas assemelhados aos nossos, como é o caso dos Palops. Em diversas modalidades, o DG da ABC manifestou seu otimismo quanto às perspectivas da Cooperação Horizontal e, em especial, com as perspectivas de cooperação por meio da CPLP e da cooperação triangular, em paralelo às ações bilaterais. Essas modalidades representam caminhos seguros para lograrmos um desenvolvimento econômico sustentável, a elevação do nível e da qualidade de vida das populações, mais justiça social e respeito ao meio ambiente.

Muito obrigado

Anexos

Anexo I

Pronunciamentos de autoridades brasileiras sobre ss relações Brasil-África

Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Sessão de Posse, no Congresso Nacional

Brasília, 1º de janeiro de 2003

"Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outras.

Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades."

Discurso proferido pelo Embaixador Celso Amorim, por ocasião da Transmissão do Cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores

Brasília, 1º de janeiro de 2003

"Desenvolveremos, inclusive por meio de parcerias com outros países e organizações, maior cooperação com os países africanos. Angola e Moçambique, que passaram por prolongados conflitos internos, receberão atenção especial. Valorizaremos a cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (a CPLP), inclusive com seu mais novo membro, o Timor Leste.

Nossa política externa não pode estar confinada a uma única região, nem pode ficar restrita a uma única dimensão. O Brasil pode e

deve contribuir para a construção de uma ordem mundial pacífica e solidária, fundada no Direito e nos princípios do multilateralismo, consciente do seu peso demográfico, territorial, econômico e cultural, e de ser uma grande democracia em processo de transformação social. O Brasil atuará, sem inibições, nos vários foros internacionais, regionais e globais. Incentivaremos a promoção universal dos direitos humanos e o combate a todas as formas de discriminação. Lutaremos para viabilizar o desenvolvimento sustentável e para eliminar a pobreza."

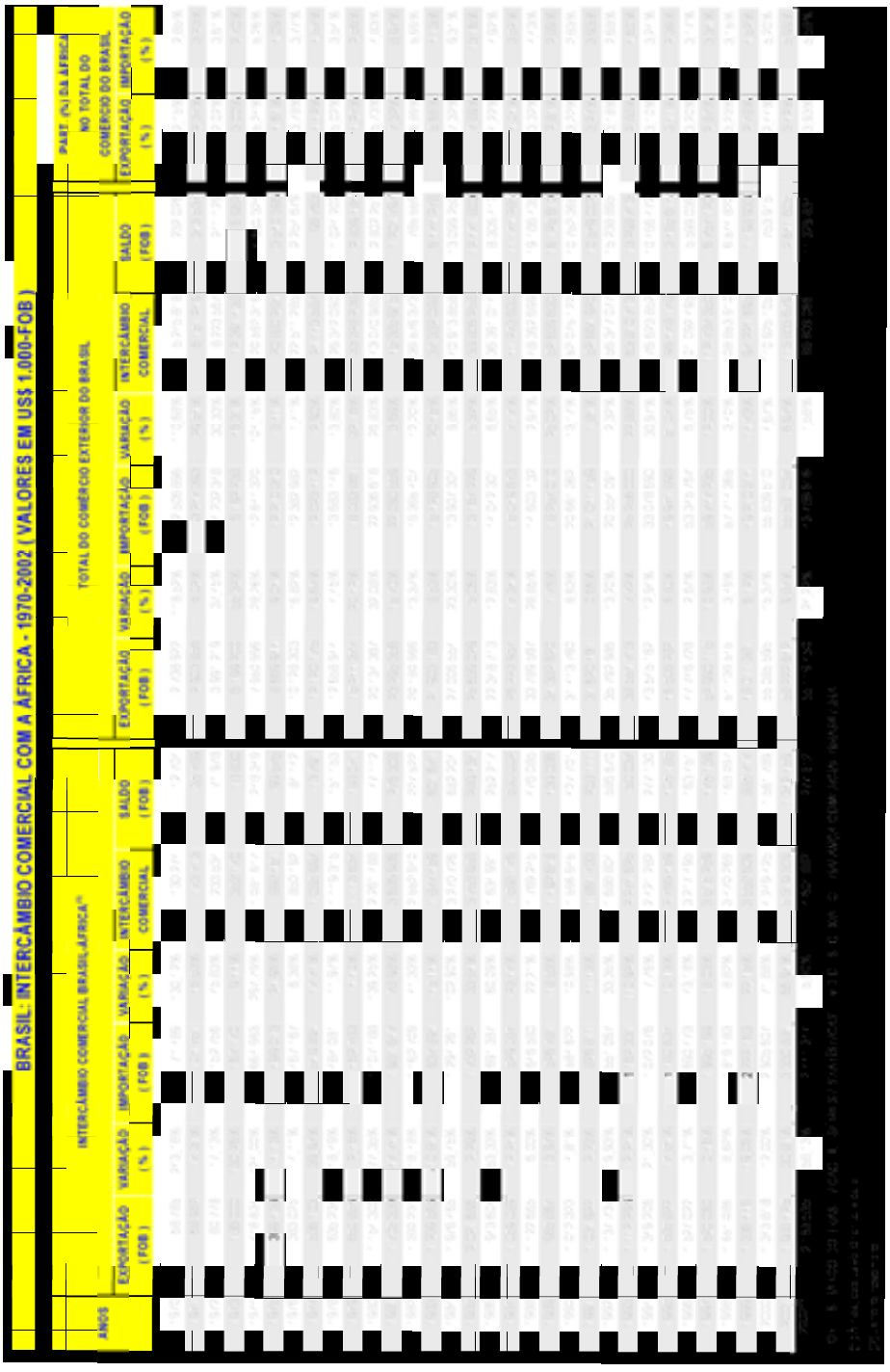
Discurso Proferido pelo Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães,por ocasião da Transmissão do Cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores

Brasília, 1º de janeiro de 2003

"A amizade do Brasil pela Europa, pela África, e pela Ásia está em nosso sangue. A contribuição para a formação social brasileira dos descendentes de povos desses continentes é extraordinária e está refletida na pluralidade de nossos sobrenomes e etnias.

A política externa do Presidente Lula, executada por Vossa Excelência, refletirá esta realidade. A cooperação com a África deve encontrar novos projetos que contribuam para viabilizar a superação de suas dificuldades, política em que a CPLP terá valioso papel."

Anexo II


BRASIL: INTERCÂMBIO COMERCIAL COM A ÁFRICA - 1970-2002 (VALORES EM US$ 1.000-FOB)
ANOS
INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-ÁFRICA(*)
EXPORTAÇÃO (FOB)
VARIAÇÃO (%)
IMPORTAÇÃO (FOB)
VARIAÇÃO (%)
INTERCÂMBIO COMERCIAL
SALDO (FOB)
TOTAL DO COMERCIO EXTERIOR DO BRASIL
EXPORTAÇÃO (FOB)
VARIAÇÃO (%)
IMPORTAÇÃO (FOB)
VARIAÇÃO (%)
INTERCÂMBIO COMERCIAL
SALDO (FOB)
PART (%) DA ÁFRICA NO TOTAL DO COMERCIO DO BRASIL
EXPORTAÇÃO (%)
IMPORTAÇÃO (%)

Anexo III

Relação das Embaixadas brasileiras na África

ÁFRICA DO SUL
EMBAIXADA EM PRETÓRIA
1267, PRETORIUS STREET
BLOCK C – FIRST FLOOR
HADEFIELDS - HATFIELD
PRETORIA - CODE 0083
SOUTH AFRICA
P.O.BOX 3269
E-MAIL: braspret@cis.co.za

ANGOLA
EMBAIXADA EM LUANDA
AV. PRESIDENTE HOUARI BOUEDIENNE, 132
C.P. 5428 - MIRAMAR
LUANDA - ANGOLA
E-MAIL: emb.bras@ebonet.net

ARGÉLIA
EMBAIXADA EM ARGEL
55, CHEMIN CHEIKH BACHIR EL-IBRAHIMI
EL- BIAR
ALGER, ALGERIE
B.P. 246 - EL-BIAR
E-MAIL: brasilia@wissal.dz

CABO VERDE
EMBAIXADA EM PRAIA
CHÃ-DE-AREIA, 2
C.P. 93 - PRAIA, ILHA DE SANTIAGO
REPÚBLICA DE CABO VERDE
E-MAIL: emb.brasil@mail.cvtelecom.cv

COSTA DO MARFIM
EMBAIXADA EM ABIDJAN
IMMEUBLE “ALPHA 2000” - 22 EME ETAGE
01 B.P. 3820
ABIDJAN, CÔTE D’IVOIRE
E-MAIL: brascote@aviso.ci

GABÃO
EMBAIXADA EM LIBREVILLE
IMMEUBLE INDEPENDANCE, 76
BLVD DE L’INDEPENDANCE
B.P. 3899
LIBREVILLE - REPUBLIQUE GABONAISE
E-MAIL: emblibreville@inet.ga

GANA
EMBAIXADA EM ACRA
MILLENNIUM HEIGHTS BUILDING
14, LIBERATION LINK
P.O.BOX CT3859
AIRPORT COMMERCIAL AREA
2ND FLOOR, A
ACCRA - GHANA
E-MAIL: brasemb@ighmail.com

GUINÉ-BISSAU
EMBAIXADA EM BISSAU
RUA SÃO TOMÉ S/Nº ESQ RUA MOÇAMBIQUE
CAIXA POSTAL 29 -1105 BISSAU CEDEX
BISSAU, GUINÉ-BISSAU
E-MAIL: emb_brasil_bxo@hotmail.com

LÍBIA
EMBAIXADA EM TRÍPOLI
SHARA BEN ASHUR
P.O.BOX 2270
TRIPOLI - LIBYA
E-MAIL: brastripoli@lttnet.net

MARROCOS
EMBAIXADA EM RABAT
M 10, AVENUE AL JACARANDA – SECTEUR 4
HAY RIAD
RABAT – 10000 - MAROC
E-MAIL: brabat@iam.net.ma

MOÇAMBIQUE
EMBAIXADA EM MAPUTO
AV. KENNETH KAUNDA, 296
C.P. 1167
MAPUTO - MOÇAMBIQUE
E-MAIL: ebrasil@teledata.mz

NIGÉRIA
EMBAIXADA EM LAGOS
PLOT 257 KOFO ABAYOMI STREET
VICTORIA ISLAND
LAGOS - NIGERIA
P.O.BOX. 72802 V.I.
E-MAIL: nigbrem@intracom5.com

QUÊNIA
EMBAIXADA EM NAIROBI
EAGLE COURT, 2ND FLOOR
VULI LANE (OFF MURANGA ROAD)
P.O.BOX 30.754
NAIROBI - KENYA
E-MAIL: kenbrem@net2000ke.com

SENEGAL
EMBAIXADA EM DACAR
IMMEUBLE FOUNDATION FAHD
BOULEVARD DJILY MBAYE x RUA MACODU NDIAYE, 4eme
ÉTAGE
BOITE POSTALE 136
DAKAR - SENEGAL
E-MAIL: embdakar@sonatel.senet.net

TUNÍSIA
EMBAIXADA EM TÚNIS
5 RUE SUFÉTULA, MUTUELLEVILLE
1002 - TUNIS - TUNISIE
E-MAIL: brasembtunis@planet.tn

ZIMBÁBUE
EMBAIXADA EM HARARE
OLD MUTUAL CENTRE, 9TH FLOOR
CNR THIRD STREET AND JASON MOYO AVENUE
P.O. BOX 2530
HARARE - ZIMBABWE
E-MAIL: brasemb@ecoweb.co.zw

Anexo IV

Relação das Embaixadas Africanas no Brasil

EMBAIXADA DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL
SES - AV. DAS NAÇÕES, QD. 801, LOTE 6
CEP: 70406-900 - BRASÍLIA / DF
E-MAIL: saemb@solar.com.br

EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE ANGOLA
SHIS - QI 7, CONJUNTO 11, CASA 9
CEP: 71615-310 - BRASÍLIA / DF
E-MAIL: emb.angola@tecnolink.com.br

EMBAIXADA DA REPÚBLICA ARGELINA DEMOCRÁTICA E POPULAR
SHIS - QI 9, CONJ. 13, CASA 1
CEP: 70472-900 - BRASÍLIA / DF
E-MAIL: sanag277@bsb.terra.com.br

EMBAIXADA DA REPÚBLICA DO CABO VERDE
SHIS QL 08, CONJ. 08, CASA 07
CEP: 71620-285 - BRASÍLIA / DF
E-MAIL: embcaboverde@ rudah.com.br

EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE CAMEROUN
SHIS QI 09, CONJ. 07, CASA 01
CEP: 71625-070 - BRASÍLIA / DF
E-MAIL: embcameroun@embcameroun.org.br
ambacam@ig.com.br

EMBAIXADA DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO
SQS 405, BLOCO U, AP. 307
ASA SUL – CEP 70239-210 - BRASÍLIA / DF
CAIXA POSTAL: 07-041
E-MAIL: inalaire@ig.com.br

EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE CÔTE D'IVOIRE
SEN - AV. DAS NAÇÕES, LOTE 9
CEP 70473-900 - BRASÍLIA / DF
E-MAIL: cotedivoire@cotedivoire.org.br

EMBAIXADA DA REPÚBLICA GABONESA
SHIS QI 9, CONJ. 11, CASA 24
CEP: 71625-110 - BRASÍLIA / DF
E-MAIL: mgabao@terra.com.br

EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE GANA
SHIS QL 10, CONJ. 8, CASA 2
CEP: 70466-900 - BRASÍLIA / DF
E-MAIL: ghaembra@zaz.com.br

BUREAU POPULAR DA GRANDE JAMAHIRIYA ÁRABE POPULAR SOCIALISTA DA LÍBIA
SHIS QI 15, CHÁCARA 26
CEP 70462-900 - BRASÍLIA / DF
E-MAIL: emblibia@terra.com.br

EMBAIXADA DO REINO DO MARROCOS
SEN - AV. DAS NAÇÕES, LOTE 2
CEP 70432-900 - BRASÍLIA / DF
E-MAIL: sifamabr@onix.com.br

EMBAIXADA DE MOÇAMBIQUE
SHIS QL 12, CONJ. 7, CASA 9
CEP 71630-275 - BRASÍLIA / DF
E-MAIL: embamoc-bsb@uol.com.br

EMBAIXADA DA REPÚBLICA FEDERAL DA NIGÉRIA
SEN - AV. DAS NAÇÕES, LOTE 5
CEP 70459-900 - BRASÍLIA / DF
E-MAIL: nigemb@persocom.com.br
nigeria@persocom.com.br

EMBAIXADA DO SENEGAL
SEN - AV. DAS NAÇÕES, LOTE 18
CEP 70800-400 – BRASILIA / DF
E-MAIL: senebrasilia@senebrasilia.org.br

EMBAIXADA DA TUNÍSIA
SHIS QI 9, CONJ.16, CASA 20
CEP 71625-160 - BRASÍLIA / DF
E-MAIL: at.brasilia@terra.com.br

Anexo V

Relação de Instituições Regionais Africanas

UNIÃO AFRICANA (UA)

SECRETARIADO
PO BOX 3243 ADDIS-ABABA ETHIOPIA
TEL: +251 1 51-7700
FAX: +251 1 51-2622/3036
E-MAIL: tpst@africa-union.org

BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO (BAD)

RUE JOSEPH ANOMA
01 BP 1387 ABIDJAN 01
CÔTE D'IVOIRE
TEL:(225)20.20.44.44
FAX:(225)20.20.49.59
E-MAIL: afdb@afdb.org

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

SECRETARIADO EXECUTIVO DA CPLP
RUA DE SÃO CAETANO, Nº 32
1200-829 LISBOA, PORTUGAL
TEL: +351 213 928 560
FAX: +351 213 928 588 / 213 928 569
E-MAIL: comunicacao@cplp.org

COMUNIDADE ECONÔMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL (CEDEAO/ECOWAS)

SECRETARIADO EXECUTIVO DA CEDEAO
60, YAKUBU GOWON CRESCENT, ASOKORO DISTRICT P.M.B. 401

ABUJA, NIGERIA
TEL: (234) (9) 31 47 647-9,
FAX : (234) (9) 31 43 005, 31 47 646
E-MAIL: info@ecowasmail.net

MERCADO COMUM DOS PAÍSES DO LESTE E SUL DA ÁFRICA (COMESA)

SECRETARIADO GERAL
THE COMESA CENTRE, BEN BELLA ROAD, PO BOX 30051
LUSAKA, ZAMBIA;
TEL: +260-1-229726
FAX +260-1-225107
E-MAIL: comesa@comesa.int

COMUNIDADE DA ÁFRICA MERIDIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO (SADC)

SADC HOUSE
GOVERNMENT ENCLAVE
PRIVATE BAG 0095
GABORONE, BOTSWANA
TEL. +267 3951 863
FAX: +267 3972 848
E-MAIL: registry@sadc.int

Observações acerca do Texto apresentado pelo Professor Bahia no Colóquio sobre as Relações Brasil-África

Daniel Yaw Adjei
*Embaixad*or de Gana

Gostaria de expressar meu profundo reconhecimento aos organizadores do Colóquio Brasil-África, celebrado em 5 de dezembro de 2002, e agradecer-lhes por terem estendido convite a meus colegas Embaixadores africanos e a mim para participar do Colóquio.

2. Não há como enfatizar em demasia a importância do Colóquio para nosso respeito mútuo e benefício, na medida em que procurou dar forma as relações entre Brasil e África, apoiado em informações fatuais e no conhecimento corrente a respeito dos países individualmente e do continente como um todo.

3. A esse respeito, considero que o texto apresentado pelo Professor Bahia contém muitos erros fatuais, imprecisões, informação e impressões enganosas sobre os países africanos nele listados. De acordo com o texto, os números e tabelas nele apresentadas datam de 1993, quase dez anos atrás. Como qualquer um pode perceber, os números e estatísticas apresentados pelo Professor Bahia estão totalmente desatualizados e fora de contexto. Por exemplo, Gana é classificada como uma "democracia parcial". Isto é absolutamente falso. Desde 1992, Gana tem sido um democracia multipartidária com um Presidente(e Vice-Presidente) eleito e um Parlamento, composto por membros oriundos de diferentes partidos, bem como por membros independentes.

4. Gana é ainda descrita como "produtor de drogas ilegais". Isto é falso. Gana produz e exporta produtos de base tais como cacau, madeira, ouro, manganês, entre outros, mas não "drogas ilegais". Poderá ter havido uns poucos casos de ganenses e alguns estrangeiros, que tenham sido presos. Estes poucos e isolados incidentes de anos

passados, envolvendo alguns poucos criminosos, não fazem de Gana, por qualquer elasticidade da imaginação, um produtor ou exportador de drogas ilegais. Muitos países têm passado por situações similares nas mãos dos traficantes internacionais de drogas.

5. Estas mesmas observações de caracterização errônea, desinformação, e erros fatuais sobre Gana aplicam-se ao caso de outros países africanos listados no texto do Professor Bahia. Obviamente, se a informação e as questões discutidas no texto do Professor Bahia são de dez anos atrás, e se estão incorretas do ponto de vista fatual, então não podem verdadeiramente descrever ou refletir a corrente situação dos países africanos. E, portanto, quaisquer conclusões ou impressões que possam ser tiradas desses fatos distorcidos sobre países africanos individualmente ou a África como um todo, estão condenadas a implicar em erro e estarem distantes das realidades correntes. É também óbvio que não podemos construir relações sólidas, de mútuo respeito e benéficas entre Brasil e África com base em visões distorcidas, informação imprecisa e descrição enganosa.

6. O texto do Professor Bahia certamente não possui o tipo de informação ou análise em que basear um entendimento da África e, assim, ajudar no processo de modelar as relações Brasil-África.

7. Devo acrescentar, entretanto, que estou consciente de que o texto apresentado pelo Professor Bahia representa sua própria visão, mas penso que devo destacar que tal visão errônea sobre os países africanos não fariam avançar os nobres objetivos e propósitos do Colóquio.

Algumas notas sobre o ensaio - a União Africana (UA) e o Plano NEPAD do Professor Wolfgang Döpcke - apresentado no Colóquio Brasil-Áfriica de 05/12/02

Mohamed Matri
Embaixador da Líbia

Trata-se de contribuição apresentada pelo Sr. Wolfgang Döpcke do Departamento de História da Universidade de Brasília, contando com 31 (trinta e uma) páginas produzidas pelo autor e mais 8 (oito) páginas de anexos. O texto do autor está redigido na língua portuguesa e os anexos são basicamente transições, definições e informações relativas ao texto, todos em língua inglesa.

O "paper" do Sr. Döpcke pode ser visto como um esforço de acrescentar à escassa literatura sobre a África existente no Brasil. Constitui-se também num relevante levantamento sobre as transformações que vem ocorrendo no continente africano e nas mudanças mais significativas ocorridas desde a criação da Organização da União Africana (OUA) em 1963, as diversas manifestações de Pan Africanismo desde então e o recente estabelecimento em Durban na África do Sul da União Africana no ano passado.

Não obstante reconhecer-se méritos em trazer para o público brasileiro informações e detalhes relevantes sobre a política Pan-Africana e seus desenvolvimentos recentes, o trabalho do Sr. Döpcke representa um claro exemplo de visão distorcida do que vem ocorrendo na África. Suas fontes de referência em questões de interpretações de significados da cultura e política africana demonstram claramente o alinhamento do autor com textos racistas que enxergam no continente africano, seus povos e dirigentes em espaço e atores dedicados a práticas incivilizadas atrasada e causadora dos seus próprios modos e problemas. Governos que refletem condições culturais e políticas das respectivas são em momentos vistas com "radicais" e ou "conservadoras" em

ambas as condições como inadequadas a levar o continente aos modelos de civilização, cultura e influência, de ações e intervenções de práticas que no passado subjugaram povos africanos e redesenharam sua história com violência, usurpação, corrupção e em alguns casos genocídio.

Os esforços de alguns países e de líderes africanos de unir e organizar o continente africano são vistas com desdém e ridículas; governantes são designados até como "ferozes autocratas". Alguns, certamente têm melhor tratamento no texto quando designados como "Estados mais comprometidos com a nova agenda internacional".

Segundo o Sr. Döpcke a União Africana desde sua criação "tem caráter ambíguo" pois, "oferece muito espaço de interpretação dos seus verdadeiros objetivos" e sua viabilidade é questionada.

A visão do Sr. Döpcke do continente africano se complica ainda mais quando oferece ao leitor ataques injustificados a países e seus lideres que causam repúdio ao autor. È o caso da Líbia e do seu líder o Coronel Kadafi; o mais citado e insultado entre outros líderes africanos naquele "paper". Para o autor o Coronel Kadafi compra seus apoios entre povos e líderes africanos. Reuniões da maior importância como a realizada na cidade da Líbia de Sirte em 1999, onde se discutiu com líderes africanos o futuro do continente, segundo o autor, foi generosamente financiado pela Líbia, país este que segundo o autor não tem tradição de luta por objetivos Pan-africanos.

Não obstante tal assertiva falsa o autor não deixa de reconhecer que somente após aquele evento o processo de criação da União Africana (UA) ganhou fôlego. Mais adiante (pg. 13) o autor assaca insultos ao Coronel Kadafi que é visto como manipulador e instrumentalizador do ideário Pan-africano com objetivos alheios (que aliás não são mencionados). A Líbia é mencionada com tendo "comprado aliados" desde 1999. Aliados estes que apóiam a luta pela independência da Àfrica Austral. Para o Sr. Döpcke "o regime Kadafi" é "um dos regimes mais autoritários do mundo atual", e o apoio do governo da Líbia à causa da África tem por objetivo "quebrar o isolamento internacional deste país e para satisfazer a aparentemente

infatigável obsessão do seu Chefe de Estado de se projetar como liderança internacional" (pág.14). Em breve, o governo líbio é corruptor e líderes africanos são corruptos e com tal simplória combinação estão buscando construir estruturas, organizações e ações em prol do continente africano.

O Coronel Kadafi, é o mais citado dentre os personagens e líderes africanos pelo Sr. Döpcke. Outros países e líderes africanos são também vítimas da aparente ignorância e preconceito e racismo do Sr. Döpcke. Para este as ameaças do G8 de suspender apoio financeiro ao continente africano através do NEPAD são vistas como uma "posição firme". Enquanto isso afirma enfaticamente "a União Africana é um verdadeiro castelo no ar" e suas possibilidades de implementação "não correspondem nem com a capacidade atual do continente nem com um potencial futuramente imaginável" (pg.29)

Com tais afirmações percebe-se que o objetivo do "paper" não é o de vislumbrar novas e mais eficientes formas e mecanismos de interação entre Brasil e África como parece ser o objetivo do colóquio onde o "paper" do Sr. Döpcke foi apresentado. Deveras, nada se lê sobre países africanos com os quais o Brasil tem laços de cooperação e afinidade cultural maiores como é o caso de Moçambique, Angola e Guiné. Parece muito mais que o efeito de tal apresentação é o de confirmar antigos preconceitos e reafirmar interesses que não são brasileiros e ver a África como continente condenado pela História. Acredito que por isso mesmo essa contribuição em nada auxilia o Brasil no seu novo estágio de desenvolvimento político e serve apenas para contagiar a opinião pública brasileira com inverdades, e meias-verdades sobre o continente africano que já demonstra uma renovada capacidade de reerguer-se e participar de modo efetivo e positivo no desenvolvimento do nosso planeta.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Ministro de Estado
Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO
Presidente
Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella

INSTITUTO DE PESQUISA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - IPRI
Diretor
Embaixadora Heloísa Vilhena de Araujo

Departamento da África e Oriente Próximo
Diretor-Geral
Ministro Pedro Motta Pinto Coelho

Instituto Rio Branco
Diretor
Embaixador João Almino de Souza Filho